



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**INSTITUTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ITAN CRUZ**

**A SERVIÇO DE SUA ALTEZA IMPERIAL:  
AMANDA PARANAGUÁ DÓRIA, DAMA DA PRINCESA ISABEL (1849-1931)**



**Niterói - RJ**

**2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**INSTITUTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ITAN CRUZ**

**A SERVIÇO DE SUA ALTEZA IMPERIAL:**  
**AMANDA PARANAGUÁ DÓRIA, DAMA DA PRINCESA ISABEL (1849-1931)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ana Maria Mauad.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Mauad de Souza Andrade Essus – Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Samantha Quadrat

Universidade Federal Fluminense (UFF), presidente da banca

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Keila Grinberg

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana de Aguiar Ferreira Muaze - UNIRIO

**Niterói - RJ**

**2018**

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

C955s Cruz, Itan  
A serviço de Sua Alteza Imperial: Amanda Paranaguá Dória,  
dama da princesa Isabel (1849-1931) / Itan Cruz; Ana Maria  
Mauad de Sousa Andrade Essus, orientadora. Niterói, 2018.  
207 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Niterói, 2018.

1. Trajetória. 2. Segundo Reinado. 3. História e memória.  
4. Baianismo. 5. Produção intelectual. I. Título II.  
Essus, Ana Maria Mauad de Sousa Andrade, orientadora. III.  
Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.

CDD -

*À Dina, Gilberto e Ires.*



## AGRADECIMENTOS

Do sertão de onde eu venho nós somos ensinados, desde criança, a pedirmos a bênção aos mais velhos. O reconhecimento da experiência de vida do outro recai sobre nós com um “Deus te abençoe” ou um “Deus lhe ajude”. Certamente é a Ele a quem primeiro recorro neste agradecimento, que me abençoou e me ajudou, como ainda me abençoa e ajuda hoje. Estes agradecimentos começam pelo Maior de todos.

A minha gratidão aos meus pais, Dina e Gilberto, por terem lutado junto comigo, pela minha vida, por terem sido os primeiros a me amarem e me mostrarem “o mundão”, como diz meu pai. Obrigado por me deixarem ir, quando a vida pede e por me acolherem de volta, quando a saudade aperta, vocês fizeram com que o mestrado fosse possível pra mim, então divido este título com vocês. Junto a eles agradeço também a minha irmã, Ires, que além de partilhar comigo o sangue também me presentou com a sua amizade. Minhas avós, Josefa e Alice, e meus avôs, Agenor e Manuel (*in memoriam*), pelas bênçãos, pelo amor e por meus pais. Minhas tias e meus tios, parceiros de tantas risadas, cervejas e apoios, meu obrigado, esta vitória também é de vocês.<sup>1</sup> Minhas primas e meus primos que são muitos e que a cada um eu agradeço por terem estado comigo, de alguma forma, nesta caminhada que se finda.

Minha profunda gratidão à Silvia, Seu Zú, e toda família Rocha, nas pessoas de Andreine, Andrea Ari e Arthur, Eroize juntamente com Yasmim e Isabela, Erondi, que sempre me receberam com carinho, me ajudaram quando saí do interior e me fixei em Salvador. O apoio de vocês foi fundamental para que eu pudesse dar seguimento aos meus sonhos com alegria, fé e amor, pelo que serei eternamente grato.

Meu eterno agradecimento e meu profundo respeito aos professores Milton Julio de Carvalho Filho, o primeiro a me acolher e me aproximar das pesquisas científicas, a Antonio Luigi Negro, por me despertar para questões importantes de investigação, sem as quais esta dissertação não seria possível, e Ana Maria Mauad, por me receber com tamanha generosidade e me guiar por este desafio que concluímos. Obrigado por me orientarem em diferentes etapas do meu caminho e por me tornarem uma pessoa melhor.

Agradeço também às professoras Keila Grinberg e Mariana Muaze que aceitaram contribuir para que esta pesquisa tomasse os contornos que tomou, por meio de sugestões

---

<sup>1</sup> Do lado materno: Tias Raimunda, Railda, Rosa, Vânia, Cleide e tios Antônio, Nininho e Zé Reis. Do lado paterno: Tias Vanda, Sônia, Dudu, Leda, Sandra e tios Zeinho, Orlando, João e Éga. Aí também vão seus respectivos esposos e esposas que também são tias e tios meus.

valiosas às quais vou carregar comigo. Meu obrigado também à prof.<sup>a</sup> Samanta Quadrat que se dispôs, com generosidade, a presidir a banca de defesa por conta da viagem da Ana.

De um modo especial, gostaria de agradecer a Arivaldo Sacramento, por ter despertado minha negritude e ter me ajudado no processo de autoconsciência. Aí eu junto Wlamyra Albuquerque, Carol Barreto, Cláudio Furtado e Artemisa Candé, por me inspirarem também, para além da nossa irmandade de cor, com suas ideias e o amor ao ofício de professoras(es).

Aqui vai minha gratidão também a todos(as) os(as) meus/minhas professores(as) desde o maternal até à faculdade. Sem vocês este caminho dificilmente me seria acessível, vocês me mostraram que é possível fazermos um mundo melhor, por meio de pessoas melhores. Aos meus amigos que são muitos, dos quais cito Ohana, Bianca, Rayane, Mário, Cleide, Jandir, Daniel Vital e Camila Almada, que sempre ouviram meus lamentos, festejaram comigo e me deram forças quando precisei. Ygor Jessé, obrigado por ter me recebido em suas casas, seu apoio e amizade foram fundamentais neste processo.

Junto aqui a minha eterna gratidão a Jéssika e Giovane, dois pernambucanos que me ensinaram a amar Recife e que me acolheram com muita generosidade nordestina em terras que não eram as nossas. Amo vocês! Agradeço também a Naira, que trouxe a Bahia comigo. Douglas, Marcus, Luciana, Moisés, Carol, Patrícia, amigos que tornaram minha estadia em Niterói mais leve e prazerosa, pessoas que levo para o resto da vida com muito carinho. Os almoços e jantares no bandeirão não teriam sido os mesmos sem vocês!

Agradeço também à CAPES pelo financiamento desta pesquisa. À toda equipe do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), representada na pessoa de Sônia, do Museu Imperial de Petrópolis (MIP), na pessoa da professora Fátima Argon e no Museu Histórico Nacional (MHN), na pessoa da Daniella Gomes. Minha gratidão também à generosidade da professora Mary Del Priore, que me fez pensar sobre muitas coisas em nossos e-mails trocados.

Por último e não menos importante, agradeço a todos(as) os meus/minhas irmãos(ãs) de cor que vieram antes de mim e que são meus contemporâneos. Obrigado por resistirem por um mundo mais justo e menos desigual. Os nomes são tão inumeráveis quanto os agradecimentos que os dedico. Peço a benção a todos e todas que tornaram esta dissertação possível. Por isto, sendo uma conquista coletiva, optei por narrar esta dissertação no plural

*“Nós [negros e negras], somos seres holísticos e completos.  
Capazes de contribuir para a formação não só cultural, mas também científica do país.  
O que nós não podemos mais é sermos minados em nossa autoestima.  
E é isso o que o racismo brasileiro faz.  
Ele faz nós duvidarmos de nossa capacidade desde pequenos. Ele derruba as crianças negras dos bancos escolares.”*

*(Procuradora Indira Quaresma sobre as cotas raciais)*

*“Histórias importam.  
Muitas histórias importam.  
Histórias têm sido usadas para expropriar e ressaltar o mal. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar.”*

*(Chimamanda Ngozi Adichie)*

## RESUMO

A presente dissertação investiga a trajetória de vida de Maria Amanda Paranaguá Dória, amiga íntima, dama a serviço da princesa Isabel e baronesa de Loreto. Nascida em Salvador, em 1849, “Amandinha”, como era carinhosamente chamada, pertencia a uma família que experimentou uma ascensão social considerável a partir do processo de Independência do Brasil. Mudando-se para a Corte em 1854, a menina adentrou ao paço por meio das boas relações cultivadas pelo seu avô materno, Joaquim Vasconcellos, visconde de Montserrate. Um acidente quando criança, causado pela princesa Isabel, tirou a visão direita de “Amandinha”, mas possibilitou maior aproximação entre ambas e suas famílias até o resto de suas vidas. Amanda casou-se com o bacharel e político baiano, Franklin Dória, ingressou na campanha abolicionista, no contexto da qual foi nomeada dama e pela qual foi agraciada com o baronato. Quando da proclamação da República, a então baronesa seguiu com os imperantes deposedos ao exílio da Europa, de onde retornou em 1890, reestabelecendo-se no Rio de Janeiro, onde veio a falecer em 1931. Antes de morrer, a titular deixou copiosa documentação sobre o Império, confiada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob o título de “coleção baronesa de Loreto”, a qual utilizamos aqui para lançarmos luz sobre a sua trajetória.

Palavras-chave: Trajetória de vida; Segundo Reinado; História e memória; Baianismo.

## ABSTRACT

This dissertation investigates the life trajectory of Maria Amanda Paranaguá Dória, a intimate friend, a lady-in-waiting of Princess Isabel and baronesa de Loreto. She was born in Salvador in 1849, "Amandinha", as was affectionately called, belonged to a family that experienced a considerable social ascension from the process of Independence of Brazil. Moving to the Court in 1854, the girl entered the palace through the good relations cultivated by her maternal grandfather, Joaquim Vasconcellos, visconde de Montserrat. An accident as a child, caused by Princess Isabel, blinded the right view of "Amandinha", but this allowed a closer approximation between the two girls and their families for the rest of their lives. Amanda married the bachelor and Bahian politician, Franklin Doria, entered the abolitionist campaign, in the context of which she was named lady-in-waiting and for which she conquered the baronate. At the time of the proclamation of the Republic, the baronesa followed with the emperors deposed to the exile, in Europe, from where she returned in 1890, reestablishing herself in Rio de Janeiro, where she died in 1931. Before she died, the noble left lots of documentation about the Empire, entrusted to the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, under the title of "coleção baronesa de Loreto", which we use here to put light on her life trajectory.

Keywords: Life trajectory; Empire of Brazil; History and memory; Baianismo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>CAPÍTULO 1 – “VIVO HOJE DE RECORDAÇÕES”</b>	17
<i>1.1 - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, guardião de memórias</i>	40
<i>1.2 - As reminiscências de uma dama</i>	46
<b>CAPÍTULO 2 – UMA FAMÍLIA BAIANA NOS SALÕES DA CORTE</b>	54
<i>2.1 - Alianças familiares no curso da Independência</i>	64
<i>2.2 - O prosseguimento familiar</i>	68
<i>2.3 - Riqueza, poder e distinção social familiar</i>	78
<i>2.4 - A Corte e o Paço</i>	84
<b>CAPÍTULO 3 – AS DESENVOLTURAS DE UMA SENHORA PELOS ITINERÁRIOS DA POLÍTICA</b>	99
<i>3.1 - A conjuntura da crise</i>	109
<i>3.2 - Sob as bênçãos do amadrinamento: a política das mulheres</i>	114
<i>3.3 – Um enlace escandaloso na Corte: o casamento Paranaguá-Barral</i>	120
<i>3.4 - A “mãe dos analfabetos”: abolição, instrução e controle social</i>	127
<i>3.5 - Flores ao movimento abolicionista</i>	133
<b>CAPÍTULO 4 – DAMA DE UMA PRINCESA, REGENTE</b>	141
<i>4.1 - Uma dama emissária nas casas do parlamento</i>	145
<i>4.2 - Uma baronesa no crepúsculo do Império</i>	166
<i>4.3 - Notas sobre o exílio</i>	173
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	181
<b>6. GENEALOGIA DA FAMÍLIA PARANAGUÁ</b>	186
<b>7. FONTES</b>	187
<b>8. BIBLIOGRAFIA</b>	192
<b>9. LISTA DE FIGURAS</b>	202

## INTRODUÇÃO

Com evidente modéstia a sr<sup>a</sup>. baronesa me recomendava, de vez em quando, que não escrevesse sobre sua pessoa [...].

A sr<sup>a</sup> baronesa, sempre me recomendando que evitasse falar de si [...].

A modéstia da sr<sup>a</sup>. baronesa – que não quer sinceramente que o seu nome apareça nos jornais com as homenagens a que tem direito – não permite que o jornalista a surpreenda em reminiscências espontâneas, em recordações e em lembranças que só na intimidade há de externar.<sup>2</sup>



Figura 1. José Ferreira Guimarães. Retrato de Maria Amanda Paranaguá Dória, 1881-1884.

De acordo com as anotações do jornalista Mozart Monteiro, que foi até à casa da baronesa de Loreto, em 1925, para perguntar-lhe sobre as memórias que guardava com sobre D. Pedro II, em razão do seu centenário de nascimento, a senhora procurava passar-se despercebida em meio às perguntas. A entrevistada era pessoa íntima dos imperantes, além de dama da princesa Isabel e, segundo Monteiro, não seria do seu agrado receber algumas linhas sobre a sua pessoa na publicação que se originaria da entrevista. Esta postura diverge da iniciativa que a própria baronesa teve em doar seus documentos e de seu falecido marido, Franklin Américo de Menezes Dória, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esta instituição, lugar privilegiado na produção do conhecimento histórico da época, preservava forte laço com o passado monarquista, no qual foi fundada, além de cultivar certa familiaridade com a velha titular.

---

<sup>2</sup> MONTEIRO, Mozart. *A família imperial*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 152, 1925, p. 78; 81; 84.

A entrevista da qual tiramos os fragmentos que abrimos esta introdução, faz parte privilegiada dos documentos que aqui utilizamos, permitindo-nos adentrar à casa da amiga dos ex-imperantes, através da abundante descrição feita dos guardados que ornavam seu interior. Outrossim, esta mesma entrevista de natureza semi-dirigida, que consiste em “um meio-termo entre um monólogo de uma testemunha e um interrogatório direto”, Monteiro conseguiu extrair informações pertinentes sobre a trajetória da baronesa, mesmo ela declarando que não lhe fosse dedicada atenção.<sup>3</sup>

Para além disso, contamos com copiosa e variada documentação deixada por Maria Amanda Lustosa da Cunha Paranaguá Dória, a referida baronesa, que tornou possível a escrita de suas experiências desde a Bahia, onde nasceu, passando por sua mudança com a família para a Corte, ainda criança, sua viagem ao exílio na Europa com a família imperial, por conta da proclamação da República e seu regresso à então capital federal, onde faleceu na altura dos seus oitenta e dois anos. Amanda Paranaguá Dória foi testemunha ocular do apogeu e da extinção da Coroa no Brasil, presenciando e participando de acontecimentos importantes que marcaram o Império, à exemplo do desmonte da escravidão.

As imagens, incluindo fotografias como a que encabeça esta parte da dissertação, de autoria de Alberto Henschel e Francisco Benque, demonstram a afeição da senhora pela pose ou estima que cultivada entre os pintores e desenhistas que a eternizaram em suportes de tela, madeira e papel, como veremos nos capítulos adiante. Alargando as considerações de Ana Maria Mauad sobre as fotografias, também podemos contemplar as pinturas e ilustrações aqui utilizadas, como sendo testemunhos tanto diretos quanto indiretos do passado, uma vez que se constituem outrossim como resultados

de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente. É uma mensagem, que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções sígnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupam no interior da própria mensagem.<sup>4</sup>

Este material visual concede cores e contornos maiores à presente investigação, sem os quais, a presença de Amanda nos passaria em silêncio. Sua postura discreta em fotografias e pinturas não despertaram os olhares de investigadores, ocultando uma trajetória de vida imersa nos meandros da política nacional.

---

<sup>3</sup> TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. 8ed.. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 237.

<sup>4</sup> MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e História: interfaces. *Tempo*, Niterói, v. 2, n.1, 1996, p.7.



Como veremos adiante, o material visual que fiamos à esta dissertação não pertence à *coleção baronesa de Loreto*. Embora a titular tenha preservado, segundo Monteiro e outros curiosos que frequentaram a sua casa, inúmeros retratos que seguiram um destino íntimo, conservando-se sob a posse familiar. As fotografias aqui reproduzidas foram coletadas junto a obras como as de Pedro e Bia Corrêa do Lago que se dedicaram a catalogar mais de mil fotografias destinadas à princesa Isabel e encontradas em um baú pertencente aos descendentes da família imperial em meados dos anos 2000.<sup>5</sup> Também contamos com as imagens publicadas por Wanderley de Araújo Pinho em seu livro *Salões e damas do Segundo Reinado* e de *sites* de instituições importantes na divulgação de material fotográfico, à exemplo do Arquivo Nacional, da Fundação Joaquim Nabuco e do Instituto Moreira Salles.

Estes retratos foram *monumentalizadas* separadamente do resto das cartas, diários, livros de memórias e outros textos escritos comportados na coleção da baronesa do IHGB, que aqui fazemos uso. A fotografia, segundo Jacques Le Goff, revolucionou a memória, “multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica”.<sup>6</sup> Desta maneira, a cultura visual e os textos escritos integram uma relação estreita entre história e memória procurando dar testemunho de tempos idos.

A opção pela biografia como maneira de compor a trajetória da baronesa de Loreto compreende a crítica dispensada por Pierre Bourdieu, na medida que ele alerta para algumas complicações que este estilo de produção pode nos reservar. Isto inclui a “ilusão” de atribuir às histórias de vidas particulares uma linearidade em seus acontecimentos com tons teleológicos, sem possibilidade para controvérsias ou “emboscadas”, criando uma lógica entre as ações dos indivíduos a fim de atribuir-lhes sentido livre das imprevisibilidades.<sup>7</sup>

Sabina Loriga, com quem nos afinamos, assim como o próprio Bourdieu, reconhece que a escrita da biografia não pode ser encarada como uma história coesa e “excessivamente linear”.<sup>8</sup> No entanto, Loriga pondera que o sociólogo “sugere a existência de apenas uma forma de escrita biográfica, embora haja várias”, além de advertir para a importância da biografia como uma conexão entre o particular e o geral,

---

<sup>5</sup> LAGO, Pedro Correa de; LAGO, Bia Correa de. *Coleção princesa Isabel: fotografia do século XIX*. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2008

<sup>6</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 466.

<sup>7</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed.. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-185.

<sup>8</sup> SCHMIDT, B. B.. Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica. *Revista Métis: história e cultura* (UCS), Caxias do Sul, v. 2, n.3, 2003, p. 18.

a saber, que a história é um conhecimento hermenêutico, pautado sobre a circulação, não obrigatoriamente viciosa, entre as partes e o todo. O saber geral só pode ser construído através da compreensão dos elementos singulares. No entanto, eles estão longe de oferecer a possibilidade de uma leitura direta. O entendimento integral do particular supõe sempre o conhecimento do geral sob o qual ele é compreendido. Entre os dois elementos – o singular e o geral – há uma relação de construção e de compreensão recíproca.<sup>9</sup>

Neste sentido, Jacques Revel, apesar de tratar sobre micro-história, nos interessa aqui na medida em que afirma que as investigações de trajetórias individuais, por privilegiarem o seu contorno micro, pelo qual perpassa a vida do biografado, sem desligar-se totalmente do seu contexto maior, acaba por contemplar as dimensões das experiências sociais dos indivíduos.<sup>10</sup> A perspectiva da biografia é capaz de mudar a trama historiográfica, apreciando outros elementos que de outra forma nos passariam despercebidos, compondo outros horizontes a partir das trajetórias particulares.

Aqui no Brasil, nas últimas décadas, nos é sensível uma retomada das experiências individuais no campo historiográfico que, por vezes, tomaram para si as tonalidades da micro-história, como considera Benito Bisso Schmidt.<sup>11</sup> Evidenciando as pegadas de operários, escravos, libertos e de outros “pequenos nomes”, nos conta Lilia Moritz Schwarcz, este tipo de análise tem conferido às trajetórias pessoais um caráter destoante do elitista comumente notado na tradição do estilo biográfico.<sup>12</sup>

Nesta perspectiva, apesar de baronesa, o percurso de Amanda Paranaguá Dória é conformado por características singulares: mulher de tez “morena”, integrante de uma família baiana que experimentou significativa ascensão social a partir do processo de Independência do Brasil e que conquistou a destacada posição de dama da princesa Isabel, herdeira do trono. Além do mais, a experiência desta senhora nos torna sensíveis para a atuação de uma dama de palácio no trânsito social e político da Corte. Por meio dela, temos acesso a uma outra ótica dos acontecimentos que animaram as tribunas e as ruas do país na segunda metade do século XIX, nos aproximando da experiência de uma mulher intimamente ligada ao núcleo do poder imperial.

---

<sup>9</sup> SCHMIDT, B. B.. Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica. *Revista Méti*s: história e cultura (UCS), Caxias do Sul, v. 2, n.3, 2003, p. 31; 34.

<sup>10</sup> REVEL, Jacques. *Micro-história, macro-história*: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação* v. 15 n. 45 set./dez. 2010, p. 438-439.

<sup>11</sup> SCHMIDT, Benito. Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *Méti*s, Caxias do Sul, v. 2, n.3, 2003, p. 67

<sup>12</sup> SCHWARCZ, L. K. M.. Biografia como gênero e problema. *História Social* (UNICAMP), v. 24, 2013, p. 66-67. Dentre os trabalhos que privilegiam trajetórias individuais podemos citar: SCHMIDT, Benito Bisso. *Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. Cultura e Cidade - Projeto História*, São Paulo, v. 16, 1998; LIMA, Henrique Espada. *No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. Topoi: revista de história*, v. 16, 2015; REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Uma vez dito ao leitor sobre os aspectos introdutórios com os quais abrimos esta dissertação, passemos então às apresentações dos capítulos. Esta investigação foi dividida em quatro partes distintas, que reúnem, respectivamente, temporalidades singulares da trajetória daquela que veio a ser baronesa de Loreto.

No primeiro capítulo nos debruçamos sobre a relação da titular com o passado imperial, da qual se originou a *coleção baronesa de Loreto*, doada pessoalmente por ela ao IHGB. Com atenção em seu colecionismo, procuramos analisar seu conjunto documental, cuidadosamente reunido, propondo uma reflexão sobre história e memória. Isto se fez considerando o fervor mantido por alguns monarquistas e restauradores em plena República, os quais traçaram estratégias de resistência por meio da coleção de objetos ligados ao Império. Para tanto, nos valem de pinturas, fotografias, cartões-postais, periódicos, cartas pessoais, livro de memórias do barão de Loreto, entrevistas e diários da baronesa.

No segundo capítulo nos detemos a investigar a estrutura familiar na qual Amanda Paranaguá nasceu e que a conduziu ao paço imperial. Demonstramos como ela estava inserida em um arranjo parental socialmente em ascensão, especialmente a partir da figura do seu avô materno, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, que participou ativamente do processo de Independência do Brasil na Bahia, nos anos de 1822 e 1823. Nesta parte, versamos sobre o arranjo matrimonial de João Lustosa da Cunha Paranaguá e Maria Amanda Pinheiro de Vasconcellos, pais da “Amandinha” e a mudança de toda a família para a Corte. Aí emprestamos atenção especial ao casamento de Amanda Paranaguá com Franklin Dória em 1868, problematizando as negociações desta união, considerando o lugar racial ocupado pelos noivos e sua parentela. Foram consultados com este fim, fotografias, litogravuras, pinturas, ilustração, inventários, cartas, entrevista, livro de memórias, periódicos, certidão de casamento, esboços biográficos e poesia.

No terceiro capítulo dedicamos à análise da relação entre Amanda Paranaguá Dória e sua madrinha, a condessa de Barral, na medida em que a intimidade que as uniam ambas se desdobrava em conselhos que visavam potencializar a possibilidade de sucesso de “Amandinha” nos itinerários sócio-políticos do Império. Neste sentido, demos atenção à atuação da senhora Paranaguá Dória enquanto esposa, tensionada pela surpresa em não conseguir gerar filhos, os cuidados que dispensou à carreira política do marido e de sua própria circulação na sociedade imperial. Nesta parte também nos dedicamos a demonstrar como ela localizava-se em meio às crises pelas quais passava a Coroa, especialmente a partir das movimentações políticas de 1868, até a sua incursão pública nas fileiras do movimento

abolicionista. Com este propósito consultamos fotografias, ilustração, pinturas, cartas, livro de memórias, periódicos, poesia, entrevista e decreto.

No quarto e último capítulo dedicamos espaço à atuação de Amanda Paranaguá Dória enquanto dama, junto à princesa Isabel, regente, no contexto da abolição. Nesta condição, procuramos demonstrar a confiança de que a senhora gozava junto a princesa, tornando-se sua emissária nas casas do parlamento, a fim de tomar ciência sobre o processo de abolição imediata da escravidão. Demos atenção também à maneira pela qual a dedicação à herdeira do trono e seu envolvimento na causa abolicionista lhe rendeu o título de baronesa de Loreto. Por fim, evidenciamos a repentina proclamação da República, a expulsão da família imperial do Brasil e a decisão da baronesa de acompanhar os imperantes para a Europa, de onde retornou em 1890, encontrando o Rio de Janeiro como capital federal, onde veio a falecer em 1831. Com estes objetivos, recorreremos às pinturas, fotografias, cartas, atas da Câmara dos deputados e Senado, relatos de memória, livro de memória, diários, periódicos, poesia e entrevista.

Concluída a introdução, desejamos que o/a leitor(a) faça bom proveito da dissertação, acompanhando a trajetória de uma mulher que vivia à sombra do poder imperial. Aqui vai antes, um agradecimento especial ao jornalista Mozart Monteiro, uma vez que me serviu, mesmo a contragosto da entrevistada, de informações preciosas ao seu respeito. De fato, as palavras de Monteiro soaram como que proféticas, quando findou a publicação da referida entrevista, fez considerações de que quisesse lhe perdoar

a ilustre senhora, cuja aproximação me dedicou tão cativo da sua gentileza, as indiscrições que porventura eu haja cometido em homenagem à venerada memória da família imperial, e contribuindo, de alguma maneira, para orientar, despertar ou mesmo esclarecer, os futuros historiadores que andarem por esses caminhos.<sup>13</sup>

O jornalista, com suas indagações, orientou, despertou e esclareceu parte dos caminhos percorridos pela baronesa, ao que fizemos vista grossa frente à sua postura de não querer ser lembrada (ao menos naquela ocasião). De resto, deixo o/a leitor(a) convidado(a) a trilhar os caminhos da dama, por meio desta investigação que dedicou-lhe lugar de protagonista.

---

<sup>13</sup> MONTEIRO, Mozart. *A família imperial*, Op. Cit., p. 88.

## CAPÍTULO 1 – “VIVO HOJE DE RECORDAÇÕES”

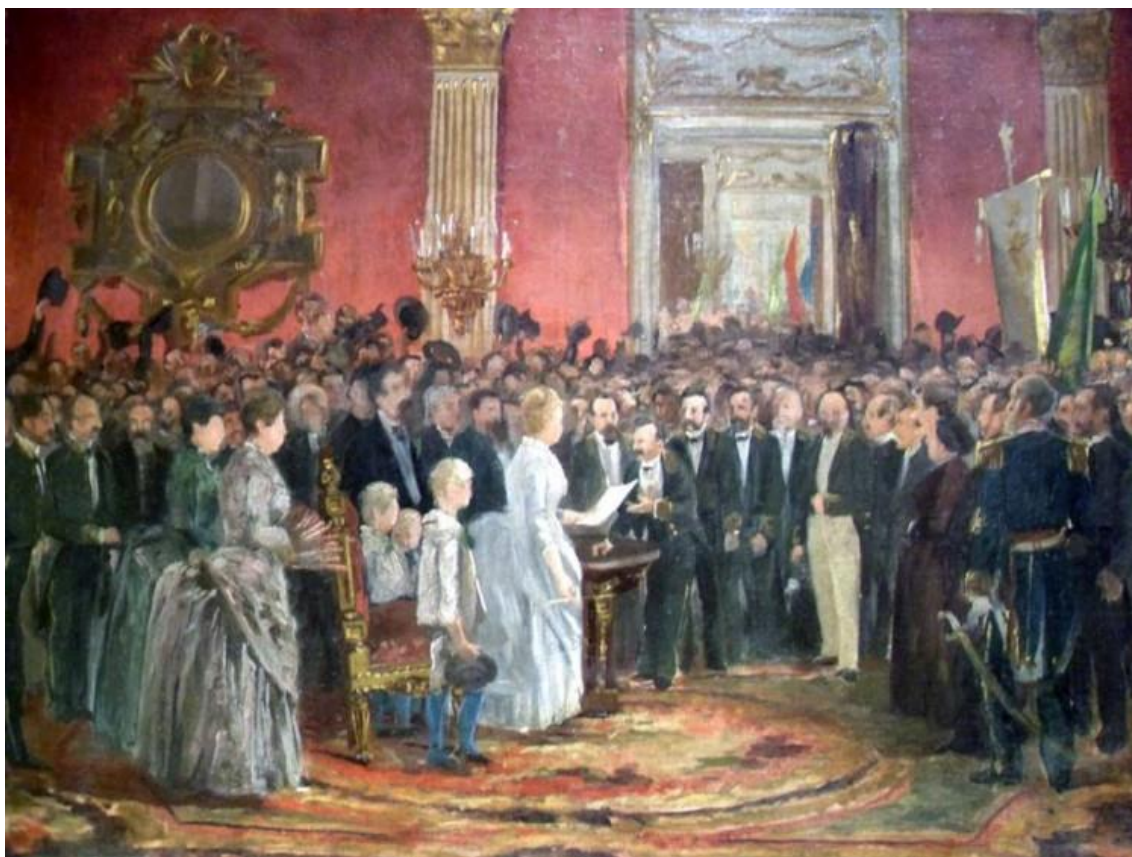


Figura 2. Victor Meirelles. *A abolição da escravatura*. 1888-1903. Óleo sobre tela.

Neste primeiro capítulo, nos debruçamos sobre a formação da coleção baronesa de Loreto, depositada por ela mesma no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1925. Ao longo deste exercício, evidenciamos os esforços empreendidos pela titular, juntamente com seus familiares, no sentido de não serem esquecidos e na construção de uma autoimagem positiva, por meio de doações documentais para instituições de memória. Esta estratégia contra o esquecimento se insere, como se verá nas páginas posteriores, num embate maior, localizada no âmbito das investidas monarquistas nas primeiras décadas republicanas contra este novo Regime.

Quem se depara com a obra *A abolição da escravatura*, de Victor Meirelles, pode observar uma composição artística sobre como teria ocorrido aquele evento em 13 de maio de 1888, de acordo com a perspectiva oferecida pelo autor que provavelmente não esteve presente, haja vista que o vestido usado pela princesa naquela ocasião destoa do retratado pelo pintor. A vestimenta original foi doada pelos descendentes de Isabel à Henriqueta Catharino,

na década de 1950. A senhora Catharino presidia o Instituto Feminino da Bahia, organização dedicada a ofertar educação e ofício às moças solteiras daquele estado.<sup>14</sup> Ainda hoje é possível admirar o vestido doado sob o teto do mesmo Instituto que tornou-se museu. O traje porta um manto verde e bordado a ouro, bem como ao redor das barras do vestido em tom de creme, que traz detalhes ao busto deixando os braços desnudos, sem mangas, ao contrário do que foi retratado por Meirelles que também ignora o manto verde.



Figura 3. Vestido foi utilizado pela Princesa Isabel em dois momentos históricos [juramento por ocasião da regência em 1871 e na assinatura da Lei Áurea de 1888]<sup>15</sup>

A própria natureza dos quadros é a de *monumentalizar* instantes porque feitos para serem expostos, dão-se à observação, estabelecendo uma relação entre o tempo ali representado e o tempo presente no qual está sendo observado, mobilizando sentimentalidades.<sup>16</sup> Aparentemente os periódicos se calaram frente ao término da obra ou lhes emprestaram pouca importância, porque é nebulosa a causa impulsionadora do artista

---

<sup>14</sup> PASSOS, Elizete. *Henriqueta Catharino, 1886-1969*. Coleção educadoras baianas. Salvador: EdUFBa: FACED, 2010, p.61-62.

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/05/vestido-que-princesa-isabel-utilizou-para-assinar-lei-aurea-esta-na-bahia.html>>. Acesso em: 05/02/2018.

<sup>16</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed.. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p.526.

para a produção desta pintura, embora tal resposta possa ser orientada pelas estreitas relações entre ele e D. Pedro II, de quem recebeu favorecimentos ao longo de sua carreira artística.<sup>17</sup>

A composição de Meirelles valoriza a horizontalidade na distribuição dos elementos na cena, destacando-se a princesa Isabel em primeiro plano, ao centro, trajando um vestido cândido, portando a lei na mão esquerda, enquanto a direita segura a pena de ouro com a qual a assinou.<sup>18</sup> Ainda em primeiro plano, na lateral, atrás do trono, podemos observar as damas do paço, duas únicas mulheres, para além da regente, que mereceram o realce do pintor. Ao fundo o ambiente palaciano completa o conjunto da representação pictórica de um ato-chave na história do Brasil.<sup>19</sup>

A bandeira do Império e um estandarte católico erguidos em meio às testemunhas, sugerem elementos narrativos importantes. Estes símbolos hasteados certamente evocam maior sacralização do momento, como também conferem à obra a ideia de caráter cristão dos sentimentos que teriam movido a causa.<sup>20</sup> Dentre os presentes, em segundo plano, às proximidades da princesa, se sobressai um rosto negro, o qual é possível se tratar de uma referência ao abolicionista André Rebouças.

Analisemos então o núcleo da obra. A princesa é retratada em companhia dos seus filhos que ladeiam o trono, evidenciando a sua dinastia. Atrás destes, por sua vez, encontram-se duas figuras femininas portando certa discricção. Trata-se de duas damas da princesa que foram encarregadas de renovar a imagem da herdeira do trono, preparando-a para a vinda do Terceiro Reinado. Maria José Velho de Avellar Tosta, que seria a que tem cabelos castanhos, usando um vestido em tom lilás e que segura um leque nas mãos e Maria Amanda Lustosa da Cunha Paranaguá Dória, de cabelos negros e trajes mais escuros.

Esta tela expunha uma caracterização do espaço diversa da obra que o mesmo Meirelles pintou no ano de 1875, em homenagem ao juramento da princesa Isabel. Kleber Amancio afirma que naquela ocasião, o artista fez destacar a verticalidade do ambiente, em referência às hierarquias, notando-se

---

<sup>17</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.145.

<sup>18</sup> MORAES, Renata Figueiredo. Uma pena de ouro para a Abolição - A lei do 13 de maio e a participação popular. *Revista Brasileira de História*, v. 33, 2014, p. 49-69.

<sup>19</sup> Ver também: AMANCIO, Kleber A. O.. *Reflexões sobre a pintura de Arthur Timotheo da Costa*. Tese (doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016, p. A representação visual do negro na primeira república. 2013, p.192-193.

<sup>20</sup> Sobre a atuação da Igreja Católica no processo de abolição ver: PEREIRA, Camila Mendonça. *Abolição e catolicismo: a participação da Igreja Católica na extinção da escravidão no Brasil*. Dissertação de mestrado em História. Instituto de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.



o predomínio da economia dos gestos, assim como narrativas paralelas que conferem a obra um caráter mais solene. Diferente de *A abolição da escravatura*, onde a atenção para o foco principal da cena é total, nesse o evento aparenta ser uma atividade meramente protocolar, considerando que encontramos várias personagens cuja atenção está dispersa<sup>21</sup>.

Foi sobre esta mesma pintura que Amanda Paranaguá Dória pôs os seus olhos no ano de 1903, numa exposição em plena República. A obra despertou o afeto da senhora que a admirava, pois desde que voltara da Europa, em 21 de agosto de 1890, não esteve mais com a sua amiga. “Aqui, fui ver na Academia de Belas Artes a exposição dos trabalhos de Victor Meirelles”, escreveu à princesa que encontrava-se em Paris. Na missiva seguiu afirmando ter demorado “longamente diante de quadros em que figuram V. A. I. (no juramento por ocasião da maioridade), [e] Vossas Altezas Imperiais no dia do casamento realizado a 15 de outubro, na Capela Imperial”<sup>22</sup>.



Figura 4. Victor Meirelles. *Juramento da princesa Isabel*. Óleo sobre tela, 1875.

Pedro Calmon dedicou especial atenção à esta pintura. Aí, ele nos narra, embora com demasiada afeição, que ela, Isabel, figura

<sup>21</sup> AMANCIO, Kleber. A. O.. A representação visual do negro na primeira república. 2013. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal-RN, 2013, p. 4-5.

<sup>22</sup> LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória, baronesa de. *Correspondência pessoal*, Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1903. D'EU, Isabel, condessa. Paris, França. Coleção barão de Loreto, maço 204 – doc. 9318. Museu Imperial de Petrópolis. Petrópolis – RJ.



com o amplo traje oficial e a banda azul do cruzeiro, os cabelos de um loiro refulgente e a fronte majestosa, nos lábios um sorriso, muito feminina e moça diante do velho senado doirado de uniformes, severo na sua sóbria pompa, constelado de relíquias; os estadistas de outrora, os que vinham de 1831, Abaeté na presidência, Caxias, com o ar habitual de comandante em chefe, Rio Branco elegante e solene como um *lord mayor*, Inhomirim num uniforme cintilante, togas de desembargadores, casacas inglesas, lampejos de condecorações, e, dominante, geral, o tom alvadio das velhas cabeças numa grave moldura, de dignidade consular... ajoelhou-se em face da mesa verde junto do trono vazio, e nas mãos do visconde de Abaeté, paternalmente inclinado, a ampará-la com uma solicitude enternecida - confirmou o compromisso de cumprir a Constituição da Monarquia.<sup>23</sup>

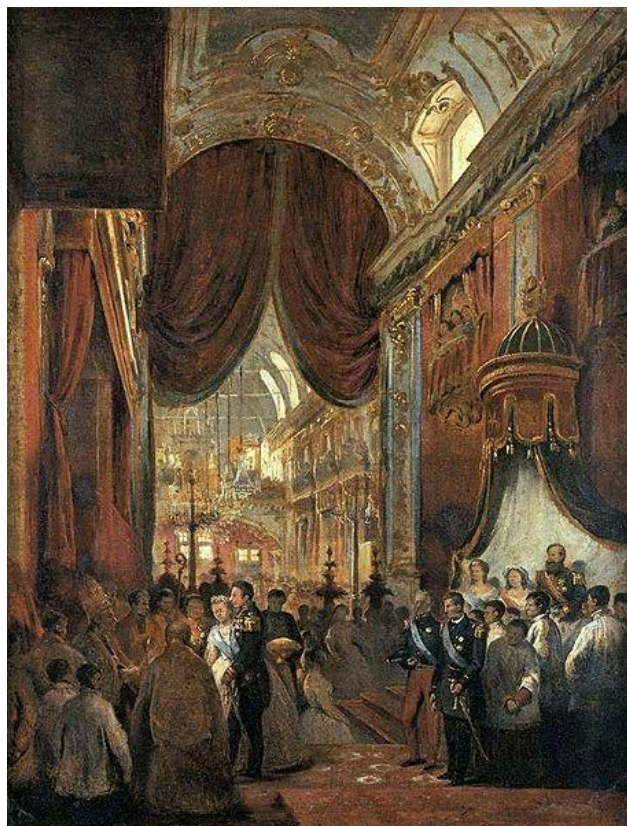


Figura 5. Victor Meirelles. *Casamento da princesa Isabel*. Datado por volta de 1864.

Ambas as telas admiradas pela senhora Paranaguá Dória deixam notar a grandiosidade com que os eventos foram retratados, comovendo-a por meio da representação da sua experiência social. As pinturas, assim como outros estilos visuais, são entendidos aqui como textos, portando a capacidade de narrar e se comunicar com quem as aprecia.<sup>24</sup> O luxo das vestimentas, a opulência do ambiente, a solenidade dos atos, a captura dos movimentos, tudo o quando pôde suscitar os sentimentos daquela mulher que certamente presenciou aqueles momentos de perto, à exemplo da tela com que iniciamos esta dissertação.

<sup>23</sup> CALMON, Pedro. *Princesa Isabel, "a Redentora"*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 104-105.

<sup>24</sup> MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes*. EdUFF: Niterói, 2008, p.53-54.

João Lustosa da Cunha Paranaguá, pai de Amanda Dória, estava entre os nomes listados pela câmara municipal de Petrópolis para compor uma comissão que fosse cumprimentar o imperador e a imperatriz “pelo consórcio de Suas Altezas”, como fez saber o *Diário do Rio de Janeiro* poucos dias antes da cerimônia<sup>25</sup>. Àquela época a menina já era próxima das princesas e dos seus pais, o que pode ter viabilizado a sua ida à cerimônia, motivo a mais para que se emocionasse frente à obra que representava aquele dia 15 de outubro de 1864.

Seguindo a mesma carta citada anteriormente, a remetente como que chateada, ponderou: “mas, que diminuta concorrência, ninguém quase para ver essa exposição, tão digna de ser visitada!”<sup>26</sup>. O evento oferecido pela Escola de Belas Artes, em homenagem à memória de Victor Meirelles, falecido meses antes, naquele ano de 1903, sugere uma seleção do público destinado, funcionando como filtro social, pelo próprio caráter seletivo da instituição. A *Gazeta de Notícias* fez noticiar em julho daquele ano que

o Sr. Presidente da República [Rodrigues Alves] designou o dia de amanhã para a abertura da exposição dos trabalhos de Victor Meirelles, organizada pelo conselho da Escola de Belas-Artes, sob a direção de Rodolpho Bernardelli.

Essa exposição representa todas as obras do glorioso e pranteado artista brasileiro, achando-se nela reunidos trabalhos de Victor Meirelles, desde as primeiras manifestações de seu talento, até as últimas e aplaudidas produções do mestre.

A solenidade da abertura será à 1 hora da tarde e é franca a entrada da escola aos visitantes<sup>27</sup>.

A entrada gratuita e a pouca frequência do público era, certamente, elemento que agravava os lamentos da baronesa, que atribuía ingratidão àqueles que, segundo ela, deveriam manter fidelidade à Monarquia. A carta em tons de frustração, expunha a sua esperança não correspondida pelo número de visitantes daquela exposição, de que o sentimento monárquico confluísse para uma possível restauração da Coroa.

A dama não cultivava nenhum apreço pelo novo Regime, ficando evidente na carta escrita à princesa Isabel sobre os festejos da Independência de 1903, acusando “esta república, [que,] não tendo gente sua, fazem heróis os homens do Império”.<sup>28</sup> Figuras incontornáveis da comemoração por razões históricas, fizeram com que os republicanos tivessem de lidar com a

---

<sup>25</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 13/10/1864, p.1.

<sup>26</sup> LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória, baronesa de. *Correspondência pessoal*, Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1903, Op. Cit..

<sup>27</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26/07/1903, p.1.

<sup>28</sup> BARONESA DE LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória. *Correspondência pessoal*, Rio de Janeiro, 07/09/1903. D’EU, Isabel, condessa. Paris, França. Coleção barão de Loreto, maço 204 – doc. 9318. Museu Imperial de Petrópolis. Petrópolis – RJ.

lembrança do próprio D. Pedro I, dentre outros nomes incontornáveis afinados com a Monarquia.

A remetente se indignou pelos governantes usarem do 7 de setembro, “essa nossa (bem nossa) data histórica”, como fez registrar.<sup>29</sup> As comemorações republicanas da Independência implicavam em releituras do passado nacional monárquico, o que causava desconfortos à baronesa na medida que ela se empenhava em manter aquele tempo a salvo dos interesses dos partidários do novo Regime.<sup>30</sup>

Anos depois, em 1925, esta mesma senhora, baronesa de Loreto, título que lhe foi concedido pela princesa regente poucos meses depois de assinada a Lei Áurea, foi procurada pelo jornalista Mozart Monteiro. Quando perguntada por este se “V. ex. estava com a princesa Isabel, por ocasião da abolição?”, a entrevistada afirmou que “sim, [eu] estava. Quando ela [a princesa] assinou a lei de 13 de maio, eu estava presente”.<sup>31</sup> O entrevistador, que era correspondente do *O Jornal* e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), procurava “ouvir pessoas que tivessem frequentado o paço de São Cristóvão e mantido relações de amizade com a família imperial”, por ocasião do centenário de nascimento de D. Pedro II.<sup>32</sup> Foi com este propósito que Monteiro chegou à rua Voluntários da Pátria, em Botafogo, onde morava a titular, já viúva, na altura dos seus setenta e seis anos.

Àquela época, Botafogo era morada de gente com posses, a exemplo de Miguel Calmon e Rui Barbosa. O lugar preservava certos resquícios com os idos tempos da Coroa. Regina Abreu nos conta que

durante o Império, o mesmo bairro abrigara em suas chácaras elementos das elites aristocráticas. Entre os mais ilustres estavam o Barão de Lucena, tio e protetor do ex-presidente Epiácio Pessoa, o Marquês de Olinda e o tio de Miguel Calmon, o Marquês de Abrantes, de quem ele herdou o próprio nome.<sup>33</sup>

Na procura de quem lhe pudesse contar sobre as intimidades dos ex-imperantes, o jornalista recorreu à Amanda Paranaguá Dória por recomendações da também baronesa, Pinto Lima. Por ter indagado “alguma coisa sobre a família imperial e seus hábitos, a senhora

---

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O Espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 3, 1995, p. 195-208.

<sup>31</sup> MONTEIRO, Mozart. A família Imperial. Op. Cit., p. 82.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 74.

<sup>33</sup> ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p.23-24.

baronesa de Pinto Lima repetia que hoje ninguém melhor do que a senhora baronesa de Loreto poderia falar a respeito”, registrou.<sup>34</sup>

Com a idade avançada, sem o marido, Franklin Dória, barão de Loreto, desde 1906, quando faleceu de causas desconhecidas e sem filhos, tornou-se uma opção para Amanda Paranaguá Dória juntar-se à sua irmã, também viúva, Maria Argemira Lustosa da Cunha Paranaguá Moniz Barreto. Possivelmente alguma fragilidade em sua saúde também tenha contribuído para que ela tomasse essa decisão e se mudasse de sua residência na Praia da Lapa.



Figura 6. Da esquerda para a direita: Maria Argemira Moniz de Aragão, seu filho Alfredo Moniz Paranaguá, sua esposa e filhos, e a baronesa de Loreto, 1900.

Amanda Paranaguá Dória, ao lado de Maria José Avellar Tosta gozaram da estreita confiança e convivência com os imperantes, além de possuírem poder de influência que emanava de seus cargos. “A princesa”, dizia a entrevistada, “referindo-se a nós ambas, costumava dizer: ‘minhas duas primeiras’”.<sup>35</sup> O *Jornal do Comércio* deu nota sobre o acontecido. Fez noticiar naquele 16 de outubro de 1886 que, por despacho, “foram nomeadas damas de palácio, com exercício junto à Sra. Princesa Imperial, as Sras. D. Maria Amanda Paranaguá Dória e D. Maria José de Avellar Tosta”.<sup>36</sup>

A posição ocupada pelas damas atrás do trono, na obra pincelada por Meirelles, expressa a discrição exigida algumas vezes pelos seus ofícios. Tratava-se de um cargo

<sup>34</sup> MONTEIRO, Mozart. A família Imperial. Op. Cit., p.72.

<sup>35</sup> Idem, p. 82.

<sup>36</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16/10/1886, p.3.

tradicional dentro da estrutura monárquica ibérica que, trazida ao Brasil, compunha um conjunto de funções desempenhadas pelas mulheres na Corte. Ao contrário da senhora Avellar Tosta, que acumulava em sua ascendência numerosas damas, para a família de Amanda Dória este prestigioso ofício, dentro da Casa Imperial, era uma conquista inédita.<sup>37</sup>

Estar ao pé da princesa, acompanhando-a em eventos sociais, representando-a em cerimônias importantes, sendo seus olhos e seus ouvidos. A intimidade e a fidelidade eram características *sine qua non* para a condição de dama, como atestam as investigações da historiadora María del Cristo González Marrero.<sup>38</sup> Observando a Corte francesa entre os séculos XVI e XVIII, Norbert Elias afirma que “pertencer à corte do rei ou ter o privilégio de comparecer à presença do rei – de acordo com as estruturas de poder existentes – é algo extraordinariamente importante na escala dos valores sociais”.<sup>39</sup> Tal prerrogativa era cultivada pelas “duas primeiras” da princesa desde a tenra idade, quando passaram a frequentar o paço em companhia dos seus familiares.

A centralidade compartilhada pela regente com suas damas, na tela, era representativo da sua posição vantajosa no núcleo do poder imperial. A cultura visual, disposta em pinturas e fotografias, se oferece como um fio condutor, ou parte dos rastros da senhora Paranaguá Dória, a qual perseguiremos nas páginas seguintes.

Ao adentrar na casa onde vivia a baronesa de Loreto, Monteiro nos conta sobre inumeráveis fotografias. “S. ex. rebuscou numerosos retratos, dando-me a ver os mais interessantes. Fora dos álbuns e das gavetas, havia, emoldurados, quer sobre móveis, quer em paredes, vários retratos de pessoas da família imperial”.<sup>40</sup> Na sala de visita, foi registrado pelo jornalista que dois retratos de D. Pedro II ocupavam lugar de destaque, sendo que “a moldura de um destes tinha no alto a coroa do Império”.<sup>41</sup> Um destes retratos do imperador, que pertenciam à baronesa, estampou a capa da revista *fon-fon*, como podemos ver a seguir.

---

<sup>37</sup> MUAZE, Mariana de Aguiar F.. *O império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Tese (doutorado em História). Instituto de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006, p.86.

<sup>38</sup> MARRERO, María del Cristo González. Las mujeres de la Casa de Isabel la Católica. In: MARTÍNEZ, Millán J. e LOURENÇO, Maria P. Marçal. *Las relaciones discretas entre las monarquias hispana y portuguesa: las casas de las reinas (siglos XV-XIX)*. Vol. II. Ediciones Polifemo, Madri, 2008, p.845.

<sup>39</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 94.

<sup>40</sup> MONTEIRO, Mozart. *A família Imperial*. Op. Cit., p. 77.

<sup>41</sup> *Ibidem*.



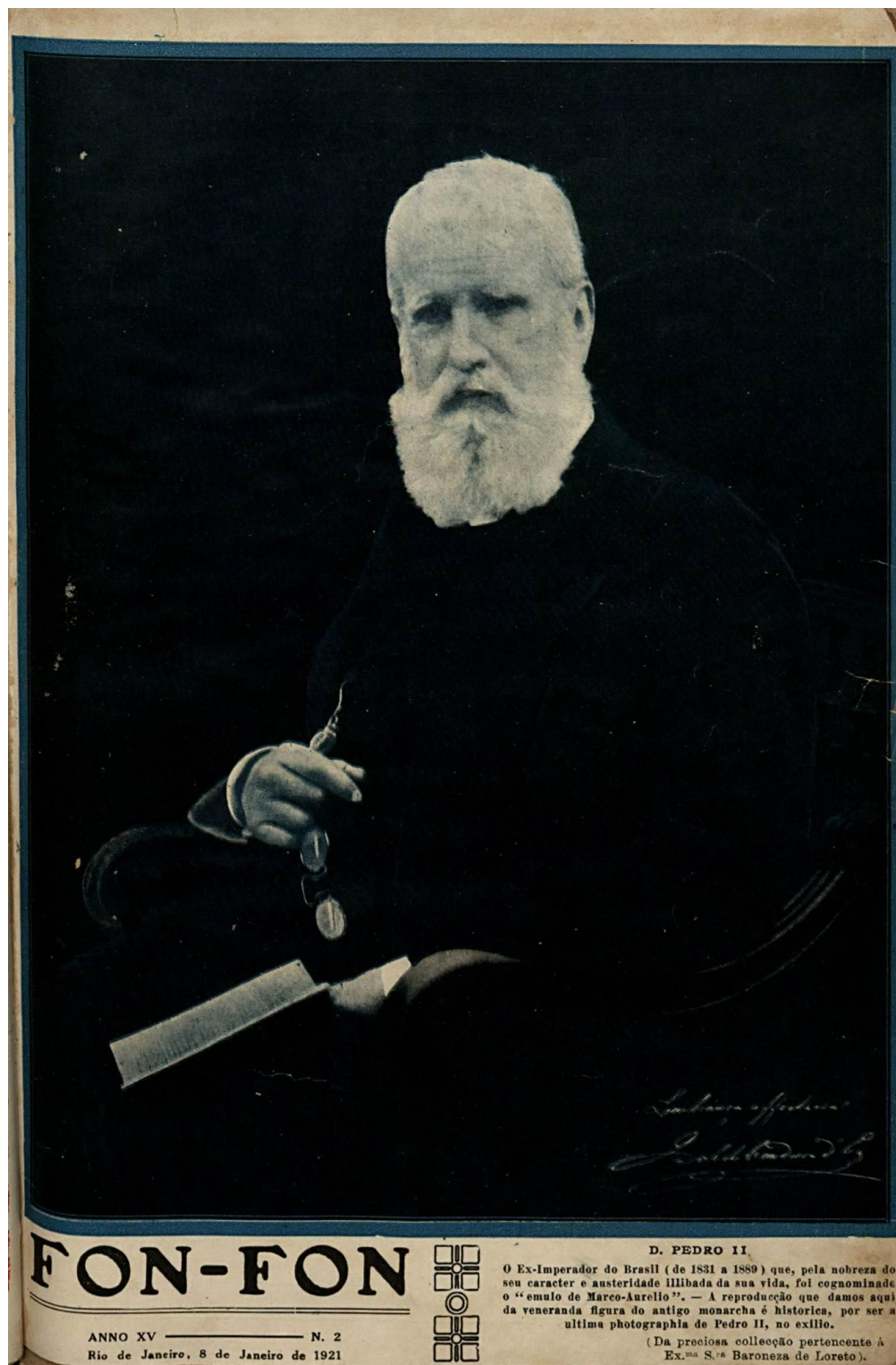


Figura 7. Retrato do Imperador na revista Fon-fon.<sup>42</sup>

<sup>42</sup> No canto inferior direito da imagem podemos ler: “D. PEDRO II – O Ex-Imperador do Brasil (de 1831 a 1889) que, pela nobreza do seu caráter e austeridade ilibada da sua vida, foi cognominado o “emulo de Marco-Aurélio”. – A reprodução que damos aqui da veneranda figura do antigo monarca é histórica, por ser a última fotografia de Pedro II, no exílio. (Da preciosa coleção pertencente à Ex.<sup>ma</sup> S.<sup>ra</sup> Baronesa de Loreto).”

Por toda a casa as fotografias espalhadas também faziam lembrar o avô materno, a mãe que faleceu em 1873 sem nobilitação, antes que o pai da sua “Amandinha” alçasse às posições mais prestigiosas da nobreza, chegando a marquês de Paranaguá em 1888. Ele alcançaria noventa e um anos de vida. Certamente figuravam ali os retratos dos seus irmãos, parentes mais distantes, junto aos dos entes da família imperial, com a qual a baronesa conviveu boa parte da sua vida e, em especial, recordações da princesa Isabel, sua amiga.

Foi a “Amandinha” quem primeiro soube da morte da princesa por meio de um telegrama enviado pelo conde d’Eu. A *Gazeta de Notícias* fez publicar o telegrama que ela havia recebido no dia 15 de novembro de 1921. Dizia:

Paris, 14 às 9 e 15

Baronesa Loreto – Rio de Janeiro – Imerso na maior dor comunico queridíssima princesa falecida de fraqueza cardíaca, agravada por congestão pulmonar. Rezem por nós. (A) Conde d’Eu.<sup>43</sup>

A senhora Paranaguá Dória certamente recebeu a notícia com profundo pesar. O falecimento de sua amiga motivou a encomenda de missas em sua intenção. Era o máximo que poderia fazer por sua princesa, embora seu desejo fosse o de ter a oportunidade de dar-lhe um último adeus pessoalmente, mas circunstâncias que não conhecemos, fizeram-na conformar-se deste lado do oceano.



Figura 8. A baronesa de Loreto cercada por sacerdotes e pessoas envolvidas na missa em intenção da princesa Isabel.

<sup>43</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15/11/1921, p.1; *O jornal*, Rio de Janeiro, 15/11/1921, p.3.

A revista ilustrada *fon-fon* dedicou espaço em seu editorial à missa pelo 30º dia do falecimento da alma da princesa, realizada na igreja da Candelária, no qual a baronesa de Loreto figurou com centralidade. O gozo da íntima amizade com a família imperial rendeu-lhe as atenções daqueles que por qualquer motivo, procuravam lembrar os tempos do Império.

O jornalista Monteiro não foi o único que frequentou a casa da baronesa a fim de saciar curiosidades do grande público com relação às privacidades dos ex-soberanos. Ela já havia sido consultada por um correspondente desconhecido do *Jornal do Brasil* cinco anos antes da visita de Monteiro, em 1920. A translação dos corpos de D. Pedro II e de sua esposa, Teresa Cristina, foi o que moveu a editora do jornal a enviar correspondentes à procura da senhora Paranaguá Dória, já que ela encabeçava uma comissão de mulheres, proposta pelo IHGB, envolvida na recepção dos restos mortais dos ex-imperantes. “Ouvir, agora, a Sra. Baronesa de Loreto”, diz a publicação, “e pedir-lhe inéditos informes sobre fatos ou ocorrências da ex-família Imperial é uma coisa que se impõe pela sua incontestável oportunidade”.<sup>44</sup>

Àquela ocasião, a velha amiga da princesa Isabel ainda residia na Praia da Lapa, em um palacete cercado por gradis, onde viveu por mais de quatro décadas, das quais a maior parte em companhia do falecido marido. Ali convidou o jornalista a adentrar:

Venha ver a minha casa, venha; vivo hoje de recordações aqui, ali, acolá, e apontava para seus antigos móveis, ciosamente, guardo os traços da vida do meu marido, o da do meu pai, o Marquês de Paranaguá. Aqui resido, há 44 anos, e conto também não mais daqui sair, e, foi-nos mostrando, com carinhoso gesto, pratos, medalhas, valiosas antiguidades, que rodeiam e encantam tão preciosa existência.<sup>45</sup>

A vida surpreendeu-lhe os planos, a fez mudar de casa, mas não a fez mudar a ornamentação do ambiente doméstico. As fotografias, cartas, postais e toda a sorte de objetos que pudessem lhe despertar sentimentos sobre o passado, foram levados consigo, para a sua nova morada com a irmã, como já contado.

---

<sup>44</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25/12/1920, p.5.

<sup>45</sup> *Ibidem*.



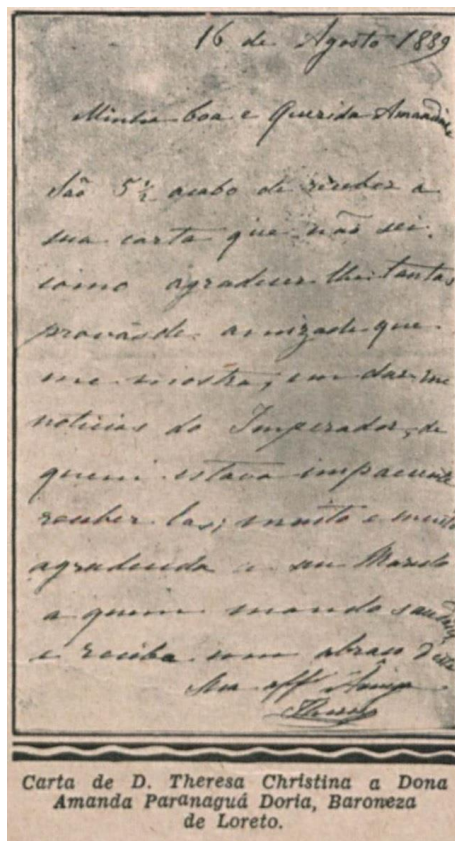


Figura 9. Carta da imperatriz Tereza Cristina à sua “boa e querida Amandinha”.<sup>46</sup>

Por meio das revistas *Fon-fon* e *O Malho*, dedicadas, além da crítica social e política, a anunciar os eventos da chamada “boa sociedade”, é possível encontrarmos fotografias referentes à baronesa de Loreto e seus familiares. Entre as imagens também figuraram alguns poucos retratos dos seus guardados, à exemplo da carta da imperatriz, anteriormente mostrada. Articulado textos verbais e visuais (caricaturas, outros desenhos e fotografias), estes impressos serviam-se de veículos que, nas palavras de Ana Maria Mauad,

por meio de uma composição editorial adaptada ao seu próprio tempo e às tendências internacionais, criavam modas e impunham comportamentos, assumindo a estética burguesa como a forma fiel do mundo que representavam.<sup>47</sup>

O trânsito das imagens que retrataram a baronesa de Loreto e sua parentela por meio das revistas *Fon-fon* e *O Malho*, incute-lhes narrativas referentes ao espaço social privilegiado

<sup>46</sup> Pode-se ler na carta a seguinte mensagem: “16 de Agosto 1889 – Minha boa e querida Amandinha. São 5<sup>1/2</sup> acabo de receber a sua carta que não sei como agradecer-lhe tantas provas de amizade que me mostra, em dar-me notícias do Imperador, de quem estava impaciente [por] recebe-las; muito e muito agradecida ao seu Marido a quem mando saudades e receba um abraço desta sua affa[?] Amiga – Teresa”.

<sup>47</sup> MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*. v. 13. n.1. jan.-jun., São Paulo, 2005, p.152.

que ocuparam ao longo do Império, sendo evocados por seus títulos de nobreza, além de referenciarem suas proximidades com os ex-imperantes. A seguir, podemos ver o palacete onde Amanda Paranaguá Dória viveu antes de mudar-se para Botafogo, e onde realizou reuniões em favor da recepção dos restos mortais de D. Pedro II e de sua esposa, D. Tereza Christina, como noticiou a *Fon-fon* sob os seguintes termos:

#### REUNIÃO EM CASA DA BARONESA DE LORETO

A vinda dos restos mortais dos Imperadores

Senhoras de maior prestígio na sociedade brasileira, presentes à reunião em casa da baronesa de Loreto, em seu antigo palacete à praia da Lapa, para deliberarem sobre as homenagens a serem prestadas, por ocasião do desembarque dos despojos de D. Pedro II e de D. Tereza Cristina<sup>48</sup>.

O traslado dos corpos dos soberanos depositos fez recair especial atenção da imprensa sobre a titular. A *Fon-fon* publicou fotografias dela, reconhecendo-a como íntima dos falecidos, dando ares de nostalgia sobre o passado imperial em suas páginas, onde dedicou espaço destacado ao acontecimento.



Figura 10. Palacete da baronesa de Loreto na Praia da Lapa.

---

<sup>48</sup> *Fon-fon*, Rio de Janeiro, 27/11/1920, p.20.



Figura 11. A legenda original diz: “A casa da baronesa de Loreto, filha do marquês de Paranaguá, e antiga residência da família Paranaguá, no Rio”.



Figura 12. A senhora baronesa de Loreto.



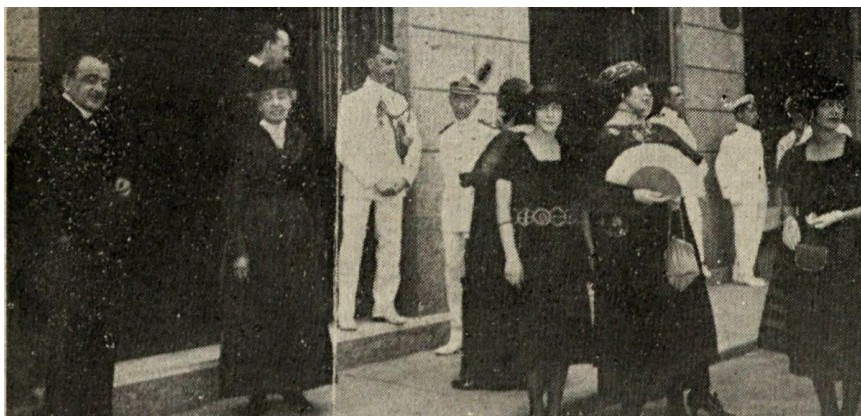


Figura 13. *A baronesa de Loreto na cerimônia de recepção dos restos mortais dos ex-imperantes.*



Figura 14. *A baronesa descendo ao desembarque dos despojos dos ex-imperantes com seus familiares não identificados pela revista.*

Ao ser proclamada a República, os seus aderentes providenciaram a elaboração de símbolos, alegorias, rituais, mitos, com o objetivo de legitimarem o novo Regime por meio do investimento na construção de um novo imaginário social. Esta engenhosa investida se tornava providencial num contexto de “mudanças política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” como aponta José Murilo de Carvalho.<sup>49</sup> “Tratava-se”,

---

<sup>49</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.11.

ainda segundo Carvalho “de uma batalha em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos”.<sup>50</sup>

Ao destacar as íntimas relações entre o público e o privado na política de formação de acervos, Paulo Knauss nos conta sobre um Leilão ocorrido nas dependências do paço de São Cristóvão, entre outubro e novembro de 1890, resultado do “exílio da família imperial e da necessidade de dar destino aquilo que a família não havia doado, nem tinha conseguido levar consigo”.<sup>51</sup> Após destacar o colecionismo como uma prática que remonta a nobreza, Knauss afirma que o referido

leilão era também um momento de exibição social de que o sentimento monarquista existia na sociedade. Simbolicamente, o leilão do Paço traduzia na dispersão da coleção a vontade de desmontar o tempo do Império.

Contudo, o sentido simbólico das peças leiloadas, a variedade dos objetos e a riqueza das obras promoveram o gosto por um novo colecionismo que se baseava no culto do passado nacional.<sup>52</sup>

Certamente a baronesa de Loreto soube deste acontecimento pelas páginas dos jornais e, mesmo sem indícios concretos além de sua estreita ligação com os soberanos, é possível deduzir que tenha comparecido ao evento; e, quem sabe, arrematado algum objeto de sua estima.

Seis anos depois de proclamada a República no Brasil, Joaquim Nabuco diria que, “o dever, porém, dos monarquistas sinceros” seria, segundo seu ponto de vista, de retirar-se da política onde não lhes restaria influência, como fez o pai, o marido e o irmão da baronesa, José da Cunha Paranaguá, o conde de Paranaguá.<sup>53</sup> No entanto, afirmaria, “a influência que os que restam podem exercer é outra, é toda moral: é guardarem fidelidade aos seus princípios e ao seu passado”.<sup>54</sup> Diria mais, afirmaria que ele mesmo tinha se encerrado politicamente em um arquivo a alguns anos, depois da derrocada do Império, e que passou

a recolher em livros, em documentos, em retratos, em tradições quase desconhecidas hoje [1895], os traços da original, delicada e a alguns respeito ideal civilização em que pôde florescer por tanto tempo a única monarquia da América.<sup>55</sup>

---

<sup>50</sup> Idem, p.10.

<sup>51</sup> KNAUSS, Paulo. Política de formação de acervos: práticas de colecionar entre o privado e o público. Casa Rui Barbosa. *Seminário Internacional Cultura, Ciência e Democracia*. Rio de Janeiro, 2017, p.5.

<sup>52</sup> Ibidem.

<sup>53</sup> Este último assumiu a presidência da província do Amazonas entre os anos de 1882 e 1884. Sobre os cargos políticos acumulados por João Lustosa da Cunha Paranaguá e Franklin Dória, respectivamente pai e marido da baronesa, nos deteremos no capítulo seguinte, destinado ao estudo de sua parentela.

<sup>54</sup> NABUCO, Joaquim. *O dever dos monarquistas: carta ao Almirante Jaceguay*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1895, p.34.

<sup>55</sup> Idem, p.6.

A fala de Nabuco se contextualiza dentro de um ambiente de disputas frente às tentativas de acomodação do novo Regime que não se daria sem maiores conflitos.<sup>56</sup> A queda da Monarquia inaugurou um tempo de resistência para os aliados do imperador deposto, a qual se faria também pela via do colecionismo, como bem nos mostrou a experiência do político pernambucano, dedicando-se a salvaguardar testemunhos materiais dos tempos do Império. Era uma das faces do que Ricardo Salles nomeou de “nostalgia imperial”, sentimento pelo qual foram movidos muitos que ainda alimentavam algum tipo de vínculo com a Coroa e que a queriam de volta, mantendo, desta maneira, certa aversão à República<sup>57</sup>.

Os quase dez anos que se seguiram à deposição da Coroa, teve a arena política marcada por forte rivalidade entre republicanos, jacobinos (republicanos radicais) e monarquistas restauradores.<sup>58</sup> Estes últimos, correspondiam certamente aos desejos da baronesa de Loreto, pelo que podemos supor a sua presença nos jantares e outras celebrações que tinham o objetivo de articular e arregimentar correligionários em torno da causa. Neste sentido, os restauradores empreenderam esforços significativos na inauguração de clubes monarquistas, na compra de redações de jornais, na fundação do Partido Monarquista em São Paulo, em 1895 e na criação do Diretório Monarquista do Rio de Janeiro, em 1896.<sup>59</sup>

Amanda Muzzi Gomes nos conta ainda que os movimentos restauradores, assim como os jacobinos, foram desarticulados ao gosto da violência dispensada pelo governo, após o presidente, Prudente de Moraes, ser alvo de conspirações que resultaram atentados contra a sua vida.<sup>60</sup> Mesmo depois do movimento ser desbaratado, a baronesa, de sua parte, seguiu fazendo o que lhe era possível para que as lembranças dos imperantes exilados não fossem apagadas da memória da gente que outrora dedicava-lhe fidelidade.

A imagem cumpriria papel de destaque na comunicação entre os soberanos e seus súditos, encurtando a distância entre o exílio na França e o Brasil, alimentando saudades,

---

<sup>56</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.47-88

<sup>57</sup> Salles, Ricardo. *Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado* / Ricardo Salles. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

<sup>58</sup> MUZZI, Amanda da Silva. *Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil, 1893-1897*. Dissertação (mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

<sup>59</sup> GOMES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. *Estud. hist.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, dez., 2008, p.286.

<sup>60</sup> Idem, p.292-293.

agregando-se às reminiscências do Regime decaído. Os retratos, por vezes assumiram a forma de cartões-postais e, uma vez enviados ao Brasil, vinham avivar as lembranças daqueles que, deste lado do Atlântico, procuravam permanecer esperançosos por um retorno da Monarquia. O postal que segue integra a *coleção baronesa de Loreto*, do Museu Histórico Nacional (MHN).



Figura 15. O postal que segue autografado pelo conde d'Eu e a princesa Isabel exibe, da esquerda para a direita: o conde, um padre e um bispo, a princesa e o barão de Muritiba.

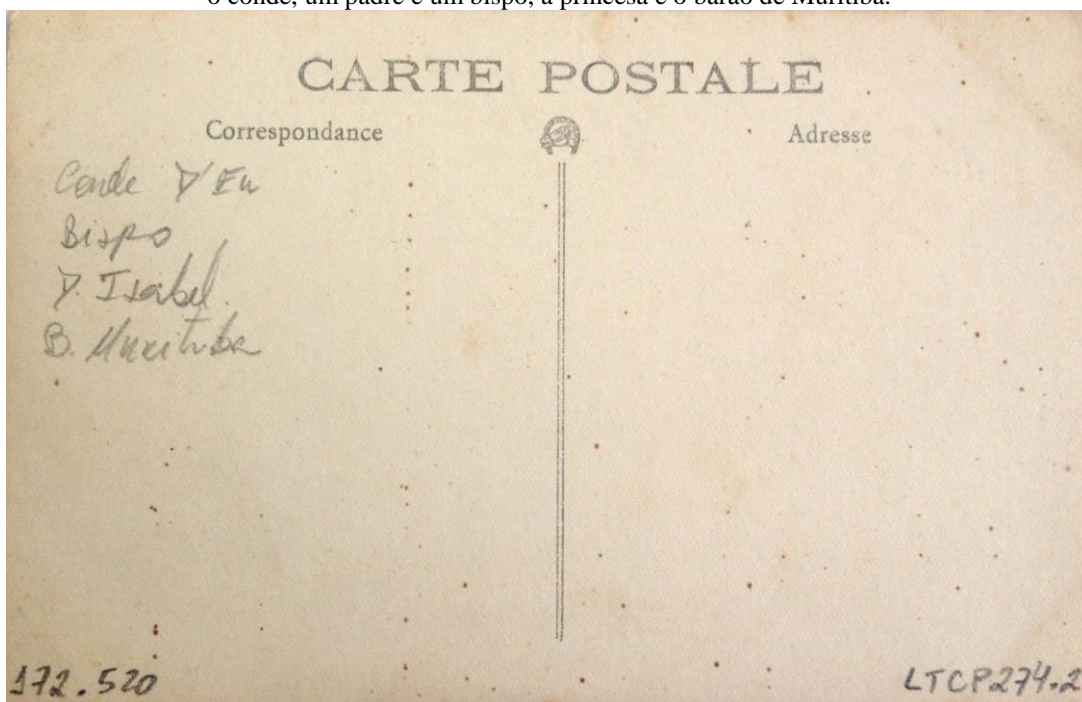


Figura 16. Verso. Pode-se ler “Conde d’Eu, Bispo, D. Isabel B[arão de] Muritiba”, escrito a lápis, provavelmente de autoria da equipe de catalogação do Museu.



Os postais frequentemente tinham por seu destino, a casa da baronesa de Loreto, que recebia-os e encarregava-se de distribuí-los com devoção, conforme as orientações dos ex-imperantes. Uma destas entregas foi registrada por ela, em carta à princesa, a qual transcrevemos parte a seguir:

28 de setembro de 1905

Minha queridíssima Princesa

[...] Já entreguei os postais dos irmãos Capanemas. Não encontrando em casa Henriqueta, confiei-os à baronesa de Capanema que os leu comovida e chorando repetiu, com a filha mais moça, “a Princesa ainda há de voltar à sua Pátria, hoje tão infeliz depois da partida da Família Imperial!”

As duas pediram-me que lhes beijasse a mão dizendo como foram consoladoras e boas essas palavras.

[...]

[...] Amandinha.<sup>61</sup>

Os retratos da nobreza deposta, convertidos em cartões-postais, carregavam consigo mensagens fazendo com que, texto escrito e visual despertassem sentimentalidades variadas em seus destinatários. Os postais passaram a ser, por isto mesmo, um dos elos de comunicação mais corriqueiros entre os ex-imperantes e seus amigos distantes, à exemplo dos 365 postais reunidos na coleção da baronesa no MHN, segundo consta seu inventário.<sup>62</sup>

A fidelidade às convicções políticas levou muitos simpatizantes da Monarquia a depositarem seus guardados e ofertarem suas memórias, opiniões e ações em instituições culturais de relevo e na imprensa, como os museus, institutos e redações de jornais. Se por um lado estas estratégias operavam no sentido de estabelecerem resistência imediata contra o Regime republicado, por outro lado tinham o propósito de resistirem ao tempo, cooperando para um projeto de preservação da memória sobre o Império deposto.

Investigações como a de Arno J. Mayer sobre a Europa de parte do século XIX e meados do século XX apontam estes espaços como importantes veículos da cultura oficial, nos quais figuraram investidas importantes, visando a persistência do Antigo Regime naquele continente.<sup>63</sup> Guardadas as devidas proporções, aqui no Brasil do começo do século XX, os monarquistas e restauradores souberam identificar as instituições centrais, veículos de uma cultura pretendida como oficial, para onde concorreram com seus objetos.

---

<sup>61</sup> LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória, baronesa de. *Correspondência pessoal*. Rio de Janeiro 28/09/1905. D’EU, Isabel, condessa. Paris, França. Maço 204, doc.: 9328, Barão de Loreto. Museu Imperial de Petrópolis, Petrópolis –RJ.

<sup>62</sup> *Coleção baronesa de Loreto*. Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, p.5.

<sup>63</sup> MAYER, Arno J.. Culturas oficiais e vanguardas. In: *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848-1914*. São Paulo: Companhia das letras, 1987, p.187-265.



Amélia Machado Coelho de Castro, a viscondessa de Cavalcanti, anos depois de ter partido para o exílio quando raiou a República, e já de volta ao Brasil e viúva de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Cavalcanti, resolveu distribuir parte dos seus guardados entre instituições dedicadas à preservação da memória nacional. Segundo o *Correio da manhã*, do dia 3 de junho de 1926, a referida viscondessa, amiga da baronesa de Loreto,

prometeu enviar [ao museu do IHGB] [...] os seguintes objetos, todos de valia inestimável: um busto, em “biscuit”, de d. Pedro I; dois leques, um deles enquadrado com uma pintura representando a fundação do Império e o outro com a entrega das credenciais de Ch. Stuart (reconhecimento do Império do Brasil por Portugal). Deste leque foi que o barão do Rio Branco mandou fazer o quadro, sobre o mesmo assunto, que se acha no Itamaraty; uma compoteira de cristal, que pertenceu a d. Pedro II, e um álbum com indicação de todos os personagens que figuram no quadro denominado *O juramento da Constituição pela princesa d. Isabel*. [grifos do original]<sup>64</sup>

A referida viscondessa ainda dispersaria a sua coleção particular por outros lugares, como o Museu de Belas Artes, no Rio de Janeiro e o Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, Minas Gerais.<sup>65</sup> Mas houve também quem por meio da imprensa fez circular suas memórias sobre os idos tempos do Império.

Foi o que Tobias Monteiro anotou e publicou no *Jornal do Comércio* ainda na primeira década do século XX. Sob o título de “Reminiscências”, o jornalista entrevistou nomes graúdos do Império para que dessem testemunho sobre disputas, alianças e toda a sorte de movimentações que animaram o Segundo Reinado e o início da República. Os relatos impressos com frequência irregular entre os anos de 1904 e 1908, resultaram em um livro publicado em 1913, denominado *Pesquisas e depoimentos para a História*, onde afirma em sua introdução, com certa dose de saudosismo, que só o passado haveria de proporcionar “conforto” e “calma”, frente às incertezas do futuro que “envolve nos seus mistérios o imprevisto, que pode ser [de] desilusões”.<sup>66</sup> Dentre os que se dispuseram às entrevistas estiveram as “revelações de Ouro Preto acerca dos acontecimentos de 15 de novembro de 1889 e seus antecedentes” e o “barão de Lucena [que narrou] a respeito do golpe de Estado de 23 de novembro [de 1891]”, aquele que fez acender Floriano Peixoto à presidência, criticando

---

<sup>64</sup> *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 03/06/1926, p.7.

<sup>65</sup> COSTA, Angelita Maria R. Ferrari da. *A coleção de pinturas em miniatura da viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, p. 30.

<sup>66</sup> MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a História*. Francisco Alves & Cia.: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte; Aillaud, Alves & Cia.: Paris, Lisboa, 1913, p. 7.

aspectos do Regime republicano<sup>67</sup>. Os monarquistas procuraram não exilar-se por completo da cena pública, tentando manter viva a memória do Império, como que propaganda.



Figura 17. Amélia Machado Coelho de Castro, viscondessa de Cavalcanti.

A baronesa de Muritiba, dama da princesa, se dispôs a contribuir com o *Diário de Notícias* da Bahia, relatando suas memórias sobre os instantes finais do Império que analisaremos com mais demora no capítulo 4. Quem nos conta sobre isso é outro periódico, o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em sua publicação do dia 28 de maio de 1929. Com o título “As memórias da baronesa de Muritiba”, o impresso fazia saber que

Os barões de Muritiba, amigos sinceros de D. Pedro II e da princesa Isabel, foram das pessoas que acompanharam a família imperial ao exílio, logo após a proclamação da República em nosso país.

A baronesa de Muritiba vive hoje ainda, e para o jornal baiano, o “Diário de Notícias”, de S. Salvador, ela escrevia, há pouco, as [suas] memórias [...].<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> Idem, p. 5.

<sup>68</sup> *Correio da Manhã* - suplemento, Rio de Janeiro, 28/04/1929, p.3.



Figura 18. *Maria José Velho de Avellar Tosta, baronesa de Muritiba.*

Para além da preocupação com a memória imperial, também era latente o zelo com a perenidade das recordações familiares, para que estas não se perdessem ao longo do tempo, como aponta a investigação da Mariana Muaze sobre os guardados da viscondessa de Ubá, mãe da baronesa de Muritiba.<sup>69</sup> A preservação dos documentos pessoais, de acordo com Ricardo Janine Ribeiro, sinaliza

o desejo de perpetuar-se, mas, mais que isso, o de constituir a própria identidade pelos tempos adiante, responde ao anseio de forjar uma glória. [...] O que os arquivos pessoais podem atestar, o que o desejo de guardar os próprios documentos pode indicar, será esse anseio de ser, *a posteriori*, reconhecido por uma identidade digna de nota.<sup>70</sup>

Seja por meio dos relatos pessoais tornados públicos pela imprensa, ou pela doação de objetos cuidadosamente guardados, os simpatizantes da Monarquia investiam em um projeto de História onde reservavam à Coroa, um lugar privilegiado. No entanto, esta

---

<sup>69</sup> MUAZE, Mariana. Os guardados da viscondessa: fotografia e memória na coleção Ribeiro de Avellar. *Anais do Museu Paulista*. n. sér. v.14. n.2, jul.- dez., São Paulo, 2006, p. 73-105.

<sup>70</sup> RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... *Estudos Históricos*, v. 21, n.21, Rio de Janeiro, 1998, p. 35.

estratégia de perenizar o passado imperial através da doação documental a instituições, também incluía a preservação e valorização da memória pessoal e familiar, aspecto que certamente pesava na avaliação daqueles que decidiram confiar suas documentações pessoais aos *lugares de memórias*.

### **1.1 - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, guardião de memórias**

Em 1925, Monteiro notou que deveriam existir outras correspondências da baronesa com os entes da família imperial. “Eu sabia mesmo”, registrou, “e s. ex. me confirmou, - que a sr.<sup>a</sup> baronesa havia oferecido uma parte de sua correspondência epistolar ao INSTITUTO HISTÓRICO, inclusive diversas cartas da imperatriz”.<sup>71</sup> Aí também se inseriam as variadas cartas do conde d’Eu, que inclusive passou a escrever com mais intensidade ao passo que a princesa Isabel não conseguia mais redigi-las por ter desenvolvido problemas reumáticos.<sup>72</sup> Anos depois, *O Jornal*, mesma redação para a qual Monteiro trabalhava, destacou esta doação na publicação que noticiava a morte da dama, ocorrida em 15 de agosto de 1931: “fez a baronesa de Loreto valiosos donativos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, [...] [instituição] de que seu pai foi presidente [de 1906 a 1907]. Tendo também [...] pertencido [à mesma instituição o] seu marido o barão de Loreto”.<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup> MONTEIRO, Mozart. A família Imperial. Op. Cit., p. 80.

<sup>72</sup> SANTOS, Armando Alexandre dos. Cartas do conde d’Eu à baronesa de Loreto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a.176(467), abr./jun., 2015, p. 219-248.

<sup>73</sup> *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16/08/1931, p.4.



Figura 19. Fotografias publicadas pelas Revista Fon-Fon, acompanhando a seguinte legenda: “O venerado Marquês de Paranaguá e sua Exma. Família, a caminho da Sociedade de Geografia”.



Figura 20. O marquês de Paranaguá também foi presidente da Sociedade de Geografia. Nesta fotografia observamos o marquês sentado na terceira cadeira da esquerda para a direita, ouvindo a homenagem que a Sociedade organizou em comemoração aos seus 90 anos.



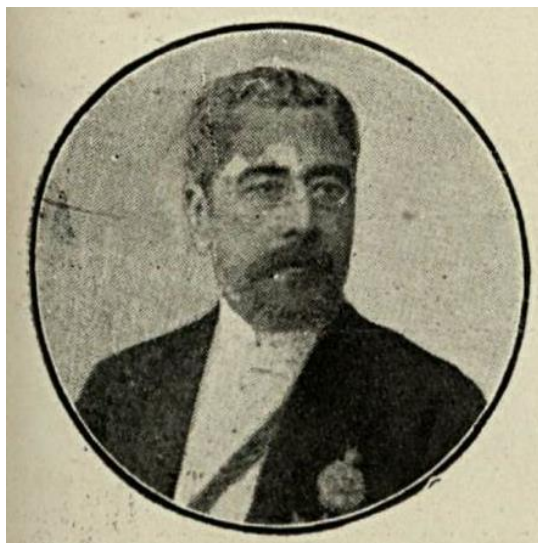


Figura 21. *Franklin Dória, barão de Loreto.*

Fundado em 1838 por D. Pedro II, o IHGB tinha por missão principal, de acordo com Manoel Luís Guimarães, “o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’”, fazendo parte do projeto de consolidação do Estado, para o qual seria necessário a construção de uma narrativa histórica que fosse capaz de unir o povo ao redor do monarca.<sup>74</sup> Ambiente restrito, pelo Instituto circularam homens graúdos do Império, ligados muitas vezes aos cargos políticos e administrativos do país, encarregados de, sob a proteção do imperador, empreender esforços intelectuais em benefício da legitimação da Coroa.<sup>75</sup>

O IHGB, receptáculo dos guardados da baronesa, já era um lugar familiar da titular. Como já foi mencionado, ela própria liderou uma comissão de mulheres, articuladas junto à Instituição, empenhadas na organização da recepção dos restos mortais dos ex-soberanos.<sup>76</sup> Várias reuniões foram feitas tanto na sede do Instituto quanto na casa da baronesa, como ficou registrado em fotografia e publicado pela revista *Fon fon* em 1920 que segue adiante.

---

<sup>74</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos* n. 1, Rio de Janeiro, 1988, p.6.

<sup>75</sup> *Idem.*, p. 9-13.

<sup>76</sup> FAGUNDES, L. P.. De volta à terra pátria: o traslado dos restos mortais de D. Pedro II e Thereza Cristina para o Brasil (1921). In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, 2015, Florianópolis, 2015, p. 07;12.



Figura 22. Em pé, à esquerda temos a irmã da baronesa de Loreto, Maria Argemira Aragão e ao centro se posiciona a própria baronesa.

Em volta dos presentes, é possível notarmos, em parte, a ornamentação interna do palacete da baronesa, aquele à Praia da Lapa. Variados objetos, aparentemente relativos à aparelhos de jantar, apresentam-se em redoma de vidros em armários, ao fundo. O interior desta casa pode ser entendido como um *lugar de memória*, de acordo com a concepção de Pierre Nora, na medida que se constituiu como um lugar onde a memória havia se cristalizado e se refugiado pela materialização dos inúmeros objetos cuidadosamente guardados pela baronesa.<sup>77</sup> Se ela, àquela altura, tivesse conservado sua residência com os bens inventariados logo após a morte do seu marido, na primeira década de 1900, ainda poderíamos encontrar bustos de mármore, gravuras diversas, pinturas a óleo, aquarelas, pratos para paredes, estatuetas de biscuit, que possivelmente se remetiam ao Império e à família imperial.<sup>78</sup>

A revista ilustrada *Fon-fon*, por meio de uma nota publicada em 1944, lembra de uma recepção no Rio de Janeiro, organizada pela baronesa de Bonfim, e referencia a casa da senhora Paranaguá Dória. A residência da baronesa de Loreto, ao que parece, era reconhecida pela imprensa carioca como sendo um lugar dedicado ao culto do passado, por meio da cultura material preservada por ela própria. A publicação afirmava que

#### NA CASA DA BARONESA DE BONFIM

<sup>77</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n° 10, 1993, p. 7.

<sup>78</sup> LORETO, Franklin Américo de M. Dória, barão de. *Inventário*. Reg.: 1629, caixa 271, cód.: 2436. Museu Judiciário. Rio de Janeiro, p.24-25.

Num recanto da aristocracia rua Senador Vergueiro, no palacete moderno da tradicional família dos barões de Bonfim, abriram-se os salões para a recepção que a venerada baronesa e seus filhos ofereciam à sociedade carioca.

Tudo naquele interior lembra a fidelidade histórica dos velhos servidores da família imperial do Brasil, no tempo de S. Pedro II, que, como sua filha a princesa Isabel, seu neto o príncipe do Grão Pará e seus descendentes, soube fazer amigos dedicados e constantes. Como na casa da querida e doce amiga baronesa de Loreto, a recordação dos últimos imperadores do Brasil viveu na presença material das coisas que ficaram e na subjetividade da lembrança que o afeto incensa no templo do coração.<sup>79</sup>

A nota atesta a prática da preservação dos bens materiais dos tempos do Império por uma aristocracia que vivia em plena República. Os objetos salvaguardados testificavam no presente a proximidade que outrora seus possuidores tiveram com os ex-imperantes, compondo uma narrativa sobre um passado de glória repentinamente interrompido pela proclamação republicana.

O IHGB reunia qualidades que, aos olhos da baronesa de Loreto, honrariam o tipo de passado que deveria ser defendido, obedecendo os princípios monarquistas, com fidelidade às íntimas relações que aquela instituição tinha para com ela e sua família. Além do mais, esta mesma instituição de raízes imperiais foi, desde a sua criação, em 1838, até as três primeiras décadas do século XX, “o principal centro de pesquisa histórica do país”.<sup>80</sup>

Em seu discurso no IHGB, em comemoração ao seu 68º aniversário, em 1906, o marquês de Paranaguá, após ter lembrado com saudosismo o patronato do falecido imperador d. Pedro II, afirmou que aquele lugar continuava cumprindo com a sua missão de “promover as diligências e investigações incessantes para esclarecimento da verdade, e mais completo conhecimento da nossa história”. De acordo com ele, a História seria “a grande e judiciosa mestra da vida que, com retidão e firmeza, encaminha, e, pela expressão da verdade, assegura o destino das nações”.<sup>81</sup> Em tal ocasião, o marquês também destacou que o arquivo do Instituto consistia em um “magnífico repositório de informações úteis e documentos preciosos”.<sup>82</sup> É por meio deste repositório que titulares e outros simpatizantes da monarquia estavam dispostos a disputar narrativas de uma História nacional de caráter positivista, ao gosto da época.

---

<sup>79</sup> *Fonfon*, Rio de Janeiro, 26/08/1944, p. 21.

<sup>80</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial. *RIHGB*. Rio de Janeiro, 156 (388), jul./set. 1995, p. 464.

<sup>81</sup> *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO*, T. 69, parte 2, v. 114, Rio de Janeiro, 1908, p. 448.

<sup>82</sup> *Idem*, p. 449.



Com a sua doação documental, Amanda Paranaguá Dória somava-se então ao seu pai, ao Barão de Ramiz, antigo preceptor dos filhos da princesa Isabel, ao conde D'Eu, aos políticos, visconde de Ouro Preto e marquês de Olinda, e tantos outros doadores ainda compromissados com o Regime deposto.<sup>83</sup> A batalha contra a República também perpassava as coleções pessoais do IHGB.



Figura 23. A comissão do IHGB encarregada de receber os corpos do ex-imperador e de sua esposa. Sentada ao centro, um pouco mais à esquerda, está a baronesa de Loreto. Fotografia registrada em um dos salões do Instituto. O Malho, veículo desta fotografia, não identificou os membros da referida comissão.

Nas cadeiras do mesmo Instituto se sentou o marido de Amanda Paranaguá Dória, o barão de Loreto. Por meio do catálogo da sua biblioteca particular é possível identificar o apreço que ele alimentava pela História. História da filosofia, da Igreja, História universal, geral, particular, de Portugal, do Brasil e História da literatura de ambos os países já citados. Estas eram subdivisões das obras no catálogo registrado por seu próprio punho e que correspondia às brochuras que perfilavam-se em suas prateleiras.<sup>84</sup> O barão ainda escreveu em seu livro de memórias que, em 3 de junho de 1886, foi “nomeado membro honorário e seu

---

<sup>83</sup> Cada um dos citados tem uma coleção particular depositada no IHGB. A relação dos nomes pode ser consultada no *site* da instituição, disponível em: <<https://ihgb.org.br/pesquisa/arquivo/arquivos-privados.html>>. Acesso em: 11/09/2017. Ver: RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 3ª ed.. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília, 1978, p.196-197.

<sup>84</sup> BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de M. Dória. *Catálogo da biblioteca do barão de Loreto, 1890*. Lata 656, livro 8, coleção baronesa de Loreto, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

único representante no Brasil, da “Societé de Histoire Diplomatique”, fundada em Paris, sob a presidência do duque de Broglie”.<sup>85</sup>

O seu gosto pela História e suas convicções políticas moveram Franklin Dória no sentido de publicar *A abolição no Brasil*, em 1900, pela Revista do Instituto Histórico, onde narrou o processo para o fim do cativeiro considerando, em suma, as iniciativas das camadas senhoriais do país. Aí desconsidera quaisquer investidas dos próprios escravos à favor de suas liberdades, em detrimento do destaque que leva a dinastia dos Bragança, tendo na princesa Isabel, “a Redentora”, o ápice e fim deste processo com a assinatura da Lei de 13 de maio de 1888.<sup>86</sup>

Participar das instâncias culturais foi uma alternativa à política, de onde muitos monarquistas se retiraram em protesto à República. Suas circulações por jornais, museus, institutos, procuravam manter vivo o culto ao passado imperial, o qual deveria cristalizar-se no imaginário nacional, quase que sacralizando-o por meio dos depoimentos prestados e dos objetos doados.

## **1.2 - As reminiscências de uma dama**

Depois da morte de Amanda Paranaguá Dória, em 1931, sua irmã, Maria Argemira Muniz, fez doação de outra parte dos seus documentos pessoais ao Museu Histórico Nacional (MHN), no dia 3 de julho de 1933. Esta coleção, assim como a do IHGB, também chama-se “baronesa de Loreto”, e é composta por 764 documentos, entre correspondências, cartões postais e fotografias de amigos. Este conjunto documental compreende os anos de 1874 até 1931, como nos indica o inventário da coleção do referido Museu, revelando-nos e revelando a assídua correspondência da baronesa com a família imperial até o restante dos seus dias por meio de postais diversos.<sup>87</sup> Aos já referidos postais ainda somam-se outros objetos da cultura material, à exemplo das vestimentas.

---

<sup>85</sup> \_\_\_\_\_. *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Lata 659, livro 1. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro, p. 53.

<sup>86</sup> \_\_\_\_\_. *A abolição no Brasil*. *RIHGB*, nº 102, Tomo LXIII, parte II. Rio de Janeiro, 1900, p. 187- 192.

<sup>87</sup> *Inventário da coleção baronesa de Loreto*. Divisão de Arquivo Histórico, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, s/d, p.3-4.



Figura 24. Vestido que pertenceu à Amanda Paranaguá Dória e que encontra-se no Museu Histórico Nacional.

Três pregas circundam o decote em forma de “V” no colo do vestido, mangas curtas e franzidas, corpete regulado por fitas, finalizando em forma de ponta na frente, saia longa em tafetá e chamalote de seda, com bordados em sua barra inferior, composto por fios de ouro e prata.<sup>88</sup> Esta peça foi um dos objetos doados por Argemira Muniz ao MHN. Datada de cerca de 1886, mesmo ano da nomeação da senhora Paranaguá Dória como dama de palácio, a peça poderia se remeter a tal ofício, que deveria zelar pela imagem da princesa, servindo-a e representando-a adequadamente nos eventos sociais quando solicitado. De acordo com Norbet Elias,

alguém que não pode mostrar-se de acordo com seu nível perde o respeito da sociedade. Permanece atrás de seus concorrentes numa disputa incessante por *status* e prestígio, correndo o risco de ficar arruinado e ter de abandonar a esfera de convivência do grupo de pessoas de seu nível e *status*.<sup>89</sup>

“Amandinha” aparentemente dominava os códigos sociais de sua classe, o que lhe permitia transitar com relativa facilidade pelos principais eventos da Corte, como nos sugere seu vestido ricamente adornado. Se em vida os bens culturais poderiam demarcar o lugar

---

<sup>88</sup> Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 34, Rio de Janeiro, 2002, p.321. Ver também: Sessão de vestuários do MHN. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=17254&Pesq=>>>. Acesso em: 17/09/2017.

<sup>89</sup> ELIAS, Norbert. *Sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.86.

social de cada indivíduo, depois da morte do seu possuidor, estes mesmos objetos podem compor e cristalizar suas narrativas, perenizando a sua memória. Em suma, construindo uma “memória de si”.<sup>90</sup>

Outra parte de documentos juntaram-se em um arquivo que leva o nome de “Pedro Paranaguá”, em referência a um sobrinho da baronesa, e que está localizado no Museu Imperial de Petrópolis. Abrangendo o período de 1772 a 1940, este arquivo reúne correspondências de João Lustosa Paranaguá e do seu filho, irmão da baronesa, José Lustosa da Cunha Paranaguá. De acordo com Begonha Bediaga, trata-se de um conjunto documental

bastante diversificado e de grande importância para o estudo da organização política e administrativa na corte e nas províncias durante a segunda metade do século XIX, devido aos vários cargos políticos ocupados pelo titular (deputado, senador, ministro de várias pastas, presidente do Conselho) e à preocupação do mesmo em acumular e organizar o seu acervo. Trata-se de um arquivo com cerca de quatro mil documentos.<sup>91</sup>

Estas doações nos torna sensível o projeto familiar contra o esquecimento, no qual Amanda Paranaguá Dória estava inserida. Neste texto, nos debruçaremos mais a fundo na coleção baronesa de Loreto do IHGB, lugar para onde ela própria concorreu em vida, de modo a salvaguardar os seus pertences. Para tanto, nos valem do inventário da coleção, documento oficial elaborado pelo próprio Instituto, para elencar os itens catalogados.

Doadas em 1924, a coleção “baronesa de Loreto” comporta, segundo ficha técnica, aproximadamente 2.336 documentos, distribuídos em 16 latas, DL 299 à 309 e DL656 à 660. Não foram só os guardados da velha dama da princesa Isabel que foram ofertados ao IHGB. Logo depois da morte do seu marido, a própria senhora Paranaguá Dória, de acordo com Armando Santos, também ofereceu à esta mesma instituição a coleção “barão de Loreto” (ACP 33, que reúne 1.175 documentos, referentes ao período 1852-1921). Este conjunto documental abarca registros pessoais do barão, mais voltados para a administração pública e para a política, sendo possível encontrarmos grande número de correspondências com autoridades do Império.<sup>92</sup>

---

<sup>90</sup> GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.11.

<sup>91</sup> BEDIAGA, Begonha. O Arquivo Histórico do Museu Imperial e as pesquisas sobre o século XIX. *Revista História, Ciências, Saúde* vol. IV, (2), jul-out, Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 1997, p.370.

<sup>92</sup> *Coleção baronesa de Loreto, ficha técnica*. IHGB. Rio de Janeiro, s.d. Ver também: SANTOS, Armando Alexandre dos. Cartas do conde d’Eu à baronesa de Loreto. *RIHGB*, Rio de Janeiro, a.176(467), abr./jun. 2015, p. 220.

O conjunto documental referente à Amanda Paranaguá Dória engloba correspondências ativas e passivas que haviam pertencido ao seu marido e ao sogro, José Inácio de Menezes Dória. Aí também podemos encontrar, títulos, cadernos de músicas, exercícios de francês e matemática, e correspondências variadas destinadas à baronesa. Ainda como consta na ficha técnica, a coleção ainda conta com outros “títulos, cartas imperiais, provisões, diplomas, poesias, ofícios, cartas, cartões, bilhetes, telegramas, convites, circulares, notas, certidões, discursos, relatórios, abaixo-assinados”.<sup>93</sup>

A referida ficha nos dá notícias também de três fotografias em meio à coleção, uma na qual a baronesa figura, provavelmente em 1890, no Castelo de Voiron, em companhia da família imperial, e outras duas do castelo d’Eu. Com exceção destas, não foram doadas pela baronesa de Loreto qualquer retrato ao IHGB. Os registros fotográficos não figuraram entre os guardados que deveriam ter lugar naquela instituição e que pudessem ser usufruídos por pesquisadores na construção de narrativas históricas. Como já analisamos juntamente com Ana Maria Mauad, as fotografias compunham um circuito nas relações particulares da senhora Paranaguá Dória, uma vez que elas se constituíram como “monumentos da intimidade familiar por serem produzidas com a função de lembrar”.<sup>94</sup>

Nos retratos guardados pela baronesa pousaram familiares e amigos próximos, dos quais os mais destacados são os membros da família imperial. As imagens perenizavam momentos,

as feições, trajes, posições, disposições no ambiente, amparadores, cortinas, instrumentos musicais e de trabalho, livros, plantas, dentre outros elementos, iam compondo lembranças, mobilizando sentimentos.<sup>95</sup>

Nos parece adequado inferir que os registros fotográficos integraram uma estratégia de perpetuação intra-familiar, passando-os de geração em geração, o que explicaria, por exemplo, o fato de as doações da própria baronesa ao IHGB, de sua irmã, ao MHN e de seu sobrinho, ao MIP não contivessem quantidade significativa de fotografias da parentela. Mozart Monteiro, nos atesta a existência de variadas fotografias de posse da baronesa, quando

---

<sup>93</sup> Ibidem.

<sup>94</sup> MAUAD, Ana Maria; RAMOS, Itan Cruz. Fotografias de família e os itinerários da intimidade na História. *Revista Acervo, do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, jan.-jun., 2017, 156.

<sup>95</sup> Idem, p. 160.

foi conduzido por ela própria a uma sala “onde havia alguns álbuns de retratos”, onde “sua excelência rebuscou numerosos retratos, dando-me a ver os mais interessantes”.<sup>96</sup>

De acordo com Mariana Muaze, o costume enviar retratos acompanhados de cartas cordiais ou mesmo com breves anotações atrás deles, pôde viabilizar o fortalecimento dos laços sociais entre os membros das classes mais altas do Império. Ainda segundo a historiadora, “depois de trocados, os retratos eram encaixados nos álbuns de família de diferentes formatos e cores, com revestimentos nobres, como couro, e cantoneiras em ouro ou prata”.<sup>97</sup>

Os álbuns de fotografia são parte da expressão de um *habitus* cultivado pelo colecionismo das famílias senhoriais oitocentistas que reuniam imagens diversas, sendo a mais comuns os *carte-de-visite*. Ana Mauad nos conta que este estilo de retrato alcançou sucesso tanto por sua “reprodutibilidade, pois com uma tomada se produziam vários retratos, quanto a sua capacidade de prover ao cliente escolhas variadas”, permitindo o fotografado compor a imagem desejada.<sup>98</sup>

Os itens da coleção “baronesa de Loreto” que se encontram no IHGB oferecem indícios dos cuidados que Amanda Paranaguá e seu esposo tiveram com seus guardados. O zelo dispensados por ambos expressam o desejo da perenidade, de vencer a deterioração imposta pelo tempo.

Muitos documentos referentes ao falecido barão de Loreto seguiram sob a posse da baronesa e não foram doados à coleção destinada ao seu marido, sendo posteriormente incorporados à coleção da titular. Podemos supor que ela tenha se apegado sentimentalmente aos documentos, retardando a sua doação, ou que tenha se demorado pensando sobre quais guardados poderiam viabilizar a tessitura de uma memória que, ao seu ver, seria mais adequada para seu falecido esposo.

Entre as muitas missivas de caráter político e administrativo, é possível identificarmos um volume pesado, com capa dura, sob o título *cartas de meu pai a mim (1852-1864)*. Ali constam cartas diversas assinadas por Ignácio de Menezes Dória a Franklin

---

<sup>96</sup> MONTEIRO, Mozart. A família imperial, Op. Cit., p.77.

<sup>97</sup> MUAZE, Mariana de A. F.. *O Império do retrato: família, riqueza e representação social do Brasil oitocentista (1840-1889)*. Tese de doutorado em História. Instituto de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006, p. 282.

<sup>98</sup> MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: Editora da UFF, 2008, p. 76.

Dória. Eram recomendações de que seguisse bem nos estudos quando o seu filho ainda residia em Salvador, e de que procurasse se relacionar bem entre os seus colegas do curso de Direito na Faculdade de Olinda depois, do Recife.

Também constaram sob a posse da baronesa o *livro de família do Dr. Franklin Dória*, onde o próprio fez registrar suas memórias, começando com o traçar de sua genealogia e discorrendo sobre acontecimentos que elegeu importantes ao longo da sua vida pública e privada. Esta operação de registro perpassou uma parte relativamente longa da vida do barão, o que se pode perceber pelos escritos que gradualmente vão ficando trêmulos, denunciando o arrefecimento de suas forças. Fora os esquecimentos e omissões, constam as datas de nascimentos, casamentos e falecimentos de familiares estimados, batizados, nomeações, condecorações, itens da herança recebida enquanto filho único, dentre os quais estavam um plantel de dezoito escravos, gados e fazendas. O *livro de família* constituiu-se, por isto, como um receptáculo da memória parental.<sup>99</sup>

Em meio aos outros objetos legados pela senhora, podemos encontrar um álbum escuro, de capa dura, sem título, destinado a guardar variados recortes de jornais que a própria baronesa fez colecionar minunciosamente entre os anos de 1886 e 1905, muitas das notas acompanhadas de fotografias.<sup>100</sup> Ao folheá-lo, é possível percebermos a assiduidade com que esta senhora lia jornais diversos e as notas que colecionava sobre os entes da família imperial. Todas as notícias eram sobre eles: o Imperador, a Imperatriz, a princesa herdeira, seu marido e filhos.

Também mereceram ser compiladas, isto é, preservadas da degradação do tempo, as cartas que a baronesa trocou com a sua madrinha, Luísa Margarida Portugal e Barros, a condessa de Barral, de quem nos ocuparemos com mais demora nos capítulos seguintes. Por ora, basta compreendermos que a condessa portava grande poder de influência e proximidade com D. Pedro II, sobre o que José Murilo de Carvalho defende ter havido uma relação amorosa extraconjugal entre ambos. O monarca, de acordo com Carvalho, “viu-se assaltado por uma segunda paixão, depois da que desenvolvera pelos livros na infância. D. Pedro caiu

---

<sup>99</sup> LORETO, Franklin Américo de M. Dória, barão de. *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Op. Cit..

<sup>100</sup> LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória, baronesa de. *Álbum de recorte de jornais (1886-1905)*. Arq. 2.3.29-33. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

de amores pela condessa de Barral”.<sup>101</sup> “Amandinha” esteve bem protegida debaixo do amadrinhamento da condessa.

Correspondências com a Imperatriz Teresa Cristina, com o próprio soberano, com as princesas Francisca e Januária, irmãs dele e também a princesa Leopoldina, irmã de Isabel, também mereceram os cuidados necessários para a preservação. As missivas que cultivava com o núcleo do poder imperial importavam ao resguardo contra o esquecimento.

Conselhos, notícias sobre estados de saúde, pedidos, doces em compota, comentários sobre a política imperial, recomendações, envios de fotografias. Eram muitos e variados os assuntos que preenchiam os papéis, por vezes, timbrados com as iniciais dos nobres remetentes.

No conjunto documental também foram doados os seis diários com capa de couro, alguns portando cantoneiras e emblemas em prata e que a baronesa fez de guardiões da memória pessoal e nacional. Quando raiou a República no Brasil, naquele 15 de novembro de 1889, Amanda Paranaguá Dória e seu esposo correram para o Paço da Cidade, onde os imperantes estavam sitiados pelos revoltosos. A escrita nos referidos diários tem começo no dia 17 de novembro daquele ano, quando embarcaram para o exílio como sinal de fidelidade à família imperial e tem seu fim em 1890, quando retornaram ao Brasil.<sup>102</sup>

Ao se debruçar sobre o arquivo pessoal de Gustavo Capanema, Priscila Fraiz o analisou como um projeto autobiográfico, “na medida em que a construção de seu arquivo pessoal podia ser reveladora da maneira como ele constituía, emprestava um sentido, dava coerência e solidificava seu eu, sua imagem”<sup>103</sup>. Na coleção da baronesa de Loreto não temos a mesma segurança sobre a manutenção da ordem documental original deixada pela doadora, embora saibamos que ela própria tenha compilado numerosas correspondências, notas de jornais e doado seus diários. A coleção pode ter sofrido reorganizações por parte da equipe do IHGB ao longo do tempo, o que comprometeria concebermos a ordenação atual dos

---

<sup>101</sup> CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.62.

<sup>102</sup> LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória, baronesa de. *Notas de Amanda Paranaguá Dória de sua viagem em companhia da família imperial (1889-1890)*. Lata 658, livros de 6 a 11. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>103</sup> FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, 1998, p.60.



documentos como uma iniciativa da senhora Paranaguá Dória, numa tentativa dela de autobiografia por meio da sua coleção. Neste sentido, Fraiz nos afirma que

é raro que um arquivo pessoal chegue a uma instituição de memória com algum arranjo ou ordenamento prévios, determinado pelo próprio titular, por colaboradores ou mesmo por familiares; mais incomum ainda é encontrar um tipo de material que reflita e revele alguma ordem original ou primitiva, que possa nos dizer *do* arquivo e *sobre* o arquivo<sup>104</sup>.

Por ser nebuloso compreender sobre a organicidade com que a coleção nos chegou aos dias de hoje para compreendê-la como uma tentativa autobiográfica, aliamos a esta investigação outras documentações disponíveis, a exemplos dos periódicos e das entrevistas. No entanto, esta dissertação toma outros contornos ao considerar em seu desenvolvimento as pinturas e fotografias diversas que nos auxiliam a compor a trajetória da baronesa de Loreto com mais cores e detalhes que, de outra maneira, nos escapariam.

Para a titular, o tempo da República significou tempo para investir na memória pessoal, familiar e, sobretudo, imperial. Oportunidade para arregimentar documentações particulares a fim de investir duplamente contra o esquecimento e contra as narrativas republicanas sobre o passado.

---

<sup>104</sup> Ibidem.

## CAPÍTULO 2 – UMA FAMÍLIA BAIANA NOS SALÕES DA CORTE

Casei-me, na Corte, em casa do barão de Montserrate, no dia 30 de maio de 1868, com dona Maria Amanda Paranaguá, filha do senador, conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá (então ministro da Guerra) e de dona Maria Amanda Paranaguá, filha do referido barão, oficializando no ato o cônego José Joaquim da Fonseca Lima.<sup>105</sup>

No presente capítulo nos debruçaremos sobre o casamento de Amanda Paranaguá com Franklin Dória, na Corte, recorrendo às relações familiares de ambos ainda na Bahia, sua província natal. Investigamos também, como, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, avô materno da moça Paranaguá, cooperou com esforços pessoais para o triunfo familiar que, resultou em, dentre outras coisas, na mudança dos Paranaguá para a Corte e a inserção de “Amandinha” no Paço.

As palavras transcritas acima foram registradas no *Livro de família* que pertenceu ao então noivo. “Se eu estou bem lembrada v. se casou de noite e só teve benção mas não missa”, recordou Luísa Margarida Portugal e Barros, a condessa de Barral, madrinha da noiva em carta não datada.<sup>106</sup> O matrimônio aparentemente sugeriu um clima de intimidade e brio, tanto por ter sido realizada no casarão da família da nubente, lugar de privacidade por excelência, quanto pelo grupo de convidados que reuniu, a fina flor da política nacional.

A celebração aconteceu, segundo consta no inventário de Joaquim Vasconcellos, barão de Montserrate, em seu sobrado gradeado, de dois andares, duas portas e seis janelas frontais no térreo e mais nove janelas com peitoris em curva em um dos andares superiores. O casarão dividia-se em dezoito quartos: quatro dos quais ficavam no térreo, seis no primeiro andar e oito no segundo, além duas cozinhas, salas, gabinetes e um quintal, onde aos fundos a família cultivava um pomar, uma horta e um jardim.<sup>107</sup>

---

<sup>105</sup> BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de M. Dória. *Livro de família do Dr. Franklin Dória*, coleção baronesa de Loreto, lata 659, livro 1, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro, p.28.

<sup>106</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. *Cartas e autógrafos da condessa de Barral à baronesa de Loreto. (1873-1890)*, coleção baronesa de Loreto, arq. 2.2.4, IHGB, Rio de Janeiro, s./n..

<sup>107</sup> MONTSERRATE, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, visconde de. *Inventário, 1884*. Reg.: 1664, caixa: 286, código: 2471. Arquivo do Museu da Justiça. Rio de Janeiro-RJ, p.27-29.

Este sobrado sinalizava a prestigiosa posição conquistada pelos Paranaguá, no Rio de Janeiro, por intermédio do avô da nubente. O barão, que compartilhava a tutela familiar com o seu genro, João Paranaguá, foi nomeado veador da imperatriz Teresa Cristina por despacho, em março de 1855, cargo este que lhe confiava as finanças da soberana e lhe tornava próximo do núcleo do poder.<sup>108</sup> Tal ofício acrescentava a família de Vasconcellos em um grupo seletivo, onde, nas palavras de Mariana Muaze,

os ocupantes de cargos palacianos compartilhavam tanto das formalidades quanto das intimidades da família imperial. Dessa maneira, detinham um status que atuava como capital simbólico diferenciador numa sociedade baseada na hierarquia.<sup>109</sup>

Àquela época, a noiva contava com seus quase dezenove anos, como ordenava o costume que se arrastava, legando às moças o compromisso do casamento enquanto ainda preservavam o vigor da juventude, a fim de garantir a perpetuação do sobrenome, por meio de uma prole por vezes numerosa.<sup>110</sup> A aliança na qual Maria Amanda Lustosa da Cunha Paranaguá figurou como noiva, foi cuidadosamente planejada, afinal de contas, a menina poderia conceder ao noivo acesso aos círculos mais respeitados e poderosos da Corte, principalmente por sua íntima relação com a família imperial.

O desejo pelo sucesso familiar certamente foi assunto demorado entre o barão de Montsserrat e seu genro. O zelo pelo enlace mereceu nota em carta da condessa de Barral enviada ao então ministro Paranaguá. “Meu compadre e amigo, não pode ser por mão alheia que eu lhe agradeço a parte que me dá da *projetada união* de sua filha com o Dr. Franklin Dória!” [grifos nossos].<sup>111</sup> Não muito diferente das casas da nobreza francesa analisadas por Norbert Elias, a união entre “Amandinha”, como era carinhosamente chamada e Dória, compunha um projeto com vistas ao triunfo de suas parentelas em meio aos jogos de poderes da Corte, fundando novas alianças e garantindo o prosseguimento dos laços de sangue, “de modo que o casal ganhasse ou pelo menos mantivesse a posição e reputação” já

---

<sup>108</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 15/03/1855, p.1.

<sup>109</sup> MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p.31.

<sup>110</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006, p. 429-432.

<sup>111</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. *Correspondência pessoal, 1868*. França. PARANAGUÁ, João Lustosa da C. Rio de Janeiro. DL172.1, lata 172 – Livro 1, doc. 21, Coleção Paranaguá, IHGB, Rio de Janeiro.

conquistadas.<sup>112</sup> Movida pelo entusiasmo sobre as núpcias de sua afilhada, a condessa correu mão afirmando que

só vi uma vez o Dr. Franklin mas guardei dele muito agradável lembrança mas se houver por lá uma fotografia dele peço a Amandinha de me a mandar para ainda melhor conhecer as feições de seu futuro esposo – Amandinha casada! Acho muita graça nisso.<sup>113</sup>

Um retrato fotográfico cumpriria o seu duplo papel, fazendo revelar ou relembrar feições desconhecidas ou esquecidas pelo tempo, como também regular relações sociais por meio de um tipo de representação que garantisse a distinção social da pessoa retratada. Segundo Ana Maria Mauad, “as fotografias nos impressionam, nos comovem, nos incomodam, enfim imprimem em nosso espírito sentimentos diferentes”, como sendo suportes de relações sociais.<sup>114</sup> Neste sentido, Mariana Muaze também indica a fotografia como um estilo de “escrita de si”, onde,

o retrato oitocentista possuía um referencial autobiográfico, definindo-se, assim, como lugar de memória. O ato fotográfico era um momento de negociação entre o biografado (retratado) e o biógrafo (retratista), que detinha os conhecimentos técnicos e artísticos para transformar em realidade revelada sobre o papel emulsionado o tipo de representação social desejado por seu cliente.<sup>115</sup>

O noivo certamente ensaiou uma pose altiva, dispondo de signos que remetessem ao seu pertencimento às classes senhoriais do Império. Vestimentas e outros acessórios emprestariam ao retrato indícios visuais à condessa de Barral sobre aquele que desposaria a sua afilhada.

---

<sup>112</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 73.

<sup>113</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. *Correspondência pessoal, 1868*. França. PARANAGUÁ, João Lustosa da C. Rio de Janeiro. Op. Cit.

<sup>114</sup> MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces, *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 78.

<sup>115</sup> MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa*. Op. Cit., p.121.



Figura 25. *Franklin Dória.*

O casamento sinaliza a renovação de um outro arranjo familiar dentro das teias de parentelas existentes, alargando os círculos de convívio, de solidariedade e acumulando poder social, político e econômico. A união matrimonial, por isto, distinguia a vida dos nubentes em duas partes diferentes. Segundo Muaze, “esse acontecimento social fundava a continuidade social e familiar da elite oitocentista e originava um novo núcleo que uniria dois troncos anteriormente distintos”.<sup>116</sup>

Neste sentido, o evento era motivo para mostrar-se impecável. Oportunidade conveniente para lançar mão do *poder simbólico* das famílias envolvidas na união sacramental. Consistindo, portanto, em diálogo com Pierre Bourdieu, na cuidadosa demarcação do espaço social ocupado pelos anfitriões, na hierarquia do Brasil oitocentista, evidenciando a identificação destes com a cultura dominante.<sup>117</sup>

Para tanto, Dória certamente dispôs ao peito suas comendas do oficialato da Ordem da Rosa, um dos reconhecimentos mais elevados do Império e se valeu de toda sorte de dispositivos de poder que fossem capazes de realçá-lo socialmente. Àquela altura, ele já havia acumulado certa experiência política, o que lhe conferia alguma segurança em meio à fina flor das tribunas do país, convidada para a ocasião.<sup>118</sup> Sua trajetória na vida pública contava, de

---

<sup>116</sup> Idem, p.54.

<sup>117</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989, p.10-11.

<sup>118</sup> De acordo com a cronologia escrita pelo próprio Dória em seu livro de memórias, ele havia sido deputado na assembleia provincial da Bahia entre 1862 e 1865, presidiu o Piauí, província natal do seu sogro de maio de 1864

acordo com Pedro Calmon, com “a amizade poderosa do conselheiro Paranaguá”, seu sogro.<sup>119</sup>

“Foram testemunhas por minha parte o senador conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, (então presidente do conselho de ministros e ministro da Fazenda)”, fez registrar o noivo em seu livro de memórias, “e o deputado geral conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas (então ministro de Agricultura)”.<sup>120</sup> Pela certidão do casamento preservada pelo nubente, é possível saber que juntaram-se às testemunhas suas respectivas esposas: de Vasconcelos e Dantas, dona Carolina de Mattos e Vasconcellos, Amália G. B. de Souza Dantas, bem como Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda e uma senhora chamada Anna Cândida d’Almeida Albuquerque.<sup>121</sup> “Assistiram ao ato muitas pessoas gradas” registrou Dória em seu *Livro de família*,

e entre elas o ministro do Império, senador José Joaquim Fernandes Torres, o ministro da Marinha, conselheiro Afonso Celso de Assis Figueiredo, o ministro da Justiça, conselheiro Martim Fonseca Francisco Ribeiro de Andrade, o ministro de Estrangeiros, João Filveira de Souza, o marquês de Olinda, os deputados gerais S. Souto, (p.29) M. P. Vilaboim, P. L. Vilosa, F. M. Sodré Per.<sup>a</sup>, Buarque de Macedo, A. Leitão da Cunha, P. Leitão da Cunha, F. J. Fialho, J. F. de Moura, C.<sup>el</sup> José Lustosa da Cunha, Justiniano B. Madureira, Dr. A. Moniz Sodré de Aragão, Epifânio de Bitencourt, J. I. Alves de Azevedo, F. J. Cardoso etc.<sup>122</sup>

Os noivos estavam debaixo dos olhos da gente graúda da Corte, “pessoas gradas”, como Dória preferiu tomar nota. Certamente houve quem propagasse à boca miúda sobre a sorte do noivo em desposar uma moça socialmente bem localizada ao redor do imperador. Anos depois, em 1883, o *Gazeta da Tarde* dispensaria a discrição sobre o matrimônio e, criticando a posição de Franklin como advogado de empresas ligadas ao ministério do seu sogro, João Paranaguá, desferiu palavras afirmando que

não é por outra razão que se procuram casamentos em famílias de chefes políticos, ou de particulares do imperador.  
S. Ex. [Franklin Dória] é genro do poder executivo. Muito bem; aproveita o parentesco para os seus negócios.<sup>123</sup>

---

a agosto de 1866, foi nomeado presidente da província do Maranhão de 29 de maio a 28 de outubro de 1867. Ver: DÓRIA, Franklin A. de M.. *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Lata 659, livro 1. Coleção baronesa de Loreto. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, p.51-52.

<sup>119</sup> CALMON, Pedro. *Franklin Dória, barão de Loreto*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p.72.

<sup>120</sup> BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de M. Dória. *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Op. Cit., p. 28.

<sup>121</sup> Certidão de casamento do Dr. Franklin Américo de Menezes Dória. Coleção baronesa de Loreto, lata 300, pasta 30, IHGB, Rio de Janeiro.

<sup>122</sup> BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de M. Dória,. *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Op. Cit., p. 28.

<sup>123</sup> *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, 16/04/1883, p.1.

Nas negociações para o consórcio de “Amandinha”, seguramente o sobrenome de Franklin fez pesar a balança para uma decisão favorável do pai e do avô materno da noiva. Pertencer a uma família tradicional funcionava como capital simbólico e social, municiando as condições dos indivíduos de obterem sucesso em suas empreitadas matrimoniais.

O planejamento desta união certamente considerou uma característica partilhada pelos nubentes: a cor da pele de ambos. Em se tratado de uma sociedade escravocrata como o Brasil, onde a tonalidade da tez funcionava como importante demarcador das relações interpessoais, os noivos não eram apontados como brancos. De acordo com Barman, o matrimônio entre Maria Amanda Vasconcellos, branca e a “notória ascendência africana” de João Paranaguá, imprimiu sobre a pele de “Amandinha” uma aparência “morena clara”.<sup>124</sup> O enlace dos seus pais certamente foi mediado por delicadas circunstâncias que beiraram as posses do pretendente e potenciais colocações sociais advindas desta união.<sup>125</sup> Anos mais tarde, em 1925, Mozart Monteiro, descreveu Amanda Paranaguá como sendo “morena”.<sup>126</sup>

De acordo com uma matéria do *Gazeta da Tarde*, de 23 de julho de 1886, escrita por um pseudônimo, “Um diplomata”, alegou que um amigo seu ouviu o Imperador, então pela Europa, afirmar que resguardava sob a administração do país vários homens de tez escura. “É ministro da guerra e interino de estrangeiros outro homem de cor, Franklin Dória”, teria afirmado o monarca.<sup>127</sup> Esta não havia sido a primeira nota naquela gazeta a apontar a cor do marido de Amanda Paranaguá. Três anos antes, em 28 de abril de 1883, o próprio José do Patrocínio, redator abolicionista, republicano e negro, fez publicar uma nota combativa em resposta ao pai da moça, na qual também, Dória ia à reboque.

Tudo se iniciou por uma declaração que João Paranaguá teria feito no contexto das discussões sobre a abolição, certamente incomodado com as opiniões de Patrocínio, afirmando que “a Gazeta da Tarde talvez obtenha mais alguns redatores, pois dentre os libertos é bem possível que saia algum escrevinhador mais sério do que José do Patrocínio”.<sup>128</sup> O jornalista negro não deixaria barato, respondendo que em sua Gazeta

---

<sup>124</sup> BARMAN, Roderick J.. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005, p.54.

<sup>125</sup> CASTRO, Chico. Paranaguá: um conselheiro do império. In: *Marquês de Paranaguá*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009, p.15-18.

<sup>126</sup> MONTEIRO, Mozart. A família imperial. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.152, Rio de Janeiro, 1925, p. 76.

<sup>127</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 23/07/1886, p.1.

<sup>128</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 28/04/1883, p.3.

poderia “haver lugar para qualquer liberto, que seja menos medíocre do que V. Ex. e tenha sobretudo as mãos limpas como as do seu redator” e, para finalizar, afirmou que

se é pela circunstância da cor que V. Ex. acha que os libertos têm direito à redatoria da Gazeta, apresso-me em declarar que esta circunstância militaria em favor deles, pois que esta redação só se envergonha de ter de tratar com *mulatos da ordem de V. Ex. e seu genro Dória*, negações absolutas de todas as boas qualidades da raça cruzada.

Sem motivo para mais, assino-me

José do Patrocínio. [grifos nossos]<sup>129</sup>

A cor foi acionada por Patrocínio como maneira de, aparentemente, dar a ver aquilo que o senhor Paranaguá e seu genro Dória procuravam dissimular em seus círculos sociais. Seja “homem de cor” ou “mulato”, tais características apontam para um espaço social específico ocupado por “Amandinha” e seu marido, dentro das jogadas no Império, movido pela dinâmica cotidiana das negociações na encruzilhada composta e interposta pelas categorias de raça e classe. Por conta desta ocasião o periódico *Diabrete* publicou em tom de escárnio “que o Sr. Paranaguá dera o cavaco [ou seja, irritou-se] com a descoberta feita pela mesma *Gazeta* a propósito da sua ilustre raça”.<sup>130</sup>

Jocélio Santos nos atenta para as variadas leituras da cor da pele entre os séculos XVIII e XIX, possibilitando que negros, a depender de sua possível condição social fossem classificados segundo outras categorias que escamoteassem, abrandassem ou realçassem sua ascendência africana.<sup>131</sup> Por este motivo, compreendemos os tratamentos como “morena”, “homem de cor” e “mulatos”, dispensados ao casal e ao sogro, Paranaguá, como sendo artifícios sociais, criando outros espaços de negociação mediante às suas posições de relevo dentro da hierarquia social do Império.

Antonio Pereira Rebouças, por exemplo, negro e importante político do Império, que lutou lado a lado com Joaquim Vasconcellos na guerra pela independência do Brasil, na Bahia, conseguiu posições de destaque nas estruturas do país.<sup>132</sup> Investigações realizadas por Keila Grinberg sugerem que Rebouças havia buscado a sua “diferenciação social através da educação”.<sup>133</sup> Passar pelo estreito gargalo da sociedade na qual nasceu exigia de Rebouças um empenho contínuo, já que, segundo Grinberg, “o caminho para a ascensão [...] e a mudança de

---

<sup>129</sup> Ibidem.

<sup>130</sup> *Diabrete*, Rio de Janeiro, 04/05/1883, p.3.

<sup>131</sup> SANTOS, J. T.. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 32, 2005, p. 115-137.

<sup>132</sup> SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Vol. 4. Salvador: Imprensa oficial do Estado, 1933, p. 49, 259.

<sup>133</sup> GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.57.



*status* existia, [entretanto] ele não era fácil nem seguro”.<sup>134</sup> Era preciso lançar mão de estratégias sofisticadas para que os entraves impostos pela leitura social da cor não pudessem atrapalhar os planos de sucesso.

Embora nascido rico, situação diversa da de Rebouças, a educação também foi a aposta de João Paranaguá, que fez seus primeiros estudos na Bahia e ingressou na seleta Faculdade de Direito de Olinda, em 1841.<sup>135</sup> Com a sua filha não foi muito diferente. Amanda Paranaguá foi criada para ocupar lugar de relevo na Corte, ao estilo dos anseios das renomadas famílias do país para com os seus descendentes. Na condição ditada pelo seu gênero, o ensino que lhe foi dispensado desde criança incluía língua portuguesa, religião, história, francês, inglês e contabilidade, como publicou o *Diário do Rio de Janeiro*, por ocasião de uma apresentação da então menina Paranaguá e suas colegas, no Colégio do Ingá, em Niterói, em 1861.<sup>136</sup>

Seu pai havia preparado cuidadosamente o que poderíamos chamar de *herança imaterial*, de acordo com Giovani Levi, entendendo-a como “transmissão do prestígio” por meio do valioso legado de condições imprescindíveis ao triunfo social, o que incluía, certamente, uma boa educação.<sup>137</sup> “Amandinha” contava com uma vantagem: havia nascido em uma família de posses e socialmente bem articulada, o que certamente foi agregado aos seus subterfúgios, permitindo uma colocação de destaque próxima aos imperantes.

---

<sup>134</sup> Idem, p.58.

<sup>135</sup> CASTRO, Chico. *Marquês de Paranaguá*. Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação edições Câmara, 2009, p.17.

<sup>136</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 21/12/1861, p.2.

<sup>137</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p.48.



Figura 26. *João Lustosa da Cunha Paranaguá.*



Figura 27. *Maria Amanda Pinheiro de Vasconcellos Paranaguá, 1868.*



Figura 28. GUIMARÃES, J. F.. *Maria Amanda de Menezes Dória*. s/d..



Figura 29. GUIMARÃES, J. F.. *Franklin Américo de Menezes Dória*. s.d.

Neste caso, as fotografias podem ser fontes particularmente vantajosas para a identificação do aspecto racial, uma vez que a ascendência africana deste núcleo familiar foi

silenciada entre os registros escritos dos seus membros, aos quais tivemos acesso. Alguns pesquisadores que se dedicam ao estudo dos retratos como espaço também racializado, evidenciam-nas como marcadores sociais, capazes de apontar elementos que, de outra maneira, nos passariam despercebidos.<sup>138</sup> A pigmentação escura da pele, aspecto determinante na hierarquia imperial, aparenta com mais evidência no retrato de João Paranaguá do que nas quais figuram sua esposa, filha e genro. No entanto, nestes dois últimos, é percebida uma maior incursão de luz, o que pode ter promovido sensível clareamento da tez. De fato, a família passava longe das fotografias sobre “tipos humanos”, nas quais figuraram com abundância os negros retintos, escravizados e libertos.

Se a ascendência africana se confunde com a tonalidade sépia de que é dotada a fotografia, é bem verdade que estas imagens apontam para um costume das classes abastadas do país: o de deixar-se fotografar. “No caso da sociedade brasileira do século XIX”, de acordo com Ana Maria Mauad, “escravista e extremamente hierarquizada, a fotografia tinha a função de ratificar através de sua imagem a posição do fotografado na hierarquia social”.<sup>139</sup>

Na sociedade imperial oitocentista, socialmente verticalizada, onde a cor da pele poderia influir diretamente como potencializador ou atenuador do sucesso social dos indivíduos, a opção de uma união entre Dória, enquanto “homem de cor” e a moça Paranaguá, uma “morena”, poderia soar como um desacerto. Em um primeiro momento, a tendência seria que ambos se casassem com pretendentes brancos, correspondendo à idealização da classe que pertenciam, inspirada nos moldes europeus. Este enlace, no entanto, celebrava uma aliança antiga entre duas famílias baianas que haviam somado forças em favor da Independência do Brasil naquela província.

## **2.1 - Alianças familiares no curso da Independência**

Franklin Américo de Menezes Dória pertencia a uma destacada família baiana, que carregava no sobrenome vínculos antigos e valiosos com as mais altas camadas da aristocracia

---

<sup>138</sup> MAUAD, Ana M.. Imagem e Auto-Imagem do Império. In: Luiz Felipe de Alencastro. (Org.). *História da vida privada no Brasil império: a corte e a modernidade nacional*. 1ed.. São Paulo: companhia das letras, v. 2, 1997, p. 181-232; KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

<sup>139</sup> \_\_\_\_\_. *Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: Editora da UFF, 2008, p.130.

portuguesa. Como Pedro Calmon evidenciou em uma biografia dedicada a seu respeito, que sua linhagem teve início deste lado do Atlântico com a chegada de Clemenza d’Oria, órfã protegida pela rainha D. Catarina, que desembarcou na América Portuguesa em 1556. Depois de viúva de Sebastião Ferreira, moço de câmara de D. Fernando, d’Oria casou-se novamente, desta vez com Fernão Vaz da Costa, sobrinho do governador-geral D. Duarte da Costa.<sup>140</sup>

O Dória, que desposou Amanda Paranaguá, foi o único dos três filhos de José Inácio Francisco de Menezes Dória e de Maria Francisca de Assis Dória que sobreviveu até a idade adulta.<sup>141</sup> Os seus pais eram primos e compartilhavam do hábito cultivado entre as suas parentelas de casarem-se entre si, procurando perpetuar o renome e os bens familiares. De acordo com Marieta de M. Ferreira, esta estratégia matrimonial poderia resultar em

um grupo portador de características identitárias baseadas na existência de antepassados comuns e dotado de recursos para conquistar posições políticas. Essa prática, além de sustentar a coesão do grupo familiar, estimulou ainda a cumplicidade com outros estratos sociais [...].<sup>142</sup>

O casal residia na Ilha dos Frades, morgado dos Dória, localizada no Recôncavo, aos arredores de Salvador, onde também dispunham de casas e de uma lancha particular para os deslocamentos frequentes entre a ilha e o continente. José Inácio Dória, de acordo com as anotações do filho, havia sido deputado provincial da Bahia e era socialmente bem articulado entre os grandes da região.<sup>143</sup>

Amanda desposaria Franklin sem ter seus sogros vivos. Quando o pai do noivo faleceu, em 8 de agosto de 1864, já estava viúvo, e deixou para seu único filho tudo o que possuía: fazendas, casas na ilha e em Salvador, móveis e as dezoito pessoas que formavam a sua escravaria.<sup>144</sup>

---

<sup>140</sup> CALMON, Pedro. *Franklin Dória, barão de Loreto*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p.22-23.

<sup>141</sup> De acordo com o *Livro de família*, onde Franklin Dória registrou suas memórias, os outros filhos eram dois: Clementina, que nasceu em 17 de fevereiro de 1834, provavelmente em Salvador, onde veio a falecer no dia 7 de agosto de 1843 e Benigno, que nasceu em 28 de junho de 1838, em Salvador, e morreu em 6 de julho do mesmo ano. Ver: BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de M. Dória. *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Lata 659, livro 1. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro, p.7.

<sup>142</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.11.

<sup>143</sup> BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de M. Dória. *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Op. Cit., p.111.

<sup>144</sup> Idem, p.135

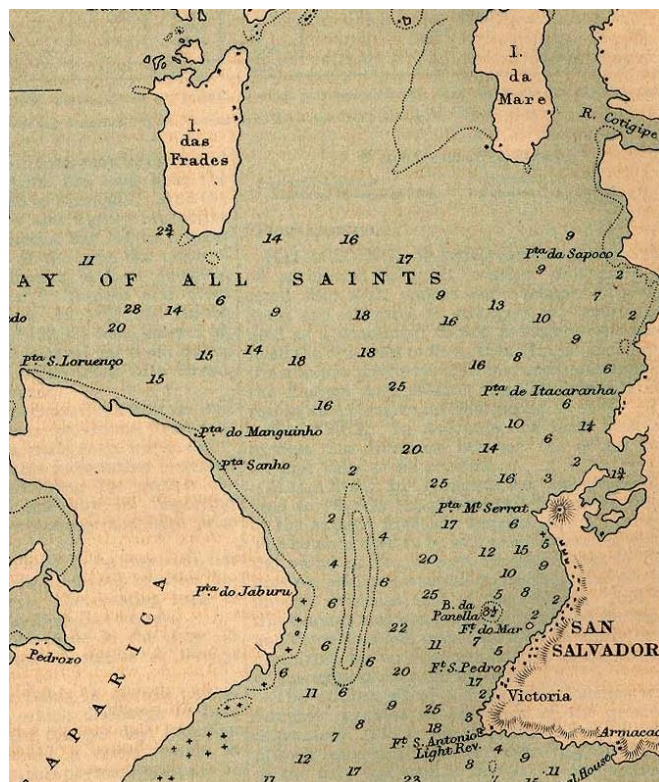


Figura 30. A Ilha dos Frades nos entornos de Salvador, na Baía de Todos os Santos.

A família Dória já havia alcançado assento no Conselho de Estado e conquistado pastas ministeriais, por meio de José Carlos Pereira de Almeida Torres, visconde de Macaé, casado com Maria Eudóxia Engrácia de Menezes Dória, parente de Franklin, como evidenciou Maria Fernanda Martins.<sup>145</sup> Esta parentela atravessou séculos acumulando riqueza, procurando cultivar boas relações com a gente graúda da Bahia, do restante do Império e buscando manter o prestígio social com afinco.

Como dissemos, as famílias dos noivos eram velhas conhecidas desde a Bahia. O barão de Montserrate havia nascido na pequena ilha de Santo Antônio, entranhada na Baía de Todos os Santos como também era a Ilha dos Frades, onde Franklin Dória cresceu ao lado dos familiares.

<sup>145</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p.202.





Figura 32. Um dos poucos mapas que retratam a Ilha de Santo Antônio.

Além da proximidade geográfica, as opções políticas de ambas as famílias possibilitaram que lutassem lado a lado em prol da independência do Brasil e do reinado de D. Pedro entre 1822 e 1823. Os conflitos contra os portugueses se configuraram então, como uma oportunidade de conquistar vantagens políticas e sociais que acarretassem também em prosperidade econômica para aqueles que se dispusessem à luta.

Naquela ocasião, Joaquim Vasconcellos assumiu o cargo de primeiro secretário da junta provisória na vila de Cachoeira, núcleo de resistência anti-lusitano, e certamente era próximo do major Anastácio Francisco de Menezes Dória que comandou tropas no entorno do Recôncavo.<sup>146</sup> De acordo com a genealogia traçada por Francisco Antonio Dória, descendente desta família, o referido major Anastácio teria sido tio de Franklin.<sup>147</sup> O casamento entre um Dória e uma Paranaguá viria coroar esta relação familiar antiga com tradição, riqueza, prestígio social e político.

<sup>146</sup> SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Bahia do coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva*. Vol. IV., Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1933, p. 11; 49.

<sup>147</sup> Sobre o parentesco entre os Dória, ver: DÓRIA, Francisco Antonio. *Menezes Dória, da Ilha dos Frades*. Versão 3.0, Janeiro de 2003. Disponível em: <[http://doria.genealogias.org/4\\_menezes\\_doria.pdf](http://doria.genealogias.org/4_menezes_doria.pdf)>. Acesso em: 04/10/2017.

## 2.2 - O prosseguimento familiar

O matrimônio inculcava deveres à “Amandinha”, entre eles estava a obrigação imanente às mulheres inseridas numa sociedade patriarcal: a gestação de herdeiros.<sup>148</sup> Os anos do matrimônio iam-se juntamente com as esperanças de Amanda de ser mãe. Certamente ela pôde encontrar consolo entre a princesa Isabel e Madame Avellar Tosta, a “Mariquinhas”, na medida em que estas também não conseguiam dar à luz, ao menos de imediato, como no caso da princesa. Em princípios da década de 1870 a herdeira do trono foi pressionada pela questão da sucessão dinástica por falta de um filho. Ela já havia passado por alguns abortos naturais, quando, depois de missas, tratamentos variados e viagens pela Europa, conseguiu o êxito de parir um menino, Pedro de Alcântara, em homenagem ao avô materno. A sua irmã, Leopoldina, falecida em fevereiro de 1871 também havia abortado em sua primeira tentativa de concepção, antes de dar à luz dois filhos, Pedro Augusto e Augusto.

Assim como “Mariquinhas”, a senhora Paranaguá Dória nunca conseguiria gerar outra vida, seus braços não embalariam filhos, nem cumpriria a função materna de educá-los. À procura de lhe sanar tal desgosto, Luísa de Barral correu mão em uma carta, anos depois, em 7 de setembro de 1880, dizendo-lhe que “Deus não lhe quis fazer a vontade de lhe dar um filhinho mas compensou isso dando-lhe um bom Marido e é mister se conformar mas sei quanto custa!”.<sup>149</sup> A remetente conhecia bem o sentimento a angústia causada pela falta de herdeiros. Ela mesma só conseguiu dar à luz a seu único filho, Dominique de Barral, aos trinta e oito anos de idade.

Madame Avellar Tosta, filha de poderosos cafeicultores da província do Rio de Janeiro, era casada desde 1869 com Manuel Vieira Tosta Filho, herdeiro de Manuel Vieira Tosta, então barão de Muritiba, importante político baiano. Os anos que correram após o consórcio possivelmente lhe aumentava a frustração de não dar um filho ao seu marido. “Amandinha” e “Mariquinhas” não conseguiriam garantir herdeiros.

---

<sup>148</sup> MUAZE, Mariana de A. F.. *O Império dos retratos: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Tese de doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, p.47.

<sup>149</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. Carta pessoal, 07 de setembro de 1880. França. DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. Recife. In: *Cartas e autógrafos da condessa de Barral à baronesa de Loreto. (1873-1890)*. Arq. 2.2.4. Coleção baronesa de Loreto. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro.



Figura 32. Marc Ferrez. *Princesa Isabel, ao lado do piano, em companhia da baronesa de Muritiba, sentada à mesa, 1886*. Palácio das Laranjeiras, Rio de Janeiro. 9,6 x 12,7 cm; 10,5 x 16,0 cm. Coleção D. João de Orleans e Bragança, Instituto Moreira Sales, Rio de Janeiro.

Sem crianças às quais pudessem dispensar a sua maternidade, a intensa vida social da Corte, à sombra da princesa Isabel, tornou-se uma opção para a senhora Paranaguá Dória e madame Avellar Tosta. Na imagem que segue acima, é possível vermos “Mariquinhas” junto da princesa enquanto esta dedilha as teclas do piano em seu palácio, em Laranjeiras, na Corte. Tal retrato foi feito pelo fotógrafo da Casa Imperial, Marc Ferrez, autor de vários outros registros visuais da família do monarca, de quem era próximo e de onde emanava sua proteção e distinção entre os outros profissionais da área.<sup>150</sup>

Em 1877 é provável que Amanda tenha ido à Petrópolis para estar ao pé da princesa nos instantes do seu segundo parto. A herdeira do trono deu à luz outro menino, que recebeu o nome de Luís, desta vez em lembrança do avô paterno.<sup>151</sup> Apesar do parto ter transcorrido sem maiores complicações, o histórico dos abortos de Isabel suscitava, meses antes, as preocupações da condessa de Barral.

Em 1877, a condessa estava em Lisboa por ocasião da despedida de D. Pedro II e sua comitiva que retornavam ao Brasil depois de uma longa viagem entre os Estados Unidos e a Europa. Foi de lá que escreveu à sua “Amandinha”. Luísa de Barral lamentou não estar perto

<sup>150</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.353.

<sup>151</sup> BARMAN, Roderick J.. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005, p.211.

de sua princesa, falou da sua vontade “de ir lhe fazer companhia durante os últimos meses de sua gravidez” e neste contexto, confessou à sua afilhada que

sempre me parece que é V[ocê]. quem deve agora acompanhar nossa Princesa e se de mim dependesse esse despacho V[ocê]. de há muito o possuirias. E quem sabe meu Deus!

A C<sup>dssa</sup>. [condessa] de Lajes é tão infeliz, é tão triste essa companhia não pode servir para isso precisa moças e alegria. E já que eu estou fantasiando: veja lá como seria belo eu lhe adestrar a seu ofício de Dama d’honneur e como V[ocê]. o desempenharia gentilmente e com a dindinha pabola<sup>152,153</sup>.

Não era a primeira vez que a condessa teria o que dizer sobre os cargos da Casa Imperial. Em 1859, ela escrevia à Imperatriz, que estava de viagem pelas províncias do Norte, dizendo achar “tanta gente de mais no Palácio que não desejo nem ligeiramente ver aumentar seu pessoal!”<sup>154</sup>. Suas sugestões eram maneiras sutis pelas quais exercia certo poder. A aspiração da condessa em favor da afilhada, sua protegida, ainda demoraria a se concretizar e, com este objetivo, certamente ela se incumbiu de propor discretamente aos imperantes. A princesa ainda teria seu terceiro filho, Antônio, em 1881 e somente em 1886 “Amandinha”, juntamente com “Mariquinhas” seriam agraciadas com o título de damas de palácio à serviço de Isabel por despacho imperial. A conquista formal deste ofício certamente veio coroar a íntima relação entre a princesa e as suas duas amigas de infância.

---

<sup>152</sup> Sinônimo de “festeira”.

<sup>153</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. Carta pessoal. Lisboa, 08 de setembro de 1877. DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. Rio de Janeiro. In: BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. *Cartas e autógrafos da condessa de Barral à baronesa de Loreto. (1873-1890)*. Arq. 2.2.4. Coleção baronesa de Loreto. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro.

<sup>154</sup> *Carta da condessa de Barral à Imperatriz Teresa Cristina, 1859*. In: BARRAL E DA PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977, p.37.



Figura 33. Condessa de Lages, por Crayon de F. Teves, 1878.

Se por animosidades ou por simples desagrado por parte de Luísa de Barral, somos incapazes de afirmar sobre os motivos de advogar a saída da condessa de Lages do cargo de dama. Embora se saiba mediante o *Almanaque administrativo, mercantil e industrial da Corte e província do Rio de Janeiro* que, naquele ano de 1877, meses finais de gestação de Isabel, a condessa de Lages desempenhava seu serviço junto à princesa acompanhada da baronesa de Suruhy, que não foi alvo das atenções da Barral.<sup>155</sup>

No mesmo almanaque referente ao ano de 1881, a condessa de Lages aparece desde então como “dama sem exercício efetivo”, abaixo da condessa de Barral, que encabeça a lista.<sup>156</sup> Carlota Guilhermina de Lima e Silva, baronesa de Suruhy, seguiria sendo dama da princesa até o ocaso do Império, em 1889.<sup>157</sup> É possível, no entanto, supor que a nomeação das amigas de Isabel tenha significado uma renovação de destaque no quadro de damas em sua companhia, correspondendo ao gosto pessoal da herdeira do trono.

Era necessário que as novas damas contribuíssem na construção de uma imagem positiva para a princesa que se tornaria imperatriz por conta de uma eventual morte do monarca. Ter as amigas íntimas ao seu redor, poderia fornecer a Isabel mais confiança e contar com o apoio daquelas que lhe inspirariam lealdade, a fim de lhe fornecerem sustento para obtenção de êxito na gerência dos assuntos públicos.

---

<sup>155</sup> *Almanaque administrativo, mercantil e industrial da Corte e província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Em casa dos editores-proprietários, Eduardo e Henrique Laemmert, 1877, p. 29.

<sup>156</sup> *Idem*, 1881, p. 32.

<sup>157</sup> *Almanaque administrativo, mercantil e industrial da Corte e província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Em casa dos editores-proprietários, Eduardo e Henrique Laemmert, 1889, p. 45.





Figura 34. *Baronesa de Suruhy.*

De qualquer maneira, a condessa de Barral saiu vitoriosa juntamente com a sua afilhada, a qual compartilharia os serviços com a sua amiga Maria Avellar Tosta. Ambas pertencentes a duas famílias poderosas, casadas, de reputação idônea e de confiança, iam auxiliar a herdeira do trono em seus itinerários da vida pública e privada. Noticiada a nomeação de “Amandinha” como dama da princesa, a condessa, na Europa, precipitou-se em carta, a qual podemos ler o seguinte:

2 de novembro de 1886

M<sup>a</sup>. querida Amandinha,

Consta-me que V. vai ser nomeada Dama de S. M. a Imperatriz e como não posso melhor empregar minha farda vou lha mandar pelos Guimarães que partem este mês para o Brasil.

O bordado de prata sempre se reaplicou em chamalote Branca e o manteau creio que ainda poderá servir. Em todos os casos é uma pequena fineza e uma economia que a Dindinha lhe quer fazer.

Previno para que V. não se apresse em gastar esses cobres. Meu receio é que chegue tarde mas só agora é que tive notícia.

[...]

Sua velha amiga,

C. de Barral.<sup>158</sup>

---

<sup>158</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. Carta pessoal, 2 de novembro de 1886. França. DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. Rio de Janeiro. In: BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. *Cartas e autógrafos da condessa de Barral à baronesa de Loreto. (1873-1890)*. Op. Cit..



De posse de tal posição, Amanda Paranaguá Dória formalizava seu espaço privilegiado junto à princesa, dilatando seu poder de influência entre as disputas que dinamizavam a vida na Corte. Produzidas com promessa de perenizar momentos, as fotografias são valiosas testemunhas da estreita amizade cultivada entre as duas damas e Isabel.



Figura 35. Marc Ferrez. *Princesa Isabel, Baronesa de Muritiba e Baronesa de Loreto na varanda da residência da princesa [em Petrópolis, 1885].*



Figura 36. *Detalhe da fotografia anterior. Da esquerda para a direita: Maria José Velho de Avellar Tosta, princesa Isabel e Maria Amanda Lustosa da Cunha Paranaguá Dória.*

O retrato anterior, onde as “Mariquinhas” e “Amandinha” ladeiam-se com a princesa, entrelaçando os braços entre si, deixa transparecer união, amizade e intimidade, ambientado na residência da soberana, em Petrópolis, seu lugar de veraneio. Ao que parece, esta imagem

pode corresponder aos mesmos exemplares enviados pela senhora Paranaguá Dória, à Imperatriz, como consta na missiva a seguir:

Petrópolis, 28 de janeiro 1887

Minha querida Amandinha

Recebi os dois exemplares da fotografia tirada da varanda do Palácio de minha filha aqui em Petrópolis, quanto às outras só espero duas pequenas de minha filha. As outras se são para Europa seria melhor que minha boa Amandinha pusesse o endereço para Isabel em Paris e as mandasse entregar ao Barão de Cabo-frio a fim que as mandar pela primeira ocasião.<sup>159</sup>

O referido retrato de que dispomos anteriormente, emoldurado por varas de bambu, foi obra de Marc Ferrez. Seduzidos pela imagem, homens de diferentes formações arriscaram a manusear lentes na busca por eternizar instantes. Diferentemente de profissionais consagrados como Ferrez, o retrato como prática amadora difundia-se ao longo do século XIX, mesmo que circunscrito a um grupo limitado, do qual, como demonstrou Adriana Martins Pereira, fazia parte o advogado Henrique Kopke Júnior, que possivelmente se trata de “Henrique Kopke Jor...” a quem é atribuída outra fotografia em que aparece a princesa Isabel novamente ladeada por “Mariquinhas” e “Amandinha”, durante a Exposição de Horticultura de Petrópolis.<sup>160</sup>

---

<sup>159</sup> DUAS SICÍLIAS, Teresa Cristina de Bourbon e. Carta pessoal, 28 de janeiro de 1887. DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. In: DUAS SICÍLIAS, Teresa Cristina de Bourbon e. *Cartas autógrafos da imperatriz Teresa Cristina, uma de D. Pedro II, de D. Francisca, D. Januária e D. Leopoldina de Coburg (irmã da princesa Isabel)*. Arq. 2.2.5. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>160</sup> PEREIRA, Adriana Maria Pinheiro M.. *A cultura amadora na virada do século XIX: a fotografia de Alberto de Sampaio (Petrópolis/Rio de Janeiro, 1888-1914)*. Tese (doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010, p.93.



Figura 37. Henrique Kopke Jor..[Junior?]. *Princesa Isabel com as baronesas de Muritiba e de Loreto*, CF-DIVERSOS-06r, Museu Imperial de Petrópolis, 1885.

Esta fotografia, na qual as três amigas aparecem de mãos dadas entre as plantas expostas no evento organizado por elas mesmas, aparece também no livro *Coleção princesa Isabel* de Pedro e Bia Correa do Lago, fruto das fotografias encontradas de posse dos descendentes de D. Pedro II, a qual se mostra no referido livro, sem a autoria da imagem e com a legenda “Princesa Isabel e duas amigas”, tendo ainda como data o ano de 1882, em contraste com a data posta pelo Museu Imperial, de 1885. Estas questões, muitas vezes divergentes entre si, que por vezes pode se apresentar a quem investiga fotografias, mesmo em outras fontes históricas, faz parte do percurso social dos objetos analisados, sinalizando suas complexidades diante de quem os pesquisa.



Figura 38. *Maria José Avellar Tosta, a princesa Isabel e Amanda Paranaguá Dória.* LAGO, Pedro Correa de; LAGO, Bia Correa de. *Coleção princesa Isabel.* Op. Cit, p.195.

De qualquer sorte, o referido retrato aponta para a proximidade entre a princesa e suas damas, deixando transparecer pelo entrelaçamento quer dos braços, quer das mãos, a intimidade que as unia. Em dezembro de 1884, a princesa escreveu ao imperador referindo-se a uma “soirée musical, [com] Amandinha que nos acompanhou de novo hoje nos passeios [ela] tocou, eu toquei (não me saí mal)”.<sup>161</sup> Por vezes as cartas que iam encontrar a senhora Paranaguá à Praia da Lapa também davam notícias destas reuniões, como as missivas a seguir, que ignoram o ano:

17 de junho

Minha querida Amandinha

Muito obrigada pelo excelente requeijão. Quinta-feira próxima temos uma reunião de umas cem pessoas e bem conto que não faltará assim como o Dória.

Sua amiga muito de coração

Isabel Condessa d’Eu

A reunião começará às 8 e terminará às 11 <sup>1</sup>/<sub>2</sub>. Para as senhoras vestido meio aberto e poderá ser curto.

---

27 de setembro

Minha querida Amandinha

Amanhã tenho uma muito pequena reunião musical e muito gosto teria em vê-la aqui assim como o Dória às 7 horas e meia da noite.

Sua amiga muito e muito de coração.

Isabel Condessa d’Eu.<sup>162</sup>

<sup>161</sup> D’EU, Isabel, condessa. Carta pessoal. PEDRO II, Dom. *Cartas da princesa Isabel ao imperador* – XLI. 3.28 – 1883 Docs: 09. Museu Imperial de Petrópolis. Petrópolis – RJ.

<sup>162</sup> \_\_\_\_\_ et al.. *Cartas autógrafos da princesa Isabel e de seus filhos Luiz, Pedro, Antônio à baronesa de Loreto, 1866 à 1905*, 3 v. Arq. 2.2.1-3. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, p. 24; 25.

As reuniões eram animadas e serviam para dar fôlego às relações sociais, como se verá com mais demora no capítulo 3. Por hora nos é suficiente sabermos que os encontros de Amanda Dória com sua princesa eram frequentes antes de tornar-se dama e persistiram depois de tal nomeação, tomando em acréscimo, depois disto, um caráter oficial, dando espaço para que os periódicos os noticiassem vez ou outra.<sup>163</sup> A dama “entrava de semana”, como se diziam para se referir ao período de serviço que os empregados da Casa Imperial passavam aos pés dos soberanos.<sup>164</sup>

Quando não estavam próximas, as cartas nos dão a ver a emissão de fotografias, frutas, compotas, convites, flores feitas a mão e toda sorte de agradados para Isabel, que sempre assinava demonstrando sentimentos de amizade. “Sua amiga muito do coração”, “sua amiga de coração”, “de novo e sempre lhe direi quanto sou sua amiga de coração” e variadas vezes a princesa multiplicava a palavra “muito” atribuindo intensidade de quão amiga era de “Amandinha”.<sup>165</sup>

Minha querida Amandinha  
Venha-me ver ou em minha casa até às 11 <sup>1/2</sup> ou em São Cristóvão a 1 hora e meia.  
Sua muito muito muito de coração  
Isabel Condessa d’Eu.<sup>166</sup>

Se é verdade que estar ao pé dos imperantes possibilitava à senhora Paranaguá Dória partilhar das benesses que isto poderia lhe proporcionar, também não seria menos verdade que as preocupações que os circundavam lhe suscitariam temores. As críticas ao monarca, os ataques à ordem imperial, a pressão externa e interna contra a escravidão, por parte de escravos e abolicionistas, passavam a preencher espaços cada vez mais consideráveis na imprensa do país, alimentando discussões políticas apaixonadas nas ruas, nas tribunas e no paço.

---

<sup>163</sup> Além de ser percebida com assiduidade entre aqueles que iam cumprimentar os imperantes, Amanda Paranaguá Dória aparece entre os “semanários”, à exemplo da nota dispensada pelo *Diário de Notícias* da Corte, em 2 de agosto de 1887, na primeira página, onde podemos ler abaixo do título “Corte”: “entraram de semana sábado a Sua Alteza Imperial Regente os Srs.: camarista, tenente-general Miranda Reis; dama, D. Amanda Dória”.

<sup>164</sup> Um desses encontros foi noticiado pelos filhos da princesa Isabel em seu *Correio Imperial*, publicado em Petrópolis, em 18 de janeiro de 1888, no qual Franklin Dória também publicava vez ou outra sob a sigla “F. D.”.

<sup>165</sup> D’EU, Isabel, condessa. Carta pessoal, s./d., s./l.. DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. In: D’EU, Isabel, condessa. *Cartas autógrafas da princesa Isabel e de seus filhos Luiz, Pedro, Antônio à baronesa de Loreto (1866 a 1905)*. Op. Cit..

<sup>166</sup> Idem, p.21.



### 2.3 - Riqueza, poder e distinção social familiar

O trajeto familiar de Amanda Paranaguá sugere caminhos de ascensão social possíveis em contextos de transformações políticas marcantes, como a Independência, o Primeiro e o Segundo Reinados. O pouco que se sabe sobre os aspectos biográficos do seu avô materno, Joaquim Vasconcellos, é capaz de nos fazer compreender como uma família baiana conquistou riqueza, poder e distinção social na Corte.

As poucas informações sobre a vida de Vasconcellos foram reunidas num discurso em sua homenagem, proferido por Theodoro Sampaio, orador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em sessão solene no ano de 1919. Àquela ocasião compareceram alguns dos descendentes não nomeados do homenageado, a fim de cultuarem na antiga província natal, a memória daquele que contribuiu para o triunfo familiar nos idos tempos do Império.<sup>167</sup>

Vasconcellos nasceu em 1788, na Ilha de Santo Antônio, aos arredores de Salvador. Theodoro dá a entender que seus pais, José Pinheiro dos Santos e de Maria Joaquina do Amor Divino e Vasconcellos, eram senhores de engenho que, embora não tendo figurado entre os grandes nesta forma de empreendimento, possivelmente tiveram seus negócios beneficiados pela alta do açúcar depois que a Revolução Haitiana conduziu aquela ilha para fora da concorrência do comércio internacional.<sup>168</sup> Simultaneamente, a margem de crédito e outras facilidades na empreitada do açúcar foram ampliadas, favorecendo o sopro de desenvolvimento de que experimentaram os proprietários do Recôncavo.<sup>169</sup> De acordo com João José Reis,

a exportação do açúcar baiano subiu de 500 mil arrobas em 1789 para mais de 1 milhão em meados da década de 1790, e aí estacionou, com variações às vezes violentas, até atingir perto de 2 milhões nas vésperas da independência, em 1821.<sup>170</sup>

Este surto de prosperidade deve ter endossado a aspiração familiar de que Joaquim Vasconcellos fosse atravessar o Atlântico em 1812, para obter em Coimbra, o grau de bacharel em Direito.<sup>171</sup> Kátia Mattoso já demonstrou em seus estudos sobre a Bahia do século

---

<sup>167</sup> SAMPAIO, Theodoro. Homenagem do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ao Visconde de Monserrate. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº45, 1919.

<sup>168</sup> BARICKMAN, B. J.. *A bahian counterpoint: sugar, tobacco, cassava, and slavery in the Recôncavo, 1780 - 1860*. Stanford: Stanford University Press, 1998, p. 35-36.

<sup>169</sup> SCHWARTZ, Stuart B.. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.179-185.

<sup>170</sup> REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. *Topoi*, v. 15, 2014, p. 76.

<sup>171</sup> SAMPAIO, Theodoro. Homenagem do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ao Visconde de Monserrate, op. cit., p.125.

XIX, como o título de bacharel, seja na carreira jurídica, como optou Vasconcellos, ou ainda na medicina ou na engenharia, se constituía como potencializador para a conquista do êxito social. Neste sentido, Mattoso afirma que a “instrução superior era absolutamente necessária para permitir que ambiciosos, oriundos de um meio social modesto, tivessem acesso ao poder”.<sup>172</sup>

Fazer da magistratura trampolim para a política foi a estratégia de muitos. Esta também foi a opção encontrada por Joaquim Vasconcellos para imiscuir-se, em busca de poder, depois que havia se casado com Maria Francisca de Campos Pinheiro em 3 de agosto de 1818.<sup>173</sup> Sobre sua esposa, quase nada se sabe, embora, as intenções de ascensão de Vasconcellos nos sugiram que seu casamento com ela coadunasse com aspirações em certas vantagens, à exemplo de boas relações e riqueza familiar.

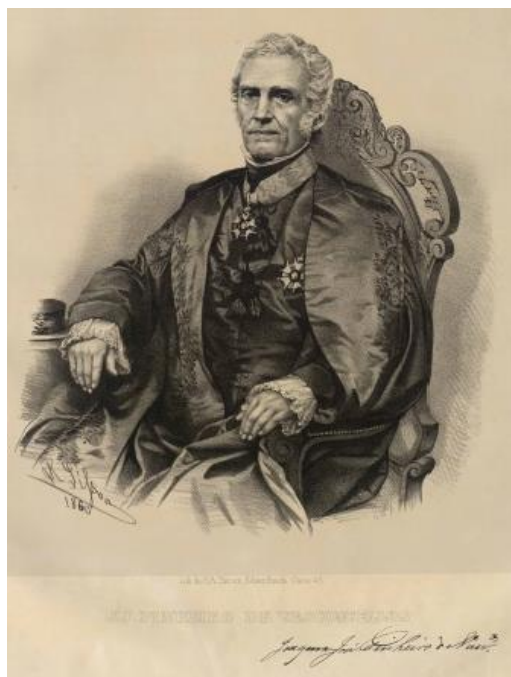


Figura39. Litogravura em Joaquim Pinheiro de Vasconcellos.

---

<sup>172</sup> MATTOSO, Kátia Q.. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p.278. Outros investigadores já se debruçaram sobre este aspecto, dos quais citamos: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Brasília: Editora da UnB, 1981. FREYRE, Gilberto. *A ascensão dos bacharéis e do mulato*. In: *Sobrados e Mocambos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. (Coleção Intérpretes do Brasil) FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro - 5ª Ed.* São Paulo: Globo Editora, 2012; COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. São Paulo: Editora Record, 1999.

<sup>173</sup> SAMPAIO, Theodoro. *Homenagem do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ao Visconde de Monserrate*. Op. Cit., p.128.





Figura 40. *Maria Francisca de Campos Pinheiro*. Pintura em tela.

Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos e Maria Francisca Pinheiro deixaram-se perenizar pela litogravura e pintura, respectivamente, inserindo-se nos códigos sociais das classes mais abastadas da época, a fim de apontarem suas elevadas localizações na hierarquia imperial.<sup>174</sup> A maneira como o indivíduo dar-se-ia à criação artística era fator que os movia para que se apresentassem segundo as idealizações de classe, dispondo-se de variados elementos que realçassem sua distinção.

Vasconcellos permitiu-se retratar pelo famoso francês Sébastien Sisson, portando os adereços cuidadosamente selecionados, signos de poder, que compunham uma narrativa de si, atestando o seu privilegiado lugar social. As vestimentas que dão prova da bem sucedida carreira jurídica, adereçadas pelas duas condecorações da Imperial Ordem do Cruzeiro, reconhecimento pelos bons serviços prestados em favor da Coroa e a postura de autoridade sobre uma poltrona ricamente ornada. Todos esses elementos corroboraram para que a áurea senhorial, de que se revestia Vasconcellos, perdurasse por meio da litogravura. As informações sobre quem teria sido o artista que pintou a senhora Maria Francisca Pinheiro, ou

---

<sup>174</sup> SIMÕES FILHO, Afrânio Mário. O século XIX – presença dos retratos do Império. In: *Retratos baianos memória e valor de culto na Primeira República (1889 - 1930)*. Dissertação de mestrado em Artes Visuais. Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003, p. 50-88. D. Pedro II figurou como importante mecenas das artes em geral, confundindo-se simbolicamente à imagem própria imagem do Império em variadas pinturas: SCHWARCZ, Lilia Moritz. A Academia Imperial de Belas Artes: uma imagem oficial para o país. In: *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.144-150.

mesmo em quais circunstâncias se deu a encomenda da obra, são obscuras. Suas imagens, no entanto, nos apontam o desejo que o casal alimentava em ser visto, notado e recordado segundo anseios de classe e suas representações.

De acordo com Caio Pinheiro de Vasconcellos, neto do casal, aquela união gerou nove filhos sendo eles: Maria Amanda, Maria Argemira, Ricardo e Caio Pinheiro de Vasconcellos, além de “outros cinco filhos varões, que faleceram todos sem deixar prole” e que não foram nomeados pelo descendente.<sup>175</sup> A omissão não só dos nomes, mas destes cinco filhos, se repete no inventário do depois Visconde de Montserrate.<sup>176</sup>

Das informações oferecidas por Caio Vasconcellos a Wanderley de Araújo Pinho, sobre a sua família, outros dois elementos de sua correspondência são dignos de nota: Ricardo Pinheiro de Vasconcellos, um dos filhos de Joaquim Vasconcellos, foi casado com Maria Sodré Dória, sobrenome que sugere parentesco com a família de Franklin Dória, induzindo-nos a supor que, anos depois, ela tenha participado das negociações que viabilizaram a aliança com a moça Paranaguá. Também foi explicitado por Caio Vasconcellos, que somente dois filhos do seu avô deixaram descendência: Maria Amanda Pinheiro de Vasconcellos, esposa de João Lustosa da Cunha Paranaguá, e o já mencionado casal, Ricardo Pinheiro de Vasconcellos e Maria Sodré Dória, do qual descendia o informante da missiva.<sup>177</sup>

A ordem descrita pelo mesmo Caio Vasconcellos, sobre os nomes dos seus tios, sugere que Maria Amanda Vasconcellos tenha sido a primogênita do casal sendo, posteriormente, desposada por João Lustosa da Cunha Paranaguá em 1847, de acordo com informações dispostas no *Archivo nobiliarchico brasileiro*.<sup>178</sup> O noivo pertencia a uma rica família da província do Piauí, onde havia nascido “na fazenda do Brejo do Mocambo, freguesia de N. S. do Livramento, depois vila e comarca de Paranaguá”, em 21 de agosto de 1821.<sup>179</sup>

---

<sup>175</sup> VASCONCELLOS, Caio Pinheiro de. Carta pessoal, Bahia, 30/05/1923. PINHO, Wanderley de Araújo. Rio de Janeiro. *Informações sobre visconde de Monserrate e sobre o casal Ricardo Pinheiro e Maria Sodré Dória*. In: PINHO, Wanderley de Araújo. DL1477.069. Arquivo Wanderley de Araújo Pinho. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>176</sup> MONTSERRATE, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, visconde de. *Inventário, 1884*. Reg.: 1664, caixa: 286, código: 2471. Arquivo do Museu da Justiça. Rio de Janeiro-RJ.

<sup>177</sup> Op. Cit..

<sup>178</sup> VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Archivo nobiliarchico brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p. 335.

<sup>179</sup> Ibidem.



Figura 41. Maria Amanda Pinheiro Paranaguá, esposa do Marquês de Paranaguá, tela de Luiz Augusto Moreau.

De acordo com Chico Castro, João Paranaguá ficou órfão do pai, José da Cunha Lustosa, aos seis anos de idade.<sup>180</sup> Daí por diante sua mãe, Inácia Antônia dos Reis Lustosa, dispensaria os cuidados necessários aos seus sete filhos. Ainda segundo Castro, Paranaguá foi enviado à Salvador, a fim de cursar suas primeiras letras e dar continuidade ao patrimônio familiar, utilizando para tanto, das prerrogativas que uma boa educação lhe poderia render.<sup>181</sup>

Àquela época, o estudante piauiense certamente ouviu falar de Joaquim Vasconcellos, presidente da província da Bahia por longo período, se comparado a outros presidentes daquela mesma província, como atesta Kátia Mattoso. De acordo com ela, Vasconcellos governou por três vezes, “(de junho de 1832 a dezembro de 1834; de junho de 1841 a agosto de 1844 e de maio de 1848 a setembro do mesmo ano), somando cinco anos e oito meses no cargo”.<sup>182</sup> Seguramente resultado de suas habilidades políticas nas negociações que tal função exigia corroboraram para que presidisse a Bahia por um período considerável.

Em 1846 João Paranaguá conquistou o título de bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Olinda, instituição reconhecida por diplomar os filhos das camadas senhoriais do Império.<sup>183</sup> Segundo Maria Fernanda Martins,

---

<sup>180</sup> CASTRO, Chico. *Marquês de Paranaguá*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009, p.16.

<sup>181</sup> Ibidem.

<sup>182</sup> MATTOSO, Kátia Q.. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 259.

<sup>183</sup> VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Archivo nobiliarchico brasileiro*. Op. Cit.

essa formação acadêmica comum proporcionou às elites imperiais brasileiras uma identidade intelectual e cultural que complementou as relações provenientes de uma origem ou de um convívio cada vez mais estreito, criando e intensificando os laços de amizade e parentesco que se desenvolveriam na vida profissional.<sup>184</sup>

Foi nos bancos da Faculdade, em Pernambuco, que João Lustosa Paranaguá conheceu ou, ao menos teve maior proximidade com um dos filhos de Joaquim Vasconcellos, provavelmente Ricardo, o mais velho entre os homens, como já sugerido por Caio Vasconcellos anteriormente.<sup>185</sup> Esta amizade entre os dois favoreceu que João Paranaguá se aproximasse de Maria Amanda Pinheiro de Vasconcellos, com quem se casaria dois anos após sua diplomação.

O enlace aconteceu sem que Joaquim Vasconcellos oferecesse dote pela mão de sua filha, indo pela contramão do costume socialmente difundido em sua classe, e como fez constar posteriormente em seu inventário.<sup>186</sup> Esta informação nos abre brecha para pensarmos que os termos que viabilizaram o matrimônio entre Amanda e João foram complexos, investidos de sentimentalidades e negociações outras, que tornaram possível a ausência do dote da noiva. Uma vez casados, tornou-se uma opção para os nubentes morarem juntos a Vasconcellos e sua esposa, agregando-se sob o mesmo teto.

Ele mesmo, em 13 de Julho de 1849, apressou-se a escrever felicitações ao genro “Parabéns”, registrou. No dia anterior, em Salvador, “Amanda”, como se referiu na missiva, entrou em trabalho de parto, tendo a criança à uma hora da tarde. Tratava-se de “uma menina muito grande e muito gorda, muito corada e muito bonita”.<sup>187</sup> A descendência familiar estava garantida. O bilhete encontraria o pai da recém-nascida em Cachoeira, onde outrora Vasconcellos assumiu cargo na junta provisória no contexto da Independência e onde à época da referida carta, João Paranaguá atuava como juiz municipal.<sup>188</sup>

A magistratura reservaria surpresas a esta família baiana. De acordo com Theodoro Sampaio,

a galardoar-lhe os serviços, nomeou-o o monarca Veador da Casa Imperial, honorífico tão somente, uma vez que, na presidência da Relação, não podia deixar a

---

<sup>184</sup> MARTINS, Maria Fernanda V.. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p.168.

<sup>185</sup> CASTRO, Chico. *Marquês de Paranaguá*. Op. Cit., p.16.

<sup>186</sup> MONTSERATE, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, visconde de. *Inventário, 1884*. Op. Cit., p. 28. Ver: MATTOSO, Kátia Q.. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 130.

<sup>187</sup> VASCONCELLOS, Joaquim José Pinheiro de. Carta pessoal, Bahia, 13 de junho de 1849. PARANAGUÁ, João Lustosa da Cunha. *O remetente dá notícias sobre o nascimento da menina Amanda Paranaguá*. DL 171.1, lata 171, livro 1, doc. 1. Coleção baronesa de Loreto, IHGB, Rio de Janeiro.

<sup>188</sup> A nomeação do cargo de juiz municipal foi publicada na primeira página do periódico *O cearense*, Fortaleza, 11/01/1849.

Bahia. Mas em 1854, no governo do Marquês de Paraná, com o deputado Nabuco de Araújo na pasta da Justiça, foi ele nomeado ministro do Supremo Tribunal, sendo-lhe então imposta a mudança para a Corte, o que ele realizou, penalizado, com toda a família, inclusive a filha [Maria Amanda Vasconcellos] que, anos antes, já havia desposado o Dr. João Lustosa da Cunha Paranaguá, natural do Piauí e desde a infância educado na Bahia, onde havia iniciado a sua carreira pública.<sup>189</sup>

O Supremo Tribunal de Justiça (STJ) se constituía como um importante órgão, fundado em 1828, nos contornos dos poderes no Brasil pós-independência, que trataria, inicialmente, de assuntos jurídicos onde competissem interesses de particulares.<sup>190</sup> Ao longo de sua existência, o STJ, que reunia em seu entorno reconhecidos nomes da magistratura e da política do país, ampliaria a sua influência jurisdicional entre as instituições do Império. Aí, Joaquim Vasconcellos seria um dos membros mais longevos, assumindo a sua presidência, com mandatos de três anos cada, por nomeação de D. Pedro II em 1857, voltando a este mesmo posto em 1860 e 1863, somando nove anos no cargo.<sup>191</sup>

Assim, toda a família embarcaria na Bahia, em busca de ressaltar sua distinção social em meio aos nomes graúdos da Corte. A oportunidade de ampliar sua influência e emprestar maior brio aos seus familiares, moveu Joaquim Vasconcellos em direção às novas conquistas no Rio de Janeiro.

## 2.4 - A Corte e o Paço

Em 1854 a família da então menina Amanda Paranaguá, desembarcou no Porto da Corte, carregando além dos seus numerosos pertences, o desejo de ser bem-sucedida no centro do poder imperial. O Rio de Janeiro seria o lugar onde as oportunidades pareciam ser mais atraentes, no entanto, era também onde as disputas prometiam exigir maiores esforços. Com apenas cinco anos, a primogênita dos Paranaguá foi apresentada ao novo ambiente no qual aprenderia a se portar para compartilhar das estratégias familiares.

As boutiques e toda a sorte de outros comércios, produtos variados, serviços, a gente da rua, os negociantes, as mercadorias atracadas no porto vindas de além-mar e de todas as partes do país, largos aspectos da vida urbana do Rio de Janeiro evocavam aspirações de

---

<sup>189</sup> SAMPAIO, Theodoro. Homenagem do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ao Visconde de Monserrate. Op. Cit., p.140.

<sup>190</sup> SLEMIAN, Andréa; LOPES, José Reinaldo de Lima; GARCIA NETO, Paulo Macedo. *O judiciário e o Império do Brasil: o Supremo Tribunal de Justiça (1828-1889)*. Working Papers 35. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

<sup>191</sup> ALMEIDA, Carla Beatriz de. *O Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado (1849-1855)*: “um pouco de homens, outro pouco de instituição”. Dissertação em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora – MG, 2013, p. 93.

cosmopolitismo. As notas dos jornais traziam nomes estrangeiros vendendo, comprando, trocando gente e comodidades.<sup>192</sup> O Rio de Janeiro transformava-se com parte do capital que antes era investido no tráfico de almas, proibido definitivamente desde 1850. De acordo com Lilia Schwarcz, para a capital do Brasil, “o modelo era a Paris burguesa e neoclássica, mas a realidade local oscilava entre bairros elegantes e as ruas do trabalho escravo”.<sup>193</sup>

Mesmo fixados na Corte, a família continuaria a manter vínculos com a sua província natal. É o que nos sugere as anotações de Franklin Dória, onde é possível sabermos que Amanda Paranaguá deu-se às águas do batismo em 16 de fevereiro de 1862, “na Freguesia de Madre de Deus do Boqueirão pelo vigário Fernando dos Santos Pereira, meu tio, o mesmo que me batizou e casou meus pais”.<sup>194</sup> A referida nota omite informações importantes, como o nome dos padrinhos, que poderiam nos revelar a circulação e as estratégias familiares na busca por consolidação de alianças por meio do sacramento dispensado à “Amandinha”.

O livro de batismo da paróquia de Madre de Deus do Boqueirão, no qual poderíamos encontrar tais indícios, se encontra sob a posse do arquivo da Cúria da Arquidiocese de Salvador, estando deteriorado pela ação do tempo e fora das possibilidades de consulta. Enquanto o registro feito por Franklin Dória revela por meio do seu parente padre, autor do batismo da menina Paranaguá, a proximidade entre suas famílias nos arredores do Recôncavo baiano.

Na Corte, a família recém-chegada contaria com a solidariedade de uma grande rede de baianos que deixaram a terra natal para conquistar posições de relevo junto ao imperador. Eram os “dias de baianismo”, conforme se referiu Sérgio Buarque de Holanda ao citar carta de Francisco Otaviano (1825-1889) enviada Silveira Martins (1835-1901), ambos políticos do Império. Na carta citada sem data exata, Otaviano relatava a predominância dos baianos na alta cúpula da política nacional, ao fornecerem os presidentes do Conselho de ministros.<sup>195</sup> A

---

<sup>192</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. A vida de Corte: a boa sociedade. In: *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.101-117.

<sup>193</sup> Idem, p.106.

<sup>194</sup> BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de M. Dória. *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Op. Cit., p.28. Naquela freguesia também foi batizado o seu avô materno, Joaquim Vasconcellos, como consta em seu inventário e, possivelmente, a sua mãe. Ver: MONTSERRATE, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, visconde de. *Inventário do visconde de Monserrate, 1884*. Op. Cit., p. 26 v..

<sup>195</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo. II: O Brasil Monárquico. Difel: São Paulo, 1972, p.271-272.

expressão “queria aludir provavelmente aos tempos do ministério de 25 de junho, que caiu em 1858”, diria Holanda,

e onde o Barão de Cotegipe tinha sido a presença mais constante e dominante. Mas podia referir-se também ao governo que o antecederia, de longevidade ímpar na história do Império: seu chefe, o Visconde do Rio Branco, embora senador por Mato Grosso, também era filho da Bahia. Muito abaixo da Bahia, são Pernambuco e Minas Gerais as províncias de onde procede o maior número de presidente do conselho, cada uma com 5.<sup>196</sup>

Kátia Mattoso também mencionou a presença marcante dos baianos na posse de pastas ministeriais, mostrando, por meio dos números, como eram numerosos frente a outros políticos de outras províncias do Império. Segundo ela,

os representantes da Bahia dominaram a cena política. A Província de Pernambuco, sua rival, nunca forneceu mais do que 15% dos ministros, e a futura província locomotiva do Brasil, São Paulo, nessa época tinha uma representação muito medíocre: seu índice mais elevado foi de 7,9%, logo antes do Piauí, que sempre foi, em quase todos os setores, o último vagão do trem brasileiro. Entre 1847 e 1889, onze dos trinta presidentes do Conselho foram baianos, o que representou um recorde [...].<sup>197</sup>

Assim como ela, José Murilo de Carvalho citou o vultoso poder entre os naturais da Bahia nas articulações partidárias<sup>198</sup>. Keila Grinberg também tomou nota de “um considerável número de políticos baianos no cenário nacional”.<sup>199</sup> Rinaldo Leite também sublinha a atuação dos baianos na posição de presidentes de ministérios e evidencia a longa permanência de alguns deles no cargo, como já havia sido citado pelo Sérgio B. de Holanda.<sup>200</sup> Silvia Sarmiento, em seu *A Raposa e a Águia*, destaca o predomínio dos baianos nas pastas ministeriais desde 1822 até 1889. 19,16% dos ministros neste período vieram da Bahia, em segundo lugar aparece a província onde se localizava a Corte, o Rio de Janeiro, com 18,27%, e Minas Gerais em terceiro lugar, com 13,25%.<sup>201</sup> Neste mesmo sentido, Antonio Luigi Negro e Jonas Brito, endossam este destaque, afirmando ter sido a Bahia conhecida por ser o “berço de grandes estadistas” do Império, a ponto de ser, depois, evocada como “a Virgínia

---

<sup>196</sup> Ibid., p.272.

<sup>197</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 288-289.

<sup>198</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996, p.198-199.

<sup>199</sup> GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 141.

<sup>200</sup> LEITE, Rinaldo C. N.. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. 1. ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p.99-101.

<sup>201</sup> SARMENTO, Silvia Noronha . *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República*. Salvador: Edufba, 2011, p.26.



brasileira”, em referência àquele estado americano, famoso por ser a terra natal de muitos presidentes dos Estados Unidos da América.<sup>202</sup>

Como podemos perceber, a família de Amanda Paranaguá encontraria uma vasta e poderosa rede de conterrâneos na Corte, com a qual poderiam se relacionar em busca de firmarem espaço em seu novo lar. Dentre os conhecidos da província natal estava Domingos Borges de Barros, depois visconde de Pedra Branca, realçado senhor de engenho de Santo Amaro da Purificação, amigo íntimo de Joaquim Vasconcellos, de quem recebeu o seguinte poema:

Ao senhor visconde da Pedra Branca,  
Enviando-lhe o autor uma sopa de mamão no dia de sexta-feira santa.

Amigo e Senhor Visconde,  
Receba de boa mão  
Essa oferta tão mesquinha,  
Que foi feita de mamão;  
Mas partiu do coração.  
Vossa Excelência deve hoje  
Jejuar como cristão:  
Não tome comida forte  
Tome sopa de mamão,  
Que não faz indigestão.

Resposta do Senhor Visconde.

Se oferta do guisado  
Não fora de coração,  
Como o jejum nos quebrou,  
Dar-nos-ia indigestão;  
Mas veio de mão tão boa,  
Que dá bondade a mamão.

Se a amizade aconselha  
Um jejum de bom cristão,  
Não desafiasse a gula  
Com tal sopa de mamão:  
Foi tão gostoso pecado,  
Q'inda não pedi perdão.<sup>203</sup>

No processo da Independência, Borges de Barros foi enviado à França para que conseguisse junto ao governo daquele país o reconhecimento necessário da desvinculação do Brasil com Portugal.<sup>204</sup> Também foi a habilidade política dele que esteve envolvida na

---

<sup>202</sup> NEGRO, Antonio Luigi; BRITO, Jonas. Mãe parálitica no teatro das oligarquias?: o papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, dez. 2013, p. 874.

<sup>203</sup> MONTSERRATE, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, [então] barão de.. *Poesias do barão de Monserrate conselheiro e ministro do Supremo Tribunal de Justiça oferecidas a esposa e sogra de J. V. T.*. Bruxelas [Bélgica] [s.n.]. 134.2.35. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro, p. 34-35.

<sup>204</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação. 9ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.427-428.

condução das negociações que resultaram no segundo casamento de D. Pedro I, desta vez, com Amélia de Leuchtenberg. Por conta disso, foi agraciado pelo imperador com o título de visconde de Pedra Branca com honras de grandeza.<sup>205</sup> Ao que José Bonifácio teria invocado pejorativamente como “visconde de Pedra Parda”, reportando à sua cor de pele.<sup>206</sup> A política requeria astúcia para a conquista de suas benesses e negociações constantes para as suas manutenções.

Anos mais tarde, em 31 de agosto de 1885, o *Gazeta da Tarde*, discorreria críticas políticas direcionadas a João Paranaguá por este, supostamente adotar posturas em conformidade com os desejos de D. Pedro II. Ao longo do texto, o autor que não assinou a nota, afirmou que o pai de “Amandinha” teria tido a “introdução íntima no paço, há vinte anos passados, graças à proteção da Sra. condessa de Barral”.<sup>207</sup>

Luísa Margarida Portugal e Barros, a condessa de Barral, a qual se refere a matéria anterior, era a única filha de Domingos Borges de Barros, falecido um ano depois que a família de Vasconcellos se fixou na Corte, em 1855. O laço de amizade entre os dois senhores baianos trouxe Luísa de Barral para mais próximo dos Paranaguá. Nascida em Santo Amaro, no Recôncavo da Bahia, em 13 de abril de 1816, foi educada na França, na época em que seu pai negociava o reconhecimento internacional do Brasil recém-independente. Casou-se com Jean Horace Joseph Eugène, conde de Barral, em 1837, com quem veio ao Brasil cuidar dos engenhos do seu pai anos depois. Naquela ocasião foi convidada a ser dama da princesa Francisca de Bragança, na França, depois de seu casamento com Francisco de Orleans, príncipe de Joinville e filho de Luís Filipe I, o rei dos franceses.<sup>208</sup>

Em 1847, Luísa Barros e Jean Eugene, retornaram à Bahia por onde tiveram de demorar mais do que o previsto em consequência da eclosão da Revolução de 1848, a qual pôs fim no reinado de Luís Filipe. De acordo com José Murilo de Carvalho,

o contato dela [Luísa Barros] com d. Pedro se deveu a d. Francisca, que a recomendou ao mordomo Paulo Barbosa para o cargo de tutora das princesas Isabel e Leopoldina. O convite lhe foi feito em 1856. Com a experiência de mulher de corte e de negócios, acertou cuidadosamente as condições do acordo. Foi contratada por doze contos anuais, salário de ministro de Estado, mais aluguel, pensão vitalícia de 6 mil francos, tudo tirado da dotação do imperador.<sup>209</sup>

Ao chegar à Corte, Luísa Barros já era mãe de Horace-Dominique, filho único, que contava com dois anos e ficaria em sua companhia, enquanto Eugene, seu marido, retornaria à

---

<sup>205</sup> VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Archivo nobiliarchico brasileiro*. Op. Cit., p. 344-345.

<sup>206</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11/10/1884, p. 2.

<sup>207</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 31/08/1885, p.2.

<sup>208</sup> CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.64-65.

<sup>209</sup> *Ibem*, p.65.

Europa. No Rio de Janeiro, ela reencontraria entre os velhos amigos do seu pai, dentre os quais, Joaquim Vasconcellos e sua família. A lembrar da nota do *Gazeta da Tarde* mencionada anteriormente, seria mais provável que a entrada no paço da família Paranaguá tenha se dado por favores da filha de Domingos Barros à Vasconcellos. Também é possível que tenha partido de Vasconcellos a ideia de confiar à Luísa Barros o amadrinhamento de crisma de Amanda Paranaguá, como mais tarde registrou Franklin Dória.<sup>210</sup>



Figura 42. Condessa de Barral.

A estratégia do avô Vasconcellos era pôr sua neta sob a proteção da tutora das princesas Isabel e Leopoldina que também era dama da Imperatriz Teresa Cristina.<sup>211</sup> Luísa Barros, aparentemente dominava as relações de poderes predominantes em uma sociedade de Corte. Seu apreço pela cultura letrada, a observação da etiqueta tão em voga nos altos círculos europeus e a qual as camadas senhoriais do Brasil procuravam se afinar, a conversação, a astúcia, tudo isso contribuiu para que esta senhora viesse a se destacar entre as mulheres do paço. Não foi sem razão que, uma vez casadas as princesas, Luísa teria o seu trabalho reconhecido através da conquista de mais um título de nobreza, desta vez brasileiro, de condessa de Pedra Branca, em homenagem ao seu falecido pai, Domingos Borges de Barros,

---

<sup>210</sup> BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de M. Dória. *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Op. Cit., p.70.

<sup>211</sup> FRANCISCO, Ana Cristina B. L. M.. *De sinhá de engenho a dama da Corte: a Condessa de Barral, preceptora das princesas imperiais brasileiras*. V Congresso internacional de História, Jataí-GO, 2016, 17 p.

visconde de mesma invocação.<sup>212</sup> Seus atributos teriam despertado a atenção e os sentimentos do Imperador, com o qual, de acordo com alguns historiadores, teria alimentado uma relação amorosa.<sup>213</sup>

O convívio estreito com D. Pedro II, por meio das princesas, rendeu-lhe poderes invejáveis. Nas palavras de Wanderley de Araújo Pinho, naquele reinado, “uns e outros rendidos aos encantos da Barral, a solicitarem a amizade ou os serviços da Barral, a temerem ou evitarem qualquer antipatia com a Barral”.<sup>214</sup> É neste sentido que Roderick J. Barman afirma que “o acesso da condessa ao soberano deixava os políticos ansiosos por cair em suas graças, para que ela não dissesse nada capaz de prejudica-los no conceito do soberano”.<sup>215</sup> A influência da condessa era tamanha que aguçou acusações e, nas palavras de Pinho, “se as paredes falassem, lembrariam alguns resmungos e críticas de reação à Barral... que governava”.<sup>216</sup>

Amanda Paranaguá era entregue, pelo sacramento da crisma, à proteção de uma mulher que soube expandir seu poder de influência na Corte. Por meio daquele rito religioso, a menina passava a acessar uma nova dinâmica social, gozando dos laços que a envolviam junto à sua madrinha, inclusive debaixo dos olhos do monarca. De acordo com Norbert Elias,

a vida na sociedade de corte não era uma vida pacífica. Era grande a quantidade de pessoas restritas a um círculo de maneira permanente e inelutável. Elas se pressionavam mutuamente, lutavam por chances de prestígio, por sua inserção na hierarquia de prestígio da corte. Não cessavam os escândalos, as intrigas, os conflitos por posição ou favorecimentos. Cada um dependia do outro, todos dependiam do rei.<sup>217</sup>

Neste conjunto de dependentes, a moça Paranaguá alçava posições importantes ao redor de D. Pedro II, aliando-se às pessoas do agrado do soberano e tecendo com elas relações de solidariedade, por vezes de afeto. O jornalista Mozart Monteiro, quando da sua entrevista com Amanda Paranaguá, em 1925, fez anotar que, quando

perguntado à sra. baronesa de Loreto quando s. ex. conhecera o imperador, disse-me que em 1861, o pai de s. ex. o [naquele momento, futuro] marquês de Paranaguá, era

---

<sup>212</sup> VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Archivo nobiliarchico brasileiro*. Op. Cit., p. 344-345.

<sup>213</sup> CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 62; MATTOSO, Kátia Q.. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 287.

<sup>214</sup> PINHO, Wanderley de Araújo. *Salões e damas do Segundo Reinado*. Livraria Martins Editora: São Paulo, [1942], 176.

<sup>215</sup> BARMAN, Roderick J.. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p.63.

<sup>216</sup> PINHO, Wanderley de Araújo. *Salões e damas do Segundo Reinado*. Op. Cit., p.179.

<sup>217</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.120.

então juiz em Petrópolis, e fora depois camarista de d. Pedro II. O avô materno, o [barão e futuro] visconde de Monserrate, tinha sido veador da imperatriz.<sup>218</sup>

Os cargos da Casa Imperial galgados pelo seu pai e avô, tornado barão com grandeza de Montserrate por decreto em 1861, somando-se com as funções desempenhadas pela condessa de Barral, permitiram com que Amanda Paranaguá pudesse frequentar com certa assiduidade o cotidiano dos palácios do Imperador. Desta maneira, a menina foi tecendo cuidadosamente vínculos de amizade com as duas princesas que perduraria por toda a sua vida. “Em 1862 e 1863 nós realizávamos representações no teatrinho do Paço”, lembraria mais tarde.<sup>219</sup>



Figura 43. Revert Henry Klumb. *Leopoldina e Isabel, Princesa do Brasil e outra menina não identificada.*



Figura 44. Revert Henry Klumb. *Isabel, Princesa do Brasil. Fotografia tirada provavelmente no jardim do Palácio de São Cristóvão.*

<sup>218</sup> MONTEIRO, Mozart. A família imperial. Op. Cit., p.78.

<sup>219</sup> Idem, p. 76.

O hábito da família imperial de fotografar-se levou o reconhecido Revert Klumb, fotógrafo da Casa Imperial, a registrar imagens da infância das princesas, com as quais “Amandinha” compartilhou brincadeiras. Exceto as filhas do Imperador, e possivelmente Dominique, o filho da condessa de Barral, fotografado sobre os galhos da árvore, as outras meninas não foram identificadas. Talvez a menina Paranaguá esteja entre elas, já que a companhia de Isabel e Leopoldina lhe era evento corriqueiro.

Em 1862, nos conta Pedro Calmon, enquanto brincavam juntas no jardim do palácio de Petrópolis, lugar de veraneio da família imperial, a princesa Isabel manuseou desastrosamente um alvião, ferindo o olho direito da menina Amanda. O embaraçoso acontecimento exigiu desenvoltura de ambas as famílias para que não alimentassem desafetos entre si, pelos quais pudessem resultar em mácula social nas partes envolvidas. Calmon nos narra que D. Pedro II gastou 3 contos de réis, uma fortuna à época, para substituir o olho vazado por um outro, de vidro. “Para ‘Amandinha’, foi a intimidade no palácio Isabel, a predileção da herdeira do trono” que pôde receber depois do acontecido.<sup>220</sup>

Este fato aproximaria as duas meninas e suas respectivas famílias ainda mais, ao passo que o ocorrido procuraria ser silenciado por elas na mesma medida. Entre as numerosas fotografias guardadas pela então senhora Paranaguá Dória, Mozart Monteiro se deparou com um retrato da baronesa ainda menina, certamente mais antigo do que este que segue adiante.

---

<sup>220</sup> CALMON, Pedro. *Franklin Dória, barão de Loreto*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p.70-71. Este acontecimento também foi lembrado por cronistas e romancistas. Ver: CASTRO, Chico. *Marquês de Paranaguá*. Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação edições Câmara, 2009, p.18; ECHEVERRIA, Regina. *História da princesa Isabel: amor, liberdade e exílio*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2016.



Figura 45. *Amanda Paranaguá, 1868, carte de visite.*

A fotografia a qual Monteiro teve acesso e da qual infelizmente não dispomos, sinaliza para a inserção de “Amandinha”, ainda muito jovem, no hábito cultivado pela sua classe social, o de posar para fotografias. É perceptível como o uso de um olho de vidro do lado direito da face fez com que a Amanda passasse a dissimulá-lo nos retratos para os quais posou ao longo da sua vida. O retrato exposto anteriormente, foi feito um ano antes do casamento da moça com o Franklin Dória e podemos notar como ela se posiciona levemente para a direita. De toda sorte, foi a imagem da então velha baronesa de Loreto que Monteiro se utilizou para tentar arrancar dela mais palavras sobre o incidente. O jornalista nos narra que em um de muitos álbuns aos quais teve acesso,

logo à primeira ou segunda página, havia, no alto, à direita, um pequeno retrato antigo de uma menina – e – moça. O cabelo longo, a fisionomia ingênua, o vestidinho comprido, – quem seria essa menina?

A baronesa respondeu-me, sorrindo:

– era eu, mais ou menos aos doze anos de idade.

Observando atentamente esse retrato antigo, mas ainda bem conservado, eu verificava [...] que nessa fotografia, já a sua vista direita não era perfeita. Eu sabia, como toda a gente, de uma história ou de uma lenda relativa a esse caso. Contemplando, pois, o retrato e tendo ao lado a sra. baronesa, confesso que durante momentos eu tive o desejo de provocar o assunto, usando, como era natural, da maneira mais delicada que me fosse possível.

Mas eu não afinava como começasse. Queria a sra. baronesa me dizer alguma coisa? Talvez sim, talvez não. E eu, em voz tímida, com os olhos postos no retrato, arrisquei:

- A esse tempo, a sra. baronesa, v. ex. já tinha um pequeno defeito na vista, não é verdade?



- Já tinha, sim – respondeu amavelmente, sem denotar tendência de se alongar sobre o assunto.  
Continuei com os olhos no álbum, virei a página, e não insisti.<sup>221</sup>

Naquela mesma nota do *Gazeta da Tarde*, publicada em agosto de 1885, onde o autor desconhecido criticava o pai de “Amandinha” e apontava a entrada da família Paranaguá nos salões do Paço, afirmava também que

suas relações com S. Cristóvão se estreitaram, porém, muito por causa de certo acidente ocorrido numa digna e distinta filha desse Sr. [Paranaguá] e que é hoje a respeitabilíssima senhora do Sr. Franklin Dória. Compreendemos que o fato de haver a princesa Imperial [Isabel], brincando, vasado um dos olhos da interessante filha do Sr. Paranaguá, tornasse a família do Sr. D. Pedro 2º obrigada a todas as provas de amizade, estima e consideração ao Sr. Paranaguá e às suas virtuosas e dignas filhas [Amanda, Argemira e Francisca]; mas tudo isso devia ficar no seio da intimidade, sem pôr em jogo os interesses da nação e o serviço público.<sup>222</sup>

A publicação atribui ao acidente as variadas posições políticas ocupadas pelo pai da menina Paranaguá, destituindo-o de qualquer capacidade própria de conquistar os seus espaços ou de gerir os assuntos públicos.<sup>223</sup> Dória, seu genro, também passou a ser alvo de críticas da imprensa, que via a sua ascensão nos ofícios do Estado, como sendo desdobramentos de relações pessoais, à exemplo da charge que segue.<sup>224</sup>

---

<sup>221</sup> MONTEIRO, Mozart. A família imperial. Op. Cit., p. 78.

<sup>222</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 31/08/1885, p.2.

<sup>223</sup> João Paranaguá ocupou diversas posições junto à administração do Império, dentre os quais vale citar o ministério da Justiça do 15º gabinete (1859-1861) e do 22º gabinete (1866), concomitantemente à pasta do ministério da Guerra, durante a guerra contra o Paraguai, de 1866 à 1868, em 1879 e 1880 voltou a este ministério, ao longo do 27º gabinete. Foi presidente do Conselho de Ministros, durante o 30º gabinete (1882-1883) e também foi responsável pela pasta da Fazenda no mesmo período. Foi ministro dos Estrangeiros em 1868 e 1885. Assumiu também a presidência das províncias do Maranhão (1858-1859), Pernambuco (1865-1866) e Bahia (1881-1882). Ver: CASTRO, Chico. *Marquês de Paranaguá*. Op. Cit., p. 11; VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Arquivo nobiliarchico brasileiro*. Op. Cit., p. 335-336.

<sup>224</sup> Foi eleito deputado provincial pela Bahia em 1863, nomeado presidente da província do Piauí (1864-1866) e deputado pela mesma província em 1877; presidente do Maranhão, em 1867 e de Pernambuco (1880-1881). Torna-se ministro e secretários de Estado dos Negócios de Guerra e interino dos Negócios Estrangeiros em 1881 e, no mesmo ano, entrou para os quadros do Conselho do Império, em 1886 foi nomeado veedor da Casa Imperial e ministro do Império e secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1889. VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Arquivo nobiliarchico brasileiro*. Op. Cit., p. 260-261.



Figura 46. João Lustosa da Cunha Paranaguá e seu genro, Franklin Dória em caricatura.

Longe de compor ocasiões eventuais, Sérgio Buarque de Holanda demonstra flertes recorrentes entre os interesses privados e os assuntos públicos que, em certa medida, moviam grupos familiares diversos alocados nas estruturas políticas e administrativas do Império.<sup>225</sup> Neste sentido, Holanda afirma que

é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade.<sup>226</sup>

A posse de cargos públicos por parentelas de políticos suscitou críticas agudas por parte da imprensa. Dois anos antes, em 1882, o *Corsário* publicaria, com doses generosas de ironias, um panorama, segundo se cria, negativo, sobre a situação do Império brasileiro frente aos outros países republicanos. O impresso perguntaria então, naquela ocasião, se “não temos também a dinastia Dantas? ... a família Paranaguá?”<sup>227</sup> Foi este mesmo periódico que no ano anterior, em 1881, dedicou uma nota à família de Amanda, inclusive mencionando o episódio que lhe tinha retirado parte da visão. Diria o *Corsário* que

a família Paranaguá vai também organizar novo almanaque de empregos, aumentando-os. Por agora compunha-se o atual assim: João Lustosa, senador [pelo Piauí] e presidente [da Bahia]; um filho, secretário de presidente [provavelmente José Paranaguá]; um genro, juiz de órfãos [Seraphim Barreto]; outro [Franklin Dória], ministro de estado, e uma filha [Amanda], pensionista da coroa, por causa de um olho de vidro! Estes podem também dizer: Viva a liberdade!<sup>228</sup>

<sup>225</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 145-146.

<sup>226</sup> Idem, p.146.

<sup>227</sup> *Corsário*, Rio de Janeiro, 1882, ano II, n. 24, p.2.

<sup>228</sup> Idem, 05/07/1881, p.3.

O olho direito de “Amandinha” inspiraria cuidados e suscitaria a preocupação dos entes da família imperial pelo resto de suas vidas, como nos sugere uma carta da Imperatriz Teresa Cristina endereçada a ela em 9 de abril de 1886, onde é possível ler que a soberana “soube por minha filha que ia brevemente fazer o tratamento do olho, e esteja certa que não deixarei de cumprir a promessa que lhe fiz por esta ocasião a fim que tudo vá bem como desejamos”.<sup>229</sup> Tudo ocorreria bem, embora a falta da visão fosse irreversível. A condessa de Barral, estando na Europa e sabendo do procedimento médico pelo qual havia passado sua afilhada, também lhe escreveu em 16 de maio daquele ano de 1886, para expressar a sua alegria com as boas notícias. Na missiva dizia que

acabo de saber que V. fez uma operação, que mercê de Deus foi bem sucedida. Mas essa notícia (apesar de tão boa) me causou uma emoção tal que mal posso segurar na pena para lhe dar meus parabéns.

Encoste a também velhinha a seu coração.

C. de Barral.

Muitos e muitos parabéns minha Amandinha e agora que me passaram os calafrios de medo da operação, sinto um alegrão que nem sei como exprimir!

Esse alegrão também senti nossa lesa Princesa e foi com vivíssima emoção que o Senhor Conde d’Eu recebeu o telegrama de seu marido!... Emoções não nos faltam.<sup>230</sup>

Considerar a vasta carreira política do pai ou do marido de Amanda Paranaguá como simples resultado do acidente que lhe subtraiu parte da visão, seria perder de vista as alianças que a família foi capaz de construir ao longo dos anos na Corte e de subestimar sua desenvoltura política. Ao se referir a João Paranaguá, Afonso Celso disse ter sido ele

ameno para com todos, senhor de si, incapaz de se exaltar, medindo os acenos, calculando as palavras, Paranaguá dava muito corretamente o seu recado, desempenhava judicioso o seu papel. Orava com mansidão, sem notável fluência, mas também sem embaraço visível. Safa-se discretamente das refregas, jamais comprometendo a dignidade do seu cargo.

[...]

Prudência, jeito, discernimento das ocasiões, *savoir-faire*, *savoir-vivre*, tomadas estas expressões no sentido favorável -- eis os elementos dos seus triunfos.<sup>231</sup>

---

<sup>229</sup> DUAS SICÍLIAS, Teresa Cristina de Bourbon e. *Cartas autógrafas da imperatriz Teresa Cristina, s./d.*. Arq. 2.2.5. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>230</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. Carta pessoal, 16 de maio de 1886. DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. In: BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. *Cartas e autógrafas da condessa de Barral à baronesa de Loreto. (1873-1890)*. Op. Cit., s./n..

<sup>231</sup> FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis. *Oito anos de parlamento: reminiscências e notas*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 36.



Figura 47. Da esquerda para a direita, Franklin Dória, Amanda Paranaguá, Mathilde Simonard e José Paranaguá, Maria Argemira Paranaguá e Seraphim Moniz Barreto.

O irmão de “Amandinha”, José Paranaguá, possivelmente um dos quais são citados subliminarmente pela nota do *Corsário*, assumiria a presidência da província do Amazonas entre 1882 e 1884. Na fotografia acima que ignora o fotógrafo, o local e a data, capturou parte dos filhos de João Paranaguá que deram-se em pose, sugerindo união familiar e distinção social através da economia dos gestos, da vestimenta e seus adereços.

A família Paranaguá conquistava sua posição na Corte e ao alcance da proteção do monarca. “Amandinha” entrava definitivamente para o seletivo grupo de amigas das princesas, gozando de toda a influência que estar ao pé dos imperantes poderia lhe oferecer. Aí achavam-se também a Maria José Velho de Avellar, a “Mariquinhas”, além de outras filhas de outras pessoas influentes da Corte, à exemplo de Eugênia Penha, a “Eugeninha”, filha do visconde da Penha, Adelaide Taunay, filha de Félix Émile Taunay, pintor e ex-professor do Imperador.<sup>232</sup>

---

<sup>232</sup> BARMAN, Roderick J.. *Princesa Isabel do Brasil*. Op. Cit., p.54; CALMON, Pedro. *A Princesa Isabel - a Redentora*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 27.



Figura 48. *Adelaide d'Escragnolle Taunay, 1865.*

Casar-se com Amanda Paranaguá significava ter acesso facilitado ao monarca e a toda a sua família. A “projetada união” entre a moça e Franklin Dória coroou as boas relações entre duas famílias baianas que, encontraram no Rio de Janeiro, um ambiente mais propício às oportunidades de triunfo social. Depois do matrimônio, a vida de “Amandinha”, que adotaria o sobrenome “Dória” do marido, ganharia uma nova dinâmica, movimentada por toda a sorte de eventos sociais e questões políticas como veremos no próximo capítulo.

### CAPÍTULO 3 – AS DESENVOLTURAS DE UMA SENHORA PELOS ITINERÁRIOS DA POLÍTICA

23 de junho [18]79

[...]

Já fui encomendar seus vestidos e breve seguirão pelo intermédio da Irmã de Mlle. Silberberg [...]

O vestido de baile vai desta vez cor de cassa com flores dos campos e o outro também de cor clara muito própria da estação quente em que lá chegar.

[...]

Sua velha amiga

Condessa de Barral

-----  
Paris 30 de junho de 1879

Querida Amandinha,

Acabo de mandar seus 2 vestidos a M.me [...] que se quer encarregar de lhes fazer chegar ao Rio com a mesma brevidade e sem tantas despesas.

[...]

C. de Barral.

-----  
Querida Amadinha,

Tenho tanta vontade de lhe mandar um vestido mimoso com quem tem de o trajar que por ora não tenho podido me decidir a escolher-lhe no meio das fazendas capadócias que estão hoje à moda...

[...]

C. de Barral.<sup>233</sup>



Figura 49. Joaquim Insley Pacheco. Maria Amanda Paranaguá Dória. Carte de visite. [1866-1476].

<sup>233</sup> As cartas transcritas aqui foram compiladas em um volume: BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. *Cartas e autógrafos da condessa de Barral à baronesa de Loreto. (1873-1890)*. Arq. 2.2.4. Coleção baronesa de Loreto. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro.

As trocas de cartas, bem como a produção e a circulação de fotografias evidenciam relações investidas de afeto, atentas ao cultivo das boas relações sociais. No caso da condessa de Barral e Amanda Paranaguá Dória, estes elementos são emoldurados de intimidade e conselhos que, em vista da experiência de vida da madrinha, norteariam a conduta de sua afilhada, tecendo uma escrita de si. Neste sentido, o presente capítulo visa desdobrar as desenvolvimentos de “Amandinha” pelos itinerários da política imperial.

As missivas anteriormente citadas, juntamente com o retrato, deixam transparecer a preocupação quanto à imagem pessoal que Amanda Dória deveria cultivar socialmente. Com sua vivência na extinta Corte francesa de Luís Filipe, a condessa de Barral dava-se por convencida de que, o consumo e a aparência eram importantes elementos nas disputas cotidianas entre aqueles que circundavam o monarca.

Além disso, as referidas cartas apontam para uma maior movimentação da vida social da endereçada, depois do seu enlace com o político Franklin Dória, o que aparentemente lhe favoreceu nas negociações em prol de sua participação ativa nos saraus, bailes públicos e outras confraternizações mais íntimas, oferecidas pelas famílias graúdas na Corte.<sup>234</sup> Indagada por Mozart Monteiro sobre possíveis festas empreendidas pelo imperador no paço de São Cristóvão, a Amanda disse-lhe

que eram raras, - exceto as reuniões íntimas, familiares, que não tinham repercussão social. As festas da Corte consistiam nas recepções dadas pela princesa Isabel no seu palácio das Laranjeiras. Essas recepções eram brilhantes e seletas. A princesa imperial dotada de muito bom gosto, sabia organizá-las. Sem ser orgulhosa, fazia, contudo, a necessária escolha dos convidados. Às segundas-feiras é que a princesa recebia toda a gente, em audiência comum.<sup>235</sup>

Mesmo com certa frequência dos eventos íntimos, que não produziam muitos alardes sociais, a pouca ocorrência das festas abertas ao público imprimiam uma face desanimada sobre a Corte de D. Pedro II. Ainda que escassas, as celebrações contribuía para uma maior integração de grupos socialmente articulados, atuando como ocasião para alianças e disputas políticas. Em meio à aparente monotonia do Imperador frente à promoção de bailes e dentro do círculo da família imperial, as recepções íntimas da princesa Isabel representavam “uma extensão, um ‘braço’ do imperador em suas atividades de monarca, em suas relações com a Corte”.<sup>236</sup>

---

<sup>234</sup> PINHO, Wanderley de Araújo. Salões e damas do Segundo Reinado. Op. Cit., p.105-206. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. Op. Cit., p.115. CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. Op. Cit., p.35.

<sup>235</sup> MONTEIRO, Mozart. *A família Imperial*. Op. Cit., p. 79.

<sup>236</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. Op. Cit., p.243.



No retrato com o qual iniciamos o presente capítulo, a composição da vestimenta e os elementos escolhidos para a cena, à exemplo da cadeira que serve de apoio à senhora Paranaguá Dória, nos sugere, por seu formato de harpa, sua afinidade com a música, atributo largamente cultivado entre as mulheres de sua camada social.<sup>237</sup> Por se tratar de um *carte-de-visite*, retrato de pequenas proporções (6x9 cm), consumido às dúzias pelas camadas abastadas do Império e que costumeiramente iam engrossar os ricos e pesados álbuns de amigos e familiares, podemos considerar que ao posar para a fotografia, “Amandinha” compunha uma narrativa sobre si que lhe fosse socialmente favorável.<sup>238</sup>



Figura 50. Maria Amanda Paranaguá Dória. s/l. s/d.

Este outro retrato da senhora Paranaguá Dória, que ignora data, local e autoria, retrata uma sociedade tropical, pouco urbana, mas com aspirações modernizadoras, atestadas pela vestimenta da fotografada e pela própria produção da imagem. Frequentar os estúdios, no século XIX, passou a compor os códigos de comportamentos das classes abastadas do Rio de Janeiro. Práticas que se associavam às pretensões de se assemelhar aos hábitos em voga nas grandes capitais europeias, ao passo que aqui no Brasil, os retratos construía e afirmavam a

<sup>237</sup> VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. São Paulo: Editora da UNESP, 2013, p.38.

<sup>238</sup> MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes*. Op. Cit., p.76-77.

imagem e a autoimagem de um Império nos trópicos, não só por meio das fotografias do seu povo, como também pelos retratos de paisagens variadas distribuídas pelo país.<sup>239</sup>

A vestimenta com a qual Amanda Paranaguá Dória figurou, talvez tenha sido enviado da França, por sua madrinha, como mostrado pelos fragmentos das cartas anteriores, e o responsável pela produção da imagem provavelmente tenha sido mais uma vez o reconhecido Insley Pacheco. Foi este fotógrafo que retratou o Imperador, a Imperatriz e a princesa Isabel em cenários semelhante em 1863 e 1883.



Figura 51. Joaquim Insley Pacheco. Pedro II, Imperador do Brasil: retrato, 1883.

---

<sup>239</sup> \_\_\_\_\_. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, Fernando A.. *História da vida privada no Brasil: Império*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.178-231.



Figura 52. Joaquim Insley Pacheco. D. Teresa Cristina Maria, Imperatriz do Brasil: retrato, 1883.



Figura 53. Joaquim Insley Pacheco. Princesa Isabel menina, 1863.

A boa aparência construída à reboque das idealizações europeias, poderia contribuir para a conquista de novos espaços, para a licença de inserção em grupos restritos e para a consolidação de uma boa fama. “Vestir-se bem e adequadamente” portanto, “acabou por se tornar um requisito fundamental para que se soubesse circular com desenvoltura pela complicada política de Corte”.<sup>240</sup>

Honrando os compromissos de esposa, de acompanhar seu marido nos itinerários da vida em sociedade, Amanda incorria pelos eventos do Império. Aí dava-se a ver, despertando impressões a partir da sua posição distinta junto à família imperial e acrescentando mais brio à carreira política do seu esposo, expandindo-lhe importantes redes de solidariedade. Em 1878 a princesa Isabel partiu para a Europa com o marido e os dois filhos, Pedro e Antônio, a fim de buscar melhor tratamento para o braço e a mão de Pedro. Problema notado desde seu nascimento.<sup>241</sup>

Vendo-se longe da sua amiga e levada pelas conquistas de seu esposo, a senhora Paranaguá Dória embarcou para Recife, onde Franklin assumiria a presidência da província, em junho de 1880. A capital pernambucana já era conhecida de ambos: “Amandinha” havia se fixado ali por pouco tempo com sua família, entre 1865 e 1866, período no qual seu pai, João Paranaguá, foi presidente naquela província. Dória, por sua vez, iria reencontrar a cidade na qual concluiu o curso de Direito<sup>242</sup>.

Por lá a amiga da princesa encontrou quem lhe atribuísse qualidades pelas notas do *Diário do Rio de Janeiro*, que noticiou a doação feita por ela, de uma almofada bordada, que a “interessante filha do Sr. Conselheiro Paranaguá” confeccionou em favor da exposição provincial dedicada aos produtos agrícolas, industriais e artísticos. A nota ainda diria mais. Disse que

por sua urbanidade e lhaneza soubera a Exm. Sr. D. Amanda conquistar a simpatia, o respeito e mesmo a admiração de quantos tiveram a aventura de se lhe aproximarem enquanto aqui estiveram os seus venerados pais. Não faltava, pois, quem se recordasse de S. Ex. com a mais respeitosa saudade, quando aquele seu ato veio convencer a todos de que a distinta moça ainda não esqueceu esta terra, onde aliás por tão pouco tempo se demorou.<sup>243</sup>

Amanda Dória aparentemente soube construir cuidadosamente uma imagem positiva que correspondesse às expectativas gerais sobre a filha de uma família conhecida e que

---

<sup>240</sup> MONTELEONE, Joana. *O circuito das roupas: a Corte, o consumo e a moda* (Rio de Janeiro, 1840-1889). Tese de doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013, p. 17.

<sup>241</sup> BARMAN, Roderick J.. *Princesa Isabel do Brasil*. Op. Cit., p.211-220.

<sup>242</sup> CALMON, Pedro. *Franklin Dória, barão de Loreto*. Op. Cit., p.35.

<sup>243</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 18/08/1866, p. 1.

gozava dos favorecimentos do imperador. Em vista disso, ela contribuía para o seu próprio sucesso social, do seu marido e familiares. Desta vez casada, ela retornaria a Pernambuco ao lado de Franklin Dória. Juntos chegariam ao porto de Recife para atender aos desafios impostos por uma agitação política que ficaria conhecida, por meio da imprensa local, como a “hecatombe de Vitória”.<sup>244</sup>

A nomeação de Dória para presidente de Pernambuco procurava acalmar os ânimos políticos do lugar, sinalizando para medidas consideradas “moderadas”, como respondeu o conselheiro liberal, barão Homem de Mello, quando interpelado sobre o fato.<sup>245</sup> Por ocasião das eleições para vereadores e juízes de paz em Vitória do Santo Antão, localizada na Zona da Mata pernambucana, a cerca de 50 km de Recife, membros do partido conservador que dominavam a região, organizaram uma passeata às vésperas da votação, em 28 de junho daquele ano de 1880.

O desfecho do evento teve contornos sanguinários frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, lugar onde constariam as urnas do processo eleitoral. Integrantes da facção conhecida como “Liberal-Leão”, que encabeçava tradicionalmente o partido Liberal e tinha a predominância da família Souza Leão, lideraram o ataque aos “Liberais-Democrata”, uma dissidência sua, e aos conservadores, que juntos enchiam a praça.<sup>246</sup> O acontecido deixou dezenas de mortos e feridos, dentre os quais, o líder do partido Conservador, o bacharel Ambrósio Machado, alvejado por tiros e facadas, e o barão da Escada, que não resistiu aos disparos vindo a óbito.<sup>247</sup>

A distância e o conturbado cenário político motivaram “Amandinha” a escrever variadas cartas aos seus familiares e a família imperial. As saudades da Corte eram muitas frente às agitações pernambucanas, e a fazia preencher páginas inteiras destinadas ao Rio de Janeiro. Ao receber algumas destas missivas, João Paranaguá comentou em correspondência ao genro que “a imperatriz leu a [missiva] de Amandinha a vovô [Joaquim Vasconcellos, que à época encontrava-se cego]. Achou o estilo parecido com o da Barral, e disse ‘bem mostra quanto foi bem educada’”.<sup>248</sup> Madrinha e afilhada desenvolveram uma cumplicidade tamanha

---

<sup>244</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 30/06/1880, p. 1; *Jornal do Recife*, Recife, 05/07/1880, p. 2; *O democrata*, Recife, 17/07/1880, p.2; *A lanceta*, Recife, 11/12/1889, p. 2. *A Época*, Recife, 23/10/1889, p. 3.

<sup>245</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 14/06/1880, p.1.

<sup>246</sup> SOUZA, Felipe Azevedo e. *Direitos políticos em depuração: A lei Saraiva e o eleitorado do Recife entre as décadas de 1870 e 1880*. Dissertação de mestrado em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012, p.34-39.

<sup>247</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 30/06/1880, p.1.

<sup>248</sup> PARANAGUÁ, João Lustosa da Cunha. Carta pessoal, 29/08/1880. DÓRIA, Franklin Américo de M.. Lata 306, pasta16. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

que até mesmo o estilo de escrita de Amanda julgavam ter tido influência da condessa. Não é de se negar que enquanto protegida, procurasse praticar os conselhos de sua “dindinha”, a quem respeitava e por quem era conduzida vez ou outra.

Do outro lado do Atlântico, a condessa recebia notícias sobre os acontecimentos em Vitória e se apressou-se em escrever à sua afilhada, de modo a saber informações que lhe apascentassem os ânimos. “Os últimos jornais dão ainda tristes notícias da província de Pernambuco”, dizia Luísa de Barral em carta datada de 7 de setembro de 1880,

e meu coração sobressaltado precisa muito de notícias suas para descansar. Faço ideia, ou antes não quero fazer ideia da sua chegada ao Recife horas depois dos acontecimentos da Vitória e vendo seu pobre marido tão abarbadado de trabalhos e lutando contra tantas dificuldades! Logo que soubemos da nomeação do Dória pressentimos tudo, mas a realidade sobrepujou tudo!...<sup>249</sup>

Qual não teria sido a aflição de “Amandinha” ao presenciar o juramento do seu esposo à presidência em uma assembleia tomada por “enorme multidão que atonetava as galerias e até invadira o salão”, de acordo com o *Diário de Pernambuco*, sob os “gritos pedindo justiça!”.<sup>250</sup> Seu pai, João Paranaguá, escreveu-lhe meses antes, da Corte, em 29 de junho daquele ano de 1880, dizendo saber da sua boa chegada em Recife com Franklin, e relatava que “os jornais de hoje trazem vários telegramas sobre os comentários [referentes às] desgraças da Cidade da Vitória”. E seguiu a missiva com indignação: “tudo era previsto. E o que fez a autoridade para evitar a catástrofe?”.<sup>251</sup> A mudança para aquela província, palco de desavenças políticas armadas, também mereceu a atenção preocupada da imperatriz Teresa Cristina, dizendo-se agradecida

por sabê-los chegados com saúde a Pernambuco.

Sinto que fosse com época bem difícil; mas felizmente os ânimos estão menos exaltados e peço a Deus que tudo fique inteiramente tranquilo e que possam gozar um pouco daquela Província.

[...]

Continuamos a ir ao teatro. No dia 22 deve haver o baile do Cassino onde muito me lembrarei de minha boa Amandinha. Todas as vezes que vou ao teatro olho para a plateia e não a vejo [, ficando] com muitas saudades.

Diga-me em que lado do palácio da Presidência são os seus quartos. Quero saber se são os mesmos onde morei há tantos anos. Eram do lado do Rio.

O Imperador manda-lhe lembranças, e peço-lhe para aceitar as nossas e seu marido, assim como receba um abraço bem de coração desta.

Sua [...] Amiga

---

<sup>249</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. Carta pessoal, 07 de setembro de 1880. DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. In: BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. *Cartas e autógrafos da condessa de Barral à baronesa de Loreto. (1873-1890)*. Arq. 2.2.4. Coleção baronesa de Loreto. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro.

<sup>250</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 30/06/1880, p. 2.

<sup>251</sup> PARANAGUÁ, João Lustosa da Cunha. Carta pessoal, 29/06/1881. DÓRIA, Franklin Américo de M.. DL 299.35. Coleção baronesa de Loreto. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro.

Longe da efervescência da Corte, onde as saudades da imperatriz nos dá indícios sobre a movimentada vida social que a senhora Paranaguá Dória estava habituada, restava-lhe então circular pelos eventos oferecidos pela gente graúda da província pernambucana. Ali os salões eram animados pelas formaturas dos bacharéis em Direito, pelos atos no teatro Santa Isabel e as comemorações de caráter particular nos sobrados recifenses, como nos atesta Wanderley Pinho.<sup>253</sup> Em meio aos almoços, jantares, bailes, e outros compromissos que davam o tom da rotina política do casal, se “Amandinha” ouviu bem os conselhos da sua madrinha, certamente conseguiu algum tempo no qual pudesse concorrer em atos de caridade. Na altura dos seus trinta e um anos, esta empreitada com tonalidades religiosas visava imitar a condessa de Barral, com o objetivo de, à seu exemplo, conceber um filho.<sup>254</sup>

Por Recife, a esposa do presidente deu especial atenção às crianças da “colônia orfanológica Isabel”, dedicada a receber menores e dar-lhes instrução. Aí comparecia aos eventos em seu benefício e angariava donativos em seu favor.<sup>255</sup> A instrução era questão particularmente cara a Franklin Dória, não só porque os estudos tinham potencializado a sua própria ascensão às mais altas posições do Império, mas também porque, como defendeu em seu discurso à assembleia provincial,

a utilidade da instrução, sob o duplo aspecto privado e social, tornou-se tão evidente, que, hoje em dia, todas as nações cultas consideram a instrução como um elemento essencial, não só da grandeza e prosperidade, mas também da sua segurança material.<sup>256</sup>

Este apreço de Dória, principalmente a partir da vigência da Lei do Ventre Livre de 1871, está coadunado com as preocupações alimentadas pelas classes senhoriais do seu tempo sobre os rumos que deveriam tomar a população vinculada de alguma maneira à escravidão e à pobreza. Neste sentido, a instrução surge como medida para se alcançar o progresso idealizado, por meio do disciplinamento social e na formação de mão de obra qualificada, em

---

<sup>252</sup> DUAS SICÍLIAS, Teresa Cristina de Bourbon e. Carta pessoal, 18/07/1880. DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. Recife. DUAS SICÍLIAS, Teresa Cristina de Bourbon e. *Cartas autógrafos da imperatriz Teresa Cristina, uma de D. Pedro II, de D. Francisca, D. Januária e D. Leopoldina de Coburg (irmã da princesa Isabel)*. Op. Cit..

<sup>253</sup> PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. Op. Cit., p.70.

<sup>254</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. Carta pessoal, França, 07/09/ 1880. DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. Recife. In: *Cartas e autógrafos da condessa de Barral à baronesa de Loreto. (1873-1890)*. Op. Cit..

<sup>255</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 30/11/1880, p. 2; 06/04/1881, p. 3.

<sup>256</sup> DÓRIA, Franklin A. de Menezes. *Fala com que o Exm. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria abriu a Sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco em 1º de março de 1881*. Pernambuco, Tipografia de Manoel Figuerôa de Faria & Filhos, 1881, p.29-30.



vistas de erradicar a criminalidade e a miséria.<sup>257</sup> Sobre a afeição pela instrução desenvolvida por Amanda Paranaguá Dória, falaremos mais adiante, mostrando como esta foi uma das vias escolhidas por ela para se inserir politicamente ao longo da campanha abolicionista na Corte.

Fiquemos por ora com o desempenho de “Amandinha” na manutenção da “colônia orfanológica” em questão, visto que esta ação fazia recair boa fama também sobre seu marido, na qualidade de presidente de província. Isto porque, “em certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio”.<sup>258</sup> O *Diário de Pernambuco* dava a saber a repercussão positiva que tomava as ações daquela senhora em prol da instituição de acolhimento e instrução, publicando em 12 de abril de 1881 que

as gazetas acabam de dar notícia de um importante donativo em favor da colônia iniciado pela Augusta Princesa Imperial, e completado pela poderosa influência da Exma. Sra. D. Maria Amanda Paranaguá Dória, que espontaneamente associou-se às ideias patrióticas de seu digno esposo, o Sr. Conselheiro Franklin Dória.<sup>259</sup>

Na ocasião, a princesa ainda se encontrava na Europa, tivera que estender sua permanência por lá devido a gravidez do seu terceiro filho, D. Antônio, o que não a impediu de conceder ajuda ao orfanato por meio da “poderosa influência” de sua amiga, “Amandinha”. A moça, criada na Corte e familiarizada com as dinâmicas da política, decodificava as tramas sociais dos ambientes pelos quais circulava ao lado do seu marido, utilizando-as a seu favor.

Naquele mesmo ano de 1881, Franklin Dória foi indicado pelo imperador para tomar acento no Conselho de Estado, motivo pelo qual levou a condessa escrever à sua afilhada rendendo-lhes congratulações. “Aceite meus parabéns pela alta distinção que seu marido mereceu do Governo Imperial”, dizia em carta de 22 de junho,

é boa ocasião não só de prestar bons serviços como de ser mais pessoalmente conhecido e apreciado por S. M. o Imperador e o Dória não pode senão ganhar no conceito de nosso soberano.<sup>260</sup>

Amanda e Franklin voltariam à Corte sob a batuta ministerial de Antonio Saraiva, sobre quem José Ignácio Dória, havia concentrado esforços enquanto vivo, na tentativa de uma aproximação que viesse a beneficiar a carreira política do filho. Pela morte de seu pai,

---

<sup>257</sup> MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial (1870 a 1889)*. Dissertação de mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997, p. 73-80.

<sup>258</sup> Maria Ângela D’Incao. “Mulher e Família Burguesa”. In: Mary Del Priore. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, p.229.

<sup>259</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 12/04/1881, p.3.

<sup>260</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. Carta pessoal, França, 22/06/1881. DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. In: *Cartas e autógrafos da condessa de Barral à baronesa de Loreto. (1873-1890)*. Op. Cit..

Franklin abrigava-se debaixo da proteção e das boas relações cultivadas pelo sogro Paranaguá, entre as quais estava o presidente do Conselho de ministros, Saraiva, seu velho conhecido baiano. Antes de “Amandinha” e seu marido chegarem ao Rio de Janeiro passaram alguns dias com João Paranaguá que ocupava a presidência da Bahia. “Se Amandinha quiser passear a cavalo, traga roupa de montar, que eu a acompanharei nos passeios matutinos”, advertia em carta<sup>261</sup>.

A senhora Paranaguá Dória e seu marido já estariam no Rio de Janeiro quando a princesa Isabel, o conde d’Eu e seus filhos retornaram da Europa, em dezembro daquele mesmo ano de 1881.<sup>262</sup> Voltaria a estar aos pés de Sua Alteza Imperial, sua amiga.

### **3.1 - A conjuntura da crise**

Ao deixar a Corte e ao regressar a ela, Amanda Paranaguá Dória percebia a ebulição de acontecimentos que tomavam o Rio de Janeiro. Arquitetado sobre a escravidão, o Império brasileiro teria de enfrentar temores profundos com o seu desmonte, sendo o maior deles a possibilidade de queda da própria Coroa. Neste sentido, para Sérgio Buarque de Holanda, “apesar de relativa ordem e desenvolvimento, as contradições do sistema se aguçam”.<sup>263</sup> O fim da década de 1860 e o início da década posterior traziam novos ventos que desafiariam a Monarquia. Prenúncios de instabilidades futuras envolvendo a abolição.

O ano de 1868 havia reservado ao imperador um problema político de relevo, o qual a senhora Paranaguá Dória pôde acompanhar tanto pela movimentação no Paço, quanto pela imprensa local. Progressistas e liberais históricos ressentiam-se do Poder Moderador pela elevação dos conservadores ortodoxos ao conselho de ministros. “Amandinha” assistiu a queda do gabinete liberal liderado por Zacarias de Góes e Vasconcelos, testemunha por parte do seu esposo em seu enlace matrimonial.

Do ressentimento partidário entre progressistas e liberais, negociou-se uma aliança contra o partido conservador: “a primeira coisa que fizeram foi não participar da eleição

---

<sup>261</sup> PARANAGUÁ, João Lustosa da Cunha Paranaguá. Carta pessoal. Bahia, 03/04/1881. DÓRIA, Franklin Américo de M.. Lata 306, pasta 16. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>262</sup> BARMAN, Roderick J.. *Princesa Isabel do Brasil*. Op. Cit., 2005, p.220.

<sup>263</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico*, vol. 5 – *reações e transações*. 8ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 17.

seguinte. A segunda foi criar um Centro Liberal, inaugurado com a publicação de um longo manifesto, em março de 1869”.<sup>264</sup>

O referido manifesto apontava com mágoas a ascensão dos conservadores, lhes atribuía um caráter ditatorial e fazia recair sobre eles as responsabilidades pelos atos tidos por arbitrários do Poder Moderador, o mesmo que os havia escolhido.<sup>265</sup> Apesar de os autores do documento entenderem algumas de suas sugestões como “radicais”, “o programa tinha caráter reformista”, isto é, as mudanças deveria ocorrer sob a autoridade da Coroa, sem troca de Regime.<sup>266</sup>

Nos pontos defendidos pelo manifesto encontravam-se dentre outras coisas, a responsabilização dos ministros pelas ações do Poder Moderador, maior descentralização da administração imperial, a viabilidade para a criação de um sistema educacional desvinculado do Estado, autonomia do judiciário, integração do Conselho de Estado às estruturas administrativas do Império. Somava-se aí o fim da vitaliciedade do cargo de senador, a diminuição do efetivo militar em tempos de paz e a emancipação dos escravizados. Neste último ponto, fez-se registrar que consistia na “liberdade de todos os filhos de escravos, que nascerem na data da lei e na alforria gradual dos escravos existentes pelo modo que oportunamente será declarado”.<sup>267</sup>

Em 1866, portanto dois anos antes da crise política que daria o tom dos percalços que viriam ao longo da década seguinte, um grupo mais radical aos rumos da Monarquia operava através do jornal *Opinião Liberal*. De acordo com José Murilo de Carvalho, seus membros eram marcadamente bacharéis, que organizaram-se no chamado Clube Radical e ampliaram sua participação pela imprensa, atuando fortemente no Rio de Janeiro e em São Paulo. O grupo exigia uma longa lista de mudanças, o que incluía o fim do Poder Moderador, do Conselho de Ministros, da vitaliciedade do cargo de senador e a abolição da escravidão. “Foi este, sem dúvida”, afirma Carvalho, “o programa mais radical proposto oficialmente durante o Império”.<sup>268</sup> Este historiador nos narra mais: “em dezembro de 1870, o Clube Radical decidiu

---

<sup>264</sup> CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. Op. Cit., p.126.

<sup>265</sup> COSTA, Milene Ribas da. *A implosão da ordem: a crise final do Império e o movimento republicano paulista*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006, p.17.

<sup>266</sup> *Ibidem*.

<sup>267</sup> MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. *Os programas dos partidos e o 2º Império*. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878, p. 26; 29; 43.

<sup>268</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 206.

transformar-se em Clube Republicano. No dia 3 daquele mesmo mês, estreou o jornal *A República*, que continha o manifesto do novo partido”.<sup>269</sup>

Como assinalou Sérgio Buarque de Holanda, as ideias republicanas já eram velhas conhecidas no Brasil. Assombravam esta terra desde os tempos coloniais com as suas investidas explosivas contra o poder monárquico, tendo caráter invariavelmente regional e, se movidas por desejos de conquistar o país, deveriam fazê-lo das margens para o centro. Naquele ano de 1870, ainda de acordo com Holanda, eis uma novidade na aspiração republicana: “ela surge no centro, na Corte, de onde irão irradiar-se, não apenas os seus princípios, mas ainda as normas de ação comum, para as diferentes Províncias”.<sup>270</sup>

“Amandinha” certamente tomou parte desta notícia junto aos burburinhos que remoíam sobre a existência de um grupo de republicanos debaixo das barbas do poder imperial. Enquanto isto, nada parecia preocupar o monarca, que relegou o acontecimento à indiferença.<sup>271</sup>

Naquele mesmo ano de 1870 o Império recebia de volta seus soldados depois do triunfo contra o Paraguai. A guerra havia durado mais tempo do que as autoridades envolvidas supunham inicialmente, João Paranaguá, pai de Amanda, a quem coube o ministério da guerra entre 1866 e 1868, sabia que o conflito tinha se tornado dispendioso demais para os cofres da Coroa e para a própria imagem do monarca.<sup>272</sup> De acordo com Carlos Guilherme Mota, o Brasil saiu do conflito marcado por fortes mudanças, dentre as quais estava a inflação. “Empréstimos da Inglaterra e emissão de papel-moeda elevaram o custo de vida”, nos conta Mota, “com descontentamento popular que, aliás, já fora observado durante a luta custosa no território paraguaio (para muitos, a simples expulsão dos paraguaios já teria bastado)”.<sup>273</sup>

O conflito deu formas ao Exército que antes passava ao largo das preocupações da Coroa. Se a instituição “em 1865 – antes da assinatura do tratado da Tríplice Aliança”, formada por Argentina, Brasil e Uruguai, a instituição “possuía 18 mil homens, um ano depois os números variavam entre 38 mil e 78 mil”.<sup>274</sup> Ter vencido a guerra não garantiu nenhum espaço de destaque dos combatentes na sociedade brasileira e é desta parcela

---

<sup>269</sup> \_\_\_\_\_. *D. Pedro II*. Op. Cit., p.127.

<sup>270</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico*, vol. 5 – *reações e transações*. 8ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 305.

<sup>271</sup> Idem, p. 309. CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. Op. Cit., p.128.

<sup>272</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. Op. Cit., p. 295-318.

<sup>273</sup> MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a Guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n.24, 1995, p. 252.

<sup>274</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. Op. Cit., p. 314.

descontente que saiu grande número de simpatizantes da causa republicana e abolicionista.<sup>275</sup> Era a chamada “Questão Militar”.

A década de 1870 também conferiu novos contornos à causa da abolição. O debate ganhou as ruas e a questão tomou proporções nacionais. Nas palavras de Viotti da Costa,

a década de 1870 inaugurava-se, portanto, em um clima de apreensão por parte dos proprietários de escravos e renovado entusiasmo dos que lutavam pela emancipação dos escravos [...] os debates travados na Câmara e pela imprensa em torno da Lei do Ventre Livre fizeram da emancipação dos escravos uma questão nacional.<sup>276</sup>

Foi naquela mesma década, mais especificamente no ano de 1873, que o Imperador enfrentou outro desconforto nos itinerários da governança que ficou conhecido como a “Questão Religiosa”. Dois bispos, dom Vital Maria de Oliveira, de Olinda e dom Antônio de Macedo Costa, do Pará, foram presos depois de expulsarem fiéis ligados à maçonaria das irmandades e excomungando-os em seguida. Os clérigos cumpriam ordens expressas vindas de Roma, onde o Papa Pio IX procurava reafirmar a autoridade da Igreja por meio da instituição do dogma da infabilidade papal.<sup>277</sup>

As queixas chegaram a D. Pedro II, católico, mas também maçom. Recomendou-se que os bispos voltassem atrás em suas ações. Não havendo por parte destes clérigos qualquer intenção em modificar suas posturas, foram tomados como rebeldes às leis do Brasil que, por meio do sistema de padroado, subordinava as publicações papais e outros aspectos da vida eclesiástica à autoridade do imperador. Os bispos foram presos em 1874, entretanto, graças às pressões do Papa e a influência do Duque de Caxias, os sacerdotes foram soltos e anistiados um ano depois.<sup>278</sup> Em verdade, o acontecido estremeceu as tradicionais relações entre Igreja e Estado, avivando um mal-estar político entre ambos.

Foi nesta ebulição de acontecimentos que o soberano fez a sua primeira viagem para a Europa, em 25 de maio daquele ano de 1871, deixando em seu lugar a princesa Isabel na condição de regente. “Amandinha” e “Mariquinhas” a acompanharam de perto e estiveram à sua disposição para que o ensaio da herdeira do trono, no exercício do poder, acontecesse da maneira mais tranquila possível. A posição de regente de Isabel fez despertar antipatias e comentários de reprovação que corriam à boca miúda entre os parlamentares, alguns dos quais “Amandinha” certamente tomou conhecimento.

---

<sup>275</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2 ed.. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968, p. 143-152.

<sup>276</sup> COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.49.

<sup>277</sup> CARVALHO, José Murilo de. Dois bispos na cadeia. In: *D. Pedro II*. Op. Cit., p.150-156.

<sup>278</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. Questão Religiosa. In: Ronaldo Vainfas. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. 1ed.Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 608-611.

“Quanto à política, nem vale a pena falar-te nisso”, salientou Francisco Otaviano em carta a Francisco Inácio de Carvalho Moreira, datada de 10 de maio de 1871, “Sua Majestade vai passear e deixa sua filha com um Ministério sem consideração em qualquer dos lados políticos e encarrega-lhe, na Fala do Trono, de fazer com esse Ministério reformas – eleitoral e do elemento servil!”. Embora de posse da regência, foi “o visconde do Rio Branco, o chefe do gabinete, quem assumiria efetivamente o controle durante a ausência do monarca, mas este julgou necessário orientá-la [a princesa] um pouco no papel de regente”.<sup>279</sup>

De qualquer forma, Otaviano, afinado com o pensamento de muitos parlamentares do seu entorno, escandalizava-se: “se isto não é ridículo aos olhos do público, a quem se quer embaçar, será então perverso aos olhos do moralista”. Para ele trataria de um descaso, “se de fato o Imperador quer aquelas duas reformas [eleitoral e do elemento servil] e as comete a sua filha, inexperiente, casada com estrangeiro, sem conhecimento dos homens e de nossas cousas”. As fronteiras do gênero, dentro de uma sociedade patriarcal como a brasileira, implicava num desfavorecimento à regência pela princesa, uma vez que ao estilo da época, se pensava que as mulheres não reuniam aptidões suficientes para lidarem com os assuntos públicos. Otaviano concluía acusando o monarca de ser então um “mau pai, é quase um monstro”, porque, segundo ele “quer sacrificar o futuro da filha e sacrificar o país, atirando-o em agitação sem um Governo forte”.<sup>280</sup>

Anos depois, a senhora Paranaguá Dória demonstraria a sua fidelidade à princesa, ao longo da sua segunda regência, entre os anos de 1876 e 1877, quando o Império se depararia com a chamada “grande seca”. Este fenômeno climático assolou parte das províncias do Norte, motivando a migração de grupos familiares inteiros das regiões afetadas, ocasionando a morte do gado, epidemias, miséria, carestia dos produtos de exportação e problemas de ordem econômica.<sup>281</sup> Diante de tal adversidade, Amanda passou a integrar um pequeno grupo de mulheres do seu círculo social, animadas em promover um “bazar em benefício das vítimas da seca”, promovido pela princesa, como fizeram noticiar o *Diário do Rio de Janeiro* e a *Gazeta de Notícias*.<sup>282</sup>

---

<sup>279</sup> BARMAN, Roderick J.. *Princesa Isabel do Brasil*. Op. Cit., 157.

<sup>280</sup> PINHO, Wanderley de Araújo. *Cartas de Francisco Otaviano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, 1977, p. 212.

<sup>281</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1988, p.65-67.

<sup>282</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 18- 25/07/1877, p. 4. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 19/07/1877, p.4

Nos contornos dos problemas que aplacavam a Coroa, acentuava-se a preocupação com a escravidão, contribuindo para um mal-estar político nas tribunas do poder. A crescente intensidade do tráfico interprovincial, ao longo da década de 1870, para as regiões cafeeiras das províncias do Centro-Sul, aumentaram significativamente a concentração de cativos naqueles locais.<sup>283</sup> Tal fenômeno que despontou com destaque a partir da década de 1880, favoreceu os escravos em suas estratégias de resistência sobre a autoridade senhorial, empreendendo forças diversas contra o cativo, como atesta uma vasta bibliografia a este respeito.<sup>284</sup>

### **3.2 – Sob as bênçãos do amadinhamento: a política das mulheres**

As notícias sobre o Império brasileiro seguiam para a Europa e iam encontrar, na França, as atenções de Luísa de Barral. Aos poucos, as apreensões políticas da condessa passaram a misturar-se às missivas que noticiavam encomendas de vestidos, diversões e informações sobre sua saúde à sua “querida Amandinha”. Estas correspondências revelam o apreço que ambas alimentavam pelos assuntos públicos, nos sinalizando para a atuação íntima das mulheres, frente às questões que os homens pautavam publicamente nas tribunas.

Em carta remetida de Paris e datada de 28 de fevereiro de 1873, a referida condessa fez escrever à sua afilhada comentando sobre a anulação da candidatura de Franklin Dória, pela deputação geral da província do Piauí. O acontecido, interpretado pelas duas correspondentes como sendo resultado de manobras ardilosamente planejadas por políticos conservadores, os quais não foram mencionados na missiva, mereceu duras críticas da titular. “Teria sido pelo seu pai um verdadeiro prazer ver o Piauí representado por seu genro, mas enquanto a política conservadora estiver por cima pouca ou nenhuma probabilidade é

---

<sup>283</sup> MARCONDES, Renato Leite. *Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870*. Tese de doutorado em Economia. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2005, p. 40-41. Vale ressaltar outras investigações mais antigas e que já apontavam para o mesmo caminho à exemplo de: COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 6ª ed.. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p.300-302. AZEVEDO, Celia Maria M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 116-118. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 155.

<sup>284</sup> Destas, destacamos: MACHADO, Maria Helena P. T.. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. 2ª ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico: reações e transações*. Tomo II. Vol 3. História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969, p. 156-157; 217.



disso”.<sup>285</sup> Pelas entrelinhas da mensagem é possível perceber o peso da experiência de quem tinha certa proximidade e observava atentamente a política imperial. “Estou persuadida” afirmou a remetente,

que o Imperador por sua parte, deseja a liberdade maior possível nas eleições, mas creio, que até haver uma lei que puna severamente e em dinheiro as tratantadas que se praticam, que nada se alterará – Essas muitas poderiam reverter em benefício da liberdade dos escravos [grifo do original]. *V. que me tem carinha de se interessar na política do país pode propagar essa ideia que passando por sua boca talvez encontre aceitação.* [grifos nossos]<sup>286</sup>

A questão da escravidão emergia na carta da condessa dois anos após a sanção pela princesa Isabel, na qualidade de regente do Império, da chamada Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871. A letra desta Lei atribuía a condição de “livre” aos filhos de escravas a partir daquela data, prevendo ainda que a criança poderia seguir sob a autoridade senhorial até a idade de oito anos, quando o senhor poderia escolher em legá-lo ao poder do Estado, recebendo deste a quantia de 600 mil réis pelos gastos de sua criação, ou servir-se de seus serviços até a idade completa de vinte e um anos.<sup>287</sup>

Provavelmente “Amandinha” estivesse ao pé da princesa na ocasião em que lhe foi dada a assinar a referida Lei, no paço da Cidade, onde costumava ir fazer-lhe companhia, e para onde um grupo de senadores se dirigiu a fim de sancionar a libertação do ventre escravo.<sup>288</sup> A assinatura da princesa conduziria Castorina e Maria da Glória, nascidas respectivamente em 15 de abril de 1872 e 1 de janeiro de 1876, à liberdade, como fez constar Franklin Dória em seu livro de memórias.<sup>289</sup> Segundo ainda consta, ambas foram batizadas na matriz de Santo Antônio, na Corte, como ingênuas, “conforme a lei” e eram filhas de Elvira, escrava sobre a qual Amanda compartilhava da autoridade por ser casada com Franklin.<sup>290</sup>

---

<sup>285</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. Carta pessoal, França, 28/02/1873. DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. Recife. In: *Cartas e autógrafos da condessa de Barral à baronesa de Loreto. (1873-1890)*. Op. Cit..

<sup>286</sup> Ibidem.

<sup>287</sup> IMPÉRIO DO BRASIL. Assembleia Geral. *Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871* [Lei do Ventre Livre]. Rio de Janeiro, 1871. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm)>. Acesso em: 09 de nov. de 2017.

<sup>288</sup> BRASIL. *Anais do Senado do Império do Brasil*. Livro 5. Ata em 28 de setembro de 1871. p.289. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Imperio/1871/1871%20Livro%205.pdf](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1871/1871%20Livro%205.pdf)>. Acesso em: 10 de nov. de 2017.

<sup>289</sup> BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de M. Dória,. *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Op. Cit., p.70.

<sup>290</sup> Ibidem.



Figura 54. HENSCHEL & BENQUE. Amanda Paranaguá Dória, 1875. Carte de visite

Elvira, que havia nascido em 8 de novembro de 1835, ainda reunia em torno de si mais outros quatro filhos, eram eles: Arthur, Celina, Lúcia e Maria Helena. Havendo ainda Pio e Augusta que foram vendidos porque, segue depois de ambos a observação que “aquele e esta foram libertados pelos respectivos senhores por minha interseção”.<sup>291</sup>

Além destes, Elvira ainda podia contar com os irmãos Laura, Durval e Boaventura, mas também com a sua mãe Phillippa, que não consta idade no livro do seu senhor, embora ele lhe tenha passado “a carta de liberdade na capital do Piauí em 1865, (19 de março)”, certamente quando o casal Paranaguá Dória teve de passar um tempo naquela província onde Franklin assumiu a presidência entre maio de 1864 e agosto de 1866.<sup>292</sup> A Phillippa juntava-se o seu irmão Boaventura, mas também outros companheiros de cativo, à exemplo de Modesto e Fausto, filhos de uma tal Catarina. Aí também encontrava-se Durval, que Dória assinalou ter lhe acompanhado “desde o ano de 1857, quando fui estudar o meu terceiro ano na Faculdade de Direito do Recife, até 1881, falecendo a 27 de setembro deste ano. Liberto”.<sup>293</sup>

A eles somaram-se também outras duas escravas que foram regalos confiados nominalmente à Amanda. Foram elas:

---

<sup>291</sup> Ibidem, p. 71-72.

<sup>292</sup> Idem, p. 51; 69.

<sup>293</sup> Idem, p. 70.

Catarina foi doada à minha mulher por seu tio e padrinho, barão de Paraim. Faleceu no 1º de fevereiro de 1874.

Florência, que a condessa de Barral doara à minha mulher, sua afilhada de crisma, faleceu a 18 de agosto de 1878.<sup>294</sup>

Ao todo, o casal reunia debaixo de sua autoridade cerca de dezenove almas, entre escravos, libertos, ingênuos e livres, considerando ainda Isaura e Otávio, filhos de uma tal Lígia ou, da já mencionada Lídia, nascidos respectivamente em 1889 e 1894.<sup>295</sup> O registro destes últimos, no livro de memórias de Franklin, atesta que a força do vínculo senhorial persistiu para além do julgo do cativo formalmente extinto em maio de 1888. Esta continuidade das relações entre ex-senhores e ex-escravos turvam limites que, de outra maneira, nos pareceriam mais evidentes, como as fronteiras entre escravidão e liberdade. Neste sentido, Sidney Chalhoub nos conta que

a aproximação entre escravidão e liberdade, para enfatizar a precariedade e os limites de qualquer experiência de liberdade numa sociedade paternalista, organizada em torno da reprodução dos laços de dependência pessoal, politiza eficazmente o drama do processo de emancipação dos escravos, então em evidência. Escravidão e paternalismo, cativo e dependência pessoal, pareciam duas faces da mesma moeda.<sup>296</sup>

Se nos é sensível a precariedade da experiência da liberdade da qual muitos escravos foram protagonistas, aos olhos de Dória ela não existiu ou foi escamoteada pelo título que lançou sobre a lista da escravaria aqui mencionada. Encabeçada pelas datas “1865-1879”, seguida do nome “manumissões”, o político expunha os anos entre os quais havia alforriado os escravos, como que daquele dia em diante eles pudessem gozar da liberdade como se livres tivessem nascido.

Ainda abaixo das datas que assinalavam o processo de alforria organizado pelo casal, Dória fez constar que ele “e minha mulher libertamos gratuitamente todos os escravos que possuímos, em número de 11”. Desta contagem deixava evidentemente de fora os ingênuos, seu velho companheiro Durval, além das duas escravas dadas de presentes à Amanda e os dois filhos de Lígia ou Lídia, já nascidos depois de maio de 1888.

Este registro pessoal, escrito do próprio punho de Franklin Dória, mas atribuído também à atuação de sua esposa, em um livro dedicado às suas memórias familiares, evocam suas características de classe e a busca por construir uma imagem positiva para o casal. Dispondo do senhoril de escravos, o político procurou evidenciar os anos em que dispensou

---

<sup>294</sup> Ibidem.

<sup>295</sup> Ibidem.

<sup>296</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.135.

as alforrias, a fim de sugerir uma antecipação à Lei de 13 de maio. Outrossim, destacou a gratuidade das cartas de liberdade, que validou juntamente com sua esposa em cartório, seu empenho em fazer com que os donos dos dois filhos de Elvira, que haviam sido vendidos, se convencessem da necessidade da libertação de ambos e sua conformidade com a legislação em favor dos ingênuos. Estes elementos apontam para o compromisso do casal com a Lei e com os desejos do imperador no processo de desmonte da escravidão, além de corroborarem para a construção de uma boa imagem frente às condições que se deram a libertação dos seus cativos.

Donald Pierson nos conta que, em 1868, a condessa de Barral, mesmo estando na França, teria declarado “‘livre o ventre’ das escravas de seus engenhos São Pedro e São João, em Santo Amaro”, e continuou “gradativamente a alforriar todos os seus escravos”.<sup>297</sup> Mais tarde, numa carta datada de 4 de maio de 1882, endereçada ao monarca, a condessa falaria sobre o término de um contrato de arrendamento do engenho São Pedro naquele ano, com um citado Dr. José Rodrigues de Figueiredo. Na missiva, escreveu que “ele deveria ir renová-lo e passar ele mesmo as cartas de alforria aos escravos a quem prometemos a liberdade no fim deste ano”.<sup>298</sup>

Neste sentido, a década de 1880 trouxe acirramentos em volta da “questão do elemento servil”. A aparente tranquilidade que tomava o espírito do soberano não encontrava o mesmo lugar nos ânimos da condessa de Barral. Naquele ano de 1882, a condessa escreveu ao imperador movida por fortes receios. “Hoje tenho andado tão nervosa que nem sei como posso comigo depois da leitura de um folhetim mandado do Brasil a Sua Mana Chica e que ela me emprestou – o que virá na continuação dessa triste história?”.<sup>299</sup> A condessa se referia às publicações de cunho jocoso sobre “umas impressões de viagem que dizem Suas [do imperador]”, pela Europa em 1871.<sup>300</sup> “Não deixam de ter alguma graça”, ponderou

mas tudo isso é falta de respeito ao Soberano e *nossa terra não parece andar bem, é muito triste – E vai parecendo que breve teremos mais uma República na América do Sul – Sei que V. M. por si não se importaria, mas é Seu dever cuidar na Sua dinastia e fazer respeitar a pessoa do Soberano.* [grifos nossos]<sup>301</sup>

---

<sup>297</sup> PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia. Estudo de contato racial*. 1ª ed.. São Paulo; Rio de Janeiro; Bahia; Recife; Pará; Porto Alegre: companhia editora nacional, 1945, p.109.

<sup>298</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal de Barros, condessa de. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1891*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977, p.214.

<sup>299</sup> Idem, p.212.

<sup>300</sup> Ibidem.

<sup>301</sup> Ibidem.

A velha senhora adentrava no espaço da política, pela via privada e da intimidade, típico artifício usado pelo seu gênero até então, para alertar o monarca sobre os perigos que rondavam o uso cômico da sua imagem pela imprensa brasileira. O diagnóstico é claro: “nossa terra não parece andar bem”. O movimento republicano poderia ser insipiente em algumas parte do Império, concentrando-se principalmente entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, mas a sua imprensa alcançou expressão de relevo, segundo Angela Alonso<sup>302</sup>. Os jornais eram espaço privilegiado para as discussões políticas, a circulação e a divulgação de ideias e opiniões.<sup>303</sup> O temor maior da condessa era de que ia “parecendo que breve teremos mais uma República na América do Sul”.



Figura 55. D. Pedro II como a esfinge do Egito.

Acima trata-se, possivelmente, da imagem vista pela condessa de Barral. Amanda Dória e seu marido eram assinantes da *Revista Illustrada*, como consta na listagem dos títulos catalogados pelo político em sua biblioteca particular.<sup>304</sup> Certamente tiveram seus espíritos monarquistas agitados por tal sátira. As investidas contra o imperador poderiam ser tomados

<sup>302</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.179-188.

<sup>303</sup> PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888. (Tese de doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006, p.12.

<sup>304</sup> DÓRIA, Franklin Américo de M.. *Catálogo da biblioteca do barão de Loreto*. Lata 656, livro 8, coleção baronesa de Loreto. IHGB, Rio de Janeiro, p.536.

como verdadeiras ofensivas contra a Coroa. Isto significava, por sua vez, ataques à própria ordem vigente e à toda sorte de privilégios dos quais “Amandinha”, seu esposo, sua madrinha e toda a sua classe eram beneficiados. Restava preocupações sobre o futuro. “O que virá na continuação dessa triste história?”, como havia perguntado a condessa.

### ***3.3 - Um enlace escandaloso na Corte: o casamento Paranaguá-Barral***

Em 1883, os nervos da Barral e de sua afilhada seriam novamente abalados por se verem envolvidas em polêmicas que preencheram páginas e mais páginas na imprensa da Corte. Naquele ano, a condessa cogitava vir ao Brasil a fim de celebrar o casamento do seu único filho, Dominique de Barral, com a irmã mais nova de “Amandinha”, Maria Francisca Paranaguá ou, “Chiquinha”, como costumavam chama-la.

A condessa estava eufórica pelo enlace do seu herdeiro e em correspondência não datada à sua afilhada, fazia votos dizendo “tomara que Dominique se case de manhã para ter a missa” e expunha sugestões sobre o traje que a sua “Amandinha” deveria dispor. Afirmou que “Mlle Chiquinha enfeitiçou D. [referência a Dominique] desde o primeiro dia que ele a viu” e ponderou que

não me falta o desejo de ir ao casamento mas ainda não me pude resolver a fazer essa longa viagem sozinha! Vocês nem podem imaginar o quanto eu estou velha, quebrada e cega! Pobre Chiquinha! Ela vai ter outra vovó para cuidar – muito ri ontem sozinha abrindo meu piano e tocando valsas e quadrilhas para desde já ir desferrujando os dedos e poder servir de orquestra aos noivos.

Mas que milagre foi esse de D. tocar uma contradança a 4 mãos com a Francisca. Essa menina deve ser uma feiticeira. Adeus queridinha e v. creia que para ela ter esse feitiço muito se deverá parecer com Mme. Dória.

C. de Barral.<sup>305</sup>

Por fim, a condessa decidiu-se vir ao Brasil e aqui reencontrou velhos amigos, entre os quais a princesa Isabel, ocasião que motivou um registro fotográfico que capturou, pelos gestos, a íntima relação de amizade que cultivavam. Os retratos seguem adiante, tendo a presença dos três filhos da princesa, ambientada no jardim do Palácio das Laranjeiras, na Corte.

---

<sup>305</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. *Cartas e autógrafos da condessa de Barral à baronesa de Loreto. (1873-1890)*. Op. Cit..



Figura 56. Marc Ferrez. Da esquerda para a direita: D. Luís, D. Antônio, a princesa Isabel, D. Pedro de Alcântara e a condessa de Barral.

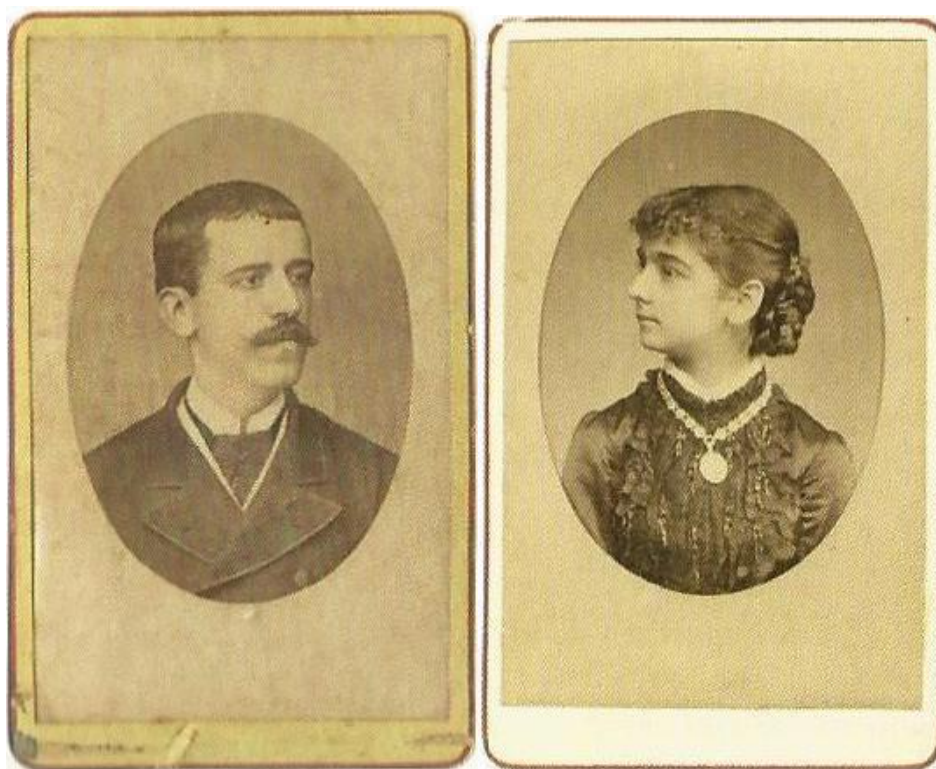


Figura 57. Marc Ferrez. Da esquerda para a direita: Condessa de Barral, D. Pedro de Alcântara, a princesa Isabel com D. Antônio ao colo e D. Luís.



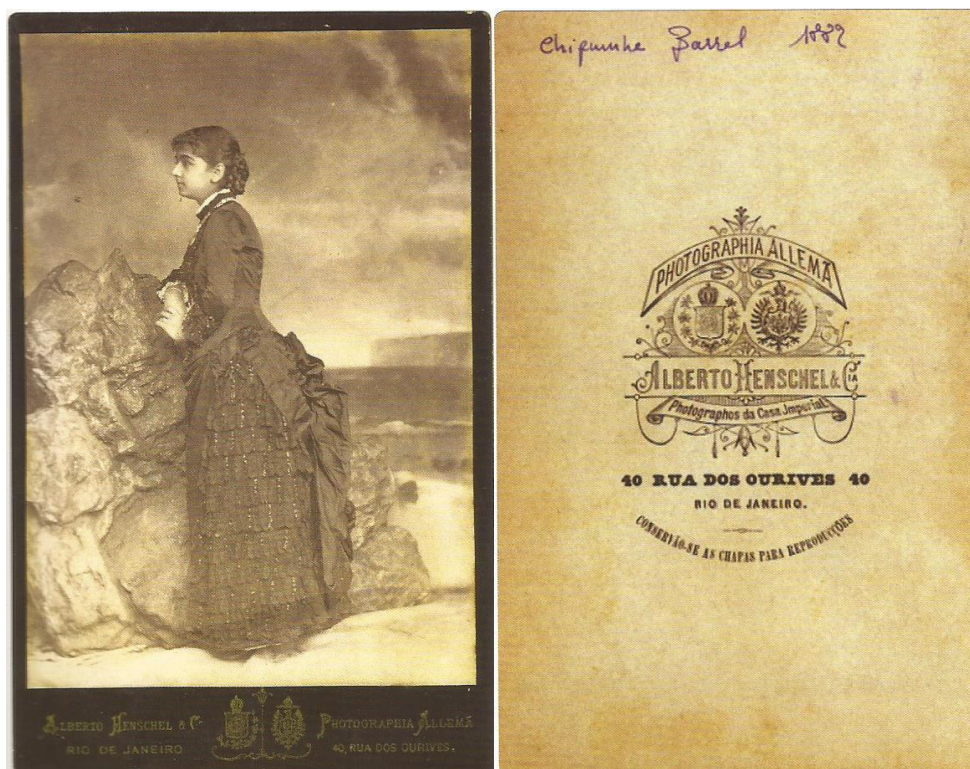
Marc Ferrez, foi o responsável pelo registro, marcado pela borda amarelada, contendo em uma de suas extremidades a autoria do retrato e o endereço do estúdio de Ferrez à rua do Ouvidor. Nas imagens aqui apresentadas, podemos perceber a posição como que de proteção esboçada pela condessa junto à herdeira do trono e sua descendência, futuro da monarquia brasileira.

Voltemos ao enlace matrimonial para o qual a senhora Luísa veio confraternizar e para o qual a princesa também concorreria. Este evento possivelmente teria proporções adequadas a um casamento entre duas famílias de revelo que circundam o monarca, se não fosse o próprio D. Pedro II prestigiar o consórcio. A presença do imperador se ofereceu como um prato cheio à imprensa com tendências republicanas ou que simplesmente não via com bons olhos a sua bênção explícita aos nubentes. O *Gazeta da Tarde*, o *Corsário*, o *Jornal do Comércio*, o *Diabrete*, dentre outras redações, dedicaram linhas amargas à respeito do causo, pelo que diziam ser o “reinado do vovô Paranaguá”.<sup>306</sup>



Figuras 58. *Dominique, conde de Barral, 1875 e Chiquinha de Barral, 1875, carte de visite.*

<sup>306</sup> *Diabrete*, Rio de Janeiro, 13/04/1883, p.1.



Figuras 59. Chiquinha de Barral, 1875 [embora ao verso possa-se ler 1882], *carte de visite*. In: LAGO, Pedro Correa de; LAGO, Bia Correa de. *Coleção princesa Isabel*. Op. Cit., p.397.

À época João Paranaguá, então visconde, já era viúvo de Maria Amanda Pinheiro de Vasconcellos Paranaguá, que havia falecido em 1873, em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, como consta no livro de memórias de seu genro Dória.<sup>307</sup> Na ocasião do enlace de sua neta, Joaquim Vasconcellos contava com noventa e cinco anos, estando cego e em situação debilitada, o que lhe poupou de tomar por si só as publicações que recaíam contra a sua família.

A cerimônia aconteceu na capela do palácio Isabel, no fim da manhã daquele dia 6 de maio de 1883, onde a princesa e seu marido serviram de testemunhas do consórcio, assim como o marido de Amanda, Franklin Dória, ao lado de sua cunhada, Maria Argemira.<sup>308</sup> As notas de protestos foram muitas, dando à celebração feições de escândalo social e político. O *Jornal do Comércio* republicaria um artigo do *Gazeta da Tarde*, dizendo que a posição convencional do monarca “obriga-o a não aparentar mais dedicação aos amigos particulares

<sup>307</sup> BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de M. Dória,. *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Op. Cit., p.76.

<sup>308</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 05/05/1883, p.2. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 06/05/1883, p.1.

do que aos amigos da nação, aos que serviram coletivamente à sua pessoa, às instituições vigentes e à pátria”.<sup>309</sup>

A *Gazeta da Tarde* ainda fez circular uma análise sobre o reinado de D. Pedro II tomando o seu problema de diabetes como um marco divisório. A fase anterior à doença, teria sido marcada inicialmente, em sua juventude, por sua suposta passividade frente aos ministros e que, conforme foi amadurecendo, passou a adotar uma política de incitação às intrigas entre os partidos, além de sustentar uma aparência democrática de governo. “Na fase da diabetes”, seguiria a matéria,

o fato que mais avulta é o consórcio Barral-Paranaguá.  
Nunca vossa majestade foi mais ousado na ostentação do poder pessoal.  
[...]  
Semelhante fato não podia deixar de ter poderosa repercussão política e a verdade é que, nos jornais da manhã, já vemos os seus pronunciados sintomas.<sup>310</sup>

A publicação era mordaz, visava ganhar a opinião pública sobre o declínio da governança de D. Pedro II. A enfermidade do soberano tornou-se mais explícita em fins da década de 1870, quando começaram a aparecer na imprensa ilustrada representações suas demonstrando sonolência, sugerindo seu desgaste físico e intelectual.<sup>311</sup>

A referida *Gazeta* continuou afirmando que o pai de “Amandinha” não contava nem com a amizade dos seus correligionários liberais e que por isso foi até o monarca no dia 3 daquele mês para lhe pedir demissão, já que era presidente do Conselho de ministros.<sup>312</sup> Evocando a Constituição, o periódico afirmou que era preciso deixar livre o voto das Câmara sobre a questão da dispensa, no entanto, publicou que o imperador “entendeu que deveria intervir neste voto: dizendo claramente que é amigo do peito do Sr. De Paranaguá, tão amigo que é capaz de emprincipar-lhe a família”.<sup>313</sup> E concluía dizendo: “foi, portanto, um crime contra a constituição a presença de vossa majestade a esse consórcio, igualado arbitrariamente aos dos príncipes brasileiros”.<sup>314</sup>

Não demorou muito até que surgisse uma nota na imprensa rememorando o acidente causador da perda da a visão direita de “Amandinha”. O *Corsário*, referindo-se ao imperador

---

<sup>309</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 05/05/1883, p.2.

<sup>310</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 07/05/1883, p.1.

<sup>311</sup> GOMES, Marleide da Mota. The decline of Dom Pedro II's empire and health: neurophatogenic implications. *Arq. Neuro-Psiquiatr.*, São Paulo , v. 65, n. 4b, Dez. 2007, p. 1260-1265. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004-282X2007000700035&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2007000700035&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 nov. 2017.

<sup>312</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 07/05/1883, p.1.

<sup>313</sup> Idem.

<sup>314</sup> Idem.

como “vovô”, evidenciando a sua idade avançada, evocou em tom combativo e irônico, fazendo circular o seguinte texto:

Mas, vovô, quem diria que o João Lustosa viria atingir a este ponto de grandeza, quase miraculosa?

- Parentesis. –

Ó Providência, como és pródiga para com uns e mesquinha para com outros?

O teu *olho*, ó Providência, quando se lembra de olhar fictamente para o mortal, nunca mais o perde de vista.

João Lustosa, lembra-te que a um *olho*, a um *olho furado*, deves a fortuna que hoje disfrutas!

O teu *olho*, ó Providência, engrandece, faz subir os Lustosas, abarrota-os de honrarias, de empregos, enfara-os de regalias, enjorra-os de condecorações, torna-os *blasés*<sup>315</sup> de distinções e até de dinheiro!

[...]

Este olho da Providência, que tem acompanhado a João Lustosa pela sua peregrinação no mundo, não é outro senão o de vovô, que, quando está acordado e tem as pálpebras bem levantadas, só olha para o João Lustosa, para os filhos de João Lustosa, para os genros do dito e até para os fâmulos do dito dito.<sup>316</sup>

Com o consórcio de Dominique e “Chiquinha”, a família Paranaguá consolidava sua posição privilegiada debaixo da proteção da condessa, a quem os periódicos, à exemplo do *Gazeta da Tarde*, se referiam como aquela que usava do seu “imenso poder que tem sobre o rei”.<sup>317</sup> Neste sentido, concretizando ainda mais os laços com Luísa de Barral, os Paranaguá também fortaleciam-se ao redor do monarca e da sua família, acumulando prestígio social.

A polêmica envolvendo o imperador no referido casamento foi apenas uma expressão das críticas ao monarca que se avolumavam conforme os anos, despertando os temores da condessa baiana. Ela mesma que havia se visto em meio a outro escândalo no ano anterior, em 1882, por meio do furto das joias da imperatriz e da princesa.

A este respeito, três suspeitos foram detidos pelo chefe de polícia da Corte, sendo um deles Manuel de Paiva, morador da Quinta da Boa Vista e irmão de Pedro Paiva, um dos criados do imperador. Graças a cartas anônimas que chegaram às mãos dos investigadores, os brilhantes foram encontrados depois de serem escavados na propriedade do acusado, em sua presença, sendo finalmente restituídos às soberanas, como fez noticiar o *Gazeta de Notícias* em primeira página.<sup>318</sup> Acontece que veio à público uma suposta intervenção do imperador em favor da soltura de Manuel Paiva, o que fez parcela da imprensa levantar-lhe acusações, incluindo neste meio o nome da condessa de Barral. Isto porque o acusado, de acordo com boatos, teria algum conhecimento sobre o conteúdo supostamente amoroso de que eram

<sup>315</sup> Que significa “cansados”, em francês.

<sup>316</sup> *Corsário*, Rio de Janeiro, 08/05/1883, p.2.

<sup>317</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 03/11/1885, p.3.

<sup>318</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28/03/1882, p.1.

revestidas as mensagens trocadas entre o monarca e a condessa. Parte da imprensa da Corte, por sua vez, serviu-se do caso e deu o tom dos mexericos.<sup>319</sup>

O escândalo mobilizou Luísa de Barral a escrever uma carta ao Imperador naquele ano de 1882, expressando toda a sua indignação por ter seu nome caído nas notas que circulavam a público atribuindo-lhe participação numa relação extraconjugal com o soberano.

“Já tardava que minha vez não chegasse”, desabafou,

pois que a liberdade da imprensa de nossa terra não respeita a ninguém. [...] Até agora tive invejosos mas não pensava ter inimigos, e o que mais sinto é a pena que V. M. naturalmente deve sentir vendo desrespeitar sua velha amiga! Mas quem se pode livrar de uma destas?

[...] deixar pairar a menor suspeita sobre Seu caráter e parecer fechar os olhos sobre coisas que nem são de sua competência julgar nem perdoar isso não.

Quanto aos escandalosos feuilletons – Isto só deveria levar a *chicote*, e se um dia não se punir Severamente libelistas não sei onde irá parar a realeza e a Sociedade brasileira.<sup>320</sup>

A situação para a velha condessa era preocupante. Ela mesma contou na dita carta que andava “não pensando em mais nada do que nos escândalos do Brasil me tenho amofinado muito”.<sup>321</sup> Partidários do soberano foram aos jornais a fim de protestar contra este grupo da imprensa nacional que teria se valido do crime com o objetivo de “achar também motivos, para devassar na vida íntima do Sr. D. Pedro II, os mistérios desse acontecimento”.<sup>322</sup> O próprio monarca também recorreu aos impressos na pessoa do barão de Nogueira da Gama, funcionário da Casa Imperial, negando qualquer intervenção sua na condução das investigações. Desta maneira, o soberano buscava combater a imagem difundida por alguns jornais, de que a “marcha da justiça”, como denominou a condessa de Barral, não estava isenta das vontades pessoais da Coroa e, portanto, passível de corrupção.<sup>323</sup>

A reputação do imperador ia perdendo o brio de antes, arrefecendo ao gosto de parte das editoras e de alguns grupos novos que se formavam longe da influência da família imperial.<sup>324</sup> As políticas contra o imperador, por meio de sua ridicularização através de caricaturas e escândalos, à exemplo do casamento Paranaguá-Barral, conferiram maior

---

<sup>319</sup> MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Deodoro: a espada contra o Império*. Vol. 1. São Paulo: Companhia editora nacional, 1957, p.180.

<sup>320</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal de Barros, condessa de. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1891*. Op. Cit., p.215.

<sup>321</sup> Idem, p.216.

<sup>322</sup> *Relâmpago*, Rio de Janeiro, 06/05/1882, p.1.

<sup>323</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal de Barros, condessa de. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1891*. Op. Cit., p.215.

<sup>324</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. Op. Cit., p. 413.

fragilidade à sua reputação “que, tendo se afastado da representação divina, convencia pouco como ‘monarca-cidadão’”.<sup>325</sup>

“Amandinha” acompanhava de perto os abalos da Coroa que atingiam também a sua família na medida em que esta procurava consolidar ainda mais sua colocação junto aos imperantes, através da proteção da sua madrinha. De perto dos soberanos, a senhora Paranaguá Dória acompanharia o fortalecimento dos movimentos abolicionistas ao longo da década de 1880, o que veio contribuir para um maior acirramento das relações políticas, bem como os temores relacionados à Monarquia. A dita senhora teria participação neste contexto, atuando a serviço da princesa imperial, com o objetivo de salvaguardar os interesses do Regime vigente, preservando suas instituições e seus privilégios.

Os mexericos atingiam em cheio a imagem do imperador e a imagem da Coroa em um momento delicado da política nacional. A abolição agitava opiniões dentro e fora das tribunas e a Monarquia sabia que deveria sustentar uma reputação imaculada, se quisesse preservar seus aliados em face do fortalecimento do movimento republicano durante a década de 1880. Dotado de jornais, os republicanos procuravam desestabilizar o regime, dando maiores proporções à crise política que abarcava o fim da escravidão no país.<sup>326</sup>

### **3.4 - A “mãe dos analfabetos”: abolição, instrução e controle social**

A década de 1870 já tinha aguçado as preocupações das camadas senhoriais com relação ao processo gradativo de desmonte da escravidão no país. Movidos pelo apreço à “ordem social” e reavivados pelo processo de abolição, membros de grupos privilegiados impulsionaram medidas, por meio do Estado e de iniciativas particulares, a fim de disciplinarem as mentes e os corpos de pessoas pobres.<sup>327</sup> Escravocratas advertiam que declarado findo o cativo, os libertos se entregariam à desorganização do trabalho nacional, seduzidos pela “anarquia”, arrastariam o Império para a desordem.<sup>328</sup>

Ao centro das preocupações pedagógicas estavam os “menores desamparados” que, na visão das camadas senhoriais, se constituíam como potenciais transgressores de uma

---

<sup>325</sup> Idem, p. 423.

<sup>326</sup> MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *O “Terceiro reinado”*: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi. Dissertação (mestrado em História). Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ, 2009, p. 142.

<sup>327</sup> MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir*: a instrução popular na Corte imperial (1870 a 1889). Dissertação de mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997, p. 160.

<sup>328</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.198.



harmonia social idealizada e almejada. “O que devemos entender por menores desamparados?”, questionaria o ex-deputado geral, Leôncio de Carvalho, durante a Exposição Pedagógica, em 1883, que orientaria reflexões e medidas em prol da educação no Império. Carvalho então enumerou a resposta para a sua pergunta da seguinte forma:

- 1º menores que pela indigência dos pais não podem frequentar as escolas;
- 2º menores que não têm pais nem protetores que curem das suas pessoas;
- 3º menores cujos pais se acham física ou moralmente impossibilitados de conservá-los em seu poder;
- 4º menores que, contaminados pelos vícios, já sofreram alguma condenação judicial;
- 5º menores cujos pais, dispendo de recursos, deixam de educa-los por culposa negligência;
- 6º finalmente, os ingênuos da lei de 28 de setembro, aos quais não possam as pessoas, sob cuja tutela se acham, ministrar a necessária educação.<sup>329</sup>

Um ano depois, em 1884, “Amandinha” obteve destacado papel nesta Associação, galgando da gente graúda vultosas quantias em benefício dos meninos e meninas aos quais eram dispensados instrução.<sup>330</sup> A senhora Paranaguá Dória já carregava consigo a experiência de ter colaborado com a “colônia orfanológica Isabel”, de Recife, quando lá esteve em 1880, onde desenvolveu campanha em favor de doações aos menores acolhidos. Desta vez, na Corte, a repercussão sobre sua atuação ganharia mais visibilidade.

Da já mencionada Exposição Pedagógica originou-se o Museu Escola Nacional, mantido por uma associação de mesmo nome, da qual Amanda se tornou sócia e recebeu homenagem “em atenção aos [seus] relevantes serviços”.<sup>331</sup> O Museu dedicava-se “à exposição de objetos, móveis e materiais de ensino, além da formação de professores que exerciam o magistério”.<sup>332</sup>

Com este intuito educacional, fundaram-se outras associações que buscavam instruir meninos e meninas “desamparados” ou “desvalidos”, linguajar da época que evocava condição de pobreza, a fim de afastá-los da criminalidade, evitando que se tornassem perturbadores da ordem estabelecida. Isto porque alijados de bens materiais, pessoas pobres passaram a compor o que comumente se chamava de “classes perigosas”, expressão que se referia, segundo Chalhoub, “aos indivíduos que já haviam escolhido abertamente uma

---

<sup>329</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14/08/1883, p. 3.

<sup>330</sup> SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. A “infância desamparada” no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880 - 1886). *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 26, n. 1, Jan. 2000, p. 121.. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022000000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022000000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 nov. 2017.

<sup>331</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21/09/1884, p.1.

<sup>332</sup> PATRY, Marília Gabriela. *Da recolha à exposição: a constituição de museus escolares em escolas públicas primárias de Santa Catarina (Brasil – 1911 a 1925)*. Dissertação de mestrado em Educação. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2013.



estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei”.<sup>333</sup> Era preciso estimular nos menores a adoção de valores atrelados aos interesses senhoriais, dos quais o sentimento de dependência, obediência e retidão pudessem produzir cidadãos que atendessem à manutenção das hierarquias sociais.<sup>334</sup>

A Associação Protetora da Instrução e a Associação Protetora da Infância Desvalida foram duas faces de destaque do empenho de grupos senhoriais em tentar disciplinar meninos e meninas pelo artifício da instrução na Corte ao toque do processo de abolição. A referida associação tinha influência francesa e contava com a proteção imperial da princesa Isabel e do conde d’Eu e no seu quadro de cargos, “Amandinha” figurou como conselheira. Em 1886, o periódico *Rataplan* dedicou espaço privilegiado em sua homenagem, ela que constava “entre os nomes dos que mais tenham impulsionado a servido à causa da instrução pública no Brasil” porque, segundo a nota do jornalista Valentim Magalhães,

há de a História destacar, num alto relevo de ouro, o da Exma. Sra. D. Amanda Paranaguá Dória. [...]

A causa das crianças é o seu trabalho, o seu enlevo, o seu sonho, o seu ideal.

Toda a riqueza de afeto maternal que lhe não tem sido dado concentrar em herdeiros do seu e do ilustre nome de seu esposo, tem-no ela repartido, prodigiosamente, pelos filhos das pobres e dos infelizes.

[...]

Espírito cultíssimo, esmeradamente educado, somente sabe fugir na recatada solidão do seu lar, para cooperar com o seu intenso brilho no labor do esposo.

É justa, e não seria nunca demasiada, a atmosfera de simpatia, de respeito e de gratidão em que respira o nome de D. Amanda Paranaguá Dória, que há de ser cognominada no futuro – a mãe dos analfabetos.<sup>335</sup>

---

<sup>333</sup> CHALHOUB, Sidney. *Classes perigosas. Trabalhadores*, n.6, 1990, p. 5.

<sup>334</sup> Entendemos por criança a fase que corresponde até os 14 anos, como afirma Martinez. MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial (1870 a 1889)*. Op. Cit., p. 157.

<sup>335</sup> *Rataplan*, Rio de Janeiro, n. 3, 1886, p.2.

## PANTHEON



D. AMANDA PARANAGUÁ DÓRIA

Figura 60. S. senhora Paranaguá Dória no espaço “Pantheon”, da Revista *Rataplan*.

Evocando um espírito materno atribuído à natureza feminina, o jornalista sugeria que o desempenho de “Amandinha” em relação à educação de crianças seria uma compensação, ao fato de ela não ter gerado herdeiros. Magalhães também dá relevo ao seu espírito culto, às suas ações junto ao marido na esfera política. A ilustração de Décio Villares, por sua vez, inspira-se em uma das fotografias da homenageada, já exibida no capítulo 1, acrescentando-lhe ramos de louro e medalhas ao seu redor, nas quais podemos ler “Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional”, “Associação Protetora da Infância Desamparada” e “Propaganda da Instrução Pública”, organizações que contaram com o seu apoio.



Figura 61. J. F. Guimarães. *Maria Amanda de Menezes Dória*. s/d..

Tais associações educacionais tomaram fôlego ao longo da década de 1880, *pari passu*, ao vigor dispensado pela campanha abolicionista ao cenário político nacional. Enquanto as primeiras buscavam atenuar insubordinações futuras dos então menores, a campanha abolicionista dividia-se em várias tendências que, embora havendo a vertente conservadora, enveredou-se cada vez mais para o radicalismo pela extinção imediata do cativeiro e sem indenização aos proprietários.

Por isto mesmo, uma pequena parte das camadas mais abastadas do Império, na qual se inseria Amanda e seu marido, acreditavam que a instrução poderia amortecer possíveis impactos, tidos por negativos, de uma abolição imediata. Deste modo procuravam resguardar a ordem firmada sobre a qual se organizavam as hierarquias, disciplinando os corpos e as mentes da população negra e pobre.

O advento da instrução pública estava afinada com os ideias de modernidade e progresso que correspondiam aos anseios nacionais de imitarem países europeus no centro das transformações do capitalismo oitocentista.<sup>336</sup> No entanto, há que se considerar a discrepância entre os discursos educacionais e suas aplicações práticas, onde encontravam percalços

---

<sup>336</sup> SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 19, n. 37, Set. 1999, p.59-84. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 nov. 2017.

concretos que dificultavam suas efetividades e avanços, à exemplo das disputas políticas e da precariedade das condições materiais de ensino.<sup>337</sup>

Ao longo da campanha abolicionista uma parte das mulheres, especialmente nos núcleos urbanos, encontraram condições favoráveis para inscrevem-se no espaço da política ainda que desempenhando atividades circunscritas às atribuições entendidas à época como próprias das qualidades femininas e maternais. A julgar pelas referendadas associações educacionais, onde figuravam entre os homens, ou nos concertos musicais, confecções de objetos e comidas para doação a bazares, leilões e toda a sorte de indícios sobre os atributos que as mulheres das camadas senhoriais deveriam renuir para o sucesso social pessoal e familiar. Com as atenções sobre elas, Emília Viotti da Costa julga que

nas cidades, as mulheres tiveram um papel fundamental: criaram associações emancipadoras e abolicionistas, promoveram quermesses, angariaram fundos destinados à emancipação, fizeram demonstrações públicas, organizaram conferências em favor da abolição, constituíram grande parte do público leitor dos poetas e romancistas que se alistaram sob a bandeira da abolição.<sup>338</sup>

Embora, no Brasil, de acordo com José Murilo de Carvalho, os anseios políticos tenham se sobressaído sobre os ideais cristãos de caridade e de ações filantrópicas, estas práticas eram comumente atribuídas às mulheres e escamotearam, por vezes, o entendimento de suas práticas como práticas políticas.<sup>339</sup> Se nos depararmos com cuidado, é possível percebermos que as ações das mulheres no campo da abolição pode ter se servido de certa religiosidade e filantropia, para, por meio disso, dissimular ou agregar às suas vontades políticas.

Investigações como as de Thiago Sant'Anna, que desfiou as atuações abolicionistas das mulheres das classes senhoriais na província de Goiás, demonstram que os eventos produzidos por elas estavam inseridas em interesses políticos familiares da região.<sup>340</sup> Fabiana Macena, por sua vez, concentrando suas análises na província de Minas Gerais, destacou a atuação tanto das mulheres pertencentes às camadas socialmente mais favorecidas, como das

---

<sup>337</sup> VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v.13, n.39, dez, 2008, p.502-516.

<sup>338</sup> COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 9ª ed.. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.75.

<sup>339</sup> CARVALHO, José Murilo de. Escravidão e razão nacional. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p.35-64. Ver também: NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 38. MARTINS, A. P. V.. A feminilização da filantropia. *Revista Gênero*, v. 15. Niterói, 2015, p. 13-28.

<sup>340</sup> SANT'ANNA, Thiago F.. *Mulheres goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888)*. Dissertação de mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. Brasília, 2005, p. 26-31.

empreitadas das mulheres escravas em busca da liberdade, destacando seu caráter político nas desenvolvuras e confrontos com a ordem vigente.<sup>341</sup>

Sendo a Corte o centro irradiador do Império, a atuação das mulheres não tomaria cores mais pálidas ou completamente destoantes dos movimentos que se desdobravam nas províncias do país. No caso de Amanda Paranaguá Dória, a qualidade política da causa abolicionista, sobre a qual cultivava especial interesse, estava em consonância diretamente com a sua posição pessoal, familiar e de grupo que havia conquistado.

Segundo julgava os abolicionistas conservadores, dos altos círculos do império, ligados intimamente às suas estruturas nas quais “Amadinha” se localizava, a causa do elemento servil deveria ser conduzida com cautela, pelas mãos da classe senhorial, a fim de evitar a queda da ordem e a instalação de desventuras que poderiam pôr fim à única Monarquia da América.<sup>342</sup>

### **3.5 - Flores ao movimento abolicionista**

Se Amanda se inscrevia nos movimentos afinados com a necessidade do alargamento da instrução pública, por outro lado ela também demarcou espaço em outras frentes propriamente abolicionistas na Corte. Em maio de 1881, a *Revista Ilustrada* noticiou a nomeação do marido da senhora Paranaguá Dória para a pasta da Guerra, no ministério chefiado por José Antônio Saraiva, sobre o assunto o impresso fez circular em 1881 que “muito se há banqueteadado ultimamente; a semana passou-se entre almoços e jantares. É alegre ao menos. [...] Entrou o Sr. Franklin Dória para o ministério, piquenique de regozijo”, e seguiu a publicação citando outras movimentações da política e suas celebrações à mesa:

Como veem, tudo foi pretexto para manifestações de garfo e faca: a alegria, a tristeza, o regozijo, a política... Comeu-se porque uns se iam, bebeu-se porque outros se vinham; e passou-se o tempo: metade, jantando-se; metade almoçando-se.

[...]

Tudo vai da intenção com que se come.

O jantar, dizia o Sr. De Cussy<sup>343</sup>, é o nervo da vida social. Entre vós, pode-se dizer, tem sido o pneumogástrico do movimento abolicionista. Abolir comendo! São os

---

<sup>341</sup> MACENA, Fabiana Francisca. *Outras faces do abolicionismo em Minas Gerais: rebeldia escrava e ativismo de mulheres (1850-1888)*. Tese de doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

<sup>342</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico - Reações e transações*. Vol. 3. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969, p.184. Ver também: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 93.

<sup>343</sup> Talvez seja uma referência ao deputado francês Gabriel de Cussy, que viveu a França entre 1739 e 1793 quando foi guilhotinado, acusado de traição, pelo tribunal revolucionário.

costumes ingleses que nos invadem, e há programa mais apetitoso? Na Inglaterra, é assim que se pratica; os mais altos problemas discutem-se e resolvem-se *entre la poire et la fromage*<sup>344, 345</sup>

Seria possível encontrarmos “Amandinha” em meio a estas ocasiões de confraternização e articulação política à mesa. Estes eventos, como nos afirma a nota citada anteriormente, nos aponta para os momentos de descontração como oportunidades peculiares para o trato dos assuntos públicos, sobre os quais as mulheres certamente tomavam parte, valendo-se, por vezes, do afrouxamento das tensões impostas pelos ambientes formais da política. Afinal, como teria dito o barão de Cotegipe, “não se faz política sem bolinhos”.<sup>346</sup>

Em 26 de março de 1884 o *Gazeta de Notícias* publicou em primeira página os eventos organizados na Corte em homenagem à abolição da escravidão na província do Ceará. A programação das comemorações incluía discursos, entrega de cartas de alforria a escravos, de presentes ao imperador e de medalhas comemorativas a simpatizantes da causa, além de um cortejo.

Este conjunto de atividades deu-se “com pompa e brilhantismo com que sempre tem realizado as suas festas, a Sociedade Abolicionista Cearense”, noticiou a *Gazeta*, e dispôs da doação de prendas para um bazar, a fim de reunir fundos para a empreitada contra o cativo, que havia tomado maior fôlego a partir da década de 1880.<sup>347</sup> Um grupo de senhoras ofereceram artigos que pudessem ser arrematados em leilão, entre elas estava “D. Maria Amanda Paranaguá Dória”, doadora de “um mimosíssimo ramo de flores de cera, delicadíssimo trabalho da ofertante, numa redoma de vidro com peanha de *poirier*”.<sup>348</sup>

A demonstração pública de uma das amigas mais íntimas da princesa poderia sugerir, com maior visibilidade, o engajamento dos soberanos na causa da abolição. A presença da senhora também procurava desfazer a imagem negativa do governo sob a presidência do seu pai, que havia caído no ano anterior, fato que o *Gazeta da Tarde* atribuía à iniciativa da Câmara dos deputados, dizendo que

quando todos esperavam, e alguns murmuravam mesmo, com o sussurro da reprovação, que o ministério se consolidaria, devido ao apoio moral que lhe tinha prestado o imperador, indo assistir ao casamento do Sr. conde de Barral com uma filha do Sr. presidente do conselho, eis que repentinamente retira-se o gabinete do poder [...].

---

<sup>344</sup> Que traduzido do francês, significa, “entre a pera e o queijo”, expressão para se referir às ocasiões de banquetes.

<sup>345</sup> *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, nº 248, 1881, p.2.

<sup>346</sup> PINHO, Wanderley de Araújo. *Salões e damas do Segundo Reinado*. Op. Cit., p. 12.

<sup>347</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26/03/1884, p.1.

<sup>348</sup> *Ibidem*. “*Poirier*” significa “pereira”, em francês.

O país viu assombrado o imperador fazer a um seu primeiro ministro, o que nunca fizera com os grandes homens, com os estadistas de vulto, mesmo na hora que beiravam o túmulo.<sup>349</sup>

Mas não era só a este escândalo que causaria a queda do Gabinete chefiado por Paranaguá. O seu governo era acusado de ser morno, “bastante covarde para ao mesmo tempo afagar os abolicionistas de bom estômago e aos negreiros de má catadura”.<sup>350</sup> O ministério era apontado como causador do atraso da marcha à favor da abolição, questão imperiosa para a opinião pública inflamada pela imprensa. No começo daquela década, Patrocínio bradava que “negar a pujança de uma tal opinião, que se representava já por uma luta apaixonada em todo o Império, que se cobre hoje de uma rede de associações abolicionistas e de centros de resistência escravagistas, é negar a verdade”.<sup>351</sup>

Em 2 de dezembro de 1885, não seria estranho imaginarmos um aglomerado de pessoas às portas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro que encontrava-se adornada sob as cores do Império. Os populares queriam ver a família imperial acompanhada do seu séquito, composto pelos funcionários do paço, com suas damas, políticos, embaixadores e toda sorte de titulares graúdos do país. O edifício, localizado no Campo da Aclamação, recebia os imperantes em ação de graças ao sexagésimo aniversário do monarca, pelo que se libertariam cativos.

A solenidade teve ponto alto na entrega de cartas de alforrias, sobre as quais a imprensa fluminense dedicou especial atenção. Este mesmo momento foi perenizado pelos pinceis de Pedro José Pinto Peres, em uma tela de dimensões consideráveis, portando 2,20cm de altura, por 3,28cm de comprimento. A obra foi resultado de uma votação ocorrida meses antes do evento, em outubro, visando encomendar uma “pintura da tela comemorativa da primeira libertação municipal”, como noticiou o *jornal do Comércio* em 3 de outubro de 1885.<sup>352</sup>

Ao que nos parece, Peres fez notar a presença de “Amandinha” entre outras senhoras, o que seria muito provável tendo-se em conta a sua proximidade com os soberanos e o cargo do seu marido como presidente da Câmara dos Deputados.<sup>353</sup> Aos indícios soma-se também a semelhança entre a pintura e a própria senhora Paranaguá Dória, fortalecendo a hipótese de

---

<sup>349</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 15/05/1883, p.1.

<sup>350</sup> *Idem*, 06/03/1883, p.1.

<sup>351</sup> *Jornal da Tarde*, Rio de Janeiro, 30/08/1884, p.1.

<sup>352</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 03/10/1885, p.4.

<sup>353</sup> BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de M. Dória., *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Op. Cit., p. 53.



que seja ela a mulher assentada ao lado esquerdo da obra, vestida de azul, com um leque à mão.



Figura 62. Pedro José Pinto Peres. *Princesa Isabel entrega carta de liberdade*, 1885.



Figura 63. Detalhe da tela de Pedro Peres onde figura, supostamente, “Amandinha” ao centro do recorte, vestindo azul.

A obra, encontra-se ainda hoje *monumentalizada* e exposta ao público na Câmara de vereadores do Rio de Janeiro, na imensa parede à direita de quem entra neste edifício. A

narrativa a que a tela se presta, encontra consonância com os elementos publicados pelo periódico *O País*, no dia 3 de dezembro daquele ano de 1885.

Em um dos extremos dessa sala estava o estrado com as quatro cadeiras de espaldar sob dossel, destinadas à família imperial [representada ao centro da tela por Pedro Peres]; à esquerda a fila de cadeiras reservadas aos ministros e corpo diplomático; à direita e em frente um estrado com mesa e com cadeiras para exclusivo assento dos vereadores.

O centro da sala era ocupado pelas bancadas para os concorrentes convidados, e ao fundo, extremo oposto ao do trono, existia sobre um estrado um piano de causa e um órgão, tendo por guarda de honra as alunas dos colégios municipais de S. José e S. Sebastião, vestidas de branco e ornadas, umas com faixas encarnadas e outras amarelas [conforme nos mostra a tela de Peres].<sup>354</sup>

A tela em questão apresenta elementos importantes sobre uma relação existente entre os colégios municipais de São José e de São Sebastião com a Associação Protetora da Infância Desvalida, organização, como já discutido, da qual Amanda Paranaguá Dória participava com revelo.<sup>355</sup> Esta informação reforça ainda mais as suspeitas de ser ela mesma quem figura sentada, à esquerda, na tela. Do grupo de crianças localizado no canto inferior direito da obra, destaca-se a acentuada presença negra, isso porque a Escola Municipal de São Sebastião localizava-se no sítio conhecido como a “Pequena África”, onde segundo o recenseamento de 1872, dentre a população dali, “cerca de 5.882 eram crianças livres, menores de 15 anos”.<sup>356</sup> A composição racial das crianças, deste modo, seria expressão visível da formação populacional dos lugares onde as escolas estavam estabelecidas.

Aos pés da princesa Isabel, ao lado direito da imagem, localizam-se de joelhos uma escrava rodeada de três crianças, seus filhos, sobre os quais *O país* tomou nota, relatando que naquele “desfilar da escravidão para a liberdade, causaram funda sensação ainda as 25 escravas, que, com uma das mãos recebiam a carta, com a outra conduziam a prole até então de filhos livres de mãe escrava”.<sup>357</sup>

Ao analisar uma cerimônia no Teatro Politeama, em Salvador, que conferia cartas de liberdade a escravos, ao longo de um banquete composto por gente graúda da cidade, nos idos anos de 1884, Wlamyra de Albuquerque sinaliza para o uso da comoção popular nas articulações dos espetáculos abolicionistas. Assim como ocorreu na cerimônia com a família imperial na Câmara dos vereadores da Corte, Albuquerque afirma que

por certo o uso da emoção foi um traço importante na construção de discursos e ações em prol do fim da escravidão; a comoção provocada pela conquista da alforria impregnava as relações entre escravos e abolicionistas e transbordava para as

<sup>354</sup> *O país*, Rio de Janeiro, 03/12/1885, p.1.

<sup>355</sup> MARTINEZ, Alessandra Frota. A Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida e os “palácios” escolares de São Sebastião e São José. In: *Educar e instruir. Op. Cit.*, p. 153-179.

<sup>356</sup> Idem, p.171.

<sup>357</sup> *O país*, Rio de Janeiro, 03/12/1885, p.1.

interpretações sobre possíveis diferenças entre a “raça emancipada” e a “raça emancipadora”. [...] A atmosfera de redenção abolicionista do evento reiterava as regras e distinções construídas no mundo escravista.<sup>358</sup>

O espetáculo ritualizado da entrega pública de cartas de alforria forjava e conferia uma áurea de bondade por parte da “raça emancipadora”, induzindo a “raça emancipada” a se conservar numa postura de gratidão pela liberdade. Naquela cerimônia em honra aos sessenta anos do imperador, somaram-se a entrega 133 cartas de liberdade, de acordo com *O país*, atribuindo grandeza à celebração.<sup>359</sup>

O impresso ainda dá nota a uma analogia, na qual estaria presente na Câmara, “a liberdade, representada por uma excelsa princesa”.<sup>360</sup> Àquela altura, a saúde do imperador vacilava e os problemas políticos do país se avultavam, suscitando de um modo geral, expectativas e desconfianças sobre um Terceiro Reinado sob a autoridade de Isabel, o que impulsionava a promoção de sua imagem pública.<sup>361</sup> A condessa de Barral preocupava-se com a saúde vacilante do monarca, desabafando à sua “Amandinha que

cada vez que chega um vapor eu assusto-me porque não sei que novas pode trazer – O Sebastião Guimarães é falador, mas as vezes verdade e muita pena me fez dizendo que achou o Imperador tão alquebrado, tão velho, tão bambo das pernas e até tão distraído [...].

C. de Barral. [grifos do original].<sup>362</sup>

Face a isso, após felicitar a sua afilhada e o seu marido por este ter assumido a presidência da Câmara dos Deputados Gerais naquele mesmo ano de 1885, a condessa fazia votos de sucesso ao ministério Saraiva, “porque realmente nosso pobre país muito precisa tomar melhor jeito”.<sup>363</sup> De fato, segundo Sérgio Buarque de Holanda, a queda do ministério anterior, liderado por Manuel de Sousa Dantas, este que havia servido de testemunha no casamento de Amandinha e Franklin, veio a termo depois dele propor a libertação dos escravos a partir de 60 anos sem a necessidade de indenização aos proprietários.<sup>364</sup>

---

<sup>358</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.82.

<sup>359</sup> *O país*, Rio de Janeiro, 03/12/1885, p.1.

<sup>360</sup> *Ibidem*.

<sup>361</sup> DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora dos escravos”*: um estudo das representações sobre a princesa. Dissertação de mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2001, p.85.

<sup>362</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. Carta pessoal, 1885. DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. Recife. In: BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. *Cartas e autógrafos da condessa de Barral à baronesa de Loreto. (1873-1890)*. Op. Cit..

<sup>363</sup> *Ibidem*.

<sup>364</sup> BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de M. Dória,. *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Op. Cit., p. 28.

Esta postura de Dantas influenciada pelas críticas abolicionistas, forneceu ao Partido Liberal “o pretexto para, repudiando Dantas, afastar de si a responsabilidade – que nenhum dos dois partidos queria assumir – da iniciativa na transformação do *status quo legal*”.<sup>365</sup> O gabinete Saraiva, ascendido em julho de 1884, contaria com a participação de João Paranaguá. Na pasta dos Estrangeiros ele responderia ao Conselho responsável por assumir a difícil situação política instalada diante da questão do “elemento servil”, ao que prometia “nem retroceder, nem parar, nem precipitar” a marcha da abolição.<sup>366</sup>

A posse de Saraiva à frente da organização dos ministérios propôs o término gradual da escravidão para os escravos a partir dos sessenta anos, mediante a prestação de serviços destes, durante três anos ou até os 65 anos de idade, como forma de indenização aos proprietários. Desta forma, Saraiva reconhecia por escrito, de acordo com Joseli Mendonça, a legalidade da escravidão no Império, uma vez que a indenização procurava compensar a perda de uma propriedade atestada como legítima.<sup>367</sup>

A escravidão consistia em assunto delicado às autoridades imperiais, uma vez que o cativo havia se consolidado como espinha dorsal da vida social e econômica do país. A partir da década de 1880, a classe senhorial deparava-se, de acordo com Maria Helena Machado, com a

ascensão de militâncias abolicionistas de cunho parlamentar e jornalístico, cuja crescente radicalização chegou a ensejar, entre os contemporâneos, temor de que estivesse em curso uma perigosa perda de limites de contenção entre o mundo da política formal e a desordem social.<sup>368</sup>

“Amandinha” certamente compreendia o estado de preocupação da sua madrinha, ela mesma que já havia presenciado outrora, na Bahia, a Sabinada entre 1837 e 1838 e na França, em 1848, a Revolução que destituiu Luís Felipe, convulsões sociais que acarretaram em perturbação da ordem estabelecida.<sup>369</sup> Seja como for, guardadas as suas próprias dimensões, a situação política do Império não era das mais confortáveis, motivo de conversas entre madrinha e afilhada nas correspondências que cruzavam o Oceano.

---

<sup>365</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico*, v. 5: reações e transações. 8ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 252.

<sup>366</sup> *Ibidem*.

<sup>367</sup> MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *A lei de 1885 e os caminhos da liberdade*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 1995, p.116.

<sup>368</sup> MACHADO, Maria Helena P. T.. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebelião dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo Salles (org.). *Brasil Imperial, 1870-1899*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.375.

<sup>369</sup> Sobre a Sabinada ver: TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: UFBA, 2003, cap.18. Sobre a Revolução de 1848 ver: HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 35ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

“Temos muita pena de ver seu querido pai outra vez metido na arengada ministerial”, confessava a condessa, “mas não posso deixar de louvar seu patriotismo principalmente em quadro tão atrapalhado!”.<sup>370</sup> Atrapalhado era um adjetivo mais ameno para uma situação que se tumultuava entre o Estado imperial e os graúdos fazendeiros. A velha baiana seguia dizendo que

a política não passa de ser gaveta que se abre, gaveta que se fecha. Uns terão dessa gaveta cobres, outros pelo contrário esvaziam nela a algibeira... e nessa luta do esperto contra o simplório vai-se a vida.<sup>371</sup>

A alusão da condessa dizia respeito à rotatividade entre liberais e conservadores no poder, “gaveta que se abre, gaveta que se fecha”, além de se referir aos escândalos de corrupção que pairavam sobre aqueles que se apossavam dos “cobres” da gaveta. As ditas gavetas da política guardavam também desafios para aqueles que não gostariam de se responsabilizar por possíveis transformações no *status quo*.

---

<sup>370</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. Carta pessoal, França, 11/05/1885. DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. Rio de Janeiro. In: BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. *Cartas e autógrafos da condessa de Barral à baronesa de Loreto. (1873-1890)*. Op. Cit..

<sup>371</sup> Ibidem.

## CAPÍTULO 4 – DAMA DE UMA PRINCESA, REGENTE

“Janeiro 5 [de 1887]. A princesa imperial, seu marido e filhos partiram para Europa”.<sup>372</sup>

Foram estas as palavras registradas no livro de memórias de Franklin Dória. A viagem se daria em plena campanha abolicionista e serviria para arejar a vida familiar da herdeira do trono. À ocasião, “Amandinha”, tornada dama de palácio, ficaria mais um vez longe da sua amiga, ocupando-se dos assuntos da Associação de Proteção à Infância Desamparada e da Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional, como nos dá nota o *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Comércio*, respectivamente.<sup>373</sup>

No entanto, em fevereiro de 1887, o imperador foi atingido por um mal súbito “quando estava assistindo a um espetáculo de ilusionismo, ele foi atacado por uma dor de cabeça”.<sup>374</sup> Depois de meses enfermo e sem que os médicos da Corte lhe pudessem dar um diagnóstico preciso, a princesa foi convocada a retornar ao Brasil, onde chegou em 6 de junho daquele mesmo ano.<sup>375</sup>

D. Pedro II foi convencido, por orientações médicas, a viajar para a Europa a fim de procurar sanar as enfermidades que lhe afligiam e, enquanto isso, Isabel assumiria mais uma vez a regência. Na entrevista que concedeu em 1925, a senhora Paranaguá Dória afirmou que o imperador “quando foi de sua viagem à Europa, em 1887, quis levar-me também, mas a princesa Isabel, que ficava na regência, não quis que eu seguisse”.<sup>376</sup> Seria a primeira viagem de “Amandinha” à Europa, se não fosse a princesa querer contar com o seu apoio no trato dos assuntos públicos, pelos quais a senhora mostrava portar certa desenvoltura. Havia pouco menos de um ano desde a sua nomeação como dama de palácio, sob os seguintes termos redigidos pelo barão de Mamoré, ministro do Império do gabinete Cotegipe:

tendo a atenção às qualidades que concorrem na pessoa de Dona Maria Amanda Paranaguá Dória: Hei por bem e me apraz nomeá-la Dama de Palácio, com exercício junto à Princesa Imperial. Palácio do Rio de Janeiro, em quinze de outubro de mil oitocentos e oitenta e seis, sexagésimo quinto da Independência e do Império.

---

<sup>372</sup> BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de M. Dória. *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Lata 659, livro 1. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro, p.91.

<sup>373</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10/01/1887, p.2; 13/03/1887, p.2; *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13/03/1887, p.1.

<sup>374</sup> BARMAN, Roderick J.. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005, p.240-241.

<sup>375</sup> Idem, p.241.

<sup>376</sup> MONTEIRO, Mozart. A família Imperial. *RIHGB*, v. 152, 1925, p. 80.

D. Pedro II.<sup>377</sup>

Ao reuinar qualidades fundamentais para desempenhar o ofício de dama junto à herdeira do trono, das quais fidelidade e discrição deveriam ser primordiais, “Amandinha” ficaria na Corte a fim de servir à regente frente às conturbações políticas que despontavam das tribunas do parlamento, das ruas e das lavouras. As apreensões quanto à saúde do imperador depois de sua partida era de que não voltasse com vida, e que viesse fazer no Brasil sob o reinado de sua filha Isabel. Tal possibilidade rearranjaria a balança do poder entre aqueles que ocupavam posições de prestígio. Amanda Paranaguá Dória, neste sentido, seria então dama de uma imperatriz, o que municiaria ainda mais sua influência social. No entanto, era preciso trabalhar em favor do realce da imagem da princesa, como exigia a sua condição de dama, alicerçando e pavimentando o futuro daquela que governaria o país.

O caminho desta terceira regência apresentaria à princesa certos percalços em sua lida com o presidente do conselho de ministros, o baiano Cotegipe. “O dever impunha-lhe subir ainda uma vez os degraus do trono para ler a uma assembleia indócil”.<sup>378</sup>

A princesa e seu grupo seletivo de amigas passaram a se engajar abertamente em atitudes abolicionistas. E neste meio figurava sua “Amandinha”. De acordo com Eduardo Silva, em 1888,

não faltava ao esquema [de promoção de fugas e alojamentos de escravos] nem mesmo o apoio de importantes damas da Corte, como madame Avellar [a Mariquinhas], dona Amanda Paranaguá Dória e Cecília, condessa da Estrela, companheiras fiéis de Isabel e também abolicionistas.<sup>379</sup>

Na lida com os negócios públicos, a regente encontrou obstáculos nas ideias do barão de Cotegipe que procurava conduzir com morosidade, senão atravancar qualquer medida que pudesse significar grandes mudanças na questão da abolição.<sup>380</sup> A figura de Isabel aparentemente não desinibia as inseguranças dos ministros que o imperador deixou ao partir, conferindo à regência contornos difíceis.

O estopim dos desacordos entre a regente e o barão encontraria desfecho na prisão do capitão-tenente Leite Lobo, reformado da armada, pelos policiais da Corte, sobre os quais pesaram acusações de agressão contra o detido. O *Gazeta de Notícias* divulgou em primeira página, sob o título maiúsculo de “CRIME DA POLÍCIA”, que tudo aconteceu por conta de

<sup>377</sup> BRASIL. Decreto de nomeação de Amanda Paranaguá Dória, baronesa de Loreto, para a função de dama de palácio com exercício junto à princesa imperial. Assinado barão de Mamoré, com a rubrica do imperador. *Rio de Janeiro*, 15/10/1886. DL 299, pasta 2. Coleção baronesa de Loreto. IHGB, Rio de Janeiro.

<sup>378</sup> CALMON, Pedro. *A princesa Isabel: A redentora*. São Paulo, Rio, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 162.

<sup>379</sup> SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 28.

<sup>380</sup> CALMON, Pedro. *A princesa Isabel*. Op. Cit., p. 134-135.



Lobo, “que infelizmente não está no pleno gozo de suas faculdades mentais”, ter se dirigido a uma transeunte em voz alta, o que teria chamado a “atenção do rondante, o qual, comparecendo, deu voz de prisão”.<sup>381</sup>

Pedimos licença para atentarmos sobre a referida prisão, da qual resultaria a queda do ministério Cotegipe, que mereceu especial atenção da senhora Paranaguá Dória, pelas observações que fez posteriormente nas movimentações do parlamento. A condução forçada do capitão-tenente, teria se dado a base de “socos, pontapés e pranchadas”.<sup>382</sup> *O país*, por sua conta, arrastou o episódio para uma dimensão de classe, afirmando que “o governo tem vulgarizado por tal forma os distintivos, os galões, as fardas” e ainda,

não falando em tudo quanto se faz e se tem feito para tornar a profissão militar odiosa e deprimente, basta atentar para os frequentes desacatos de que são vítimas os oficiais do exército e da armada.<sup>383</sup>

As críticas sobre a ocorrência prometia respingar sobre o ministério e perturbar a regência. *O comércio* lançou nota onde acusava o *O país* e a *Gazeta de notícias*, de urdirem uma “segunda questão militar”, a fim de causar “um desastre inevitável ao governo”.<sup>384</sup> Pedro Calmon, que se dedicou ao assunto, nos afirma que a dita prisão de Leite Lobo tomou proporções maiores. Além da notícia alastrar-se pelos impressos fluminenses, acabou por insuflar os ânimos de marinheiros que se ressentiram do que consideraram insulto à instituição da Armada.<sup>385</sup>

Os protestos logo alcançaram Coelho Bastos, chefe de polícia do Rio de Janeiro, que despediu o comandante da estação policial responsável pelo caso, procurando, desta forma, repelir as críticas ao corpo policial, o que não se mostrou eficaz. O barão de Cotegipe, “presidente do Conselho [de ministros], porém, continuou a prestigiar Coelho Bastos. Foi então que a princesa, irritada, interveio”.<sup>386</sup>

Este foi o motivo que contribuiu para que o barão de Cotegipe fosse até o paço de São Cristóvão no dia 7 de março de 1888, pedir formalmente a demissão do seu gabinete, dando lugar a um outro grupo de ministros encabeçado por outro conservador, João Alfredo Correia de Oliveira, sob a escolha da própria princesa.<sup>387</sup> “Amandinha” acompanhava tudo de

---

<sup>381</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26/02/1888, p.1.

<sup>382</sup> *Ibidem*.

<sup>383</sup> *O país*, Rio de Janeiro, 29/02/1888, p.1.

<sup>384</sup> *O comércio*, Rio de Janeiro, 05/03/1888, p.2.

<sup>385</sup> CALMON, Pedro. *A princesa Isabel*. Op. Cit., p.183-184.

<sup>386</sup> *Ibidem*, p. 184.

<sup>387</sup> BARMAN, Roderick J.. *Princesa Isabel do Brasil*. Op. Cit., p. 246-247.

perto, compartilhando das apreensões que tomou a princesa no percurso dos assuntos públicos.

A imprensa, de uso do caso, estampou a queda de um gabinete e a ascensão de outro. Todos sabiam que as relações entre a regente e o gabinete não andavam bem das pernas, “toda a gente sabia que o ministério estava enfermo, mas ninguém contava que ele sucumbisse tão cedo”.<sup>388</sup> Corria a impressão de que o novo gabinete apontado pela princesa revigoraria a “questão do elemento servil”. O *Jornal do Comércio* publicou em primeira página, a 9 de março daquele ano de 1888, que

- “O Sr. Barão de Cotegipe escreveu ao conselheiro João Alfredo pedindo-lhe que se desse pressa em organizar o novo gabinete à vista da gravidade das circunstâncias.”
- “O Sr. Conselheiro João Alfredo respondeu que, tendo de consultar amigos políticos e desejando formar um gabinete duradouro, não poderia, antes de domingo [11], chegar a uma organização definitiva”.<sup>389</sup>

De fato, como advertiu Cotegipe, a situação era grave. Ao que, a princesa tentaria dissimular em sua *Fala do Trono*, em 3 de maio de 1888, quando dirigiu-se ao parlamento, em companhia da sua família e provavelmente de suas duas damas, a fim de conduzir a abertura dos trabalhos legislativos daquele ano.

Dispondo de um novo ministério, a regente versou sobre os negócios públicos do Império e, antes de terminar, dedicou-se a falar sobre a escravidão, a “infeliz herança”, como se referiu.<sup>390</sup> Dizia que a questão da abolição já era causa movida a partir “do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil”, sustentou que seu processo dava-se em tons pacíficos, tentando escamotear, dentre outras coisas, os confrontos políticos e as empreitadas escravas contra o cativo.<sup>391</sup> Neste sentido, induzia a assembleia a viabilizar a abolição, a partir da qual teria lugar, segundo seu pronunciamento, o aceleração da imigração, medidas de povoamento e ocupação do território nacional, além de promover iniciativas em favor da agricultura do país.<sup>392</sup>

---

<sup>388</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 08/03/1888, p.1.

<sup>389</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 09/03/1888, p.1.

<sup>390</sup> BRASIL. Fala com que Sua Alteza Imperial a princesa regente abriu a terceira sessão da 20ª legislatura da Assembleia Geral, no dia 3 de maio. In: BRASIL. *Falas do trono desde o ano de 1823 até o ano de 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 859.

<sup>391</sup> *Ibidem*.

<sup>392</sup> BRASIL. Fala com que Sua Alteza Imperial a princesa regente abriu a terceira sessão da 20ª legislatura da Assembleia Geral, no dia 3 de maio. In: BRASIL. *Falas do trono desde o ano de 1823 até o ano de 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 860.

#### 4.1 - Uma dama emissária nas casas do parlamento

Certamente levada pelos pedidos da princesa e conduzida pelos seus próprios interesses, em 7 de maio, “Amandinha” dirigiu-se ao Senado, aquele ambiente composto de gente “um pouco de homens, outro pouco de instituição”, como fez anotar Machado de Assis, e entre os quais figurava o pai da dama, o visconde de Paranaguá.<sup>393</sup> Sendo a referida senhora uma pessoa íntima da princesa e gozando de sua estima, serviria como informante adequada dos acontecimentos que resultaram na queda do ministro baiano e na ascensão do senador João Alfredo. Neste sentido, é possível que contando com a confiança na senhora Paranaguá Dória, a regente quisesse um relato isento das críticas que moviam parte significativa da imprensa.

Destá visita, “Amandinha” redigiu uma carta endereçada à princesa, na qual expôs as reações dos senadores diante do velho e do novo ministérios. Era o final da manhã daquele 7 de maio, quando a sessão foi aberta. A dama da princesa estava acompanhada do seu marido, Dória, e do seu pai que logo se assentou entre o corpo senatorial. Não foi sem dificuldade que alcançaram o interior da instituição. Seus cômodos “encheram-se de curioso, ávidos da palavra governamental, e principalmente das declarações do governo decaído”.<sup>394</sup>

A missiva que narra esta ocasião não foi datada, entretanto, pelo cruzamento do seu conteúdo com as atas das sessões do Senado, pudemos concluir que tenha sido redigida no dia 7 de maio de 1888.

Minha Muito querida Princesa

São três e meia e voltamos das duas Câmaras – No Senado, Cotegipe leu as implicações da retirada do gabinete, lemos a carta dele em resposta à de V. A. I. a concluímos pelo pedido de demissão coletiva. [grifos do original]<sup>395</sup>

Segundo consta em ata, depois de pedir atenção dos presentes, Cotegipe fez uma apreciação das condições que levaram à demissão do seu gabinete. Versou sobre “alguns distúrbios, que, por duas noites sucessivas, perturbaram gravemente a tranquilidade pública”, em decorrência da prisão do capitão-tenente Leite Lobo.<sup>396</sup>

---

<sup>393</sup> ASSIS, Machado de. *O velho Senado*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2004, p.26.

<sup>394</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 08/05/1888, p.1.

<sup>395</sup> DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. *Carta pessoal, Rio de Janeiro, [07/05/1888]*. D’EU, Isabel, condessa. Petrópolis. CCXIV -1 (02), doc.: 01. Arquivo Imperial de Petrópolis. Petrópolis-RJ.

<sup>396</sup> BRASIL. Ata da 3ª sessão em 7 de maio de 1888. In: *Anais do Senado do Império do Brasil*, ano de 1888. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p.16.

O barão disse ainda que, em reunião com a princesa, no palácio de São Cristóvão, sugeriu que o governo tomasse providências necessárias “para fazer com que a polícia entrasse de novo a prestar os serviços que lhe são reservados”. A posição de Cotegipe não incluía repreensão ao chefe de polícia, Coelho Bastos, sobre o qual pesou a responsabilidade dos atos de violência dispensados pelos policiais ao reformado da Armada.

Isto porque o barão defendia que “o Sr. chefe de polícia da Corte tinha em tudo procedido de acordo com o governo”, disse ainda, que as críticas ao referido chefe de polícia atingia diretamente o seu governo, ao que respondeu ser adequado a demissão do ministério.<sup>397</sup> “João Alfredo”, escreveu a dama, “respondeu lendo a carta recebida do ex-presidente do conselho e expondo os motivos de sua entrada pelo atual Ministério”.<sup>398</sup> Na ata consta que em sua resposta, Alfredo afirmou o compromisso do seu gabinete para com a princesa, empregando “a maior diligencia para que a reforma do elemento servil seja feita sem demora”.<sup>399</sup>

Cotegipe teria replicado, “insistindo que o motivo de sua retirada fora a exigência da saída do chefe de polícia” e que “havia perdido a confiança de Vossa Alteza”.<sup>400</sup> A divergência diante da prisão de Lobo Leite, reformado da Armada, foi o estopim para que a regente se livrasse de um ministério com o qual tinha divergências de ideias, como ela mesma afirmou em carta ao imperador e a imperatriz.<sup>401</sup> Cotegipe parecia levar com morosidade as sugestões da regente como quem procurava ganhar tempo para que não recaísse sobre a sua responsabilidade as consequências de ter modificado a ordem estabelecida. Em face da discussão que se instalou no Senado, depois das colocações entre Cotegipe e João Alfredo, Amandinha relatou que

falou o Silveira Martins, nos termos violentos que nós lhe conhecemos, e de modo bastante inconveniente, parecia mais um defensor do Cotegipe, e pressagiase a João Alfredo uma queda por vir ainda, depois de havê-lo atacado valentemente com sua voz de trovão cada vez aborreço mais esse tipo.  
Como foi ele pouco delicado para com Vossa Alteza! [grifos do original]<sup>402</sup>

---

<sup>397</sup> DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. *Carta pessoal, Rio de Janeiro, [07/05/1888]*. D’EU, Isabel, condessa. CCXIV -1 (02), doc.: 01. Arquivo Imperial de Petrópolis. Petrópolis-RJ.

<sup>398</sup> Ibidem.

<sup>399</sup> Ibidem.

<sup>400</sup> Ibidem.

<sup>401</sup> CALMON, Pedro. *Princesa Isabel, a Redentora*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre, 1941, p.172. BARMAN, Roderick J.. *Princesa Isabel do Brasil*. Op. Cit., p. 246-247.

<sup>402</sup> Ibidem.

A agressividade bancada por Silveira Martins suscitou a indignação da senhora Paranaguá Dória. Martins havia bradado que a princesa tinha ido procurar no mesmo partido de Cotegipe, o Conservador, um substituto para tocar novo gabinete, “ingeriu-se na economia interna dos partidos. Aniquilou o ministério da Câmara e criou o seu”.<sup>403</sup> Sob “apoiados”, Martins conferia à regente qualidades arbitrárias, concluindo que estavam à caminho da “revolução”, tendo seu início com a abolição, seguida de uma possível descentralização administrativa, desembocando nas “ideias de federação”.<sup>404</sup> Discurso que avivou “reclamações e sussurros” como constam em ata.

Entre os desentendimentos vívidos do Senado, nos conta “Amandinha”, “Ainda faltou o [Afonso] Celso, [... que] prometeu seu apoio no tocante da completa extinção do elemento servil”. Seguiu a dama afirmando que “João Alfredo [...] prometeu apresentar amanhã [dia 8 de maio] a proposta sobre a abolição, o qual provocou entusiásticos aplausos”.<sup>405</sup> Após esta declaração, a ata nos omite o que se sucedeu, entretanto, a dama da regente registrou que

Joaquim Nabuco fez um belo discurso, francamente de apoio ao J. Alfredo, por estar este acobertado com o manto do abolicionismo.  
E disse que, feita esta reforma, os liberais não deviam negar o seu apoio, mas sim ajudá-lo nas demais reformas.  
Teve palmas e bravos, que eram [r]espeitosas e partiam das galerias apinhadas.  
Adeus, adeus, concludo cumprimentando com Franklin a S. A. o Senhor Conde d’Eu e beijando a mão de  
Vossa Alteza Imperial  
Muito e muito grata serva e de coração  
Amanda.<sup>406</sup>

Finda a sessão, predominava a impressão de que “o governo vai encontrar grande facilidade para a passagem do projeto abolicionista”.<sup>407</sup> Tal sensação despertaria maior tranquilidade à “Amandinha” que, ainda sob o calor da ocasião, se apressaria em tranquilizar a princesa por meio da sua carta.

Sendo os olhos e os ouvidos da herdeira do trono, a senhora Paranaguá Dória adentraria à Câmara dos deputados no dia seguinte, com o objetivo de assistir à demonstração do projeto sobre o elemento servil proposta pelo novo gabinete, chamado “10 de março”, como prometido por João Alfredo no dia anterior.

8 de maio de 1888

<sup>403</sup> BRASIL. Ata da 3ª sessão em 7 de maio de 1888. In: *Anais do Senado do Império do Brasil*, ano de 1888. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p.20.

<sup>404</sup> Ibidem.

<sup>405</sup> DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. *Carta pessoal, Rio de Janeiro, [07/05/1888]*. D’EU, Isabel, condessa. CCXIV -1 (02), doc.: 01. Arquivo Imperial de Petrópolis. Petrópolis-RJ.

<sup>406</sup> Ibidem.

<sup>407</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 08/05/1888, p.1.

Minha muito querida Princesa

Volto neste momento, 3 horas da tarde, da câmara dos deputados, entusiasmada pela sessão de hoje. Aqui junto as minhas palmas às que, naquele recinto, recebeu Vossa Alteza Imperial.

Lá vai a descrição pálida[?] do que vi:

1º apresentaram as propostas de fazenda e da guerra os respectivos ministros que dificilmente romperam a multidão que enchia a porta de entrada o Thomaz Coelho passou a reboque de outro deputado que ia na frente abrindo caminho; o João Alfredo, mais magrinho, penetrou com mais facilidade; retiravam-se ambos com as formalidades do estilo.

2º Assim que o Rodrigo Silva apareceu, foi saudado freneticamente e coberto de flores no momento em que foi tomar lugar ao lado do Presidente da Câmara.<sup>408</sup>

“Amandinha” era tomada pelo ânimo das numerosas pessoas presentes, que espremiavam-se entre o salão e as galerias do recinto, certas de que disputavam entre si a melhor posição para testemunharem um momento importante da política nacional. “A abolição estava feita na consciência nacional”, afirmou com otimismo o *Gazeta de Notícias* em primeira página.<sup>409</sup>

Seguindo o rito, Rodrigo Augusto da Silva, ministro da Agricultura, entrou no salão e tomou acento à mesa da presidência da Câmara, para comunicar a proposta sobre a escravidão em nome da princesa regente e do imperador. Leu-se em alta voz:

#### PROPOSTA

Art. 1.º É declarada extinta a escravidão no Brasil.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Rio de Janeiro em 8 de Maio de 1888. – *Rodrigo A. da Silva*.<sup>410</sup>

A imprensa deu nota sobre a “grande manifestação de aplauso do público”.<sup>411</sup> Neste mesmo sentido, a dama tomava nota que “acabamos de ler a proposta da Abolição imediata e incondicional do Elemento servil, teve palmas e ramos de flores”. Aí, de acordo com ela, “vi umas camélias brancas parecidas com as do quilombo do Seixas”, quilombo este que, de acordo com Eduardo Silva, recebia a proteção da princesa.<sup>412</sup>

As camélias, que eram cultivadas em tal quilombo, iam tornar-se símbolo perfumado do abolicionismo nos ambientes do Palácio Isabel.<sup>413</sup> Tendo como proprietário o português José de Seixas Magalhães, e daí o nome que batiza o ajuntamento, o local, uma chácara,

---

<sup>408</sup> DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. Carta pessoal, Rio de Janeiro, 08/05/1888. D’EU, Isabel, condessa. CCXIV – 1 (01), doc. 01. Museu Imperial de Petrópolis. Petrópolis-RJ.

<sup>409</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 09/05/1888, p.1.

<sup>410</sup> BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 43.

<sup>411</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 09/05/1888, p.1.

<sup>412</sup> DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. Carta pessoal, Rio de Janeiro, 08/05/1888. D’EU, Isabel, condessa. CCXIV – 1 (01), doc. 01. Museu Imperial de Petrópolis. Petrópolis-RJ; SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.26.

<sup>413</sup> *Ibidem*, p.15.

acoitava escravos fugidos das mazelas do cativeiro.<sup>414</sup> Daí as flores saíam para darem-se como adorno político à gente do povo e aos parlamentares que haviam abraçado a causa do abolicionismo.

Certamente “Amandinha” pôde ver muitas camélias nas batalhas de flores organizadas no carnaval de Petrópolis, meses antes daquela seção que observava. O carro que a conduzia, juntamente com seu marido e seu pai, vinha logo atrás do automóvel que conduzia a princesa e sua família pelas ruas daquela cidade, “esmolando para a libertação de escravos”.<sup>415</sup>

Se por estas lembranças incorreu a senhora Paranaguá Dória, depois deu-se por conta que “o ministro [Rodrigo Silva] saiu carregado pelo povo”. Logo após, “levantaram-se todos os deputados e deram imensos vivas ao Imperador e a V. A. I. as galerias e várias pessoas do recinto”.<sup>416</sup> O clima era de comoção geral. A dama escreveu que

foi uma festa imponente e o nome de V. A. foi muito vitoriado.

Joaquim Nabuco pedia a palavra pela ordem e fez um brilhantíssimo discurso, acabando por propor que fossem dispensados os trâmites legais seguidos nas outras vezes e que prontamente se nomeasse a comissão para dar parecer rápido.

O presidente assinou ao requerimento e J. N., Celso, Maciel, Duarte de Azevedo e os mais, em cinco minutos deram seu parecer, que foi lido pelo Duarte de Azevedo no meio de manifestação de aplausos.

Mas era preciso que houvesse, como em todas as alegrias, uma nota discordante e essa foi a do Andrade Figueira, que estranhou a rapidez com que tudo isso era feito, disse que o presidente da Câmara havia exorbitado, que não era caso de urgência e que era contrário à Constituição o parecer da comissão.<sup>417</sup>

Afinado com os interesses dos grandes proprietários de escravos da província do Rio de Janeiro, Andrade Figueira evocava o regimento institucional, protestando ao presidente da Câmara que seria indispensável a tal situação que, “as comissões eleitas têm um processo a observar para os seus trabalhos”.<sup>418</sup> Figueira procurava retardar o processo ou, ao menos, tentava esmaecer a euforia abolicionista para a qual pedia-se licença, a fim de dispensar os trâmites regimentais do parlamento. Nas palavras da ata, o deputado fluminense ainda reclamou “contra a invasão de pessoas estranhas à Câmara, convertendo a augusta majestade do recinto em circo de cavalinhos!”, ao que Joaquim Nabuco teria respondido depois, de acordo com a carta da dama da princesa que,

---

<sup>414</sup> Ibidem, p.13.

<sup>415</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14/02/1888, p.1.

<sup>416</sup> DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. Carta pessoal, Rio de Janeiro, 08/05/1888. D’EU, Isabel, condessa. CCXIV – 1 (01), doc. 01. Museu Imperial de Petrópolis. Petrópolis-RJ.

<sup>417</sup> Ibidem.

<sup>418</sup> BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 45.



as manifestações do povo não deviam ser reprimidas como exigia o Andrade Figueira, por ser este um caso excepcional e muito mal comparado pelo A[ndrade]. F[igueira]. quando disse que aqueles corações eram mais próprios de um circo de cavalinhos, do que de uma Câmara.<sup>419</sup>

Na mesma ocasião, Andrade Figueira desferiu acusações à Nabuco, “por ter ~~he~~ dito que a reforma devia ser votada por aclamação da Câmara, embora nela houvesse algum coração de bronze” [rabiscado como na original].<sup>420</sup> Ao que “este discurso provocou estrondosa pateada, vaias, gritarias, enfim enorme balburdia”.<sup>421</sup>

A sessão ganhava tons mais adversos, sinais de apoios e reprovações por todos os lados, causando espanto na emissária, que tomou nota afirmando

Nunca vi sessão mais variada.  
Tivemos palmas, vivas, flores, vivas, gritarias e, finalmente na rua, grande número de pessoas com estandartes e música.  
Amanhã teremos a discussão da proposta, votada quase por unanimidade.  
Amanhã teremos a fortuna de ver Vossa Alteza Imperial cujas mãos Franklin e eu beijamos.  
Amandinha.<sup>422</sup>

Os acontecimentos pediam pressa e, deste modo, a referida carta seguiu para Laranjeiras no mesmo dia, onde encontraria a princesa. No dia seguinte, dia 9, “Amandinha” irromperia a limitação imposta pelo papel e iria à residência de Isabel para contar novamente, desta vez de viva voz, sobre a animada sessão que presenciou. Naquela mesma data, tiveram lugar mais discussões acaloradas na Câmara, das quais a princesa e sua dama saberiam as novidades por aliados e pelas páginas dos jornais.

Dos acontecimentos, o *Gazeta de Notícias* destacou o senhor Andrade Figueira, que havia rompido o debate, como “defensor da escravidão”. O periódico ainda acusava o político de ter se valido de “todos os argumentos, com que tem combatido todas as leis de emancipação desde 1871 até hoje”.<sup>423</sup> Isto é, dentre outras coisas, que a abolição exigia cautela de modo a não afetar as finanças públicas e particulares.<sup>424</sup>

Desde a década de 1870, por sinal, Sérgio Buarque de Holanda nos atesta que “o processo abolicionista acelerava-se”. Holanda acrescenta que, para isso, atuaram centralmente os escravos com suas fugas, pelas quais

---

<sup>419</sup> DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. Carta pessoal, Rio de Janeiro, 08/05/1888. D’EU, Isabel, condessa. Petrópolis. CCXIV – 1 (01), doc. 01. Museu Imperial de Petrópolis. Petrópolis-RJ.

<sup>420</sup> Ibidem.

<sup>421</sup> Ibidem.

<sup>422</sup> Ibidem.

<sup>423</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10/05/1888, p.1.

<sup>424</sup> ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.63.

abandonaram em massa as fazendas, sob o olhar indiferente das tropas chamadas para recambiá-los. Multiplicava-se os choques entre o povo e as autoridades que tentavam garantir a ordem e repelir as fugas. [...]

O processo abolicionista acelerava-se. A agitação crescia. [...].<sup>425</sup>

Neste clima de agitações, “Amandinha” se encaminhou novamente, em 10 de maio daquele ano de 1888, à Câmara dos deputados. Dizia em nova carta

Minha muito querida Princesa

10 de maio de 1888

[...]

Vi a sessão de hoje que esteve solene, o povo invadiu até o recinto da Câmara e era impossível conter as exclamações de entusiasmo que se ouviam a cada momento.

[...]

A 1 hora começou a 3ª discussão da proposta do elemento servil e o Lourenço de Albuquerque explicou o voto que dera na véspera em favor da grande questão.

Confessava não ter queda pelo abolicionismo e dizia não ser com o seu voto, [que] pudesse impedir a passagem dessa lei que vai ser causa de grandes males para a nossa pátria.

Depois de algum sentimentalismo fez uma invocação, sagrando a Deus que conjurasse as desgraças que vão cair sobre nós, e fizesse com que ele Lourenço se enganasse.<sup>426</sup>

Em seu longo discurso, Lourenço de Albuquerque evocou preocupações sobre as quais não se poderia esquecer, citando por esta razão o “risco que corria o crédito público, da redução da produção nacional e das grandes dificuldades resultantes de tais fatos”.<sup>427</sup> Sob apoiados, Albuquerque procurava dissimular sua posição buscando justificar o seu voto em favor da abolição, sem que isso significasse angariar animosidades ao seu respeito. Antes que terminasse a sua fala, o deputado pernambucano enunciou tempos difíceis, os quais talvez possam ter despertado temores em Amanda Paranaguá Dória. Disse ainda que previa “grandes males, e peço ao Deus das infinitas misericórdias que se amerceie de nós, em atenção às boas intenções com que a nação brasileira procede no passo muito grave que vai dar”.<sup>428</sup>

Findada a fala temerosa de Albuquerque, os olhos atentos da dama se puseram sobre Pedro Luiz Filho, deputado fluminense, o qual

---

<sup>425</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico - Reações e transações*. Vol. 3. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969, p.186.

<sup>426</sup> DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. Carta pessoal, Rio de Janeiro, 10/05/1888. D’EU, Isabel, condessa. Petrópolis. CCXIV – 1 (01), doc. 02. Museu Imperial de Petrópolis. Petrópolis-RJ.

<sup>427</sup> BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 64.

<sup>428</sup> BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 64.

falou em seguida com um processo atacando com veemência esta Reforma tão bela, estranhando as incoerências da Câmara que o ano passado pensava de outro modo e depois de muito gritar, acabava dizendo que a imprensa fora a causa principal desta reviravolta, conseguindo hipnotizar a Câmara, os ministros e até o Trono.<sup>429</sup>

No mesmo sentido que Albuquerque tinha apontado, Pedro Luiz firmou seu discurso sobre a crise para a qual o país desembocaria por, segundo ele, considerável parte das lavouras das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro ainda dependerem da mão de obra escrava. Como constam nos anais da Câmara e também como registrou “Amandinha”, este deputado teria dito que “a imprensa neutra abolicionista hipnotizou à Augusta Regente; esta ao honrado Presidente do Conselho, e S. Ex. à maioria da augusta Câmara, convertendo-se todos ao abolicionismo”.<sup>430</sup> Diante de tal afirmação, a dama retrucou em carta que então “venham sempre desta [a imprensa] hipnotismos tão humanos e nobres”.<sup>431</sup>

A emissária da princesa continuava dizendo que “tocava a música na porta, nas galerias e nos corredores havia enorme barulho!”, o que fez retardar o andamento da sessão.<sup>432</sup> Agremiações abolicionistas, e gente de todos os estratos sociais faziam volume dentro do recito e nas ruas em suas cercanias. Prosseguindo sua narrativa à regente, a dama notou que

o [Afonso] Celso fez um requerimento propondo que fosse considerado dia de festa Nacional o da passagem da Lei.

Joaquim Nabuco falou em ultimo lugar, felicitando a Nação por ter conseguido o fim desejado da abolição, e pedindo que o Senado fizesse o mesmo que a Câmara dispensasse os interstícios e votasse o mais depressa possível a referida Lei.

Terminamos seu discurso, repetiram-se os vivas.<sup>433</sup>

Entre os acontecimentos que mereceram a atenção de “Amandinha”, estava um retrato. “De em canto da galeria”, dizia ela, “não sei que fotógrafo teve a feliz ideia de assentar a máquina e tirar a vista daquela sessão, neste momento memorável!”.<sup>434</sup> O fotógrafo em questão foi possivelmente Antônio Luiz Ferreira, autor de uma fotografia da sessão de aprovação da Lei Áurea no Senado dias depois, em 13 de maio, além de outros retratos produzidos por ocasião da abolição, sendo também provável que a referida fotografia não tenha chegado até nós ou que ainda esteja por ser (re)encontrada.

---

<sup>429</sup> DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. Carta pessoal, Rio de Janeiro, 10/05/1888. D’EU, Isabel, condessa. Petrópolis. CCXIV – 1 (01), doc. 02. Museu Imperial de Petrópolis. Petrópolis-RJ.

<sup>430</sup> BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 66.

<sup>431</sup> DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. Carta pessoal, Rio de Janeiro, 10/05/1888. D’EU, Isabel, condessa. Petrópolis. CCXIV – 1 (01), doc. 02. Museu Imperial de Petrópolis. Petrópolis-RJ.

<sup>432</sup> Ibidem.

<sup>433</sup> Ibidem.

<sup>434</sup> Ibidem.

A missiva afirma que antes das duas da tarde a sessão havia se findado ao som de foguetes e “vivas prolongadas a S. M. o Imperador, a V. A. Imperial, ao Ministério e a várias outras pessoas”. “Houve linda chuva de flores desfolhadas e em buquês” [grifo da original], que caíram sobre as autoridades dirigentes da Câmara, comovendo o público presente. A dama seguia dizendo que, naquele clima, “o contentamento era visível em todas as fisionomias, mesmo o Andrade Figueira parecia calmo e sereno”.<sup>435</sup>

Antes de findar a carta “Amandinha” dizia à princesa da sua provável ida ao Senado no dia posterior, a fim de acompanhar o andamento do caso. Deste modo, indo mesmo ao Senado, prometia “aquilo que presenciar ali comunicarei a Vossa Alteza Imperial” e despediu-se da regente beijando ela e seu marido

a mão da boa e muito querida Princesa, cujos triunfos aplaudimos de coração.  
No ponto dos brados ouvi diversas conversas, mais ou menos neste gosto: “o deputado de tão bonita ação, não duvido pegar em armas e defender a Princesa!”  
E como estes, outros elogios!  
Saudamos respeitosamente a S. A. o Senhor Conde d’Eu e os Príncipes.  
Sempre com maior afeto  
Muito dedicada serva amiga de coração  
A.<sup>436</sup>

Não sabemos se a senhora Paranaguá Dória realmente compareceu ao Senado em 13 de maio. No entanto, não seria difícil que a dama se metesse entre a multidão que encheu o parlamento naquele dia, a pretexto de presenciarem o fim do cativo. Foi com este propósito que o já mencionado Antônio Luiz Ferreira foi ao Senado, sendo ele fotógrafo, atendia, até pelo menos 1885, à rua da Conceição, em Niterói, como atesta o *Almanaque Laermert*.<sup>437</sup> Desta ida ao parlamento, Ferreira posicionou a sua câmara em um dos cantos do edifício e com o auxílio de um *flash* de magnésio, recém introduzido no Brasil, conseguiria perenizar aquele momento em uma fotografia que segue.<sup>438</sup> Este retrato compõe um conjunto de treze imagens sobre o evento, autoria do próprio Antônio Ferreira, número simbólico referente ao dia da abolição, as quais foram presenteadas à princesa Isabel.<sup>439</sup>

---

<sup>435</sup> Ibidem.

<sup>436</sup> Ibidem.

<sup>437</sup> *Almanaque administrativo, mercantil e industrial do Império do Brasil para o ano de 1885*. Rio de Janeiro: Laemert &C., 1885, p. 1001.

<sup>438</sup> LAGO, Pedro; LAGO, Bia. *Coleção princesa Isabel: fotografia do século XIX*. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2008, p.288.

<sup>439</sup> Idem, p.288.



Figura 64. Antônio Luiz Ferreira. *Sessão de aprovação da lei de 13 de maio de 1888.*

De acordo com Pedro e Bia Lago, ao se debruçarem sobre as fotografias produzidas por Antônio Ferreira, relatam que a sua “ampla reportagem” com relação “à abolição no Brasil traz todas as tiragens originais coladas num cartão de suporte azul com a menção manuscrita pelo fotógrafo, acima, e o título da imagem, abaixo”.<sup>440</sup> A fotografia apresenta a assinatura de Ferreira no canto inferior esquerdo da imagem, capturando o ambiente senatorial tomado por homens, ávidos para verem os encaminhamentos que deveriam ser tomados pelos senadores, que voltavam a sua atenção à mesa da presidência.

Um olhar mais atencioso e demorado é possível reconhecermos entre políticos e a gente do povo, iluminados pelos lustres a gás do local, duas silhuetas femininas. Seriam elas das duas damas da princesa regente? Seria “Amandinha” acompanhada de alguma amiga ou irmã?

---

<sup>440</sup> Idem, p.292.



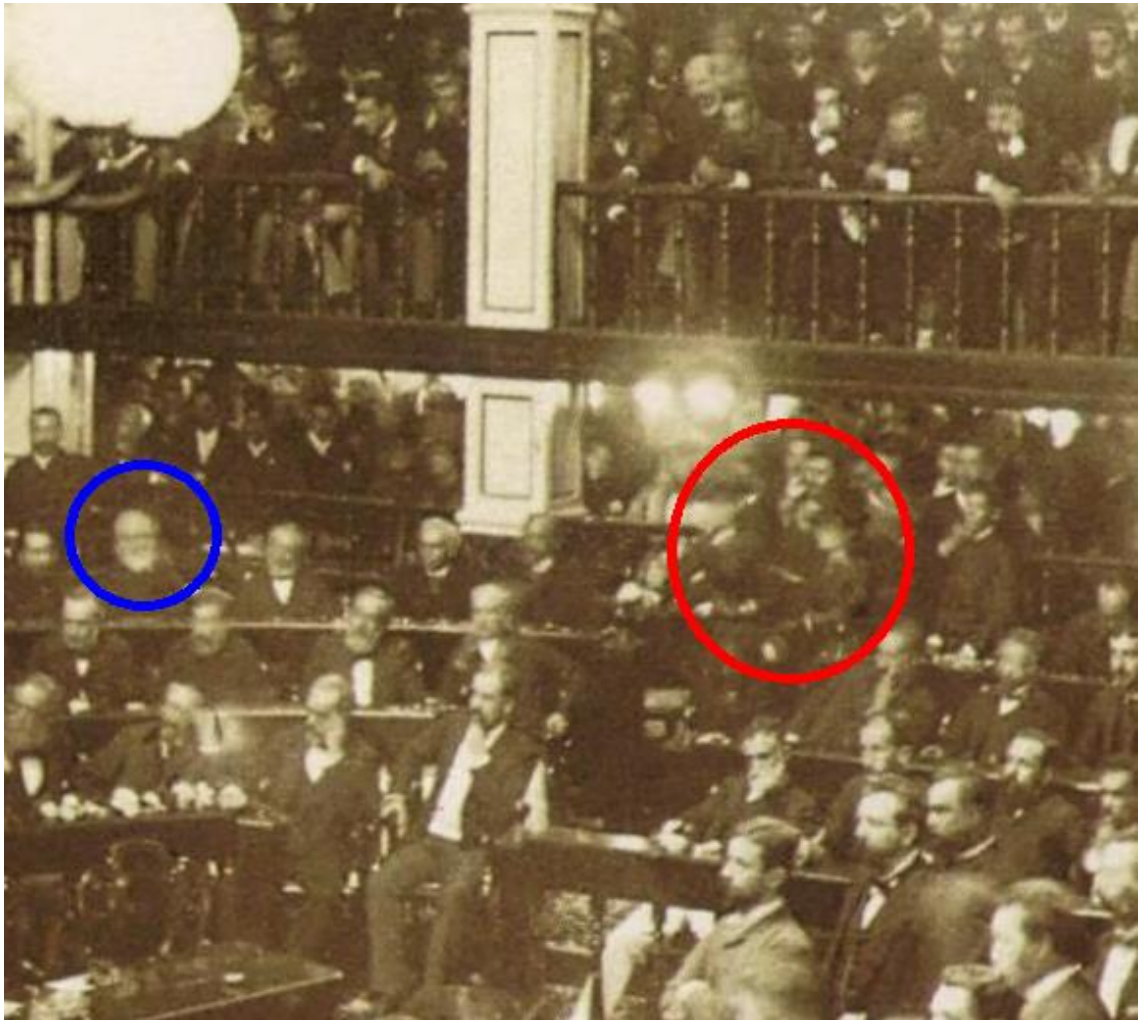


Figura 65. Detalhe da fotografia de Antônio Luiz Ferreira.

Circulada em vermelho estão as duas mulheres, uma atrás da outra, na qual a última toca a primeira com o seu braço direito. Para sustentar a dedução, de que pelo menos uma das duas era Amanda Paranaguá Dória, lançamos mão de três elementos importantes. O primeiro é o de que, como já vimos pelas cartas anteriormente mostradas, a dama tinha firme pretensão de acompanhar o processo de aprovação da lei de extinção da escravidão, indo pessoalmente tanto à Câmara quanto ao Senado. O segundo elemento é a posição privilegiada que a senhora ocupa no decorrer da sessão, o que seria compreensível em sua condição de dama da regente. O terceiro é que faria sentido “Amandinha” querer estar mais próxima ao pai, que era senador pelo Piauí e estava assentado entre seus colegas. Com base nisso, e supondo, pelas fotografias que já dispomos ao longo desta dissertação, acreditamos ser o próprio Paranaguá seja aquele que circulamos em azul.



Figura 67. Alberto Henschel. Visconde de Paranaguá, 1885, *carte cabinet*.

Entretanto, muitas outras mulheres concorreram à sessão, “as galerias, ocupadas por senhoras, davam um aspecto novo e entusiástico ao senado, onde reina a calma imperturbável da experiência”, o que nos sugere precauções diante dos indícios oferecidos.<sup>441</sup> Seja como for, de fato, seria difícil possuímos plena certeza que a fotografia tenha capturado a imagem da senhora Paranaguá Dória e Maria José de Avellar Tosta. O que importa, neste sentido, é compreendermos o envolvimento de “Amandinha” ao longo da causa abolicionista, que dinamizou parte da sua vida, em meio a um cenário que inspirava cuidados, uma vez que dispunha de um cargo de foro estatal e íntimo junto a princesa regente.

A fotografia que retrata a sessão no Senado, foi produzida na manhã do dia 13 de maio, a qual encarregaria uma comissão para que fosse, pela tarde, entregar à princesa regente a lei que com a sua assinatura aboliria formalmente a escravidão no país. Dentre o grupo de senadores nomeados para dirigir-se ao paço da cidade estava o visconde de Paranaguá que, certamente, já estava acompanhado de “Amandinha” e do seu genro, Franklin Dória.

Ao redor do parlamento era grande o número daqueles que foram esperar nas ruas o desfecho esperado para os seus festejos. Agremiações abolicionistas, a imprensa, homens, mulheres e crianças, especialmente aqueles que carregavam na pele alguma proximidade com cativo, davam-se em comemoração ao som dos grupos musicais que animavam as imediações.<sup>442</sup> As lentes de Antônio Luiz Ferreira nos dão as impressões sobre a comoção que tomava aquele momento.

<sup>441</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14/05/1888, p. 2.

<sup>442</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14/05/1888, p. 2.





Figura 67. Antônio Luiz Ferreira. *A abolição no Brasil – Antes da assinatura do decreto.* 13/05/1888.



Figura 68. Antônio Luiz Ferreira. *A abolição no Brasil – depois da assinatura do decreto.* 13/05/1888.



Estes outros dois retratos de Ferreira aqui demonstrados também compõe a série fotográfica presenteada por ele à princesa Isabel e oferece um panorama do qual Amanda Paranaguá Dória participava enquanto dama da regente. Ambas as imagens foram agregadas a um suporte de papel azul sob o qual iam-se as inscrições que podemos ler nas legendas de cada fotografia, apontando os instantes antes e depois da assinatura da Lei. Aí nos toma sensível o avultado número de curiosos entre um e outro momento.

Ainda segundo o *Gazeta de Notícias*, “pouco antes das 3 horas da tarde, anunciada a chegada de Sua Alteza por entusiásticos gritos do povo, que em delírio a aclamava, abrindo alas o ministério, camaristas e damas do paço vieram recebe-la à porta”.<sup>443</sup> As damas eram “Amandinha” e “Mariquinhas” que, vestidas ao rigor da ocasião, ocupavam suas posições de prestígio ao redor da princesa.

Nas minúcias descritas pelo *Gazeta de Notícias* sabemos que a comissão de senadores “teve entrada na sala do trono, para apresentar a Sua Alteza os autógrafos da lei. Nessa sala achava-se o ministério de pé, à direita do trono, e à esquerda estavam os semanários e damas do paço”.<sup>444</sup> Mais tarde, em 1925, depois de assentir ao jornalista Mozart Monteiro que estava no momento da assinatura da Lei Áurea, a senhora Paranaguá Dória afirmou que a princesa “ficou contentíssima. Em meio do contentamento, disse: ‘Se não fosse saber meu pai doente, este seria o dia mais feliz da minha vida’”.<sup>445</sup> Nas mesmas publicações que a imprensa fluminense se regozijava pela aprovação da Lei, também levavam as notícias sobre a sensível recuperação do monarca na Europa.<sup>446</sup>

Naquele mesmo dia, depois de dar-se a ver pelo público presente, a princesa seguiu para Petrópolis, muito possivelmente na companhia de sua “Amandinha” e de um séquito de pessoas graúdas do Império, a fim de comemorarem a abolição. De fato, como noticiou o *Correio Imperial*, impresso pertencente aos filhos da regente, já no dia 17 de maio daquele ano de 1888, “todas as noites se tem feito passeatas, iluminações e bailes”.<sup>447</sup> Naquele mesmo dia se organizaria uma missa a fim de atribuir certa qualidade religiosa ao processo de libertação dos escravos. A celebração deu-se “sob um céu pardacento”, como fez noticiar o *Gazeta de Notícias*, que estimava os presentes em “mais de trinta mil pessoas”.<sup>448</sup>

---

<sup>443</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14/05/1888, p. 2.

<sup>444</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14/05/1888, p. 2.

<sup>445</sup> MONTEIRO, Mozart. A família Imperial. *RIHGB*, v. 152, 1925, p.82.

<sup>446</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 14/05/1888, p.2.

<sup>447</sup> *Correio Imperial*, Petrópolis, 17/05/1888, p.1.

<sup>448</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 18/05/1888, p.1.

Ali se ergueu um altar para o ritual católico, o qual contou com a presença de “Amandinha” que acompanhava a princesa e seu esposo, além de outros notáveis do Império. O momento recebeu atenção de Antônio Ferreira que perenizou o instante em fotografia.



Figura 69. Antônio Luiz Ferreira. Missa campal celebrada em ação de graças pela Abolição da Escravatura no Brasil, 1888. São Cristóvão, Rio de Janeiro, 17/05/1888.



Figura 70. Detalhe da fotografia de Antônio Ferreira sobre a Missa Campal de 17/05/1888.<sup>449</sup>

<sup>449</sup> Com base no *site* da brasileira fotográfica é possível sabermos: 1- Maria Amanda Paranaguá Dória; 2- Maria José Velho de Avellar; 3- Rodrigo Silva, ministro da Agricultura; 4- Thomaz José Coelho de Almeida, ministro

Amanda Paranaguá Dória e Maria de Avellar Tosta, figuram de maneira discreta entre numerosas pessoas que foram capturadas pelo retrato de Ferreira. A cerimônia conferia maior brio à imagem da princesa, avivando esperanças quanto ao Terceiro Reinado, o que por sua vez suscitava expectativas de maiores poderes às suas damas.

Entre os presentes figurava Machado de Assis (n. 10), conhecido de “Amandinha” e seu esposo, tendo o hábito de frequentar a sua casa, como nos menciona o livro de memórias de Franklin Dória, à exemplo de agosto de 1882.<sup>450</sup> É possível que em tais encontros, para além dos assuntos literários de gosto comum, se abordassem também os problemas políticos embalados pelo processo de abolição. Àquela época, como afirma Sidney Chalhoub, Machado de Assis já havia publicado originalmente, em folhetins da Corte, obras como *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878), que evocavam a efervescência das dinâmicas sociais nos trâmites para o desmonte do cativo e seus impactos na política de domínio senhorial.<sup>451</sup>

André Rebouças, outra personalidade negra envolvida com as críticas à escravidão, juntava-se a Machado de Assis enquanto frequentantes do palacete do casal Paranaguá Dória. Era outro homem negro comprometido com o abolicionismo, que também dirigia-se à Praia da Lapa para ter com o marido e o pai de “Amandinha”. Não seria exagero supormos que a senhora da casa tomasse pé das discussões que pudessem surgir entre homens afinados com as movimentações políticas em torno do cativo. Ela mesma que participava abertamente das empreitadas abolicionistas.

Anotações no diário de Rebouças revelam sua proximidade com a dama da princesa. Ambos reuniam um conjunto de semelhanças que endossavam certa afinidade e extrapolavam o fato de não serem brancos. Os dois haviam deixado a Bahia ainda crianças, ela nascida em Salvador, ele, em Cachoeira, a fim de se estabelecerem na Corte.<sup>452</sup> Pertenciam também a famílias que experimentaram certa ascensão política devido ao processo de Independência do Brasil naquela província. Rebouças fez anotar sobre o dia 29 de maio, daquele ano de 1888,

---

da Guerra; 5- José Fernandes da Costa Pereira Junior, ministro do Império; 6- João Alfredo Correia de Oliveira, presidente do Conselho de Ministros do Gabinete 10 de março de 1888; 7- Princesa Isabel; 8- Conde d’Eu; 9- Fernando Mendes de Almeida, naquele contexto era diretor e redator-chefe do *Diário de Notícias*. Também era o segundo secretário da Comissão Central da Imprensa Fluminense, incumbida de organizar os festejos em torno da Abolição; 10- Machado de Assis. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/?p=8222>>. Acesso em: 08 de dez. 1888.

<sup>450</sup> BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de M. Dória. *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Op. Cit., p.83.

<sup>451</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.19-35; 67; 94-95.

<sup>452</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Três pretos tristes: André Rebouças, Cruz e Sousa e Lima Barreto. *Topoi*, v. 18, 2017, p. 9.

que às 8 horas da noite estava na casa “do Conselheiro Dória, com o Visconde de Paranaguá, oferecendo a D. Amanda Paranaguá Dória uma medalha do Jubileu do Papa para lembrança de seu concurso Abolicionista junto a Isabel I”.<sup>453</sup>

Aconteceu que, ainda na regência da princesa, meses depois de assinada a abolição, o referido visconde de Paranaguá foi alçado à titulação de marquês do mesmo nome, com honras de grandeza, como fez saber o *Gazeta de Notícias* em 14 de junho daquele ano.<sup>454</sup> Sua filha, “Amandinha”, à sombra da amizade com a regente e do empenho que emprestou à causa abolicionista, conquistou o baronato ao lado do marido, tornando-se pois, baronesa e barão de Loreto com honras de grandeza, por despacho do dia 15 de junho de 1888.<sup>455</sup>

“Loreto” era a invocação do lugar de nascimento de Franklin Dória, na Ilha dos Frades, no Recôncavo da Bahia. Assim como foram nomeadas juntas damas de palácio, na mesma ocasião do baronato de “Amandinha”, Maria José Velho de Avellar Tosta, a “Mariquinhas”, também alcançou o mesmo título, tornando-se com Manuel Vieira Tosta Filho, baronesa e barão de Muritiba, com honras de grandeza. “Muritiba” se remetia ao pai deste barão, que havia sido o primeiro deste título, apontando o lugar do seu nascimento, no Recôncavo da Bahia. O Manuel Vieira Tosta, pai, naquele mesmo mês de junho, foi alçado à condição de marquês de mesma invocação, Muritiba.<sup>456</sup>

O baronato aos trinta e nove anos, viria a coroar a relação de amizade entre a senhora Paranaguá Dória e a princesa, sinalizando o seu lugar socialmente privilegiado na Corte. O título, apesar de baixo, se considerarmos a escala nobiliárquica, comportava qualidades de grandeza, característica que atribuía distinção à sua pessoa e à sua família na balança da influência sócio-política. Além do mais, o baronato vinha sob a possibilidade de promessas futuras de ascensão, amparadas pela amizade com aquela que viria a ser imperatriz do Brasil.

Meses depois, em setembro, sua madrinha, a condessa de Barral, lhe escreveria da França, a fim de agradecer-lhe as notícias que havia recebido por ocasião da volta do imperador à Corte, em 22 de agosto. A condessa correu mão rendendo-lhe

Mil graças minha querida Amandinha por se ter lembrado de mim no meio dos regozijos por ocasião da chegada de Suas Majestades e por me ter dado o alegrão de ter achado nosso Imperador tão bem disposto.

---

<sup>453</sup> REBOUÇAS, André. *Diário do Dr. André Rebouças – 1888*. Diário 6, DL 464.6. Coleção André Rebouças, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, p.150.

<sup>454</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14/05/1888, p.1.

<sup>455</sup> CALMON, Pedro. *Franklin Dória, barão de Loreto*. Op. Cit. p.161-162. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22/06/1888, p. 1.

<sup>456</sup> VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Arquivo nobiliárquico brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p. 305-306.

Ora quem o viu, e quem o vê!<sup>457</sup>

O estado de saúde punha a situação política nacional em alerta. A morte do monarca poderia abalar as estruturas imperiais, possibilidade essa que afligia Luísa de Barral. Seus votos eram de tranquilidade e longevidade à Monarquia no Brasil, por isso torcia para que “agora tomara que o senador Nabuco não venha borrar a pintura com suas ideias de federação, e outras de República”, assuntos que lhes eram desconfortáveis.<sup>458</sup>

As propostas de descentralização contidas no federalismo não agradavam a velha condessa e as inquietudes do movimento republicano despertavam seus temores. Por esta razão desabafava a seguir, afirmando:

Tenho medo de Minas e de S. Paulo.

Enquanto mesmo a sombra do Imperador existir tudo irá se atamancando, mas depois?.. Como explicar a animosidade contra nossa angélica Princesa? Como explicar o desprezo com que se trata o conde d’Eu depois de quem de todo o respeito, merecido de todos o amor dos brasileiros? Fico furiosa cada vez que pego num jornal, e por isso não é com eles que eu canso meus pobres olhos.<sup>459</sup>

Encontramos em Renato Lemos argumentos que corroboram para as preocupações de Luísa de Barral. De acordo com ele, a franca expansão da economia cafeeira, principalmente entre 1810 e 1870, que tinha na região do Vale do Paraíba, composto nas fronteiras entre Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, sua face mais protuberante, contribuiu para a ascensão econômica de novos grupos, imprimindo influência sobre os setores políticos.<sup>460</sup> Questões como a imigração, o protecionismo alfandegário, a discrepância entre poder econômico provincial e representações nas tribunas (principalmente em relação a São Paulo), eram alguns dos temas que, ainda de acordo com Lemos, “a monarquia tinha dificuldades de enfrentar e de responder, de maneira adequada, à preservação de suas bases sociais e políticas”.<sup>461</sup>

O episódio da assinatura da Lei Áurea fez aguçar os dissabores entre fazendeiros e a Coroa, que abraçaram o republicanismo logo após à abolição, alargando a oposição à Monarquia, vindo a serem nomeados por José do Patrocínio como “republicanos do 14 de maio”.<sup>462</sup> Inconformados com a intervenção do Estado sobre suas escravarias, entendidas por

---

<sup>457</sup> BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. Carta pessoal, França, 18/09/ 1888. DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. Recife. In: BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. *Cartas e autógrafos da condessa de Barral à baronesa de Loreto. (1873-1890)*. Op. Cit..

<sup>458</sup> Ibidem.

<sup>459</sup> Ibidem

<sup>460</sup> LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial*. Vol. 3, 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 406-411.

<sup>461</sup> Ibidem.

<sup>462</sup> *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 26/09/1888, p.1-2.

propriedades particulares. Escravocratas exigiam indenização e ingressavam nos clubes republicanos, dando maiores contornos à causa.

A abolição ganharia cores de tinta pelas mãos do pintor Pedro Américo. A intenção era a *monumentalização* do acontecimento que havia rendido à princesa uma imagem pela qual passaria a ser lembrada: a de “Redentora”. Com o intuito de traçar sobre o painel as impressões referentes à extinção da escravidão no Brasil, Américo recorreu à baronesa de Loreto. Dizia à “excelentíssima Senhora Baronesa do Loreto” que

cumprindo as ordens que recebi, fui ontem, apesar de doente, falar ao Excelentíssimo Senhor conselheiro João Alfredo, o qual prometeu-me falar, a propósito do painel comemorativo da libertação, ao Excelentíssimo Senhor ministro do Império. Recusando porém eu a este, esta manhã, tive por única resposta que as cousas “ainda estavam na mesma”, e que não havia direito para semelhante painel.<sup>463</sup>

A missiva do arista revela certas animosidades cultivadas entre ele e o ministro Antônio Ferreira Vianna, embora tenha recebido carta branca do conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Júnior para que começasse a obra. Entretanto, disse-lhe crer

que o quadro não se fará por não desejá-lo Sua Excelência, que entretanto está fazendo o papel do ministro das Belas Artes.

Como tenho sofrido, vou obrigado a retirar-me do Rio de Janeiro dentro destes dez dias; mas não abandonarei o assunto, e espero que o Governo, atendendo ao desejo de Augusta Princesa Imperial, tome em consideração este assunto.<sup>464</sup>

O painel agregaria ainda mais fama ao pintor, além de eternizar um feito sob a autoridade de Isabel que, como se esperava, assumiria o trono num futuro próximo. Pedro Américo daria formas e cores ao imaginário popular, assim como o fez com a famosa pintura que retratou em homenagem à Independência do Brasil, naquele ano de 1888. Decidido a viajar para a Itália, Américo voltou a escrever à baronesa, pelo que reconhecia sua influência nos altos círculos do poder imperial. Confessava-se

atarefadíssimo e doente, não posso ir pessoalmente receber as ordens de Vossa Excelência antes de partir. Vou saudoso e agradecido, mas com o ânimo abatido das eternas e mesquinhas dúvidas do Ministro do Império, que é o nosso Ministro das Belas Artes, e do qual tenho a desgraça de depender ainda. Tenciono ir pintar o quadro comemorativo da Lei que ilustrou a última e gloriosa regência; e para esse trabalho careço muito de um retrato da farda de nossa amada e venerada princesa [grifo da original].<sup>465</sup>

---

<sup>463</sup> FIGUEIREDO, Pedro Américo de. Carta pessoal, Rio de Janeiro, 29/08/1888. BARONESA DE LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória. Lata 299, pasta 23. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>464</sup> Ibidem.

<sup>465</sup> FIGUEIREDO, Pedro Américo de. Carta pessoal, Rio de Janeiro, 07/09/1888. BARONESA DE LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória. Lata 299, pasta 23. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.



O pintor dizia ainda que esperaria o retrato requisitado em Florença, “onde vou esboçar o trabalho e onde espero um aviso que o Senhor Conselheiro Costa Pereira me prometeu expedir-me autorizando-me”. O painel, segundo afirmou, contaria “com um simples auxílio de dez contos de réis e um milhão de condições terríveis, a pintar a grande composição”.<sup>466</sup> Ou seja, custaria uma fortuna e estaria condicionada a várias exigências. As condições que viabilizaram a realização da referida obra nos são obscuras, embora não nos furtamos a sugerir uma intercessão da senhora Paranaguá Dória em favor de Pedro Américo. As “condições terríveis” para a composição da pintura também nos fogem. O painel ficou pronto em 1889.



Figura 71. Pedro Américo. *A Libertação dos Escravos*. Óleo sobre tela, 1889.

A tela acima foi o resultado da empreitada de Américo. Aí encontra-se marcadamente figuras femininas, de pele branca, a maioria assentada em um semicírculo formado por tronos. Destes, o maior, que está localizado em segundo plano, ao centro da imagem, se senta uma mulher com manto verde e amarelo, cores da dinastia bragantina, portando uma espada na mão, símbolo de justiça, o que possivelmente representaria a princesa Isabel. A representação do vestido da então regente também foi modificado por Américo,

---

<sup>466</sup> Ibidem.



assim como ocorreu com Meirelles posteriormente, como já mostramos no capítulo 1. Ao invés de apregoadado na altura da cintura, o manto verde foi elevado à altura dos ombros, onde é preso por um adorno bordado em amarelo, possivelmente representando detalhes em ouro como na vestimenta original.

Em segundo e terceiro planos, anjos e querubins pairam sob a cena, na parte superior da obra, festejam com harpas sob um céu iluminado e erguem uma cruz resplandecente, evocando, por esta última, a sacralização do instante sob as bênçãos de um símbolo religioso. Coroas de louros são usadas ou oferecidas ao momento em que, em primeiro plano, uma família de escravos é redimida de joelhos por uma das mulheres ornada em amarelo ouro, sugerindo a nobreza do ato libertador. Ao lado da família negra, é possível vermos a representação do demônio decaída, como que derrotada pela alforria cristianizada.

Desta maneira, o pintor reservou espaço privilegiado às classes senhoriais no contexto abolicionista, dotando-as de harmonia frente ao ato e relegando os escravos à passividade da ocasião. Confere ainda um caráter excessivamente religioso à causa, talvez a fim de sensibilizar os admiradores da obra por meio da religião. A narrativa abolicionista perenizada por Pedro Américo, visava ainda induzir à “raça liberta” a desenvolver senso de gratidão em relação à “raça emancipadora”, como podemos notar pelas posições que a família negra se prostra diante das figuras brancas. A gratidão cumpriria o papel de manter os ex-escravos na ordem do paternalismo senhorial, sob a tutela dos ex-senhores, tornando confusas as fronteiras entre escravidão e liberdade.<sup>467</sup> Deste modo, Pedro Américo cristalizou a extinção da escravidão concedendo realce à terceira regência, tentando avivar sentimentalidades a respeito de um terceiro reinado.

Se no quadro de Américo a abolição havia se dado sob o clima concórdia, o mesmo não se aplicaria à tensa da política na qual a Corte estava imersa. A Monarquia extinguiu a escravidão envolta em animosidades com o Exército que, desde 1870, com o fim da guerra contra o Paraguai, vinha reivindicando maior atenção da Coroa e realce entre as suas prioridades.

O sentimento de descaso que atribuíam ao monarca conduziu alguns militares à imprensa, a fim de protestarem sobre as condições de trabalho que julgavam precárias. José Murilo de Carvalho conta que a Lei os proibia de usar deste artifício de pressão contra o

---

<sup>467</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. In: GOMES, Flávio (org.). *Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 26.

governo, de ir até os jornais discutir sobre assuntos de sua alçada, pelo que Deodoro da Fonseca, bem quisto entre os militares, demitiu-se em protesto.<sup>468</sup> As tensões afloraram ainda mais com a prisão arbitrária do tenente-coronel da Armada Leite Lobo, que já discutimos anteriormente, ainda que mesmo tendo sido punido os envolvidos, não remediou a situação. À esta época, década de 1880, os estudantes das escolas militares davam novo vigor às inconformidades de seu grupo, ressentindo-se com a Coroa, e engrossando as fileiras dos simpatizantes das ideias positivistas, que tinham como expressão mais destacada seu professor e militar, Benjamin Constant.<sup>469</sup>

Submersa neste clima delicado, a impressão alimentada pelos republicanos, de uma princesa excessivamente religiosa, submetida à influência do seu marido, conde d'Eu, um estrangeiro, constituíam como elementos que inviabilizariam um Terceiro Reinado aparentemente cada vez mais próximo, devido à fragilidade da saúde do monarca.<sup>470</sup> Se para alguns grupos a assinatura da Lei Áurea dava brio à imagem de Isabel, “a Redentora”, em outros círculos este mesmo episódio sagrou uma inimizade crescente contra o trono.

#### **4.2 - Uma baronesa no crepúsculo do Império**

Amanda Paranaguá Dória enchia-se de incertezas e receios. O gabinete liderado por João Alfredo, articulado exclusivamente para a viabilização da extinção da escravidão, pediu demissão depois de não encontrar mais apoio entre os conservadores que, rachados pela questão da abolição, não ofereceram um novo gabinete.<sup>471</sup> A situação conduziu o imperador a procurar um candidato entre os liberais que fosse capaz de articular uma nova composição ministerial apropriada às exigências do momento, apascentando os ânimos e viabilizando a governabilidade.

De acordo com José Murilo de Carvalho, a própria princesa foi negociar com Ouro Preto, frente à recusa de Saraiva.<sup>472</sup> Formava-se o gabinete 7 de junho, no qual o marido de “Amandinha”, Franklin Dória, era convocado a ocupar a pasta do Império. Segundo Barman,

---

<sup>468</sup> CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.192-197.

<sup>469</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.457.

<sup>470</sup> DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora dos escravos”*: um estudo das representações sobre a princesa. Dissertação de mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2001, p. 84-85.

<sup>471</sup> CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.203.

<sup>472</sup> *Ibidem*, p.204.

acreditava-se amplamente que o visconde de Ouro Preto havia nomeado ministro o barão de Loreto com o objetivo de conquistar a boa vontade de D. Isabel e garantir que, caso a morte de seu pai a levasse ao trono no futuro imediato, ela mantivesse o gabinete.<sup>473</sup>

Afloraram críticas ao ministério que era acusado de ser áulico, representando as vontades da princesa e não os interesses da nação. Rui Barbosa bradava que o gabinete “constituiu-se tortuosamente, saiu do inesperado, envolto em circunstâncias que lhe imprimem o selo manifesto das influências palacianas, que regem, há dois anos, o Estado em nome do Imperador”.<sup>474</sup> A responsabilidade da indicação do gabinete caía sobre o colo da princesa e, ainda em tom acusador, Barbosa apontava que “no sr. Barão de Loreto, o que o país inteiro vê, é o paço, o paço e o paço, a princesa, a princesa e a princesa”.<sup>475</sup>

Apesar do levantar das críticas, a nomeação do barão de Loreto encontrou alegria em “Amandinha”, que recebeu carta de Isabel em tom festivo, demonstrando-se aparentemente surpresa com o novo ministro do Império, dizendo,

Querida queridíssima.

O visconde de Ouro Preto acaba de dizer-me que o Dória está ministro do Império. Muito e muito prazer me deu esta notícia, e ao país e a mim devemos grandes parabéns; mas vocês?! Em todos os casos prova de tanta confiança é sempre coisa que nos torna felizes, e portanto lá vão também os parabéns para vocês; [...] *minha ministrinha* [...].

Saudades e mais saudades!

Mil beijos e abraços!

Sua muito muito muito de coração

Isabel Condessa d’Eu. [grifos nossos]<sup>476</sup>

A princesa reconhecia em carta a posição proeminente que sua amiga, “Amandinha”, vinha desempenhando ao seu favor, chamando-a de “minha ministrinha”. Assim, conferia-a, por analogia, a importância que era formalmente dispensada e ocupada exclusivamente por homens no ápice de suas carreiras políticas. A expressão levava consigo o apreço de uma amizade cuidadosamente trançada durante anos.

Em 9 de novembro a baronesa de Loreto se preparava para o baile na Ilha do Fiscal. De acordo com José Murilo de Carvalho, a ideia do evento, partida do presidente do Conselho de Ministros, Ouro Preto, era de que a festa pudesse ressoar como uma propaganda positiva da Monarquia, em forma de uma confraternização luxuosa à marinha chilena. Se queria que o

---

<sup>473</sup> BARMAN, Roderick J.. *Princesa Isabel do Brasil*. Op. Cit., 262.

<sup>474</sup> BARBOSA, Rui. *Queda do Império – Diário de Notícias*. Tomo III, vol. XVI – 1889. Obras completas de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1944, P.247.

<sup>475</sup> *Ibidem*, p. 249.

<sup>476</sup> D’EU, Isabel, condessa. Carta pessoal, 07/06/1889. BARONESA DE LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória. In: *Fichas catalográficas – EU (Conde d’)*. Lata 174, doc.1. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, p.42.

baile ofuscasse as aspirações republicanas, esvaziando-as.<sup>477</sup> De acordo com o *Anuário do Museu Imperial de Petrópolis*, na ocasião, a baronesa usava um vestido de veludo preto, disposto com pequenos cristais.<sup>478</sup>

O evento fez aglutinar rivais políticos, conduzindo-os a se portarem segundo à ocasião que demandava o arrefecimento, mesmo que temporário, das disputas que animavam as tribunas do parlamento. “Não é que só fossem liberais ao baile”, diria Machado de Assis em *Esau e Jacob*, “também iriam os conservadores”, uma vez que “não é preciso ter as mesmas ideias para dançar a mesma quadrilha”.<sup>479</sup> Aí a baronesa de Loreto dançou para além das quadrilhas, “polcas, valsas, a valsa arrastada e a valsa pulada”, conforme as descrições de Assis.<sup>480</sup> Menus com os brasões e bandeiras do Brasil e do Chile apresentavam aos convidados farta variedade de pratos regados a vinhos e champanhes importados.<sup>481</sup>



Figura 72. MELO, Francisco Aurélio de Figueiredo e. *A ilusão do Terceiro Reinado*, 1905.

O acontecimento foi imortalizado em pintura anos depois. A tela que aqui demonstramos foi pintada por Francisco Figueiredo e Melo, irmão do também pintor Pedro Américo, no início do século XX, aparentemente por encomenda do governo republicano,

<sup>477</sup> CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 212.

<sup>478</sup> *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, 1941, p.81.

<sup>479</sup> ASSIS, Machado de. *Esau e Jacob*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904, p.147.

<sup>480</sup> *Ibidem*.

<sup>481</sup> SUADEAU, Laurent; DITADI, Carlos Augusto Silva. O Império à mesa. In: MALERBA, Jurandir; HEYNEMANN, Cláudia B.; RAINHO, Maria do Carmo T.. *Festas Chilenas: sociabilidade e política no Rio de Janeiro no ocaso do Império*. Porto Alegre: EduPUCRS, 2014, p.157-179.

como dá indícios o *A Notícia*, pela visita de Floriano Peixoto ao ateliê do artista. Diz a publicação que

O Sr. Presidente da República visitou hoje pela manhã o atelier do pintor Aurélio de Figueiredo, onde examinou o esboço de um grande quadro alegórico que está sendo ali executado.

O lugar principal da tela é ocupado pela reprodução do baile da Ilha Fiscal, notando-se grande número de figuras proeminentes no mundo político daquela época. Em um dos lados, ao fundo, observa-se a visão do terceiro reinado, e em outro lado a proclamação da República.

O Sr. Aurélio de Figueiredo procurou guardar uma grande fidelidade nas figuras e no panorama.<sup>482</sup>

O alvorecer de um novo dia marca a vista oferecida por Figueiredo e Melo sobre o baile da Ilha do Fiscal. A família imperial se localiza ao lado esquerdo da tela, em segundo plano, logo na entrada do palácio, onde a princesa admira no céu, como que em sonho, o momento da sua coroação. Sagração esta que iria ser surpreendida pelo avançar da República, figurada no canto superior esquerdo da tela, e que era tecida fora do alcance das luzes do baile. Tal pintura nos faz atentar para o que, segundo Pedro Calmon, referenciando Wanderley Pinho, teria dito o barão de Cotegipe, já falecido à época do baile: “não precisamos ir para a República; ela vem para nós”.<sup>483</sup> Não conseguimos identificar a baronesa de Loreto na obra, embora é possível que figure entre os convidados retratados.

“A República foi uma surpresa para nós”, diria a senhora Paranaguá Dória mais tarde, na segunda década do século XX.<sup>484</sup> O diário de Bernardina, filha de Benjamin Constant, nos revela que do meio-dia para a tarde daquele dia 15 de novembro,

o Exército, em peso, ligado à Armada, à Polícia da Corte e de Niterói e reunido no quartel do Campo, prendeu os ministros em reunião de Conselho e proclamou-se a República Brasileira pacificamente e de um modo nobre; papai declarou que a Família Imperial seria garantida e protegida pelo Exército; disse ao ministro do Império, barão de Loreto, que podia retirar-se porque é um homem virtuoso e que agradecesse à sua esposa.<sup>485</sup>

O poder de influência da baronesa cooperou para que Dória pudesse ser liberado pelos integrantes do movimento revoltoso. Depois disso, o barão encaminhou-se ao bairro de Santa Teresa a fim de encontrar-se com “Amandinha”, na então residência de sua cunhada, Argemira Paranaguá, casada com o desembargador Seraphim Barreto, e juntos apressaram-se para estarem ao redor da família imperial, no Paço da Cidade, onde chegaram às 6 horas da

---

<sup>482</sup> *A Notícia*, Rio de Janeiro, 16/10/1902, p.1.

<sup>483</sup> CALMON, Pedro. *A princesa Isabel: A redentora*. São Paulo, Rio, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 151.

<sup>484</sup> MONTEIRO, Mozart. *A família Imperial*. Op. Cit., p. 82.

<sup>485</sup> MAGALHÃES, Bernardina Botelho de. *O diário de Bernardina: da Monarquia à República pela filha de Benjamin Constant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, p.82-84.

tarde, passando por um piquete composto por 40 praças, que diziam ter sido mandados por ordem de Deodoro da Fonseca.<sup>486</sup>

Deodoro tinha se tornado o líder do movimento revoltoso depois de hesitar várias vezes, por ter em conta o sentimento de respeito ao imperador.<sup>487</sup> Boatos que ressoaram sobre uma possível prisão sua, por parte do governo, avivaram os protestos e uniu parte do corpo militar em torno da imagem do marechal que gozava de considerável prestígio institucional.<sup>488</sup> Em face da crise, Ouro Preto pediu demissão a fim de tentar estancar o mal-estar político. Neste sentido, achou por bem indicar Silveira Martins para constituir novo gabinete. A proposta agravou a situação, uma vez que Martins e Deodoro cultivavam desafetos entre si. Ao que parece, teria sido a notícia desta sugestão que fez firmar o marechal no propósito de derrubar a Monarquia.<sup>489</sup>

Naquele paço, em companhia de outras pessoas fieis ao imperador, a baronesa de Loreto ficaria sabendo que a Muritiba fora surpreendida pelas notícias de motins organizados. O General visconde da Penha interrompeu o seu almoço, dizendo a ela e ao seu marido que ele, o visconde, havia sido informado de uma “revolta de 2 batalhões, que os alunos da Escola Militar estavam em armas”. Com tal informação partiram “para o Palácio Isabel, Tosta, Eugeninha [filha do visconde da Penha] e eu [baronesa de Muritiba]; aí encontramos a Princesa sem querer acreditar no aviso. Também como não seria assim com coisa tão repentina e tramada em tanto sigilo”.<sup>490</sup>

---

<sup>486</sup> *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 11/04/1889, p.1. MURITIBA, Maria José Velho de Avellar Tosta, baronesa de. *Notas (cópia) tomadas pela baronesa de Muritiba sobre os acontecimentos de novembro de 1889, de que foi testemunha ocular - 1889*. DL. Lata 445, pasta 41. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, p.7-8.

<sup>487</sup> CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 212.

<sup>488</sup> *Idem*, p. 215-216. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. Op. Cit., p. 458.

<sup>489</sup> *Ibidem*, p.218.

<sup>490</sup> MURITIBA, Maria José Velho de Avellar Tosta, baronesa de. *Notas (cópia) tomadas pela baronesa de Muritiba sobre os acontecimentos de novembro de 1889, de que foi testemunha ocular - 1889*. Op. Cit., p. 1.



Figura 73. *Marc Ferrez. Maria José de Avellar Tosta e Eugênia Penha, 1885.*

A queda inesperada da Coroa tornou inconsolável os lamentos de “Mariquinhas”, que exclamava ser “incrível que não tivéssemos tido, uns como outros, o menor aviso!”.<sup>491</sup> Isto porque os planos do Exército foram tecidos em sigilo. Enquanto valsavam e confraternizavam os convidados do baile da Ilha do Fiscal, se desenrolavam ideias de como instituir o regime republicano. Em entrevista, a baronesa de Loreto declarou que

o Deodoro... o Floriano... eram pessoas de sua confiança [do monarca]... A própria mãe de Deodoro recebia uma pensão que o imperador lhe dera... O Benjamin Constant, anos antes, fora professor do príncipe D. Pedro. Como tal ia ao paço dar aulas ao neto do imperador... O imperador não podia esperar nenhum mal da parte desses homens....<sup>492</sup>

O acontecido parecia não corresponder com a imagem que os imperantes tinha dos seus autores, pegando-os de surpresa e mesmo assim o monarca negava-se a atribuir gravidade ao fato em seus primeiros instantes. No paço, “Amandinha” teria visto, como nos narra a baronesa de Muritiba, o imperador negar a necessidade de um abrigo oferecido por um oficial chileno, ao qual o monarca teria afirmado “isto é fogo de palha, eu conheço os meus patrícios”.<sup>493</sup> Não era.

O marquês de Paranaguá, foi “incumbido de ir buscar o Saraiva em Santa Teresa; das 11 h. para meia noite chegou o Saraiva que molemente e sem convicção aceitou de escrever

<sup>491</sup> Idem, p.2.

<sup>492</sup> MONTEIRO, Mozart. A família Imperial. Op. Cit., p. 83.

<sup>493</sup> MURITIBA, Maria José Velho de Avellar Tosta, baronesa de. *Notas (cópia) tomadas pela baronesa de Muritiba sobre os acontecimentos de novembro de 1889, de que foi testemunha ocular - 1889.* Op. Cit., p. 8.



ao Deodoro, sendo a carta levada pelo Major de Engenheiros, Trompowsky”.<sup>494</sup> Deodoro teria respondido o seguinte: “Não aceito propostas nem cedo coisa alguma, os meus planos estão feitos, as pastas já distribuídas. Amanhã mandarei alguém dar esta resposta ao Snr. Saraiva” [grifos do original].<sup>495</sup> A resposta foi tomada pelos que se abrigavam no paço como “arrogante”, uma afronta direta à Coroa. Neste clima de surpresa e desolação “Amandinha” foi acomodar-se com o marido em um dos quartos do palácio.

Naquela madrugada do dia 15 para o dia 16 de novembro um tiro ao longe e um grito isolado de “viva a Sua Majestade, o imperador!” fez despertar “Amandinha” e os demais acompanhantes da família do monarca.<sup>496</sup> Pela manhã, às 9 horas, instituíram um cerco ao Paço, impedindo a entrada dos que para lá afluíam. “Nem mesmo Conselheiros d’Estado com suas famílias puderam penetrar. Diplomatas, Senadores, pessoas da Casa, ninguém, ninguém pôde penetrar”, nos conta a baronesa de Muritiba.<sup>497</sup>

Pela tarde o major Solon, enviado do governo provisório, juntamente com mais dois subalternos, irromperam o cerco a fim de entregar a D. Pedro II as recomendações do novo Regime. Tomando o bilhete em mãos,

depois de se terem retirado os Oficiais o Imperador disse para nós: “eu parto, e parto já!” Ah! meu Deus! Foi este um dos momentos mais dolorosos! A Imperatriz e a Princesa prorromperam em soluços que cortavam o coração de quantos as ouviram e sentiam como elas. [grifos do original]<sup>498</sup>

De acordo com o relato de “Mariquinhas”, abraçaram-se todos. A mesma narrativa diz ainda que “Tosta [seu marido,] vendo que tudo se encaminhava para a partida da Família Imperial veio espontaneamente dizer-me que deveríamos ir oferecer-nos à Princesa para partir com ela o que fiz imediatamente”.<sup>499</sup>

Os barões de Loreto se decidiram pelo mesmo: partiriam junto aos imperantes na tarde do dia 17. Ainda no dia 16, “Amandinha” ficou ao pé da princesa, enquanto Dória escrevia um bilhete ao seu cunhado José ao que dizia:

Meu caro José. Rio, 16 de novembro de 1889.  
Conforme intimação que acabo de receber do governo provisório, partirei com Amandinha amanhã para a Europa.  
Rogo-lhe, pois, queira vir falar-me sem demora, no paço da cidade, hoje ou amanhã cedo.  
Seu do C.

---

<sup>494</sup> Idem, p.9.

<sup>495</sup> Ibidem.

<sup>496</sup> MURITIBA, Maria José Velho de Avellar Tosta, baronesa de. *Notas (cópia) tomadas pela baronesa de Muritiba sobre os acontecimentos de novembro de 1889, de que foi testemunha ocular - 1889*. Op. Cit., p.10.

<sup>497</sup> Idem, p.11.

<sup>498</sup> Idem, p.12.

<sup>499</sup> Idem, p.13.

Franklin.<sup>500</sup>

Certamente o chamado pelo cunhado se fazia necessário para recomendar-lhe algumas orientações sobre como proceder os bens e negócios que o casal iria deixar no Brasil pelo período que iria acompanhar a família imperial na Europa. Naquele dia, “Mariquinhas” foi enviada ao palácio Isabel com o objetivo de ir buscar os objetos de estima daquela que tornava-se a herdeira de um trono já inexistente. Eram os preparativos para a partida.

### **4.3 - Notas sobre o exílio**

Dória, depois de ir sentar-se com o imperador a fim de escreverem uma carta ao governo provisório, “foi à casa buscar livros para d. Pedro II ler a bordo”.<sup>501</sup> A comoção arrebatava todos os presentes pela proximidade da despedida, o que adiantou-se para a madrugada. De início, ficara acertado com as autoridades republicanas que a partida da família imperial se daria às 3 horas da tarde do referido dia 17. Qual não foi a surpresa no paço ao saberem do adiantar da partida para as 2 da madrugada. Deste modo o monarca e sua parentela saíram em direção ao cais da Corte. Muritiba nos narra a solenidade de que se revestiu este acontecimento, dizendo-nos que

o Imperador tomando então a Princesa pelo braço e dando o Senhor Conde d’Eu o braço à Imperatriz, como era estilo fazerem o Imperador com seu grande ar de dignidade, pondo o chapéu na cabeça desceu as escadas do Paço da Cidade que continuava guardado por muita tropa, sempre com o fito de isolarem a Família Imperial dos seus amigos.<sup>502</sup>

O governo provisório alegou a possibilidade de haver derramamento de sangue caso a partida fosse mantida durante a tarde. A família imperial embarcou no Paraíba que retirou-se para Ilha Grande, a fim de esperarem a preparação do Alagoas, que os conduziriam à Europa. Naquela manhã “Amandinha” despedia-se do seu velho pai, o Paranaguá, de seus irmãos e seguiria com Franklin e os Muritiba, ao meio-dia, no Alagoas, para encontrarem a família imperial.

---

<sup>500</sup> BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de M. Dória., *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Op. Cit., p. 101.

<sup>501</sup> MONTEIRO, Mozart. A família Imperial. *RIHGB*, v. 152, 1925, p. 83.

<sup>502</sup> MURITIBA, Maria José Velho de Avellar Tosta, baronesa de. *Notas (cópia) tomadas pela baronesa de Muritiba sobre os acontecimentos de novembro de 1889, de que foi testemunha ocular - 1889*. Op. Cit., p. 19-20.



Figura 73. PACHEDO & FILHO. Amandinha, 1889, carte cabinet.

Ao embarcar, a baronesa de Loreto levava consigo, entre os seus pertences, diários em branco, os quais iria preenchendo, religiosamente, todos os dias da viagem ao exílio. Ao que nos parece, o investimento feito por ela no resguardo da memória a partir do banimento, pode ter correspondido às suas preocupações sobre a historicidade do momento.

Tomando nota, ela mesma, sobre o que via, na qualidade de testemunha ocular, seus relatos poderiam ser úteis na disputa com outras versões que pudessem surgir posteriormente, pelas mãos dos republicanos. De agora em diante fiquemos com as suas impressões sobre os fatos. A baronesa ignorou, na escrita dos seus diários, os acontecimentos que acarretaram no banimento dos imperantes, começando os seus registros pelo embarque no Alagoas. “Ao meio-dia embarcamos no vapor brasileiro Alagoas, cujo comandante é o Sr. Pessoa”, dizia, “a hora e meia, levantou o ferro o navio”.<sup>503</sup> Já atracados em Ilha Grande,

Suas Majestades e Altezas Imperiais passaram-se, em escaler, do Parafba para o Alagoas.

Com bastante dificuldade S. M. a Imperatriz subiu as escadas do vapor, segura por duas pessoas.

Foi uma cena bem triste.

O mar estava um pouco agitado e, temendo o enjoo, que me é inevitável, fui entrincheirar-me no beliche, onde me deitei com as vivas saudades e lembranças de origens diversas.<sup>504</sup>

“Vivas saudades e lembranças” que poderiam ser compostas dos familiares que ficavam no Brasil, das suas conquistas, à exemplo do baronato, dos eventos sociais da Corte,

<sup>503</sup> BARONESA DE LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória. *Notas de Viagem I – Do Rio de Janeiro a Lisboa 1889/ De Lisboa a Cannes 1890*. Lata 658, livro 6. Coleção baronesa de Loreto. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, p. 3.

<sup>504</sup> Idem, p. 4-5.

ou dos avisos alarmantes da condessa de Barral. Em vista dos convites de sua madrinha para que fosse conhecer a Europa, ambas não esperavam que tal ocasião se daria sob circunstâncias que lhes eram tão desagradáveis. A condessa, por sinal, assim que soube do ocorrido, correu mão ao monarca dizendo-lhe “meu Senhor, diga a Sua velha criada onde quer que ela vá Lhe beijar a mão, e se pôr às Suas ordens em tudo e por tudo”.<sup>505</sup>

A distância da costa aumentava conforme a embarcação avançava ao norte do hemisfério. O Alagoas, que os conduzia, registrou Amanda, ia sendo “escortado pelo encouraçado Riachuelo, máquina de guerra, cheia de soldados armados” [grifo do original].<sup>506</sup> Dentro da embarcação a rotina parecia ser sempre a mesma,

passamos muitas horas do dia sentados em cadeiras de palha nos dois lugares mais frescos do salão, próximos ao portaló.

Aí todos se servem, conversam, leem, escrevem ou tomam suas notas a lápis. Também quando descem os mais fortes para as refeições, a Princesa, os meninos, Mariquinhas e eu, almoçamos e jantamos sobre pequena mesa especialmente arranjada.<sup>507</sup>

Neste ambiente, o imperador recusava-se a tratar sobre a ascensão dos republicanos. “Quando alguém começava a tocar no assunto, ele desviava a conversa”, escreveu a baronesa<sup>508</sup>. Entretanto, o monarca não se furtara a ler um soneto de sua composição, numa “reunião literária”, onde agradeceu aos seus “amigos fieis que tem simbolizada lealdade nas esposas tão queridas”.<sup>509</sup>

Em primeiro de dezembro, depois de pararem em São Vicente, na Guiné, na costa africana, “no momento da partida foi içada a antiga bandeira, de coroa Imperial. Todos nós batemos palmas, com olhos rasos de lágrimas”.<sup>510</sup> Era a bandeira que foram ensinados a respeitar nas cerimônias oficiais e nas repartições públicas. Diferentemente da bandeira que os republicanos mandaram hastear no Alagoas por ocasião da partida dos imperantes do Brasil, que “compunha-se de tiras alternadas verde e amarelo, e tinha no canto superior um quadrado azul, semeado de certo número de estrelas, imitando um pouco a bandeira dos Estados Unidos”.<sup>511</sup> A batalha entre republicanos e monarquistas que não irrompeu nas ruas, havia

---

<sup>505</sup> Carta da condessa de Barral ao imperador, 29/11/1889. In: BARRAL E DA PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal de Barros, condessa de. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977, p.316

<sup>506</sup> BARONESA DE LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória. *Notas de Viagem I – Do Rio de Janeiro a Lisboa 1889/ De Lisboa a Cannes 1890*. Op. Cit., p. 5.

<sup>507</sup> Idem, p. 6-7.

<sup>508</sup> MONTEIRO, Mozart. A família Imperial. *RIHGB*, v. 152, 1925, p. 83.

<sup>509</sup> BARONESA DE LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória. *Notas de Viagem I – Do Rio de Janeiro a Lisboa 1889/ De Lisboa a Cannes 1890*. Op. Cit., p. 12.

<sup>510</sup> Idem, p. 40.

<sup>511</sup> Idem, p. 27.

começado pela conquista do imaginário popular assinalado pela substituição da bandeira nacional, como atesta José Murilo de Carvalho.<sup>512</sup>

Carvalho ainda conta que o quadrilátero, de fato, era preto e não azul como narrou a dama. O historiador sustenta que, “os observadores não prestaram atenção à cor, ou resolveram não prestar atenção”<sup>513</sup>. A dita bandeira teria sido criada pelo Clube Lopes Trovão e a cor negra do quadrilátero referenciava a raça liberta.<sup>514</sup> Mas este símbolo logo seria substituído pelo estilo que conhecemos ainda hoje.

Exilados, anotaria “Amandinha” em seu diário que em “7 de dezembro - Às 6 horas, pouco mais ou menos, entramos a barra de Lisboa. Aí, passaram para o Alagoas em prático e repórteres que, havia três dias, esperavam o vapor fora da barra”<sup>515</sup> [grifos do original]. Passaram dez dias em Lisboa.

Lisboa, Porto, Cintra, Sevilha, Madri, constituíram-se em lugares de apreciação da baronesa de Loreto. Tudo lhe era novo, primeira vez no Velho Mundo, “tudo quanto vejo na Europa me lembra qualquer coisa do Brasil”, tomou nota.<sup>516</sup> As visitas às Igrejas, museus, palácios, mereceram nota em seu diário, bem como os registros de admiração de pinturas, porcelanas, armaduras e mobílias antigas por onde passava.<sup>517</sup>

Cerca de um ano depois da chegada da comitiva à Europa, a baronesa seria surpreendida pela morte da imperatriz, enquanto acompanhava a princesa Isabel, seu marido e filhos em uma viagem na Espanha. “Soubemos que a nossa mui querida Imperatriz estava mal [no Porto, em Portugal]”.<sup>518</sup> Diria, em entrevista, anos depois, que seguiram

imediatamente para lá [para o Porto]. Em passando por Madrid, o representante diplomático do Brasil [...] já sabia do falecimento da imperatriz, mas não tinha ânimo para transmitir a notícia à princesa Isabel. Afinal, depois de muito hesitar, fez-lhe a comunicação. Partimos para o Porto. A imperatriz morrera quase só. O imperador fora fazer uma visita à Universidade de Coimbra, sem presumir que d. Tereza estivesse gravemente enferma. Na ausência de Pedro II, a imperatriz morreu quase de repente.<sup>519</sup>

Foram dias de choros copiosos da baronesa junto à princesa seus familiares e demais companheiros. “Amandinha” dava-se por convencida de que a proclamação da República agiu

---

<sup>512</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 109.

<sup>513</sup> Idem, p. 112.

<sup>514</sup> Ibidem.

<sup>515</sup> BARONESA DE LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória. *Notas de Viagem I – Do Rio de Janeiro a Lisboa 1889/ De Lisboa a Cannes 1890*. Op. Cit., p. 50.

<sup>516</sup> Idem, p. 29.

<sup>517</sup> Idem, p. 71-72; 75-76; 88; 108-109.

<sup>518</sup> Idem, p. 89.

<sup>519</sup> MONTEIRO, Mozart. *A família Imperial*. Op. Cit., p. 85.

como mal impulsionador da morte da imperatriz. Uma vez que “desde que [D. Teresa Cristina] saiu do Rio de Janeiro, mostrava-se impressionada pelos horrores [de] acontecimentos tão sabidos. Eles, sem dúvida, concorreram para a sua morte”.<sup>520</sup>



Figura 75. Luto por D. Thereza, diante do Hotel Beau Séjour, em Cannes, 1889.

O assento vazio ao lado do monarca, ao centro da fotografia, acusa a ausência da imperatriz que havia poucos dias de falecida, como fez registrar um fotógrafo desconhecido. Uma legenda acrescida à mão sobre o retrato identifica os enlutados. Da esquerda para a direita: D. Augusto, conde de Alzejur, D. Pedro Augusto, em pé o conde d’Eu com a mão sobre o ombro direito do seu filho D. Pedro que tem o seu avô, o imperador sentado e, por sua vez, à sua frente, o seu neto D. Antônio. Em pé, localizada atrás e mais à direita podemos ver a princesa Isabel, seguida da baronesa de Muritiba e da baronesa de Loreto e, à frente desta, D. Luiz, outro filho da princesa. Ao lado da baronesa de Loreto vemos seu marido, o conde de

<sup>520</sup> BARONESA DE LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória. *Notas de Viagem I – Do Rio de Janeiro a Lisboa 1889/ De Lisboa a Cannes 1890*. Op. Cit., p. 97-98.



Mota Maia, o barão de Muritiba, tendo um desconhecido entre estes dois últimos e um senhor identificado como sendo o conde de Ramiz.<sup>521</sup>

Depois de depositarem o corpo da imperatriz no jazigo imperial em Lisboa, em meados de janeiro, o grupo exilado encontrou a condessa de Barral, juntamente com o seu filho, Dominique de Barral, a esposa deste, Maria Francisca Paranaguá de Barral, a irmã “Chiquinha”, da baronesa de Loreto e seus filhos.<sup>522</sup> Do encontro dispomos da fotografia que segue.



Figura 76. Família Imperial em Voiron, 1890.

Existe um impasse acerca do local de onde foi registrada esta imagem. Pedro e Bia Lago atribuí-lhe a Versailles, Lilia Schwarcz, por sua vez a localiza em Paris, já Roderick Barman aponta Voiron, na França, na qual a condessa de Barral tinha propriedade.<sup>523</sup> De todo modo, conseguimos identificar em pé, à esquerda, D. Pedro II, o conde de Aljezur, de chapéu

<sup>521</sup> Se trataria de Benjamin Franklin Ramiz Galvão, preceptor dos filhos da princesa Isabel. Entretanto Ramiz Galvão só chegou a barão, de acordo com o *Arquivo nobiliárquico brasileiro*. VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Arquivo nobiliárquico brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p. 380-381

<sup>522</sup> BARONESA DE LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória. *Notas de Viagem II – De Lisboa a Cannes (continuação) – III Viagem pela Itália, 1890*. Lata 658, livro 7. Coleção Baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro, p.14-15.

<sup>523</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. Op. Cit., p. 483. BARMAN, Roderick J.. *Princesa Isabel do Brasil*. Op. Cit., p. 283. Uma fotografia idêntica a esta é uma das três imagens que se encontram, não catalogadas, no IHGB e é a única onde figura a baronesa de Loreto e os membros da família imperial. Os outros dois registros fotográficos são sobre o castelo d’Eu, na França.



claro, conde de Dominique de Barral, ao seu lado, o barão de Loreto, seguido de Chiquinha de Barral, a princesa Isabel e recostada à ela, a baronesa de Loreto, a condessa de Barral, Pedro de Alcântara, o conde d'Eu e uma senhora não identificada. Sobre as cadeiras encontram-se os filhos da Chiquinha de Barral com cabelos negros e os outros dois, loiros, são filhos da princesa Isabel e do conde d'Eu, D. Antônio e D. Luiz.

A autoria de tal fotografia nos é desconhecida, mas nos revela a descontração das crianças, frente à seriedade ou serenidade dos adultos. “Amandinha” procura demonstrar o afeto e a intimidade com a princesa por meio do reclinar sobre Isabel, esta, destituída do trono brasileiro e órfã da imperatriz.

A baronesa de Loreto guardaria em seus álbuns de fotografias aqueles retratos do exílio. Uma destas lembranças foi encontrada pelo jornalista Mozart Monteiro quando esteve na casa da referida baronesa por ocasião de entrevista-la. Segundo as informações ali colhidas, Monteiro fez anotar que

pouco antes de regressar ao Brasil, estando ele [o barão de Loreto] com a família imperial em Voiron, quis o imperador que se tirasse uma fotografia, como recordação.

Veem-se nesse retrato o imperador; a princesa Isabel; os barões de Loreto; a condessa de Barral; o filho da condessa de Barral e sua esposa, a irmã mais moça da baronesa de Loreto; o conde d'Eu; o conde de Aljezur; netinhos do imperador, e uma professora deles. É uma fotografia preciosa, e ainda bastante nítida.<sup>524</sup>

Esta bem que poderia ser a descrição da fotografia anteriormente demonstrada, embora seja difícil afirmarmos tal suposição. No contexto do banimento, como vimos no capítulo 1, o retrato cumpriria outro ofício para a família imperial, o de avivar as lembranças e esperanças dos monarquistas brasileiros, sobre uma possível restauração.

De volta a Voiron, na França, depois de ter viajado com seu marido por outras partes da Europa, em 3 de agosto de 1890 “Amandinha” escreveria em seu diário como se sucedeu a despedida da sua princesa.

Que tristes despedidas, quantas palavras repassadas de vivas saudades nos foram ditas!

Abraços, lágrimas, enfim recebemos as maiores provas de amizade e simpatia. [...]

Os semblantes de todos eram tristonhos. Quanto custa uma separação! E quem sabe quando nos tornaremos a ver?<sup>525</sup>

A baronesa de Loreto e seu marido retornariam ao Brasil naquele ano de 1890, depois de terem demonstrado lealdade à família imperial, da qual estiveram aos pés por anos.

<sup>524</sup> MONTEIRO, Mozart. A família Imperial. Op. Cit., p. 88.

<sup>525</sup> BARONESA DE LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória. *Notas de Viagem, 1890*. Lata 658, livro 11, p. 85-86.

“Não nos demoramos mais na Europa meu marido e eu, porque ele precisava de regressar ao Brasil para tratar da vida. Não éramos ricos...” respondeu a senhora ao jornalista Monteiro.<sup>526</sup> Franklin Dória atuaria como advogado até 1906, quando faleceu em outubro, no Rio de Janeiro. Junto às suas atuações jurídicas, também aliou seu apreço pelas letras, constituindo-se como fundador da cadeira 25, da Academia Brasileira de Letras, em eleição realizada em 28 de janeiro de 1897.<sup>527</sup>

Um ano depois de ter regressado ao Brasil, “Amandinha” seria surpreendida pela morte do Imperador, ocorrida em 5 de dezembro de 1891. Se repetiria mais um momento de tristeza para a baronesa que havia perdido a sua madrinha, a condessa de Barral, em janeiro daquele mesmo ano. Os graúdos do Império desapareciam ao passo que, como Mozart Monteiro ouviu falar, “ninguém dentre os vivos, poderia falar com mais autoridade sobre a vida íntima das pessoas imperiais – porque ninguém, dentre os vivos, privara tão intimamente com essas pessoas” como a baronesa de Loreto.<sup>528</sup>

---

<sup>526</sup> MONTEIRO, Mozart. A família Imperial. Op. Cit., p. 82.

<sup>527</sup> Ver site da Academia Brasileira de Letras, disponível em: <  
<http://www.academia.org.br/academicos/franklin-doria-barao-de-loreto>>. Acesso em: 11 de dez. de 2017.

<sup>528</sup> MONTEIRO, Mozart. A família Imperial. *RIHGB*, v. 152, 1925, p. 84.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da senhora Paranaguá Dória se oferece, desta maneira, como fértil incursão sobre discussões ainda hoje travadas pela comunidade historiográfica acerca da relação memória e História e suas implicações na experiência social do tempo. O investimento feito pela baronesa de Loreto na constituição de um arquivo pessoal, doado por ela mesma ao IHGB, se fundamentava na esperança da garantia de sua perenidade ou antes, da perenidade sobre as coisas do Império.

O percurso desta mulher, “morena”, nos torna sensíveis para as relações desdobradas a partir da interposição entre raça e classe na família Paranaguá. Além disso, ela expõe indícios sobre a desenvoltura política das senhoras no Segundo Reinado e seus espaços de agência, dentre os quais, as cartas íntimas e a cultura visual figuram como fontes privilegiadas para sua percepção.

Na busca pelo sucesso familiar, a presente investigação destacou a rede de relações acionada pela parentela de “Amandinha” no processo de sua consolidação na Corte. Neste sentido, seus conterrâneos baianos foram parte fundamental. Era o chamado “baianismo”, fenômeno político que destaca o predomínio dos políticos da Bahia nos cargos mais altos da Coroa, se comparado às outras autoridades oriundas de outras províncias do país. A presente investigação acrescenta a participação feminina neste fenômeno, então atribuído exclusivamente aos homens e aos espaços formais da política. Aí, a atuação na esfera privada de Amanda e de sua madrinha, a condessa de Barral, baianas, se dão como vestígios dessas articulações de mulheres, por vezes discretas, que fogem ao alcance das formalidades e do realce conferidos pelas tribunas, atribuindo, deste modo, maiores contornos ao “baianismo”.

A conquista do cargo de dama a serviço da princesa dava tons formais a uma íntima relação construída por anos. Esta nomeação se insere na tentativa de renovar a imagem daquela que, em vista do frágil estado de saúde do monarca, viria a assumir o trono. A dama deveria auxiliar na tessitura de uma imagem positiva para a futura imperatriz, desfazendo ou, ao menos, amenizando as resistências contra um terceiro reinado, de modo a viabilizá-lo.

O título de baronesa de Loreto, por sua vez, veio realçar as boas relações com a herdeira do trono, sugerindo um promissor caminho que Amanda ainda teria pela frente sob a autoridade de Isabel. As esperanças de ambas foram frustradas pelas movimentações dos republicanos.

A proclamação da República, pôs termo não só à Coroa, mas ao processo de consolidação do poder de Amanda ao redor dos imperantes, então destronados. Seguir para o exílio com D. Pedro II e sua família tornou-se uma opção para Amanda e seu marido, assim como para outras pessoas mais próximas ao monarca, como prova de fidelidade ao Regime deposto. A expulsão do Brasil e a fundação da República contribuíram para que a baronesa assumisse o compromisso com a narrativa histórica sobre o Império. É neste contexto que ela começou a escrever os seus diários, dando prosseguimento, a partir da sua volta ao Rio de Janeiro, em 1890, à seleção, organização e catalogação de toda a sorte de documentos que pudessem contribuir, ao seu ver, em favor da Monarquia, nas disputas das produções sobre o passado imperial.

Antes de sua morte, em 1931, no Rio de Janeiro, a baronesa de Loreto ainda figurou como diretora da Obra de Proteção das Moças Solteiras, uma organização fundada em 1913, segundo a *Fon-fon* e que cumpria o papel de instruir as jovens em ofícios atribuídos ao domínio familiar e doméstico. Já viúva, a dama da princesa destronada que anos antes havia desempenhado papel de relevo frente as iniciativas educacionais destinadas às crianças, no Império, agora, na República, sua atenção filantrópica, prática relativamente difundida entre as mulheres de camadas socialmente mais elevadas e que não deixava de ter caráter político, voltava-se para moças que buscavam casamento.



Figura 77. A baronesa de Loreto na inauguração do edificio da “Obra de Protecção às moças solteiras”.



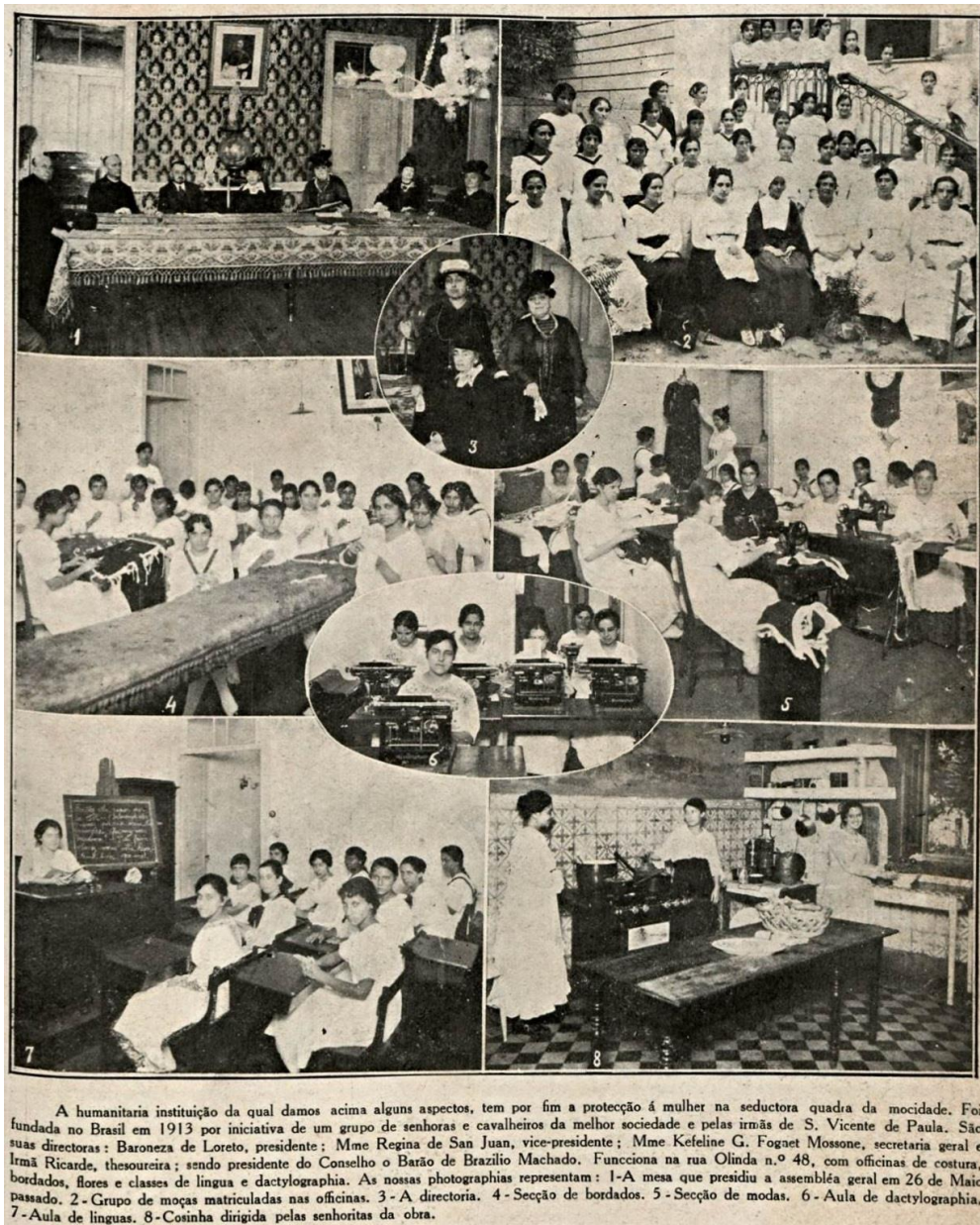


Figura 78. A baronesa de Loreto é a senhora de chapéu preto, ao centro na primeira imagem superior à esquerda e a que está sentada, também ao centro, na fotografia em formato circular.

A evocação de Amanda Paranaguá Dória, através do seu título nobiliárquico, pela imprensa carioca, em plena República, dava evidência à sua atuação vívida de monarquista nos espaços sociais. Se o tempo republicano era também tempo de saudades para os partidários da Coroa, como a baronesa se mantinha, por outro lado também era circunstância de esperanças em uma desejada Restauração, que não chegaria a acontecer.

A morte de sua amiga, a princesa Isabel, em novembro de 1921, representou para a velha baronesa não só a impossibilidade de vê-la novamente em um querido regresso ao

Brasil, mas também a sua incursão pessoal numa vida religiosa mais profunda. A religião tornou-se refúgio ainda mais pulsante na vida da baronesa que já contava com avançada idade quando foi homenageada com um quadro seu, no convento do Carmo na Lapa, onde desempenhou a função de priora da ordem terceira daquela instituição.



Figura 79. A baronesa aparece ao lado esquerdo da tela emoldurada e na segunda imagem, sentada ao lado esquerdo do sacerdote.

Se a Igreja se tornou seu abrigo em preparação para o “bem morrer”, o IHGB, pela doação dos seus guardados, tornou-se refúgio para seu “bem lembrar”. Neste sentido, o ato de ter doado parte dos seus pertences anos antes de sua morte, se constituiu como um projeto de memória, confiando àquela Instituição de sua estima, o domínio sobre os seus objetos, cuidadosamente selecionados e reunidos ao longo de sua vida. Como já vimos no capítulo 1, esta iniciativa seguiu uma tendência escolhida por outros monarquistas que, em vista de preservar viva as lembranças da Coroa, ingressaram em jornais, museus e outros espaços que lhes assegurasse certa notoriedade e que fossem compromissadas em salvaguardar a memória nacional.

Conservando-se monarquista convicta até seus findos dias, a dama da princesa já falecida, procurava manter vivo o apreço para com a Coroa entre aqueles que a procuravam a fim de buscarem junto a ela, relatos de suas memórias sobre os ex-imperantes. A baronesa de Loreto fez antes encerrar-se entre as coleções do IHGB, do que ter seu corpo depositado no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. Frente à corrupção do corpo pelo tempo, mostrou-se incorruptível por meio dos seus documentos disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A trajetória de Amanda Paranaguá esteve intimamente ligada ao núcleo do poder imperial, ao redor do qual teceu fortes laços de confiança e amizade que lhe renderam a posição de dama e o título de baronesa de Loreto. Sua experiência, pela qual fomos guiados até agora, nos relewa os itinerários de uma vida que passava, até então, discretamente nas composições de quadros e fotografias (uma das quais, inspirou o começo desta investigação).

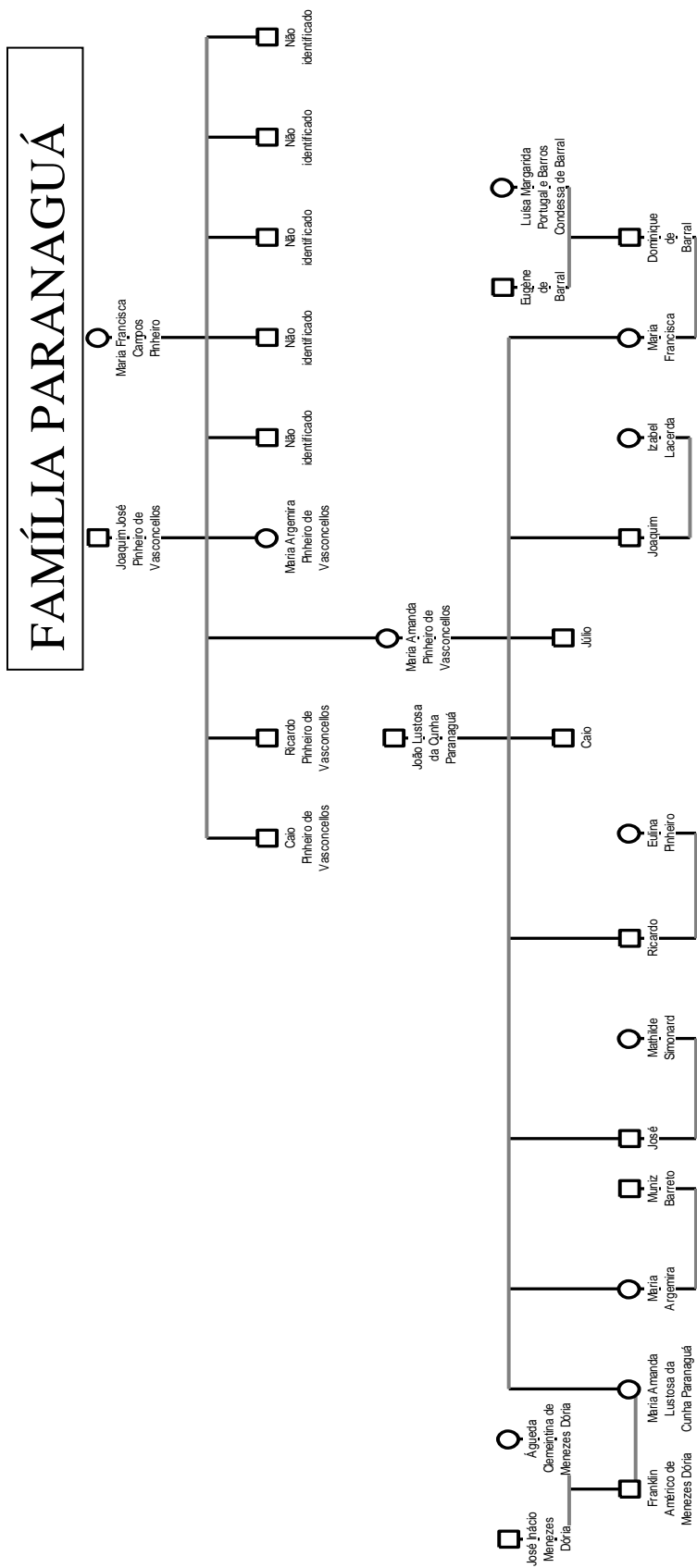
A partir do diálogo entre textos escritos e visuais, pudemos perceber a gerência da baronesa sobre os objetos que colecionou em sua residência, tornando-a um *lugar de memória*. Os guardados compunham uma *escrita de si* na medida em que serviam de testemunha de sua vida, à exemplo dos inúmeros retratos que resguardava e que seguem sob a proteção de seus descendentes até os dias de hoje. A baronesa faleceu na casa da sua irmã, Maria Argemira Paranaguá Moniz, à rua Voluntários da Pátria, nº 32, no entardecer do dia 15 de agosto de 1931, em decorrência de complicações de saúde, aos 82 anos de idade.<sup>529</sup>

---

<sup>529</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16/08/1931, p. 12.



## 6. GENEALOGIA DA FAMÍLIA PARANAGUÁ



## **7. FONTES:**

### *7.1. Fontes impressas:*

#### **A - Jornais e Revistas:**

*A Época*, Recife, 1889.

*A lanceta*, Recife, 1889.

*A Notícia*, Rio de Janeiro, 1902.

*Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 1888.

*Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 1926;1929.

*Correio Imperial*, Petrópolis, 1888.

*Corsário*, Rio de Janeiro, 1882.

*Diabrete*, Rio de Janeiro, 1883.

*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1887-1888.

*Diário de Pernambuco*, Recife, 1880.

*Diário de Pernambuco*, Recife, 1880.

*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1861-1877.

*Fon-fon*, Rio de Janeiro, 1907-1921.

*Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 1883-1886.

*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1882-1921.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1920.

*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1855-1931.

*Jornal do Recife*, Recife, 1880.

*O cearense*, Fortaleza, 1849.

*O democrata*, Recife, 1880.

*O jornal*, Rio de Janeiro, 1921;1931.

*O Malho*, Rio de Janeiro, 1914-1933.

*O país*, Rio de Janeiro, 1885;1888.

*Rataplan*, Rio de Janeiro, 1886.

*Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, 1871;1881.

#### **B – Fontes manuscritas:**

- **Coleção baronesa de Loreto, IHGB:**

BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de Menezes Dória. *Livro de família do Dr. Franklin Dória*. Lata 659, livro 1. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

BARONESA DE LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória. *Notas de Amanda Paranaguá Dória de sua viagem em companhia da família imperial (1889-1890)*. Lata 658, livros de 6 a 8. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. *Notas de Viagem*. Lata 658, livros de 6 a 11. Coleção baronesa de Loreto. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro.

BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal e Barros, condessa de. *Cartas e autógrafos da condessa de Barral à baronesa de Loreto. (1873-1890)*, coleção baronesa de Loreto, arq. 2.2.4, IHGB, Rio de Janeiro.

D'EU, Isabel, condessa. *Cartas da princesa Isabel ao imperador – XLI. 3.28 – 1883 Docs: 09*. Museu Imperial de Petrópolis. Petrópolis – RJ.

D'EU, Isabel, condessa; et. al. *Cartas autógrafos da princesa Isabel e de seus filhos Luiz, Pedro, Antônio à baronesa de Loreto. 1866 a 1905. 3v., arq. 2.2.1-3, coleção baronesa de Loreto, IHGB, Rio de Janeiro.*

*Cartas autógrafos da imperatriz Teresa Cristina, uma de D. Pedro II, de D. Francisca, D. Januária e D. Leopoldina de Coburg (irmã da princesa Isabel)*. Arq. 2.2.5. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

*Certidão de casamento do Dr. Franklin Américo de Menezes Dória*. Coleção baronesa de Loreto, lata 300, pasta 30, IHGB, Rio de Janeiro.

MURITIBA, Maria José Velho de Avellar Tosta, baronesa de. *Notas (cópia) tomadas pela baronesa de Muritiba sobre os acontecimentos de novembro de 1889, de que foi testemunha ocular - 1889*. DL. Lata 445, pasta 41. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro.

VASCONCELLOS, Caio Pinheiro de. *Carta pessoal, 30/05/1923*. PINHO, Wanderley de Araújo. DL1477.069. Arquivo Wanderley de Araújo Pinho. IHGB. Rio de Janeiro.

VASCONCELLOS, Joaquim José Pinheiro de. *Desembargador Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, (visconde de Montserrate): carta ao Dr. João Lustosa da Cunha Paranaguá, (marquês de Paranaguá): Bahia, 13 de junho de 1849*. DL 171.1, lata 171, livro 1, doc. 1. Coleção baronesa de Loreto, IHGB, Rio de Janeiro.

- **Museu Imperial de Petrópolis:**

DÓRIA, Maria Amanda Paranaguá. *Carta pessoal, Rio de Janeiro, [07/05/1888]*. D'EU, Isabel, condessa. CCXIV -1 (02), doc.: 01. Arquivo Imperial de Petrópolis. Petrópolis-RJ.

\_\_\_\_\_. Carta pessoal, Rio de Janeiro, 10/05/1888. D'EU, Isabel, condessa. Petrópolis. CCXIV – 1 (01), doc. 02. Museu Imperial de Petrópolis. Petrópolis-RJ.

\_\_\_\_\_. Carta pessoal, Rio de Janeiro, 08/05/1888. D'EU, Isabel, condessa. Petrópolis. CCXIV – 1 (01), doc. 01. Museu Imperial de Petrópolis. Petrópolis-RJ.

LORETO, Maria Amanda Paranaguá Dória, baronesa de. *Correspondência pessoal*. Rio de Janeiro 28/09/1905. D'EU, Isabel, condessa. Paris, França. Maço 204, doc.: 9328, Barão de Loreto. Museu Imperial de Petrópolis, Petrópolis –RJ.

### **C – Fontes fotográficas:**

*Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro.

*Fundação Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro.

*Fundação Joaquim Nabuco*, Recife – PE.

*Instituto Moreira Salles*, São Paulo.

LAGO, Pedro Correa de; LAGO, Bia Correa de. *Coleção princesa Isabel: fotografia do século XIX*. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2008.

### **D - Álbuns de recortes, biografias, livros, anais e inventários:**

- **Coleção baronesa de Loreto, IHGB:**

*Álbum de recorte de jornais (1886-1905)*. Arq. 2.3.29-33. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de Menezes Dória, barão de. *A abolição no Brasil*. *RIHGB*, nº 102, Tomo LXIII, parte II. Rio de Janeiro, 1900.

\_\_\_\_\_. *Catálogo da biblioteca do barão de Loreto*, lata 656, livro 8, coleção baronesa de Loreto. IHGB, Rio de Janeiro.

*Coleção baronesa de Loreto, ficha técnica*. IHGB. Rio de Janeiro, s.d..

*Inventário da coleção baronesa de Loreto*. Divisão de Arquivo Histórico, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, s/d.

MONTEIRO, Mozart. *A família imperial*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 152, 1925.

REBOUÇAS, André. *Diário do Dr. André Rebouças - 1888*, diário 6, DL 464.6, Coleção André Rebouças, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro.

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. 69, parte 2, v. 114, Rio de Janeiro, 1908.

VASCONCELLOS, Joaquim José Pinheiro de; MONSERRATE, Barão de. *Poesias do barão de Monserrate conselheiro e ministro do Supremo Tribunal de Justiça oferecidas a esposa e sogra de J. V. T.* Bruxelas [Bélgica] [s.n.]. 134.2.35. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro

- **Museu da Justiça do Rio de Janeiro:**

BARÃO DE LORETO, Franklin Américo de Menezes Dória. *Inventário, 1906-1907*. Reg.: 1629, caixa 271, cód.: 2436. Museu da Justiça. Rio de Janeiro.

VISCONDE DE MONTESERRATE, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos. *Inventário, 1884*. Reg.: 1664, caixa 286, cód.: 2471. Museu da Justiça. Rio de Janeiro.

- **Outros lugares:**

*Almanaque administrativo, mercantil e industrial da Corte e província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Em casa dos editores-proprietários, Eduardo e Henrique Laemmert, 1877.

*Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, 1941.

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacob*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904.

BARBOSA, Rui. *Queda do Império – Diário de Notícias*. Tomo III, vol. XVI – 1889. Obras completas de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1944.

BARRAL E PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal de Barros, condessa de. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1891*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977.

BRASIL. Assembleia Geral. *Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 [Lei do Ventre Livre]*. Rio de Janeiro, 1871. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm)>. Acesso em: 09 de nov. de 2017.

\_\_\_\_\_. *Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

\_\_\_\_\_. *Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

\_\_\_\_\_. *Falas do trono desde o ano de 1823 até o ano de 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

\_\_\_\_\_. *Anais do Senado do Império do Brasil*. Livro 5. Ata em 28 de setembro de 1871. p.289.

Disponível

em:

<[http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Império/1871/1871%20Livro%205.pdf](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Império/1871/1871%20Livro%205.pdf)>. Acesso em: 10 de nov. de 2017.

DÓRIA, Francisco Antonio. *Menezes Dória, da Ilha dos Frades*. Versão 3.0, Janeiro de 2003.

DÓRIA, Franklin A. de Menezes. *Fala com que o Exm. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria abriu a Sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco em 1º de março de 1881*. Pernambuco, Tipografia de Manoel Figuerôa de Faria & Filhos, 1881.

FIGUEIREDO, Affonso Celso de Assis. *Oito anos de parlamento: reminiscências e notas*. Brasília: Senado Federal, 1998.

MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. *Os programas dos partidos e o 2º Império*. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878.

MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a História*. Francisco Alves & Cia.: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte; Aillaud, Alves & Cia.: Paris, Lisboa, 1913.

Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 34, Rio de Janeiro, 2002.

NABUCO, Joaquim. *O dever dos monarquistas: carta ao Almirante Jaceguay*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1895.

SAMPAIO, Theodoro. Homenagem do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ao Visconde de Monserrate. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº45, 1919.

## 8. BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1988.

ALMEIDA, Carla Beatriz de. *O Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado (1849-1855): “um pouco de homens, outro pouco de instituição”*. Dissertação em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora – MG, 2013

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. 8ed.. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMANCIO, Kleber. A. O.. A representação visual do negro na primeira república. 2013. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal-RN, 2013.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a pintura de Arthur Timotheo da Costa*. Tese (doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016, p. A representação visual do negro na primeira república. 2013.

AZEVEDO, Celia Maria M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARICKMAN, B. J.. *A bahian counterpoint: sugar, tobacco, cassava, and slavery in the Recôncavo, 1780 -1860*. Stanford: Stanford University Press, 1998.



BARMAN, Roderick J.. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

BEDIAGA, Begonha. O Arquivo Histórico do Museu Imperial e as pesquisas sobre o século XIX. *Revista História, Ciências, Saúde* vol. IV, (2), jul-out, Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989.

CALMON, Pedro. *Princesa Isabel, "a Redentora"*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.

\_\_\_\_\_. *Franklin Dória, barão de Loreto*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

\_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Três pretos tristes: André Rebouças, Cruz e Sousa e Lima Barreto. *Topoi*, v. 18, 2017.

CASTRO, Chico. Paranaguá: um conselheiro do império. In: *Marquês de Paranaguá*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. Classes perigosas. *Trabalhadores*, n.6, 1990.

\_\_\_\_\_. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. São Paulo: Editora Record, 1999.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COSTA, Angelita Maria R. Ferrari da. *A coleção de pinturas em miniatura da viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 6ª ed.. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. *A abolição*. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, Milene Ribas da. *A implosão da ordem: a crise final do Império e o movimento republicano paulista*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora dos escravos”*: um estudo das representações sobre a princesa. Dissertação de mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2001.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FAGUNDES, L. P.. De volta à terra pátria: o traslado dos restos mortais de D. Pedro II e Thereza Cristina para o Brasil (1921). In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, 2015, Florianópolis, 2015.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro - 5ª Ed.* São Paulo: Globo Editora, 2012.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FERREZ, Gilberto. A fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores: Marc Ferrez (1843-1923). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v.100, n. 10, 1946.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, 1998.

FRANCISCO, Ana Cristina B. L. M.. *De sinhá de engenho a dama da Corte: a Condessa de Barral, preceptora das princesas imperiais brasileiras*. V Congresso internacional de História, Jataí-GO, 2016.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e Mocambos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002

GOMES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. *Estud. hist.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, dez., 2008.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Flávio (org.). *Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GOMES, Marleide da Mota. The decline of Dom Pedro II's empire and health: neurophatogenic implications. *Arq. Neuro-Psiquiatr.*, São Paulo , v. 65, n. 4b, Dez. 2007.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo Salles (org.). *Brasil Imperial, 1870-1899*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial. *RIHGB*. Rio de Janeiro, 156 (388), jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos* n. 1, Rio de Janeiro, 1988.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 35° ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico - Reações e transações*. Vol. 3. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

\_\_\_\_\_. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo. II: O Brasil Monárquico. Difel: São Paulo, 1972.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 26ª ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *História geral da civilização brasileira*. O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação. 9ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Brasil monárquico*. V. 5: reações e transações. 8ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KNAUSS, Paulo. Política de formação de acervos: práticas de colecionar entre o privado e o público. Casa Rui Barbosa. *Seminário Internacional Cultura, Ciência e Democracia*. Rio de Janeiro, 2017.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Rinaldo C. N.. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. 1. ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

LEMOES, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial*. Vol. 3, 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 401-444.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. *Topoi: revista de história*, v. 16, 2015.

MACENA, Fabiana Francisca. *Outras faces do abolicionismo em Minas Gerais: rebeldia escrava e ativismo de mulheres (1850-1888)*. Tese de doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

MACHADO, Maria Helena P. T.. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRINBERG,

- Keila e SALLES, Ricardo Salles (org.). *Brasil Imperial, 1870-1899*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 367-400.
- MACHADO, Maria Helena P. T.. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. 2ª ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Deodoro: a espada contra o Império*. Vol. 1. São Paulo: Companhia editora nacional, 1957.
- MAGALHÃES, Bernardina Botelho de. *O diário de Bernardina: da Monarquia à República pela filha de Benjamin Constant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- MARCONDES, Renato Leite. *Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870*. Tese de doutorado em Economia. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2005.
- MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial (1870 a 1889)*. Dissertação de mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.
- MARTÍNEZ, Millán J. e LOURENÇO, Maria P. Marçal. *Las relaciones discretas entre las monarquias hispana y portuguesa: las casas de las reinas (siglos XV-XIX)*. Vol. II. Ediciones Polifemo, Madri, 2008.
- MARTINS, A. P. V.. A feminilização da filantropia. *Revista Gênero*, v. 15. Niterói, 2015.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- MATTOSO, Kátia Q.. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.
- MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e História: interfaces. *Tempo*, Niterói, v. 2, n.1, 1996.
- \_\_\_\_\_. Imagem e Auto-Imagem do Império. In: Luiz Felipe de Alencastro. (Org.). *História da vida privada no Brasil império: a corte e a modernidade nacional*. 1ed.. São Paulo: companhia das letras, v. 2, 1997.

\_\_\_\_\_. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*. v. 13. n.1. jan.-jun., São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Poses e flagrantes*. EdUFF: Niterói, 2008.

\_\_\_\_\_; RAMOS, Itan Cruz. Fotografias de família e os itinerários da intimidade na História. *Revista Acervo, do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, jan.-jun., 2017.

MAYER, Arno J.. Culturas oficiais e vanguardas. In: *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848-1914*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *O “Terceiro reinado”*: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi. Dissertação (mestrado em História). Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ, 2009.

MONTELEONE, Joana. *O circuito das roupas: a Corte, o consumo e a moda (Rio de Janeiro, 1840-1889)*. Tese de doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MORAES, Renata Figueiredo. Uma pena de ouro para a Abolição - A lei do 13 de maio e a participação popular. *Revista Brasileira de História*, v. 33, 2014.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a Guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n.24, 1995.

MUAZE, Mariana de Aguiar F.. *O império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Tese (doutorado em História). Instituto de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

\_\_\_\_\_. Os guardados da viscondessa: fotografia e memória na coleção Ribeiro de Avellar. *Anais do Museu Paulista*. n. sér. v.14. n.2, jul.- dez., São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MUZZI, Amanda da Silva. *Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil, 1893-1897*. Dissertação (mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

NEGRO, Antonio Luigi; BRITO, Jonas. Mãe parálitica no teatro das oligarquias?: o papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, Dez., 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n° 10, 1993.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O Espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 3, 1995.

PASSOS, Elizete. *Henriqueta Catharino, 1886-1969*. Coleção educadoras baianas. Salvador: EdUFBa: FAGED, 2010.

PATRY, Marília Gabriela. *Da recolha à exposição: a constituição de museus escolares em escolas públicas primárias de Santa Catarina (Brasil – 1911 a 1925)*. Dissertação de mestrado em Educação. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2013.

PEREIRA, Adriana Maria Pinheiro M.. *A cultura amadora na virada do século XIX: a fotografia de Alberto de Sampaio (Petrópolis/Rio de Janeiro, 1888-1914)*. Tese (doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

PEREIRA, Camila Mendonça. *Abolição e catolicismo: a participação da Igreja Católica na extinção da escravidão no Brasil*. Dissertação de mestrado em História. Instituto de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888. (Tese de doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia. Estudo de contato racial*. 1ª ed.. São Paulo; Rio de Janeiro; Bahia; Recife; Pará; Porto Alegre: companhia editora nacional, 1945.

PINHO, Wanderley de Araújo. *Cartas de Francisco Otaviano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, 1977.

PINHO, Wanderley de Araújo. *Salões e damas do Segundo Reinado*. Livraria Martins Editora: São Paulo, [1942].



REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REVEL, Jacques. *Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado*. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou.... *Estudos Históricos*, v. 21, n.21, Rio de Janeiro, 1998.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 3ª ed.. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília, 1978.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado* / Ricardo Salles. 2. ed. - Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SANT'ANNA, Thiago F.. *Mulheres goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888)*. Dissertação de mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. Brasília, 2005.

SANTOS, Armando Alexandre dos. Cartas do conde d'Eu à baronesa de Loreto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a.176(467), abr./jun., 2015.

SANTOS, Jocélio T.. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 32, 2005.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República*. Salvador: Edufba, 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Cultura e Cidade - Projeto História*, São Paulo, v. 16, 1998.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica. *Revista Méteis: história e cultura (UCS)*, Caxias do Sul, v. 2, n.3, 2003.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. A "infância desamparada" no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880 - 1886). *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 26, n. 1, Jan. 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. Biografia como gênero e problema. *História Social (UNICAMP)*, v. 24, 2013.

- SCHWARTZ, Stuart B.. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Vol. 4. Salvador: Imprensa oficial do Estado, 1933.
- SIMÕES FILHO, Afrânio Mário. O século XIX – presença dos retratos do Império. In: *Retratos baianos memória e valor de culto na Primeira República (1889 - 1930)*. Dissertação de mestrado em Artes Visuais. Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- SLEMIAN, Andréa; LOPES, José Reinaldo de Lima; GARCIA NETO, Paulo Macedo. *O judiciário e o Império do Brasil: o Supremo Tribunal de Justiça (1828-1889)*. Working Papers 35. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2009.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2 ed.. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.
- SUADEAU, Laurent; DITADI, Carlos Augusto Silva. O Império à mesa. In: MALERBA, Jurandir; HEYNEMANN, Cláudia B.; RAINHO, Maria do Carmo T.. *Festas Chilenas: sociabilidade e política no Rio de Janeiro no ocaso do Império*. Porto Alegre: EduPUCRS, 2014, p.157-179.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: UFBA, 2003.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. 1ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Archivo nobiliarchico brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.
- VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v.13, n.39, dez, 2008.
- VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.

## 9. LISTA DE FIGURAS:

<b>Figura 1</b> - GUIMARÃES, José Ferreira. <i>Retrato da baronesa de Loreto, Maria Amanda de Paranaguá Dória, 1881 – 1884</i> . BR RJANRIO O2.0.FOT.67 Rio de Janeiro / Acervo Arquivo Nacional.....	11
<b>Figura 2</b> – MEIRELLES, Victor. <i>A abolição da escravatura</i> . 1888-1903. Óleo sobre tela. 46.00 cm x 55.00 cm. Acervo Banco Itaú. São Paulo.....	18
<b>Figura 3</b> - MACHADO, Ingrid Maria; G1. <i>Vestido foi utilizado pela Princesa Isabel em dois momentos históricos</i> [juramento por ocasião da regência em 1871 e na assinatura da Lei Áurea de 1888].....	19
<b>Figura 4</b> – MEIRELLES, Victor. <i>Juramento da princesa Isabel</i> . Óleo sobre tela, 1875.....	21
<b>Figura 5</b> - MEIRELLES, Victor. <i>Casamento da princesa Isabel</i> . Óleo sobre cartão colado em madeira, datado por volta de 1864.....	22
<b>Figura 6</b> - LAGO, Pedro Corrêa do; LAGO, Bia Corrêa do. <i>Coleção Princesa Isabel: fotografia do século XIX</i> . Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2013.....	25
<b>Figura 7</b> - <i>Fon-fon</i> , Rio de Janeiro, 08/01/1921, p.1.....	27
<b>Figura 8</b> - <i>Fon-fon</i> , Rio de Janeiro, 17/12/1921, p. 20.....	29
<b>Figura 9</b> - <i>O Malho</i> , Rio de Janeiro, 28/12/1933, p.11.....	30
<b>Figura 10</b> – <i>Fon-fon</i> , Rio de Janeiro, 27/11/1920, p. 20.....	32
<b>Figura 11</b> – <i>Fon-fon</i> . Rio de Janeiro, 20/08/1921, p.1.....	32
<b>Figura 12</b> – <i>Fon-fon</i> . Rio de Janeiro, 15/01/1921, s/n.....	33
<b>Figura 13</b> – <i>Fon-fon</i> . Rio de Janeiro, 15/01/1921, s/n.....	33
<b>Figura 14</b> – <i>Fon-fon</i> . Rio de Janeiro, 15/01/1921, s/n.....	34
<b>Figura 15</b> - Ltcp 274.2. <i>Coleção baronesa de Loreto</i> . Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro.....	37
<b>Figura 16</b> – Verso. Ltcp 274.2. <i>Coleção baronesa de Loreto</i> . Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro.....	37
<b>Figura 17</b> – Viscondessa de Cavalcanti. Arquivo do Museu Mariano Procópio.....	40
<b>Figura 18</b> - Fundo família Vieira Tosta. BR RJANRIO.0.FOT.9. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.....	41

<b>Figura 19</b> - <i>Fon-fon</i> , Rio de Janeiro, 31/08/1907, p.22.....	43
<b>Figura 20</b> – <i>Fon-fon</i> , Rio de Janeiro, 26/08/1911, p.18.....	43
<b>Figura 21</b> – <i>Fon-fon</i> , Rio de Janeiro, 15/01/1921, p.19.....	44
<b>Figura 22</b> – <i>Fon-fon</i> , Rio de Janeiro, 27/11/1920, p. 20.....	45
<b>Figura 23</b> – <i>O Malho</i> , Rio de Janeiro, 04/12/1920, p.21.....	47
<b>Figura 24</b> – Vestido que pertenceu à Amanda Paranaguá Dória. MHN. Fotografia: Paulo Scheuenstuhl.....	49
<b>Figura 25</b> – GOSTON, João. Franklin Dória, 8,5 x 5,5 cm, 1870. In: LAGO, Pedro Corrêa do; LAGO, Bia Corrêa do. <i>Coleção Princesa Isabel</i> . Op. Cit., p. 159.....	59
<b>Figura 26</b> – MUSSO, Luís. <i>João Lustosa da Cunha Paranaguá</i> , segundo Marquês de Paranaguá. FR-09782, coleção Francisco Rodrigues. Fundação Joaquim Nabuco, s./d.....	64
<b>Figura 27</b> – Maria Amanda Pinheiro de Vasconcellos Paranaguá, 1868. In: LAGO, Pedro Corrêa do; LAGO, Bia Corrêa do. <i>Coleção Princesa Isabel</i> . Op. Cit., 2013.....	64
<b>Figura 28</b> – GUIMARÃES, J. F.. <i>Maria Amanda de Menezes Dória</i> . FR-01745, coleção Francisco Rodrigues. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. s/d.....	65
<b>Figura 29</b> – GUIMARÃES, J. F.. Franklin Américo de Menezes Dória. FR-1744 coleção Francisco Rodrigues. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. s/d.....	65
<b>Figura 30</b> – <i>A Dictionary, Practical, Theoretical, and Historical of Commerce and Commercial Navigation, by J. R. (John Ramsay) McCulloch. Longmans, Green and Co. London, 1882. [Detalhe].....</i>	68
<b>Figura 31</b> – TEIXEIRA, Manoel Rodriguez. <i>Planta topográfica em que se compreende parte da comarca dos Ilhéus</i> . Século XVIII. 107cm x 67cm. [Detalhe].....	69
<b>Figura 32</b> – FERREZ, Marc. Princesa Isabel, ao lado do piano, em companhia da baronesa de Muritiba, sentada à mesa, 1886. Palácio das Laranjeiras, Rio de Janeiro. 9,6 x 12,7 cm; 10,5 x 16,0 cm. Coleção D. João de Orleans e Bragança, Instituto Moreira Sales, Rio de Janeiro.....	71
<b>Figura 33</b> – Condessa de Lages. Coleção Sebastião Vieira Carvalho. Imagem reproduzida de. PINHO, Wanderley de Araújo. <i>Salões e damas do Segundo Reinado</i> . Op. Cit., p. 134.....	73
<b>Figura 34</b> – Baronesa de Suruhy (col. Maria da Glória Fonseca Costa). Autoria e data desconhecidas da imagem. In: PINHO, Wanderley de Araújo. <i>Salões e damas do Segundo Reinado</i> . Op. Cit., p.122.....	74

<b>Figura 35</b> – FERREZ, Marc. Princesa Isabel, Baronesa de Muritiba e Baronesa de Loreto na varanda da residência da princesa [em Petrópolis, 1885]. Detalhe. 11,5 x 18cm em c. 25 x 35cm. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.....	75
<b>Figura 36</b> – [Detalhe] FERREZ, Marc. Princesa Isabel, Baronesa de Muritiba e Baronesa de Loreto na varanda da residência da princesa [em Petrópolis, 1885]. Detalhe. 11,5 x 18cm em c. 25 x 35cm. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.....	75
<b>Figura 37</b> – KOPKE JÚNIOR, Henrique. <i>Princesa Isabel com as baronessas de Muritiba e de Loreto</i> , CF-DIVERSOS-06r, Museu Imperial de Petrópolis, 1885.....	77
<b>Figura 38</b> – Maria José Avellar Tosta, a princesa Isabel e Amanda Paranaguá Dória. LAGO, Pedro Correa de; LAGO, Bia Correa de. Coleção princesa Isabel. Op. Cit, p.195.....	78
<b>Figura 39</b> – Litogravura em Joaquim Pinheiro de Vasconcellos publicada em: SISSON, Sebastião Augusto. Galeria dos brasileiros ilustres (os contemporâneos): retratos dos homens mais illustres do Brasil na politica, ciências e letras, desde a guerra da independência até os nossos dias. Rio de Janeiro: Lithographia de S. A. Sisson, Ed., 1861, p. 31-32.	
<b>Figura 40</b> - Maria Francisca de Campos Pinheiro, pintura em tela, coleção Leão Teixeira e reprodução de: PINHO, Wanderley de Araújo. Salões e damas do Segundo Reinado. Op. Cit. p..48.....	82
<b>Figura 41</b> – Maria Amanda Pinheiro Paranaguá, esposa do Marquês de Paranaguá, tela de Luiz Augusto Moreau. In: PINHO, Wanderley de Araújo. <i>Salões e damas do Segundo do Reinado</i> . Op. Cit., p.110.....	84
<b>Figura 42</b> – Condessa de Barral, 9 x 6 cm, 1865. In: LAGO, Pedro Corrêa do; LAGO, Bia Corrêa do. <i>Coleção Princesa Isabel</i> . Op. Cit., p. 135.....	91
<b>Figura 43</b> – KLUMB, Revert Henry. <i>Leopoldina e Isabel, Princesa do Brasil e outra menina não identificada</i> . Fotografia tirada, provavelmente, no interior do Palácio de São Cristóvão. Papel albuminado, estereograma, p&b, 8x14, s./d.. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.....	93
<b>Figura 44</b> – KLUMB, Revert Henry. <i>Isabel, Princesa do Brasil</i> . Fotografia tirada provavelmente no jardim do Palácio de São Cristóvão. Papel albuminada, p&b, 8x14. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.....	94
<b>Figura 45</b> – Amanda Paranaguá, 1868, carte de visite [ao pé da fotografia consta: “Phot. Rua dos Ourives N°34”]. LAGO, Pedro Corrêa do; LAGO, Bia Corrêa do. Coleção Princesa Isabel. Op. Cit., p. 421.....	95
<b>Figura 46</b> – João Lustosa da Cunha Paranaguá e seu genro, Franklin Dória em caricatura. Revista Ilustrada, Rio de Janeiro, 1881, n. 247, p. 4.....	97

<b>Figura 47</b> – Família Paranaguá Dória. In: PINHO, Wanderley de Araújo. <i>Salões e damas do Segundo Reinado</i> . Op. Cit.p. 49.....	99
<b>Figura 48</b> – Adelaide d’Escragnolle Taunay, 1865. LAGO, Pedro Corrêa do; LAGO, Bia Corrêa do. <i>Coleção Princesa Isabel</i> . Op. Cit., p.92.....	100
<b>Figura 49</b> – PACHECO, Joaquim Insley. <i>Maria Amanda Paranaguá Dória</i> . Carte de visite. [1866-1476] 10cm x 6,3 cm. BR_RJANRIO_O2_0_FOT_00066_001. Coleção fotografias avulsas. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.....	101
<b>Figura 50</b> – Maria Amanda Paranaguá Dória. s/l. s/d.....	103
<b>Figura 51</b> – PACHECO, Joaquim Insley. <i>Pedro II, Imperador do Brasil</i> , 1883. Acervo Fundação Biblioteca Nacional (FBN).....	104
<b>Figura 52</b> – PACHECO, Joaquim Insley. <i>D. Teresa Cristina Maria, Imperatriz do Brasil</i> , 1883. Acervo FBN, coleção D. Thereza Christina Maria.....	105
<b>Figura 53</b> – PACHECO, Joaquim Insley. Princesa Isabel menina, c.1863. Rio de Janeiro/Acervo Instituto Moreira Salles (IMS).....	105
<b>Figura 54</b> – HENSCHEL & BENQUE. Amanda Paranaguá Dória, 1875. Carte de visite. In: LAGO, Pedro; LAGO, Bia. Coleção princesa Isabel. Op. Cit., 2008, p. 414.....	118
<b>Figura 55</b> – <i>Revista Illustrada</i> , Rio de Janeiro, 1871.....	122
<b>Figura 56</b> – FERREZ, Marc. Da esquerda para a direita: D. Luís, D. Antônio, a princesa Isabel, D. Pedro de Alcântara e a condessa de Barral, 12,5 x 9 cm, 1883 In: LAGO, Pedro Correa de; LAGO, Bia Correa de. Coleção princesa Isabel. Op. Cit., p. 192.....	124
<b>Figura 57</b> – FERREZ, Marc. Da esquerda para a direita: Condessa de Barral, D. Pedro de Alcântara, a princesa Isabel com D. Antônio ao colo e D. Luís, 10 x 14,2, 1883 In: LAGO, Pedro Correa de; LAGO, Bia Correa de. Coleção princesa Isabel. Op. Cit., p. 193.....	124
<b>Figura 58</b> – Dominique, conde de Barral, 1875 e Chiquinha de Barral, 1875, carte de visite In: LAGO, Pedro Correa de; LAGO, Bia Correa de. <i>Coleção princesa Isabel</i> . Op. Cit., p. 415; 414.....	125
<b>Figura 59</b> – Chiquinha de Barral, 1875 [embora ao verso possa-se ler 1882], carte de visite. In: LAGO, Pedro Correa de; LAGO, Bia Correa de. Coleção princesa Isabel. Op. Cit., p.397.....	126
<b>Figura 60</b> – Rataplan, Rio de Janeiro, 1886, n.3, p. 8.....	133
<b>Figura 61</b> – GUIMARÃES, J. F..Maria Amanda de Menezes Dória. FR-01745, coleção Francisco Rodrigues. Fundação Joaquim Nabuco. s/d.....	134

<b>Figura 62</b> – PERES, Pedro José Pinto. Princesa Isabel entrega carta de liberdade. Óleo sobre tela. 2,20 x 3,28 cm. 1885.....	139
<b>Figura 63</b> – Detalhe da tela de Pedro Peres onde figura, supostamente, “Amandinha” ao centro do recorte, vestindo azul.....	140
<b>Figura 64</b> – FERREIRA, Antônio Luiz. Sessão de aprovação da lei. 19 x 24,5 cm, Rio de Janeiro, 1888. LAGO, Pedro Correa de; LAGO, Bia Correa de. Coleção princesa Isabel. Op. Cit., p. 288-291.....	158
<b>Figura 65</b> – Detalhe da fotografia de Antônio Luiz Ferreira.....	159
<b>Figura 66</b> – HENSCHER, Alberto. Visconde de Paranaguá, 1885, carte cabinet. In: LAGO, Pedro Correa de; LAGO, Bia Correa de. Coleção princesa Isabel. Op. Cit., p. 415.....	160
<b>Figura 67</b> – FERREIRA, Antônio Luiz. A abolição no Brasil – Antes da assinatura do decreto. 19 x 24,5 cm, 13/05/1888. In: LAGO, Pedro; LAGO, Bia. Coleção princesa Isabel. Op. Cit., 2008, p.302.....	161
<b>Figura 68</b> – FERREIRA, Antônio Luiz. A abolição no Brasil – depois da assinatura do decreto. 19 x 24,5 cm, Rio de Janeiro 13/05/1888. LAGO, Pedro; LAGO, Bia. Coleção princesa Isabel. Op. Cit., p.303.....	162
<b>Figura 69</b> – FERREIRA, Antônio Luiz. Missa campal celebrada em ação de graças pela Abolição da Escravatura no Brasil, 1888. São Cristóvão, Rio de Janeiro, 17/05/1888.....	164
<b>Figura 70</b> – Detalhe da fotografia de Antônio Ferreira sobre a Missa Campal de 17/05/1888.....	164
<b>Figura 71</b> – AMÉRICO, Pedro. A Libertação dos Escravos, 1889. Óleo sobre tela, 138,5 cm x 199 cm. Acervo do Palácio dos Bandeirantes, SP.....	169
<b>Figura 72</b> – Reprodução: MELO, Francisco Aurélio de Figueiredo e. A ilusão do Terceiro Reinado. 1905. In: <i>MUSEU HISTÓRICO NACIONAL</i> . São Paulo: Editora Olhares, 2013, p.216-217.....	174
<b>Figura 73</b> – FERREZ, Marc. Maria José de Avellar Tosta, então futura baronesa de Muritiba e Eugeninha Penha. 14,2 x 10 cm, 1885. In: LAGO, Pedro; LAGO, Bia. <i>Coleção princesa Isabel</i> . Op. Cit., p. 192.....	176
<b>Figura 74</b> – PACHEDO & FILHO. Amandinha, 1889, carte cabinet. Sem dimensões. In: LAGO, Pedro; LAGO, Bia. <i>Coleção princesa Isabel</i> . Op. Cit., p. 410.....	179
<b>Figura 75</b> – Luto por D. Thereza, diante do Hotel Beau Séjour, em Cannes, 1889, 13,5 x 9,5 cm. In: LAGO, Pedro; LAGO, Bia. <i>Coleção princesa Isabel</i> . Op. Cit., p. 375.....	183



<b>Figura 76</b> – Família Imperial em Versailles [embora seja mais provável se tratar de Voiron], 1890, 15,1 x 19,7 cm. In: LAGO, Pedro; LAGO, Bia. Coleção princesa Isabel. Op. Cit., p.376.....	184
<b>Figura 77</b> – A baronesa de Loreto na inauguração do edifício da “Obra de Proteção às moças solteiras”. <i>O Malho</i> , Rio de Janeiro, 09/05/1914, p.21.....	189
<b>Figura 78</b> – Fon-fon, Rio de Janeiro, 15/06/1918, p.27.....	190
<b>Figura 79</b> – O Malho, Rio de Janeiro, 11/10/1924, p. 30.....	191